

MARLI TEREZINHA SZUMILO SCHLOSSER



Presidente Prudente

2005

MARLI TEREZINHA SZUMILO SCHLOSSER

**RÁDIO, CONSENSOS E DISSENSOS: O REVERSO DO DISCURSO E A CRISE DA
ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA (EXTREMO OESTE DO PARANÁ 1980-2000)**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus
de Presidente Prudente da UNESP, para obtenção
do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior
Co-Orientador: Prof. Dr. Valdir Gregory

Presidente Prudente

2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S Schlosser, Marli Terezinha Szumilo
Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste do Paraná) / Marli Terezinha Szumilo Schlosser -- Presidente Prudente, 2005.
259 p.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior
Co-Orientador: Prof. Dr. Valdir Gregory

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Tecnológicas - Campus de Presidente Prudente, 2005.

1. Modernização agrícola - Análise do discurso - Marechal Cândido Rondon, PR. 2. Fontes jornalísticas - Rádio Difusora do Paraná - Marechal Cândido Rondon, PR. 3. Especialização agrícola - Análise do discurso - Marechal Cândido Rondon, PR. 4. Diversificação agrícola - Análise do discurso - Marechal Cândido Rondon, PR. 5. Rádio Difusora do Paraná - Marechal Cândido Rondon, PR. I. Universidade Estadual Paulista. II. Faculdade de Ciências Tecnológicas - Campus de Presidente Prudente. III. Título.

CDD 21.ed. 338.1098162
338.16098162
410
401.41
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

TERMO DE APROVAÇÃO

MARLI TEREZINHA SZUMILO SCHLOSSER

RÁDIO, CONSENSOS E DISSENSOS: O REVERSO DO DISCURSO E A CRISE DA ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA (EXTREMO OESTE PARANÁ 1980-2000)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Tecnológicas – Campus de Presidente Prudente, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Valdir Gregory
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof. Dr. Jairo Gonçalves Melo

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Tomiasi Paulino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Julio César Suzuki
Universidade de São Paulo - USP

Presidente Prudente, outubro de 2005

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que amo muito:
Dean, Diego e Vilmar.

Aos meus pais, Tadeu e Josefa, camponeses com os quais dialoguei durante a construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho de pesquisa envolve várias etapas e sentimentos, entre os quais orientação, dedicação, amizade e incentivo. Portanto, é preciso atenção redobrada ao registrar meus sinceros agradecimentos aos que colaboraram para que o projeto se tornasse realidade:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos professores: orientador Dr. Antonio Thomaz Júnior, pelo incentivo e pelas importantes contribuições; e ao professor co-orientador Dr. Valdir Gregory, pela amizade, dedicação, sugestões e, acima de tudo, pela competência.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, cujas aulas foram extremamente importantes para a elaboração deste trabalho.

Aos funcionários da Rádio Difusora do Paraná, pelo auxílio e fornecimento do material para a pesquisa, em especial ao jornalista Lincoln Leduc (*in memorian*) e ao Rafael Seffrin.

É preciso ainda registrar meu agradecimento aos amigos Adélia, Edson, Ilse, Neiva, Róbi, Ronaldo, Tere, Maria Cleide, Marcelino.

Aos professores Dr. Elpídio Serra, Dr. Eliane Tomiasi Paulino, Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ms. Lia Dorotéa Pfluck, Dr. João Edmilson Fabrini, Dr. José Edézio da Cunha e Ms. Joelma Cristina dos Santos, pelas preciosas contribuições.

À Marcia Elisa Sbaraini Leitzke, pela revisão das normas, pela digitação dos originais e, sobretudo, pela dedicação, paciência e amizade.

Aos professores Célio Escher e Clasi Maria Schio, pela revisão criteriosa do texto.

De maneira muito especial, ao professor Silvio Galvão de Queirós (*in memorian*) que, em vários momentos, cercados por debates, fez sugestões relevantes.

Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária.

ORLANDI, Eni 1999, p. 34.

RESUMO

No estudo em questão, objetivou-se analisar a construção discursiva presente na programação da Rádio Difusora do Paraná, no processo de modernização, especialização e diversidade agrícola no Extremo Oeste paranaense, mais especificamente no município de Marechal Cândido Rondon. O recorte temporal abrangeu o período de 1980-2000. A construção deste estudo foi norteadada pela análise das fontes jornalísticas, não na condição de como a diversificação aconteceu, e acontece, e, sim, como uma instituição que se chama Rádio Difusora do Paraná, através de dois programas – Frente Ampla de Notícias (FAN) e Personalidade da Semana (PS), contribuiu na construção de discursos e representações referentes à agricultura. Para essa construção, participaram os atores (personalidades), através das quais surgiram conceitos, temas em torno do trabalho, agricultura, maquinário, clima, meio ambiente, cooperativismo e outros. Em suma, tratou-se de uma construção simbólica do agrário moderno.

ABSTRACT

The present study had the goal of analyzing the discursive construction present in the programming of Rádio Difusora do Paraná, in the process of modernization, specialization and agricultural diversification in the Far West of Paraná, more specifically in the municipal district of Marechal Cândido Rondon. The time frame ranged from 1980 to 2000. The construction of this study was guided by the analysis of the journalistic sources, not in the condition of how the diversification happened and happens, but how an institution that is called Rádio Difusora do Paraná, through two programs - Wide Front of News (FAN) and Personality of the Week (PS), contributed to the construction of speeches and representations referring to agriculture. The actors (personalities) participated in this construction, through which concepts, themes around the work, agriculture, machinery, weather, environment, co-operativism and others emerged. In short, it was a symbolic construction of the modern agrarian.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Município de Marechal Cândido Rondon.....	19
Figura 2 – Audiência da Rádio Difusora do Paraná	20
Fotografia 1 – Arquivo do Programa Frente Ampla de Notícias	29
Fotografia 2 – Programa Personalidade da Semana	29
Fotografia 3 – Diversificação do Cultivo.....	120
Fotografia 4 – Cultura de Inverno – Aveia	169
Fotografia 5 – Cultura de Inverno - Nabo.....	170
Fotografia 6 – Estaleiros e Caixas	172
Fotografia 7 – Recomposição da Floresta.....	320
Fotografia 8 – Imagens da Propriedade	326
Fotografia 9 – Escola e Pavilhão	327
Fotografia 10 – Forno	328
Fotografia 11 – Produção de Mudas: agricultores do CAPA.....	338
Fotografia 12 – Frascos Antigos.....	344
Fotografia 13 – Abrangência da Rádio Difusora do Paraná - Principais Cidades.....	395

LISTA DE SIGLAS

ACEMPRE	Associação Central de Mini Produtores Rurais Evangélicos
ACIMACAR	Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
AQUIMAR	Associação dos Aquicultores de Marechal Cândido Rondon
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAMAR	Cooperativa dos Produtores de Cana e Consumidores de Álcool Margarida Ltda.
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPervale	Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.
COPAGRIL	Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda.
COSESP	Companhia de Seguros de São Paulo
COTRIGUAÇU	Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.
CNPSo	Centro Nacional de Pesquisa da Soja
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DERAL	Departamento de Economia Rural
ECA	Escola de Comunicação e Artes
EGF	Empréstimos do Governo Federal

EMATER-PR	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FERROESTE	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.
FUNDEMAR	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Marechal Cândido Rondon
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPP	Índice de Preços Pagos
IPR	Índice de Preços Recebidos
ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
MARIPÁ	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.
PDR	Plano de Desenvolvimento Rural
PLANAF	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGRI	Programa Nacional de Assistência à Agroindústria
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo

SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUREHMA	Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
TR	Taxa Referencial
UDR	União Democrática Ruralista
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
VBC	Valor Básico de Custeio

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
LISTA DE SIGLAS	10
DA ROÇA... PARA A UNIVERSIDADE	15
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – UNIVERSO DISCURSIVO: DISPOSITIVO EXPLÍCITO OU VELADO ENTRE CONEXÃO E RUPTURA DA MEMÓRIA LOCAL E MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADA.....	31
1.1 Considerações introdutórias	31
1.2 Estratégias discursivas: conflitos e desafios metodológicos	32
1.3 Geografia por dentro das ondas sonoras do rádio: reflexões teóricas, conflitos e desafios.....	48
1.4 Formadores de opinião e intervenção da mídia no campo: imprensa x informação.....	55
1.5 Fisionomia da rádio e a personalização do ouvinte	71
1.6 Colônia	77
CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: PONTOS E CONTRAPONTOS EM DEBATE E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO AGRÁRIO MODERNO.....	84
2.1 Considerações introdutórias	84
2.2 Discursos e modernização agrícola: novas formas e transformações socioeconômicas no espaço rural.....	85
2.3 Agroindustrialização: o papel da COPAGRIL na consolidação da especialização/diversificação.....	96

2.4 O crédito rural e a reorganização do espaço: feições espaciais e as novas culturas	125
2.5 Poder oficial: as redes discursivas	158
2.6 Diversificação e cotidiano	168
2.7 Diversificação e discursos	174

CAPÍTULO 3 – TRABALHO E TRABALHADORES NO EIXO DA

ESPECIALIZAÇÃO / DIVERSIFICAÇÃO: INCERTEZAS E

TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	201
3.1 Considerações introdutórias	201
3.2 Trabalho e trabalhadores: interfaces e sentidos da modernização agrícola.....	202
3.3 Mobilidade do trabalhador: disponível e móvel no espaço	217
3.4 Fusão entre rural e urbano	245

CAPÍTULO 4 – OCUPAÇÃO, TECNIFICAÇÃO AGRÍCOLA: DESASTRES, RISCOS

E VULNERABILIDADE.....	263
4.1 Considerações introdutórias	263
4.2 Repercussões socioambientais: riscos e vulnerabilidades.....	263
4.3 A dinâmica climática na percepção dos discursos jornalísticos	281
4.4 Para além do confronto: agricultores e meio ambiente	305
4.5 Os sentidos das tradições e a repercussão discursiva na agricultura orgânica x cultivo “convencional”: empoderamento do camponês.....	322

PALAVRAS FINAIS

REFERÊNCIAS.....

Fontes

Obras citadas

ANEXOS

DA ROÇA... PARA A UNIVERSIDADE

O contato com o objeto de estudo vem de longa data e está vinculado à vivência no meio rural, na condição de filha de agricultores, de modo que a dinâmica assumida no estudo faz com que, em alguns momentos, o corpo teórico tenha um caráter informativo, originado na experiência de vida. Nas décadas de 60, 70 e 80 em localidades coloniais do Sul do Brasil, inclusive em Marechal Cândido Rondon, as crianças estudavam em pequenas escolas multisseriadas, localizadas nas linhas dos Distritos. Após o término do primário, os compromissos mais fortes eram intercalados com as atividades: domésticas, religiosas, clube de jovens cooperativistas e com os afazeres do campo. Somente mais tarde, residindo na cidade de Marechal Cândido Rondon, foi possível o acesso ao Ensino Fundamental e Médio, no supletivo. Após a conclusão do mesmo, ingressou-se na universidade e na pesquisa. O contato com a pesquisa estimulou a busca por respostas para o entendimento das transformações bruscas vivenciadas no campo.

O encontro com a fonte jornalística aconteceu por acaso em uma das atividades de bolsista de iniciação científica, numa ocasião em que foi solicitado à funcionária da Rádio Difusora do Paraná a gravação do hino do município e, ao buscar a fita, aproveitou-se o momento para fazer uma visita. Ao visualizar um armário repleto de volumes, perguntou-se do que se tratava, e o jornalista informou que lá estava armazenada a programação jornalística do programa Frente Ampla de Notícias. De imediato, houve interesse em tocar e manusear os volumes, e, com um pouco de coragem, perguntou-se se haveria a possibilidade de utilizá-los como fonte. Com parecer favorável, iniciou-se a pesquisa com fontes jornalísticas junto aos arquivos da rádio.

Cabe lembrar que o faro para pesquisa foi desencadeado com o envolvimento no projeto de pesquisa na condição de bolsista, denominado: *Estruturas Agrárias e Migrações: a colonização do Oeste do Paraná*, sob a coordenação do profº Dr. Valdir Gregory. A trajetória desta pesquisa iniciou com a graduação em História e a obtenção de bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No curso de História, o trabalho monográfico é obrigatório e, através dele, firmaram-se os laços com a fonte jornalística e, assim, concretizou-se a consulta dos arquivos da rádio. A orientação da monografia foi realizada pela profª Ms. Lia Dorotéia Pfluck, do curso de Geografia, que acabou aproximando a autora desta tese com este curso. Assim, após concluir o curso de História, fez-se pós-graduação *lato sensu*, e a temática da monografia recebeu um recorte que acolheu a fonte jornalística e o ensino. Na sequência, ingressou-se no curso de Geografia, e, também, submeteu-se à seleção no programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Com o acesso ao programa de Pós-graduação, retornou-se aos arquivos da Rádio e fez-se a reprodução das fontes de acordo com o recorte temporal (1960-1980) e temático. O resultado culminou com a dissertação, tratando da modernização agrícola no Extremo Oeste do Paraná, intitulada: *Nas Ondas do Rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)*.

O manuseio do material jornalístico, de início, recebeu uma atmosfera de curiosidade por parte dos integrantes da rádio. Até então era possível folhar localizar e copiar à mão as informações. Com o passar dos meses e a insistência presente na forma pessoal e sentimental despertou o questionamento do diretor da emissora a respeito da pesquisa. Mostrou-se a importância das fontes, obtendo-se, assim, a liberação para a reprodução. Na ocasião, foi reproduzido o material de 1966 até 1980. Ainda, na etapa final de conclusão da pós-graduação (*strito sensu*), submeteu-se à seleção no programa de Pós-Graduação em

Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Presidente Prudente, a nível de doutorado. Retornou-se, então, aos arquivos da rádio, folhou-se os volumes, um a um, com toda a paciência necessária, pois são desprovidos de índice, instrumento que poderia fornecer mais velocidade para a pesquisa. Ao localizar as fontes, procedeu-se à reprodução de 1980 até 2000. Com o contato continuado com os arquivos e equipe jornalística, localizou-se outro arquivo, o do programa Personalidade da Semana, em forma de áudio, carente de investigação.

Uma trajetória iniciada no campo, na condição de filha de agricultores, lugar onde se vivenciou na prática o cultivo da agricultura tradicional de mercado, a instauração “relâmpago” da modernização e assistiu-se ao retorno parcial à diversificação do cultivo. Portanto, observaram-se e vivenciaram-se empiricamente as ações e reações dos camponeses junto às programações da rádio em questão.

A pesquisa se fez no pé, na vivência, no ônibus, no bar, na rua, na rádio, no debate, etc. Ao lançar o olhar sobre as páginas escritas, o autor quase se convence de que concluiu o trabalho. Por outro lado, ao fitar a estante e observar as obras, textos, teses, dissertações, lidas, quase se convence novamente. Mas, ao olhar para o material ainda carente de leitura e estudo, compreende que a pesquisa apenas percorreu parte do caminho.

INTRODUÇÃO

“A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original”.

Albert Einstein

Neste estudo, será observada a intervenção da rádio no processo de modernização, especialização e diversificação agrícola no Extremo Oeste paranaense, mais especificamente em Marechal Cândido Rondon. O recorte temporal abrange o período de 1980—2000. A construção desta pesquisa será direcionada pela análise de fontes jornalísticas arquivadas na Rádio Difusora do Paraná.

Ao perseguir o estudo da especialização e diversificação agrícola, na área de abrangência da rádio, a perspectiva de análise contemplará fontes jornalísticas, sendo necessário lançar mão de uma liberdade que aproxima fronteiras vizinhas da Geografia. O enredo que compõe esta tese tematizará a análise da construção discursiva. As ciências afins fornecem elementos pertinentes para elucidar, construir, desconstruir os discursos jornalísticos e aproximar fenômenos espaciais. Este contexto coloca a pesquisa diante de uma espécie de mosaico, construído pelo jornalista, fundamentado em discursos alheios ou próprios.

A área de estudo abrange o Extremo Oeste do Paraná – fronteira do Brasil com o Paraguai, onde se localiza a Rádio Difusora do Paraná. A área foi colonizada na década de 1950 pela Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ). As recentes remodelações territoriais surgiram com o desmembramento de distritos e alagamento pelas águas da represa da Usina Hidrelétrica de Itaipu, diminuindo a área do município. Com isto, os distritos de Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste tornaram-se

pequenos municípios.

A área em questão localiza-se na microrregião de Toledo, Extremo Oeste do Terceiro Planalto Paranaense, entre as coordenadas 24°26' e 24°46' Sul e 53°57' e 54°22' Oeste. O total da área é de 881,66 km². Os limites do município são: Leste: Quatro Pontes e Toledo; Sudeste: Ouro Verde do Oeste; Sul: São José das Palmeiras; Sudeste: Entre Rios do Oeste e Pato Bragado; Oeste: República do Paraguai através do Rio Paraná (Lago de Itaipu); Norte-Noroeste: Mercedes; Nordeste: Nova Santa Rosa (PFLUCK, 2002, p. 17-19). Conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal, sobre a população do município: a urbana é de 31.250 habitantes e a rural de 9.764 habitantes, totalizando 41.014 habitantes (POPULAÇÃO, 2005).

O município caracteriza-se pelo predomínio de pequenas propriedades, e grande parte dos camponeses estão ligados a associações e ao cooperativismo. Os produtos cultivados com maior predomínio são a soja, o milho e a mandioca. Destaca-se também na incorporação do cultivo orgânico e na criação de suínos, aves, bovinos (carne e leite), e piscicultura.

Ao indicar a área de estudo foi necessário considerar a fragilidade dos limites. A dinâmica discursiva exerce certa aproximação entre Marechal Cândido Rondon e o Extremo Oeste.

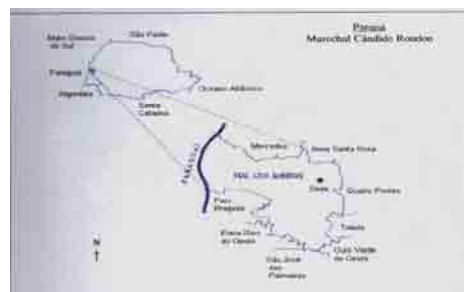


Figura 1 – Localização do Município de Marechal Cândido Rondon
FONTE: Prefeitura Municipal, 2004.

Portanto, ao estudar a construção discursiva emanada pela Rádio Difusora, constatou-se que a sua atuação desliza por ondas sonoras de proporções geográficas relativas. O raio de alcance varia, pois ouvintes residentes no município podem não ouvir a rádio em questão, preferem a outra emissora (Rádio Educadora). A Rádio Educadora também tratou da

temática em questão, mas não arquivou a programação. A Rádio Difusora é ouvida nas cidades vizinhas, inclusive no exterior (Paraguai).

O conjunto das fontes indica uma fronteira móvel e não uma área limitada. Esse fato é fruto da característica da ação da rádio. Consultar Anexo 1 – Abrangência da Rádio Difusora do Paraná.



Figura 2 – Audiência da Rádio Difusora do Paraná
FONTE: www.radiodifusora.com

No processo de análise, buscar-se-ão respostas que possam iluminar as reais intenções da ação mediadora do comércio local, na dinamização da diversificação agrícola. Um exame na condição de constatação envolverá os impactos e transformações vivenciadas pelos agricultores com a produção modernizada. A relação do agricultor com a propriedade, bem como as transformações geradas pelo capitalismo, ocupará o cenário deste estudo. Ainda, como consequência do processo, será analisado o papel do governo do Estado do Paraná na consolidação da tecnificação no campo.

No estudo, não objetiva-se debater questões como: singularidades do campesinato, descrição sobre a área de estudo, conflitos de interesses entre comércio, indústria e agricultura, mas trabalhar a construção discursiva da rádio referente à edificação simbólica da modernização agrícola. Esta é uma forma inovadora de tratar da agricultura no Oeste do Paraná. Neste sentido, trata-se de uma concepção de território móvel, ou seja, sem a preocupação de se estabelecer delimitações rígidas da área de estudo em função da própria característica das fontes utilizadas e da realidade das ondas sonoras da Rádio Difusora do Paraná. O estudo das fontes midiáticas requer metodologias adequadas e, muitas vezes, precisam superar modelos consolidados.

Desse modo, o estudo dos discursos produzidos no programa Frente Ampla de Notícias também ocupa o cenário da abordagem, ainda que num contexto de sequência da análise que se iniciou com a elaboração da dissertação, mas cujo fio condutor firma-se também no programa Personalidade da Semana. Após contato com os arquivos da Rádio Difusora do Paraná, em especial com o programa Frente Ampla de Notícias, foi localizado o programa Personalidade da Semana, que abordou temáticas latentes no tempo, “coladas” na memória do espaço vivido. A própria característica dos encaminhamentos das questões jornalísticas, como desenvolvidas pelo jornalista Lincoln Leduc, fez deste programa uma fonte rica para o presente trabalho. O material é rico e suficiente para a elaboração de muitas teses, com considerável heterogeneidade temática. Ao contrapor as duas programações com a realidade observada no trabalho de campo, poder-se-á localizar o caráter ideológico das falas. Parece possível afirmar que a ideologia ou a ironia são fenômenos que se manifestam nos discursos jornalísticos, na concretude das diretrizes e parâmetros apontados nas fontes em questão. Contudo, reafirma-se que o estudo persegue a construção discursiva presente nos programas: Personalidade da Semana – PS e Frente Ampla de Notícias - FAN¹. Consultar Anexo 2 – Programação da Rádio Difusora do Paraná.

O rádio abriga um entrelaçamento de programas, abarcando: esportes, jornalismo, utilidade pública, música, humor, atividades religiosas e outros. A justificativa de analisar os discursos, veiculados via rádio, reside na possibilidade de acesso aos compartimentos da memória composta por uma cadeia de labirintos significantes e insignificantes. Portanto, “O rádio, a despeito de sua presença no conjunto dos meios de comunicação de massa brasileiros, desde o começo da década de 20, não tem sido alvo de

¹ No final das fontes jornalísticas será agregada a sigla FAN (Frente Ampla de Notícias) ou PS (Personalidade da Semana) para indicar ao leitor a fonte de que programa foi extraída.

pesquisa, [...]” (BRITO, Francilene, 1994, p. 22)*. Com isto, interessa “[...] destacar que, nas regiões situadas fora dos centros do poder econômico e político, a rádio ainda é parte essencial da vida das populações” (BRITO, 1994, p. 22). E, ainda, cabe dizer que “La radio y la televisión se distinguen de otros tipos de comunicación, en primer lugar, porque llegan al público en su hogar, característica que es esencial desde el punto de vista sociológico” (CAZENEUVE, 1967, p. 33). Valdir Gregory (2002), ao reportar-se aos meios de comunicação, em especial à radiodifusão, informa que, apesar da ausência de precisão sobre o número de ouvintes (famílias de colonos) e aparelhos, “[...] sabe-se que o costume de ouvir noticiário radiofônico estava se difundindo amplamente no meio colonial” (GREGORY, 2002, p. 214).

Os profundos desdobramentos territoriais vivenciados historicamente no campo, atrelados ao desenvolvimento contraditório do capitalismo, motivaram, em vários momentos, a reconfiguração da classe camponesa. A territorialização camponesa também é fortemente afetada pelas políticas públicas. Pensar essas questões “revela [...] a necessidade dos geógrafos retornarem ao campo (do empírico), a fim de encontrar a diversidade que não pode ser inteiramente materializada nos esquemas teóricos” (PAULINO, Eliane Tomiasi, 2003, p. 40). A vivência local e o trabalho de campo contribuirão, agregando consistência ao estudo ora proposto.

O conceito de camponês na área de estudo (município de Marechal Cândido Rondon) solicita uma alquimia teórico-metodológica, trilhada por caminhos desafiadores que exprimem debates e embates firmados na diversidade. A diversidade por si só anuncia a ausência de consenso, que lapida avanços significativos na construção e reconstrução dos

* Para a formatação do trabalho foram seguidas as normas elaboradas pelo Serviço Técnico da Biblioteca e Documentação da UNESP – Campus de Presidente Prudente. DEGASPARI, Silvia Dias; VANALLI, Teresa Raquel; MOREIRA, Márcia Regina G. (orgs.). *Apostila de normalização documentária*: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” : Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação, 2004.

pressupostos teórico-metodológicos. Sendo assim, autores apressados concluíram que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, pautado no alargamento da base técnica, seria capaz de exercer pressão sobre a existência do camponês no campo, com poder suficiente para anular a sua existência em benefício da “profissionalização” dos agricultores. Além disso, os próprios agricultores que habitam a área delimitada para o estudo não denominam a si próprios como camponeses. As expressões utilizadas são agricultor, colono, lavrador, homem do campo. Devido a estas denominações palpitantes, estes termos, observados no conjunto, denotam sinônimos. Essas incursões pelos termos colocam os camponeses num patamar de agricultores que se dedicaram à agricultura tradicional, vinculada ao mercado, aderiram à especialização (com a modernização agrícola, a especialização e diversificação convivem numa atmosfera de avanços e recuos), estão incorporando e ampliando paulatinamente o cultivo diversificado. Por outro lado, os agricultores ou camponeses que foram “direcionados” para área urbana passaram a desempenhar atividades de trabalhadores mensalistas, empreiteiros, diaristas e bóias-frias. Estes termos acima citados comparecem com muita frequência nas programações da Rádio Difusora e, para entendê-los, faz-se necessário olhar as duas faces: o vocabulário e os entrelaçamentos discursivos.

Paulino (2003) desenvolveu estudos sobre o Norte do Paraná, problematizou a Questão Agrária e dedicou significativa atenção para a reflexão conceitual sobre o termo camponês. No entendimento de Paulino (2003, p. 8),

[...] o fato da palavra camponês não ser usual aos próprios camponeses não a invalida enquanto conceito, até porque no Brasil essa foi incorporada apenas na história recente, surgindo como expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classes.

Nesta mistura de denominações, o camponês comparece por dentro das relações de trabalho, concretizadas na via empírica das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Portanto, pode-se vislumbrar que, como classe *sui generis* do capitalismo, sua

singularidade se caracteriza na vivência e na experiência singular de reprodução, a qual se fundamenta no domínio sobre o trabalho e sobre os meios de produção.

Fala-se em certa autonomia, porém, esta não é plena para todas as famílias, pois a ação e reação com o meio externo é constante. Dito de outro modo, como se sabe, a autonomia opera nas unidades familiares no mecanismo de controle do tempo e do espaço. Contemplando essa questão, o formato da organização camponesa é vivenciado na autonomia do trabalho e na reprodução social demarcada pelos intensos vínculos familiares e comunitários, o que lhes facilita se colocar no mundo de forma totalmente diversa daqueles que vivem a alienação do trabalho.

Nesta perspectiva, co-existem dois tipos de propriedade: a camponesa e a capitalista, ambas privadas. Na propriedade camponesa, a terra é destinada ao trabalho da família, portanto não sendo ferramenta de acumulação de capital, mas de permanência e sobrevivência da família. As relações caracteristicamente capitalistas definem a propriedade da terra atrelada ao negócio pelo fato de consistir em instrumento de apropriação do trabalho alheio.

Com relação ao cultivo mecanizado, os camponeses enfrentam dificuldades para se manterem cultivando apenas soja e milho, pois não são amparados para resistirem e superarem possíveis riscos. O conjunto dos acontecimentos leva um número significativo de agricultores a retomarem a diversificação agrícola, apesar de toda a carga subjetiva de interesses que habita essa interlocução. Dessa maneira, seria um lapso considerar os camponeses apenas a partir das coordenadas capitalistas, mesmo que estes contratem mão-de-obra esporadicamente em caráter complementar.

Enfim, a questão conceitual ocupa largo espaço nos debates acadêmicos, e deve estar em constante construção e reconstrução, atendendo às questões-problema que aparecem nas investigações, inquietações que habitam o “mundo dos investigadores”. Ao

estudar as transformações no cultivo por meio de fontes jornalísticas, tal investida convoca a um diálogo longo com a análise do discurso.

Nesta área a partir de 1960, a agricultura tradicional de mercado ocupou a cena principal após o auge da colonização, mas foi parcialmente sufocada com a modernização (1970). Essa colonização refere-se à ocupação de fronteiras agrícolas em meados do século XX. Neste contexto, a colônia é entendida como uma pequena propriedade rural e, também, meio rural. Nos anos 80 e 90, entrou em cena a diversificação agrícola. Com este processo, a área de estudo é configurada por características heterogêneas, uma vez que existem os agricultores identificados com o cultivo orgânico, os diversificados que mantêm também o cultivo de soja e milho e os não diversificados que cultivam praticamente soja e milho. Contudo, esse movimento de características procura definir quem são esses agricultores, como também conceituá-los no trabalho. Assim, são entendidos enquanto camponeses que se organizam e reproduzem no campo, dentro do formato capitalista, incorporando técnicas introduzidas nos diferentes momentos e desdobramentos históricos, impressos discursivamente na área em estudo.

No Capítulo 1 será realizada uma reflexão teórico-metodológica da temática, alçada ao caminho que será perseguido, para analisar as fontes jornalísticas extraídas das programações Frente Ampla de Notícias e Personalidade da Semana. Na prática, far-se-á a fusão entre metodologia, agricultura, geografia e análise de discursos. Portanto, a base teórica indica as coordenadas, tomadas no resgate da complexa malha discursiva que circulou via ondas sonoras e configurou transformações significativas nas relações sociais, econômicas e culturais firmadas no espaço rural. O confronto teórico-metodológico será depositado em termos concretos na análise das fontes jornalísticas, compostas por falas em muitos aspectos heterogêneas. No percurso do estudo, estarão presentes a ideologia, ironia e o simbolismo da linguagem.

O termo colônia será estudado, considerando-se seus significados culturais, sociais e econômicos. As modificações, transcorridas no “mundo” do trabalho, receberão atenção especial quanto à influência do capital e da força motora na configuração das relações de trabalho e na submissão do trabalhador. As políticas destinadas para os agricultores também ocuparão este estudo.

No Capítulo 2 será feita uma investigação, pautada nas transformações vivenciadas no campo, em especial com a diversificação do cultivo. A diversidade de aspectos ocupará o espaço das análises, entre eles o econômico, o político, o social e o cultural. A problematização estabelecerá um diálogo com as fontes jornalísticas, atendendo ao enredo dos pontos e contrapontos que habitam a temática em foco. Será estudada também a funcionalidade da cooperativa junto à sociedade, considerando suas ações e influências: exógenas e endógenas. O Crédito Rural também será estudado no sentido de que intervém na organização do espaço e na territorialização. As feições velhas e novas serão confrontadas no entendimento da diversificação agrícola, investigadas por dentro do metabolismo societal do poder oficial dos discursos.

No Capítulo 3 o debate contempla as relações de trabalho, firmadas no cultivo especializado/diversificado. As incertezas que habitaram o “mundo do trabalho” destes camponeses também receberão motivações analíticas. As novas formas de controle, estabelecidas no processo produtivo, imprimem configurações socioespaciais que transformam a fisionomia do espaço geográfico. No contexto, ocorre a expansão do trabalho morto sobre o trabalho vivo. O acentuado uso de máquinas em atividades agrícolas reduziu a ocupação humana. O controle sobre o trabalho e a redução de pontos do mesmo alimentam a precarização e ocupam o foco deste estudo. Os desdobramentos da fusão rural/urbano, articulados à intensidade da especialização/diversificação produtiva e os novos contornos assumidos na relação campo/cidade, compõem esta investigação.

No Capítulo 4 será desenvolvido um estudo sobre a interferência climática no resultado do cultivo. A essência da investigação lança a análise na identificação dos desastres, riscos e vulnerabilidades que acompanham as expectativas referentes ao desempenho das safras de verão e inverno. No texto, o enredo do debate residirá na análise das falas jornalísticas. Os fatores desastres, riscos e vulnerabilidade serão observados, considerando-se as bases naturais e econômicas. A percepção será diagnosticada através do conteúdo simbólico, presente no imaginário local. O confronto, estabelecido entre homem e natureza com o passar dos anos e que insuflou agressões ao meio ambiente, deslizará por dentro da investigação. Portanto, buscar-se-á, também, sintonizar, no trabalho, a atuação discursiva dos agentes envolvidos na configuração da diversificação agrícola. Entre estes agentes, destaca-se, em particular, a presença dos comerciantes, agricultores, cooperativas e líderes religiosos.

E, ainda neste capítulo, serão pinçados alguns aspectos da produção orgânica. No estudo prevalecerá a contraposição entre agricultura orgânica e “convencional”. A “invasão” no ambiente produzida pela adoção da biotecnologia, o cotidiano, as reações ao sistema “convencional” receberão considerações neste capítulo. No plano do discurso, serão estudados os desdobramentos dos fatos em direção às novas exigências do mercado nacional e internacional, que solicitam alimentos saudáveis e gestados em ambiente desprovido dos tradicionais riscos de contaminação. Os aspectos mercadológicos e as relações de trabalho perpassaram transversalmente a abordagem. Os encaminhamentos metodológicos da pesquisa contemplam o estudo da fonte jornalística no formato documental impressa e entrevista, atrelada ao levantamento bibliográfico, trabalho de campo, seguido de registros fotográficos.

No andar da pesquisa, retornou-se à Rádio para registrar e documentar, através de fotografia, o abrigo dos arquivos. Na ocasião, estendeu-se a pesquisa para ajustar dados referentes à audiência, considerando o recorte temporal do estudo, e, após longas

investidas, constatou-se que os dados não oficiais foram perdidos. Assim, recorreu-se ao ex-proprietário da rádio, Elio E. Winter, que prontamente respondeu ao e-mail, pois reside atualmente, na capital do Estado – Curitiba. Os dados estavam com ele até 2004, quando resolveu descartá-los. Portanto, recorreu à memória e informa que o programa Frente Ampla de Notícias acumulava “índices de audiência variando entre 82% a 87% dos rádios ligados” (WINTER, 2005)². Ainda, conforme Winter (2005), os rádios ligados abrangiam um percentual de 70% dos domicílios. Lembrou que, em determinado período, por questões políticas (Prefeitura Municipal) a audiência declinou para 78%. De outro, o programa Personalidade da Semana acumulava índices de audiência médios de 75% dos aparelhos ligados. Com relação ao domingo (meio-dia), os rádios sintonizados abrangiam aproximadamente 30% dos domicílios. Ao pontuar a sintonia da rádio aos domingos, acrescenta: “Donde a repercussão do programa ‘Personalidade da Semana’, não era tanto em função do volume de audiência e sim em função da **‘audiência qualidade’, isto é, dos formadores de opinião, em geral**” (WINTER, 2005).

Em suma, o contato com os arquivos da Rádio Difusora ocorreu por acaso, ao solicitar a gravação do hino do Município, e aproveitou-se o momento para conhecer as dependências da emissora, estúdios, jornalistas, etc. Ao adentrar na sala de redação do jornalismo, visualizou-se um armário repleto de volumes, semelhante a álbuns antigos de fotografia, inquiriu-se o jornalista do que tratavam tais volumes, e este informou que eram arquivos onde estava armazenado o programa Frente Ampla de Notícias.

² Com relação aos índices de audiência indicados na fonte, faz-se um alerta ao leitor, pois considera-se elevado para época.

No andar da pesquisa, foi localizado o arquivo do programa Personalidade da Semana, que possui fichas um tanto precárias, que informam o tema, data e o nome da personalidade entrevistada.



Fotografia 1 – Arquivo do Programa Frente Ampla de Notícias

Neste espaço foram localizadas as fontes do programa Frente Ampla de Notícias. Atualmente (2005), os volumes estão em vários espaços da emissora, e o diretor estuda a possibilidade de constituir um Centro de Documentação.

Para extrair a fala, fez-se necessário recorrer ao funcionário da Rádio, que realizou a transferência das fitas da rádio para as fitas comuns (cassete). O registro fotográfico ao lado é do estúdio de gravação do programa Personalidade da Semana.



Fotografia 2 – Programa Personalidade da Semana

Esta foto reproduz o estúdio onde se faz a gravação do programa Personalidade da Semana e outros programas.

O procedimento adotado para selecionar as fontes do FAN foi o seguinte: ao folhar os volumes um a um, observou-se que se tratava de uma tarefa longa, pois, com a ausência de índice de assuntos, foi necessário desenvolver leitura dinâmica de todas as reportagens, para posterior reprodução. As redações tratando da temática em questão (diversificação agrícola) surgiam com mais frequência nos meses que antecederiam o cultivo, tanto de verão como de inverno. Outro aspecto observado foi que na véspera de colheita a atenção dos jornalistas estava voltada para o desempenho das culturas, com forte presença de detalhes sobre as variedades, comportamento climático, etc. A seleção das fontes do FAN foi realizada conforme a agregação das temáticas agrícolas. Cortes e paráfrases foram efetuados

com o objetivo de encurtar as citações, retirar as redundâncias, ou ainda, às vezes, na mesma redação, havia várias temáticas acumuladas, extraíndo-se, dali, o texto que atendia ao objeto de investigação.

A programação da PS diferencia-se da FAN, pois estava abrigada em fitas VHS. Ao consultar as fichas, foram reproduzidas as entrevistas com personalidades que tratavam da temática da pesquisa. Ao ouvir o conteúdo, foram selecionados os trechos que tratavam da temática proposta, suprimindo-se as repetições e falhas de gravação. As fontes foram transcritas, lidas e, então, procedeu-se à construção do sumário, sobre o qual sedimentam-se os capítulos da presente tese. De modo geral, o tema agricultura, com seus desdobramentos, teve forte acompanhamento, tanto em forma de texto jornalístico, como de personalidades entrevistadas. A agricultura chegava a ocupar, diariamente, as redações, às vezes com pequenos detalhes e outras de forma detalhada. Portanto, optou-se em recolher a fonte mais completa. Dito isto, cabe registrar que, ao efetuar a transcrição da programação da PS, imobilizou-se o tom, os risos, etc. De outro, a própria característica do rádio deixa os gestos, a mímica por conta do imaginário do ouvinte. A partir das reflexões enveredadas por Angela Maria Endlich (2000), deduz-se que o pesquisador deve filtrar a condensação discursiva sob a perspectiva da análise. A autora afirma que “a capacidade de discernimento, em meio a tantas informações, torna-se mais complexa, pois a leitura pouco aprofundada e o volume de informações atropelam o tempo necessário ao comportamento crítico” (ENDLICH, 2000, p. 71-72).

CAPÍTULO 1 – UNIVERSO DISCURSIVO: DISPOSITIVO EXPLÍCITO OU VELADO ENTRE CONEXÃO E RUPTURA DA MEMÓRIA LOCAL E MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADA

*Jornalismo é ...
não ouvir rádio jamais. Nem no congestionamento.
Nem no estádio. Nem as edições extraordinárias,
com o seu falso senso de urgência e importância.*
(BARBEIRO e LIMA, 2001, p. 6)

1.1 Considerações introdutórias

Neste capítulo serão desenvolvidas reflexões sobre os encaminhamentos das questões teórico-metodológicas que permeiam a análise da construção discursiva presente na articulação do texto, da entrevista e da recepção dos ouvintes. Ao problematizar a construção discursiva será necessário reconhecer os próprios preconceitos, estabelecer a auto-reflexão e o diálogo com outros escritores. As fontes jornalísticas que integrarão este capítulo foram retiradas dos arquivos da rádio Difusora do Paraná, especificamente dos programas Frente Ampla de Notícias e Personalidade da Semana. Nos desdobramentos do estudo será estabelecida a integração entre referencial teórico-metodológico, agricultura, especialização/diversificação, geografia e construção discursiva. Na interlocução com as fontes serão observadas as configurações socioeconômicas e culturais. Em síntese, serão problematizados consensos e dissensos por meio da ideologia, ironia e do simbolismo da comunicação.

1.2 Estratégias discursivas: conflitos e desafios metodológicos

Alavancar reflexões sobre os conflitos e desafios metodológicos, encontrar nos estudos novos caminhos ou construir novas definições e reelaborar conceitos não é uma tarefa fácil, principalmente quando a heterogeneidade enunciativa habita as fontes jornalísticas. O nível do duplo enunciado, deflagrado no programa Frente Ampla de Notícias e no programa Personalidade da Semana, gera um “estranhamento” de temáticas que requerem delimitação por parte do pesquisador e a instalação imediata do dialogismo com a fonte. Neste sentido, faz-se necessário observar que entre o “[...] ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos [...]” (CHARTIER, 1990, p. 24). Portanto, ao ler os discursos faz-se necessário afugentar a sedução das palavras jornalísticas e ouvir as vozes emudecidas que estão ouvindo a rádio, sem voz na mídia. Ao enveredar para a análise da construção discursiva, é preciso admitir que se trata de tarefa difícil, uma vez que preconceitos habitam as percepções do pesquisador, que é portador dos consensos engenhados pela mídia. Portanto, a atenção deve estar voltada aos mecanismos utilizados pela rádio, para alcançar os efeitos desejados. Desse modo, a auto-reflexão e a localização dos próprios preconceitos não devem ser solitárias, mas podem e devem ser feitas por meio da interlocução com outros autores.

O aporte metodológico contemplou um exercício que combina a análise dos discursos e a investigação de campo. Na pesquisa de campo, buscou-se dialogar com os camponeses. Com o auxílio da fotografia, foi possível extrair do campo cenas cotidianas, que permitem ao leitor visualizar também as imagens observadas em campo.

Domingos Leitão (1991) conduz uma análise que incorpora textos radiofônicos. A essência deste estudo foca o potencial do texto jornalístico enquanto fonte histórica. Ao tratar especificamente da pequena emissora de rádio, observou os laços de proximidade da empresa com o incremento do comércio, indústria e agricultura. A definição do papel do rádio junto à comunidade distancia-se um pouco do entendimento dos outros autores citados neste trabalho, com os quais se foi estabelecendo um longo diálogo sobre o quadro teórico metodológico. A diferença reside no ato de considerar que a emissora prestadora de serviço e informação à comunidade, de certo modo, o faz com truculência. Os bastidores, porém, revelam um campo ideológico e este é identificado por Leitão (1991), como um abrigo não só de “informação” e prestação de serviço, mas de formação de condutas, a partir do discurso ausente, presente nas vozes perturbadoras. Portanto, o papel atribuído às pequenas emissoras é o de “[...] prestadoras de serviços vitais às comunidades em que estão inseridas e como agentes de informação para a sociedade” (LEITÃO, 1991, p. 2). E, ainda, “é importante frisar a importância que a linguagem assume no relacionamento ouvinte/emissora, já que é através dela que ocorre o fluxo de informação entre as partes” (LEITÃO, 1991, p. 2). No entendimento de Leitão (1991), as pesquisas sobre o rádio brasileiro apresentam núcleos agregados a contextos gerais, e as especificidades das rádios de abrangência regional não são estudadas. Este cenário justifica o interesse pelos arquivos documentais da Rádio Difusora do Paraná. Como os estudos desenvolvidos pela autora provêm de um encaminhamento que teve início com monografia/dissertação, ocasião em que foram consultados documentos jornalísticos de 1966—1980, desde então, outros pesquisadores alunos, bolsistas, professores, também enveredaram pesquisas junto à rádio, de modo que este contexto está sendo alterado. “Raros são os estudos publicados sobre a relação entre o rádio e seu público” (LEITÃO, 1991, p. 3), levando-se em consideração o contexto cotidiano. As pequenas e médias emissoras, em relação à sua participação no contexto cultural, social,

político e econômico, não receberam a devida atenção (LEITÃO, 1991). No entanto, “La radio y la televisión como medios de información triunfan sobre el tiempo y el espacio más aún que los periódicos y noticieros o documentales cinematográficos, asegurando una difusión inmediata en un gran radio de acción” (CAZENEUVE, 1967, p. 34).

Ao enveredar pelo caminho analítico da fonte jornalística, não é aceitável desconsiderar ou subtrair “[...] qualquer juízo de valor, com maior ou menor carga ideológica, encontrado no texto que lhe serve como fonte documental sob o risco de cometer os deslizos da superficialidade e da inconsistência” (LEITÃO, 1991, p. 98). Analisando esse contexto, é plausível reconhecer, na programação jornalística, conforme José Hamilton Maruxo Jr. (2002), a mobilização de sentidos possíveis com o jogo intersubjetivo que habita o mundo irônico dos discursos ofertados pela mídia.

Por meio da imprensa, é admissível transpor a dimensão da censura e construir argumentos fora e dentro da lógica operatória, elaborar críticas, apresentar alternativas de significados, entrar em choque com a opinião dominante. Tudo isso pode ser realizado de modo velado. O poder da ironia, que habita a mídia, transfere ao ouvinte a tarefa de interpretar o duplo caminho do sentido ligado à definição, identificação e decodificação dos pressupostos submetidos no discurso. De qualquer modo, retomando, a propósito, a questão intercultural ao estudar os discursos produzidos no contexto do enredo ideológico, o irônico remete o pesquisador ao universo das representações da comunidade local que recebe a programação do rádio. A ação desta deposita e reforça os velhos produtos culturais, sociais aglutinados no tempo, também remete a novos formatos culturais e sociais.

De acordo com Michel Foucault (1996), a pronúncia discursiva gera inquietações movidas pelo ritual das circunstâncias. Logo, um discurso de aparência frágil pode interferir nas “[...] interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10). E, ainda conforme o mesmo autor,

a sociedade desenvolve a produção discursiva de modo controlado, velado, sistematizado e redirecionado por padrões estabelecidos, que desempenham as funções de conjurar seus poderes e perigos, agindo na dominação dos acontecimentos, camuflando “[...] sua pesada e temível materialidade”³ (FOUCAULT, 1996, p. 9).

A atuação da mídia em rede (rádio e televisão), por extensão, visa angariar a atenção de uma só vez de um conjunto maior de pessoas e, para isso, estimula mais contatos continuados e interfere profundamente na estrutura dos hábitos cotidianos pautados no consumo. No entanto, seu empenho em preservar peculiaridades culturais de pequenas e médias comunidades urbanas ou rurais é inexpressivo. Os meios de comunicação atuam também na microescala, formada por pequenas emissoras, como é o caso da Rádio Difusora, que atua a nível regional. A especificidade desta última caracterizou-se na comunicação e construção de atitudes, conceitos travados na comunidade interagindo com seus aspectos culturais, sociais e econômicos, “o que gera trocas e relações constantes, cotidianas, entre as partes (comunidade—emissora) principalmente nos setores de prestação de serviços e jornalismo” (LEÃO, 1991, p. 2). A construção discursiva é produzida pela Rádio Difusora, como também por outras rádios de outros municípios, formando uma rede discursiva de ordem escalar. A escala ocupa um caminho duplo, que pode ser local, regional, nacional ou percorrer o caminho oposto.

Na aparência, o discurso relatado assume a roupagem da verdade articulada, mas a fala passa por uma seleção ou tensão, pois “[...] o jornalista não só fragmenta, como mutila e reorienta o sentido do que relata” (MARUXO JR., 2002, p. 55). No entanto, para Maruxo Jr. (2002, p. 57), “o que a imprensa tenta fazer é apagar as marcas da modalidade, para fazer o discurso tender à neutralidade e adquirir caráter de verdade. Assim, mascara-se a

³ Mais informações sobre as relações moleculares estabelecidas pelo poder, podem ser buscadas em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

adesão ou a não-adesão ao conteúdo informativo veiculado”. E assim, constrói-se o discurso.

No processo de produção dos discursos, inclui-se a identificação na análise da constituição formada por um tecido que abriga entre as fibras aberturas e articulações, incluindo códigos verbais não ditos. Além disso, o que não foi dito fica destinado ao ouvinte aglutinar e falar. No entanto, na operacionalização desta fonte deve se observar que “[...] todo [...] [discurso] determina de algum modo as respostas que a ele podem ser dadas e as interpretações que a partir dele podem ser feitas” (AMARO, Regina, 1991, p. 10). A “competência” da rede discursiva pode mobilizar o conhecimento, o sentir, o ousar, o fazer a favor das estratégias mercadológicas.

De fato, para entender os desdobramentos transcorridos no campo agrícola de Marechal Cândido Rondon, que operaram na direção e instalação da especialização, faz-se necessário ler as fontes jornalísticas no contexto das estratégias discursivas, incorporando a leitura analítica à luz das teorias do discurso. Contudo, cabe observar que o enunciador (locutor) convoca um universo de temas, que nem sempre pertencem ao seu discurso, mas, sim, ao discurso idealizado pela empresa na qual trabalha.

O encadeamento metodológico aciona mecanismos analíticos que descortinam o palco denominado Rádio Difusora. Na ordem, os atores figuram entre personalidades, locutores, comerciantes, representantes da cooperativa, agrônomos, líderes governamentais, municipais, estaduais, nacionais e outros. A platéia é composta por agricultores. O público recebe estímulos de um conjunto de personalidades (intelectuais), envolvidas também com outras instâncias (instituições) do jornalismo, formadas em cooperativas, empresas privadas, em órgãos municipais, estaduais e federais. Este conjunto de forças hegemônicas exerce influência no modo de viver local. A rádio, por meio do palco sonoro, fabrica emoções, através da construção verbal do discurso. O discurso não é racional, mas a repetição, a ação prolongada das cenas imobiliza o tempo e cristaliza idéias ou

representações e as fixa em condutas racionais. Isso porque “[...] No afã de conseguir reportagens de impacto e aumentar a audiência, certos jornalistas, às vezes, divulgam fatos que são irrelevantes para a notícia mas têm apelo emocional” (BARBEIRO e LIMA, 2001, p. 18).

A imprensa possui mecanismos para exercer influência, a curto ou longo prazo, sobre os desdobramentos dos fatos sociais. Aliado a isso, ela “[...] determina o caráter enciclopédico e interdisciplinar das informações jornalísticas que podem ser introduzidas em diferentes classes temáticas” (AMARO, 1991, p. 40). Logo, “[...] a imprensa veicula diariamente neologismos e termos técnicos ou científicos vulgarizados [...] essa característica é uma das formas de manipulação dos fatos sociais” (AMARO, 1991, p. 40).

Na interface da análise da documentação jornalística, faz-se necessário considerar a cadeia escalar do discurso, onde pode habitar a “inteligência artificial”, vestida pela mentalidade do discurso jornalístico. Ao considerar as duas faces da fonte jornalística e do discurso que nelas habita, Amaro (1991) constata que, na base desta produção, existem “[...] os contratos de autenticidade e seriedade; de outro lado, a fragmentação e personificação dos fatos sociais, sonegação e distorções e padronização das informações [...] são incorporadas no processo de análise” (AMARO, 1991, p. 81). E, ainda, ao proceder à modificação das informações jornalísticas em informações documentais, “a Documentação Jornalística estabelece, além de um segundo momento de fragmentação dos fatos sociais, um segundo momento do processo da manipulação dos fatos sociais” (AMARO, 1991, p. 81).

Num mundo guiado por constantes transformações, as trajetórias discursivas, dinamizadas por ondas sonoras de rádio, permitem recuperar idéias, ações e medidas, aplicadas aos ouvintes, no contexto da especialização agrícola. No quadro da problemática, os movimentos metodológicos assumidos pelos intelectuais ou geógrafos, dedicados ao estudo da Geografia Agrária, mantêm em foco estudos relacionados aos

desdobramentos vivenciados no campo. As manobras discursivas formulam conotações diversas em períodos diferentes, compondo a fisionomia política e ideológica do período. Assim, estendem ações para além das considerações da natureza ideológica, e “[...] isso explica a necessidade de combinar diferentes perspectivas teóricas para se estudar o discurso [...] procurando articulá-las” (MARUXO JR., 2002, p. 9). Sobre este tema, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (1998, p. 2) afirma que se pode “[...] abstrair que a atividade agrícola, como temática de estudos, sempre ocupou lugar de destaque junto às ciências no Brasil e marcou o discurso de muitas delas”. Em sua tese, a referida autora estabelece conexões entre as mudanças ocorridas no meio rural, atreladas aos novos encaminhamentos nascidos do processo de ação socioespacial. Afirma, ainda, que a modernização da agricultura, a relação estabelecida na migração campo/cidade, o estranhamento proveniente da concentração da renda e das terras, os conflitos sociais, integram as novas questões que alimentam o estudo da atividade agrícola. “O geógrafo acompanha estas mudanças vislumbrando novos paradigmas, novas teorias, uma nova realidade” (FERREIRA, 1998, p. 2).

Na realidade, o problema metodológico se concentra na fundição entre Agricultura e Geografia, nutrindo a pesquisa a partir da análise discursiva produzida na programação da Rádio Difusora do Paraná, em especial nos programas Personalidade da Semana e Frente Ampla de Notícias. Trata-se de recolher os retalhos discursivos com a perspectiva analítica de desconstrução e construção, visualizando o desempenho das atividades agrícolas firmadas no espaço rural oestino. A opção visa compreender o agente motivador que levou, em diferentes momentos, o produtor agrícola a reformular suas relações com o espaço rural. Enfim, trata-se de uma investigação da construção simbólica do agrário moderno.

Os pressupostos teórico-metodológicos deste estudo objetivam avançar em direção a uma geografia que visualiza o ser humano, não como indivíduo isolado, mas

enquanto ser inserido ao seu entorno, “resgatando a indissociabilidade das ações e reações entre os homens e deste com a natureza” (FERREIRA, 1998, p. 275). A operacionalização discursiva, estudada no embricamento das relações simbólicas, pode verter as relações culturais que estão atreladas ao modo de vida local, calcado no sentido intrínseco dos esquemas mentais. Note-se, além disso, que a estrutura de análise se ocupará de questões incrustadas na percepção dos impactos ambientais, provenientes da atividade agrícola/ou da “agricultura dos venenos” e as opções disponíveis, ecologicamente sustentáveis. Ocupar-se-á, também, das ações estratégicas investidas na sobrevivência e benefício do desempenho econômico de grupos familiares, sem danificar suas características culturais, essenciais à visão integrada do desempenho agrícola, executado numa espécie de nova pintura da paisagem, “na qual o visível e as forças invisíveis, em interação, sejam consideradas na concepção dos lugares, sem menosprezar os fluxos e trajetórias globais que os determinam” (FERREIRA, 1998, p. 275).

Se a estrutura discursiva ou ideológica é percebida, ela reorienta e refaz o sentido de um discurso. Mas caso não seja percebida, os efeitos estruturais desaparecem aos olhos do ouvinte, pois este também opera na construção. Deste modo, “[...] para construir esse jogo intersubjetivo, o jornalista só pode mobilizar o que a imprensa oferece, que é o embricamento dos códigos semióticos” (MARUXO JR., 2002, p. 10). De outro lado, o ouvinte, ao receber a construção discursiva do locutor, compreende a significação lingüística, podendo adotá-la totalmente, parcialmente ou até rejeitá-la. A atitude do ouvinte em torno da produção discursiva está em constante movimento, durante todo o contexto da audição e de entendimento, desde as primeiras palavras emitidas pelo locutor até o final (BAKHTIN, 2000). Discutir as contradições da desconstrução do discurso requer, do pesquisador, observação e análise das diferenças. Assim, para demarcar e revelar os contrapontos da fonte jornalística, faz-se necessário confrontar ciência e ideologia na engrenagem da utopia. A

difusão desta ação deve ser permeada pela articulação dos formatos sociais, pensados particularmente no contexto histórico.

A produção das notícias ocorre num universo de especificidades. A escrita muitas vezes é feita de improviso, ou, por carência de novos fatos recorre-se a um acontecimento passado, para preencher o tempo destinado ao programa noticioso. Portanto, o texto, ou a fala que foi ao ar, não expõem aos ouvintes e aos pesquisadores os bastidores da produção jornalística. No período da manhã, os repórteres coletam informações e um deles pode ocupar a tarefa de redator. Após a coleta do fato noticioso e da sua digitação, este é veiculado no horário do meio-dia. De início, a notícia era datilografada e arquivada, atualmente a notícia é digitada e posteriormente arquivada. Dependendo do fato a ser veiculado, por exemplo, o Dia do Cooperativismo, os repórteres ou principalmente o redator consulta os volumes nos quais se encontra a programação do Frente Ampla de Notícias. Foi possível observar que estes arquivos também nutrem com dados as novas redações. O aspecto que caracteriza a construção discursiva pode ser identificado na “coleta de vozes” sobre determinado assunto. Com o auxílio do gravador, o jornalista se desloca até a prefeitura e entrevista o Secretário responsável pelo setor agrícola ou o convida à rádio para fazer o registro da fala.

Ao produzir a redução da fala, o jornalista poderá fazer recortes e redirecionar o sentido ou o teor da entrevista. A entonação da voz também pode caracterizar um aspecto discursivo. Outra questão que cerca a produção jornalística diz respeito à forma como a redação e organização dos fatos será tratada, podendo existir o encontro dos discursos do jornalista, redator e do entrevistado. Mas a confluência de discursos pode constar no documento de um órgão público como o Banco do Brasil, ao ser reproduzido na íntegra aos ouvintes. Na construção da matéria, pode ocorrer a interferência ideológica a nível político, que pode emanar do diretor da rádio ou do proprietário. A organização do programa

Personalidade da Semana se dá a partir do contato com o entrevistado. A entrevista pode ser agendada com antecedência ou solicitada minutos antes, que é o caso diagnosticado em eventos de grande envergadura. Quando vai ao ar, o repórter produz uma fala para introduzir o tema, e esta articulação pode abrigar um discurso que faz predominar o ponto de vista do jornalista. A forma como a questão é sistematizada, se observada com atenção, pode denunciar a ironia contida no documento e a obscuridade planejada.

A elaboração das matérias jornalísticas vem ocupando os debates no *Manual de Radiojornalismo* de Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima. Foram sistematizados debates sobre aspectos técnicos e práticos, que devem ser adotados na construção do jornalismo. Para os autores, “[...] é preciso derrubar o biombo que esconde o processo de produção de notícias. É o fim do adágio que diz que justiça, salsichas e jornalismo é melhor não se ver como se faz” (BARBEIRO e LIMA, 2001, p. 8). A produção jornalística, segundo Barbeiro e Lima (2001), na atualidade, precisa estar aberta a novos encaminhamentos que abrigam a ética e Internet. Ambos esclarecem que “[...] não se deve confundir a irradiação de notícias esparsas, muitas vezes obtidas por meio do ‘gillete press’ – o artifício de copiar noticiário de jornais e revistas e ler no ar – com jornalismo em rádio” (BARBEIRO e LIMA, 2001, p. 12).

Neste sentido, quando trata de procedimentos metodológicos, Milton Santos (1996b, p. 59) observa que “[...] há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real [ou aproximada do fato] dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas”.

Com relação às práticas discursivas produzidas pela mídia, que afetam os agricultores, e subtraem a responsabilidade pública com o social, pode-se compreender o papel da Rádio Difusora enquanto veículo de manobra do poder público, legitimador do

processo de exclusão do agricultor, acentuado pelo grau de especialização técnica ocorrido na área de estudo. Considerando o “misterioso mundo que ora a comunicação apresenta e, ora esconde”, Maria Nazareth Ferreira (1990, p. 15) alerta para o fato de que, “[...] como produto social, a comunicação está relacionada às condições históricas, materiais, sendo reflexo da sua época”.

Os discursos produzidos fazem parte de um amplo jogo de interesses políticos, cercados por confrontos de objetivos e disputas de poder, em prol da formação de uma identidade local artificialmente produzida. Como salienta Santos (2000), faz-se necessário, ao estudar uma determinada área, considerar um conjunto de eventos configurados na combinação de forças operantes com seus emblemas e fenômenos. Por isso, a combinação de fins, meios, objetivos finais, objetivos intermediários assume novas formas ao longo do tempo. Desse modo, muda a superfície de incidência, o local de ocorrência, a ocasião e sua abrangência. Observada dessa maneira, “a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional e local” (SANTOS, Milton, 1996a, p. 120) .

A porosidade permissiva à infiltração de manifestações discursivas favoráveis à modernização agrícola reside na forte audiência que o rádio possui entre os agricultores. Assim, uma vez estruturada a mecanização e a produção em larga escala de soja e trigo, ocorreu a exportação dos cereais, avançando, da escala local, para a estadual e depois nacional. A busca de soluções para os problemas daí surgidos partiu, em parte, da escala local para a nacional e vice-versa. A mesma escala é articulada com outras escalas, construída no bojo das relações sociais, com características, muitas vezes, diferenciadas. Assim, para o entendimento do vasto campo discursivo, torna-se significativo observar que,

[...] Se há uma profunda diferença entre o ato e seu discurso (já que o discurso é um outro ato, completamente diferente do ato a que ele se refere), tal dicotomização pode nos impedir de entender que tanto o ato está inserido no discurso como o discurso torna-se impossível fora do ato e, assim, as diferentes realidades

fenomênicas de um e outro só serão entendidas se levarmos em consideração a relação de “hegemonias” dos determinantes que definem a diferença entre os dois (SANTOS, Douglas, 2002, p. 20).

A nível de verificação, a consistência que orienta a concepção da análise do discurso pode abrigar, “no mesmo domínio discursivo, variados saberes, que tanto podem provir das narrativas tradicionais, e mesmo arcaicas, quanto do discurso político e científico” (BRITO, 1994, p. 17).

Franciele A. Brito (1994) estudou a sobrevivência da cultura tradicional que integra a memória dos programas veiculados pelos meios de comunicação (em especial o rádio), bem como as manifestações que estruturam a identidade dos sujeitos sociais. Outro ponto de destaque verificado na proposta de análise de Brito (1994) foi a problematização dos meios de comunicação no contexto da não-eliminação da memória histórica dos sujeitos.

Portanto, Brito (1994, p. 4) entende que a constituição do sujeito se forma “nas estruturas discursivas, é na e pela intimação que vem dos discursos que o sujeito se constitui primeiramente pela instituição básica – a Língua”. O sujeito mantém consonância significativa com a língua que encadeia um conjunto de relações nas constelações sociais. Cabe, então, observar os vários pontos de suporte da estrutura discursiva, sem desmerecer a conduta que impera no discurso sobre os sujeitos sociais, profundamente integrados na linguagem dos significados. Interessa observar em Brito (1994, p. 5) que “cada discurso remete, de uma forma ou de outra, para enumeráveis discursos concretamente pronunciados, guardados na memória, registrados na história”.

O papel nivelado da mídia, como pensada pelos pesquisadores da Escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer), “sustenta que os conteúdos dos meios são carregados de valores que levam significados à sua audiência” (BRITO, 1994, p. 34). Para estes estudiosos, a cultura é transformada justamente para atender o mercado formatado pelo capitalista. Assim, as metáforas da visão, horizonte, conduta, perspectiva, foco de visibilidade,

enquadramento da vista, compreensão e enfoque, não podem ser entendidas pela via única do sentido lateral; de modo particular e simples “elas permitem colocar em evidência que o conhecimento, o saber (‘a visão’) estão estreitamente ligados à posição social (‘altura’) do observador científico” (LÖWY, Michael, 1998, p. 109).

No entender de Pinto (apud SANFELICE, José Luís, 2001), a ciência pode ser um instrumento utilizado em benefício da “libertação do homem”, bem como pode ampliar o horizonte na compreensão de “seu mundo”. É, então, oportuno mencionar a relevância do método da investigação na pesquisa científica, visualizando o entendimento científico, norteando coordenadas na direção e formatação da consciência do trabalhador, considerando seu mundo cultural na mesma proporção do conhecimento técnico que necessita para desenvolver suas atividades.

O sentido das influências possui a capacidade de “**fabricar a conduta**” dos seres humanos, bem como fabricar sua personalidade. Com o desdobramento do processo, os sentidos humanos estão comprometidos com a “**estética artificial**” propagada pela ação dos “**donos**” da mídia. Sobre a “**função**” da mídia na sociedade, Ferreira (1990, p. 16) diz que: “para o entendimento do papel que tem a comunicação na sociedade, é necessário localizar este fenômeno no seio das contradições sociais, no momento em que, sendo um fenômeno das relações entre as classes, passa a ser utilizado politicamente”. Assim, a formação estética, ética, intelectual de um grupo, seu entendimento do que é belo ou bom, do verdadeiro, adentram na atmosfera do jogo, fornecendo sentido e sobreposição aos esteriótipos. As ações mentais isoladas e coletivas, tanto intelectuais, emocionais, voluntárias, compõem uma parcela da constelação, que confere aos discursos (mensagens) difundidos tanto pela rádio – televisão um poder de abrangência. Estudos só do conteúdo não são suficientes para visualizar toda a atmosfera que compõe a produção desses meios (CAZENEUVE, 1967).

As abordagens da realidade social sublinham ações infinitas, e, por este motivo, salientam limitações. Para Eliseu Savério Sposito (2001, p. 102), “a análise de discursos e a incorporação dos dados contraditórios exprimem-se em diferentes técnicas de investigação como, por exemplo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, as entrevistas e, como atitudes básicas da pesquisa científica, a observação, a análise e a interpretação”. As dimensões das relações sociais têm sido também usuais na decodificação cultural. Em última instância, o discurso pode ser estudado numa perspectiva escalar, que contempla códigos, produzidos por determinados grupos. Desta forma, pode-se citar Löwy (1998, p. 203), que trata das etapas da pesquisa, como sendo,

[...] o *conjunto* do processo de conhecimento científico-social desde a formulação das hipóteses até a conclusão teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos, que é atravessado, impregnado, “colorido” por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo.

Portanto, diga-se claramente e sem subterfúgios, que o processo de ação do pesquisador, todavia, é tido sob o ângulo operacional de onde irá lançar seu olhar, definindo as bases para a parametrização dos conceitos e da própria sustentação teórico-metodológica, ajeitando o figurino com uma roupagem bibliográfica que poderá ampliar o foco de análise, ou até, dependendo da opção teórico-metodológica, ofuscar e deturpar a visibilidade.

Comparamos várias vezes o cientista social ao pintor de uma paisagem. Ora, esta pintura depende em primeiro lugar do que o artista pode *ver*, isto é, do *observatório* de onde ele se acha situado. [...] Mais um “mirante” ou “observatório” (isto é, um ponto de vista de classe) é elevado, mais ele permite ampliar o horizonte e perceber a paisagem em toda sua extensão; as cadeias de montanhas, os vales, os rios não conhecidos dos observatórios inferiores não se tornam visíveis senão do cume. Evidentemente, nos limites determinados por seu horizonte de visibilidade, os mirantes mais baixos permitem também ver uma parte da paisagem (LÖWY, 1998, p. 212).

Procurando apontar para a concepção metodológica, a partir da qual se pretende efetuar a análise do discurso jornalístico, conforme Eliseu Savério Sposito (2000, p. 18), “[...] o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar mas como

instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador”. Portanto, parte-se do entendimento de que o discurso é um processo articulado que estabelece linhas de comunicação entre pessoas, logo, “[...] é preciso abordar a produção comunicacional de nosso tempo como produto desse tempo, contextualizada na sociedade brasileira com todas as tramas e fios que norteiam seu estado” (FIGARO, Roseli A., 1993, p. 21). Partindo deste ponto, os jogos de forças oriundos do elenco das falas “**difundidas**” pelo rádio solicitam do investigador um descortinar para as considerações dos percalços impactados com o passar dos anos pelo desempenho da mídia, expressa na formação e circulação de bens simbólicos. Logo, este pode constituir-se em um campo largo, relevante ponto de discussão e reflexão para a Geografia. Os meios de comunicação formulam, modificam os significados, e tornar-se-ia relevante investigar como eles são gestados, propagados, questionados em diferentes contextos culturais e espaciais. Portanto, a mídia detém um elevado “potencial para reproduzir significados e valores hegemônicos, principalmente se for considerada a imprensa brasileira cuja propriedade dos meios de comunicação está em poder das elites” (SILVA, Joseli Maria, 2002, p. 45).

Torna-se necessário, então, pensar o instrumental metodológico para a análise da construção do discurso, incluindo os aspectos ideológicos de seus interlocutores para captar os diferentes sentidos, inquietações manifestadas no discurso. Para Sposito (2000, p. 42), o caminho dialético destaca “[...] trabalhos que se utilizam desse método se caracterizam por ser mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado”. Enfim, não basta visualizar como o público reage diante de um, ou outro programa. Faz-se necessário investigar quais os efeitos futuros dos novos meios de comunicação; e, por isso, deve-se observar as transformações que a mídia produz nos indivíduos, na sua maneira de agir, pensar, na cultura, com tendência a repercutir diretamente sobre ações e reações futuras (CAZENEUVE, 1967).

Enfim, reafirma-se, assim, que o caminho metodológico não deve ser tomado “[...] como uma profissão de fé, ao contrário, as próprias formas de tratamento das questões, a problematização, as preocupações e o envolvimento concreto, quando apontados, demonstram a trajetória perseguida” (SOUZA, José Gilberto e KATUTA, Ângela Massumo, 2001, p. 26). Enfim, considerando o conjunto de articulações que compõe o “**laboratório**” da pesquisa, entende-se que uma certa “**alquimia**” teórica poderá ser a fórmula, a partir da qual se sintoniza na análise dos discursos jornalísticos para desvendar o processo de especialização e diversificação agrícola na área de estudo.

Em síntese, a construção do caminho metodológico dinamizou o contato com os arquivos da Rádio em questão. Após o levantamento das fontes, deu-se início à reprodução do material jornalístico. O contato com o aporte teórico, referente ao tema e à fonte do estudo, acompanhou todo o processo da pesquisa. A partir da leitura e escuta das fontes, foi possível extrair fragmentos discursivos que integram o estudo. Na etapa que segue, será exercido o confronto entre teoria e as fontes, na perspectiva de análise da construção discursiva. A leitura ou escuta de uma fonte abre espaço para entender a articulação discursiva da outra. Um olhar sobre o conjunto das fontes pode aproximar a imagem e auxiliar na decodificação ideológica, irônica e discursiva. As leituras sobre o tema e a investigação de campo somarão esforços na abertura das entrelinhas discursivas. Em outras palavras, seria injusto não reconhecer o universo complexo que envolve a busca de uma metodologia.

1.3 Geografia por dentro das ondas sonoras do rádio: reflexões teóricas, conflitos e desafios

Estudar os consensos e dissensos presentes na construção discursiva requer afinidade com a reflexão teórica, ajustada aos desafios que envolvem o estudo das questões discursivas. Aos poucos, os pesquisadores e leitores estão mais atentos às questões/problemas que envolvem a produção jornalística, em especial, a representação que é apresentada sobre a sociedade, economia, política e cultura. O rádio é um meio de comunicação que chega com facilidade aos ouvintes, e assume o posto de veículo que “informa”, entretém, etc.

Pode-se considerar que a “[...] estratégia discursiva é bastante sutil: produz ao nível do inconsciente, um apelo que pode provocar a convivência do [...] [ouvinte] com um sistema de interpretação / significação previamente definido” (AMARO, 1991, p. 21). Neste sentido, o rádio pode veicular ideologias. A partir dessa perspectiva, a produção do discurso jornalístico passa por um processo de filtragem, podendo a “informação” receber diferentes ênfases, como: a emocional com destaque para a dramatização; o sensacional e o incomum. A construção discursiva ocupa diferentes lugares, e interfere na realidade social, elaborada pela palavra falada ou escrita. Este contexto implica considerar as representações construídas do mundo social. Conforme Roger Chartier (1990, p. 17), “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. A coleção de sensacionalismos circula por dentro dos sentimentos, faz e desfaz laços com o emocional. Qual o significado de sensacionalismo? Conforme o “*Minidicionário da Língua Portuguesa*”, de Francisco da Silveira Bueno, sensacionalismo é o “modo de divulgar notícias dotando-as como acontecimentos extraordinários” (BUENO, Francisco, 1996, p. 600). O efeito sensacionalista atua nas

estruturas do emocional e pode produzir modificações cotidianas. A composição desta tendência homogeneiza a posição dos indivíduos. Este fenômeno, derivado das falas dos sujeitos que atuam no palco denominado Rádio Difusora, condiciona aos ouvintes determinada posição. Os conflitos no campo das representações são abafados, fala-se em nome da maioria. Neste palco, a difusão das representações cerca, com efeito e visões adestradas, o público.

O rádio, em Marechal Cândido Rondon, ocupa lugar de destaque nas residências. Com as transformações tecnológicas, este passou do espaço da casa para os espaços abertos, podendo estar no carro, no trator, no estábulo, no chiqueiro, entre outros lugares (BRITO, 1994). Mas o rádio, em alguns casos, passou a ser levado para as atividades da roça, e substituiu o “velho amigo” cão. Então,

[...] os aparelhos receptores de rádio ocupavam lugares cerimoniais nas residências da alta sociedade [...]. Os aparelhos, combinando com os móveis coloniais, eram presença marcante nas salas acarpetadas destinadas às visitas mais ilustres (CARVALHO apud BRITO, 1999, p. 23-24).

De acordo com Amaro (1991, p. 24), “[...] a retenção da notícia depende da distância psicológica e geográfica do indivíduo em relação ao fato noticiado”. A partir dessa perspectiva, pode-se sugerir que, no ato de selecionar determinada notícia, os produtores podem fragmentar, compartimentalizar ou até desprender a notícia da base histórica – política – social – cultural. Assim, “ao nível da recepção do discurso, [...] [verifica-se] que a fragmentação / compartimentalização direciona e restringe a cadeia de interpretações” (AMARO, 1991, p. 27).

De imediato é possível observar a força do discurso atuante no íntimo do ouvinte. O universo da palavra escrita atende ao público seletivo de leitores, mas o campo de alcance da palavra falada estende a voz até os lugares mais distantes. O campo mágico em torno da atmosfera da palavra é ativado via discurso e alargado com mais intensidade em

algumas circunstâncias por meio da música ao fundo. Estes fatores em conjunto exercem ações, através do inconsciente, no imaginário da comunidade.

Ao estudar a construção discursiva, faz-se necessário observar a face discursiva produzida por atores como: jornalistas, proprietário da rádio e redatores que representam o Banco do Brasil, Prefeitura Municipal, Cooperativa (COPAGRIL), etc., que possuem suporte jornalístico e enviam documentos à rádio, onde são reproduzidos. Os representantes destas instituições usufruem do tempo que possuem, e do poder da comunicação para defender seus interesses. A outra face é constituída pela platéia, urbana e rural. A partir do recorte temático que contempla a construção discursiva, atrelada à especialização e diversificação agrícola, pode-se sugerir que os camponeses são receptivos ao desempenho discursivo. Ao sintonizar seu rádio na frequência AM, da Rádio Difusora do Paraná, o camponês garante a audiência desse meio de comunicação. A rádio, no início de suas transmissões (1966), conduziu a programação no afirmamento de determinados valores. O cultivo desses valores foi cuidadosamente arquitetado, inclusive os locutores foram escolhidos. Na escolha destes, a procedência sulista passou a ser um pré-requisito. De modo que o lado fascinante do rádio cativou a platéia camponesa.

A dinâmica contundente das questões formuladas pelo jornalista Lincoln Leduc ao pastor Eliezer Bublitz⁴, ator (personalidade) que desempenha atividades religiosas, e fala em nome da comunidade, revelou em detalhes a estrutura dos debates veiculados aos domingos pela rádio em questão. Na ocasião, o tema da entrevista foi a: “Evasão Populacional, Conseqüências que Ela Trouxe ... Inundação das Terras”. A íntegra do discurso, presente no documento, pode indicar a leitura que o jornalista faz ou apresenta para incendiar

⁴ Ao reportar-se pela primeira vez a uma personalidade, optou-se em ofertar detalhes sobre as funções desempenhadas. Em algumas circunstâncias, na redação, recuperaram-se resumidamente detalhes sobre o entrevistado. Por outro lado, dependendo do ano da entrevista, as funções exercidas pela personalidade modificaram-se. Os dados foram retirados das fichas (arquivadas na rádio), e da própria abertura que constitui a entrevista.

o debate, em relação ao Movimento dos Sem Terra⁵. Leduc, ao reportar-se ao Sem-Terras:

[...] Quem faz a lavagem cerebral? A Pastoral da Terra, a igreja ou o PT?
 Pastor: [...] Em primeiro lugar eu devo discordar de você [...] no aspecto que se diz respeito à questão de lavagem cerebral [...] eu acho que quem faz mais lavagem cerebral no país [...] a prova disso que o país não sai [...] **do [...] atraso que está são os meios de comunicações [...] como a imprensa muitas tem deturpado [...] tem informado do lado que ela quer enxergar as coisas e não do [...] lado do agricultor Sem-Terra. Porque a imprensa sempre tem enxergado do lado de quem, de quem tem poder, de quem tem dinheiro, e não do lado de quem não tem [...]** (BUBLITZ, 1994, PS, grifo da autora)⁶.

Ao considerar o palco e as personalidades que dele usufruem, cabe aqui estabelecer um diálogo que auxilie a descortinar de onde falam os personagens. O jornalista Lincoln Leduc formulou uma questão de ataque, em que configurou a instrumentalização política e econômica de um grupo seletivo, cuja atitude compromete a ética jornalística. A busca do sensacionalismo produz ecos invisíveis que escondem os bastidores, pois neles há uma equipe de apoio que exerce funções políticas e econômicas no município. Com relação a este grupo, pode-se supor que não é simpatizante dos movimentos sociais. O jornalista não é imparcial, alimenta seu mundo subjetivo e os valores transparecem na questão formulada. A informação e opinião surgiram juntas. O jornalista é parcial e revela sutilmente sua preferência política, e, ao que tudo indica, contrária ao PT⁷. Segundo Barbeiro e Lima (2001, p. 12), “[...] a busca constante de informação qualificada, séria, apartidária, honesta, fiel e abrangente deve ser o objetivo de qualquer veículo que tenha como finalidade social a prestação de serviços”. Daí, podem surgir concepções mais pluralistas no palco do

⁵ Na ocasião tratou-se das desapropriações derivadas do alagamento advindo com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Para obter informações sobre este tema, consultar GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. 2. ed. Salvador: EDUFBA : ULBRA, 2003 e RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

⁶ Ao trabalhar com fontes jornalísticas, optou-se em considerar a data da reprodução das entrevistas, no caso do programa Personalidade da Semana. Quanto às reportagens do programa Frente Amplas de Notícia, usamos a primeira palavra do título da reportagem, seguida do ano em que foi veiculada. Nos dois casos a referência encontra-se na íntegra no capítulo Referências – As fontes foram submetidas a uma breve correção gramatical, realizada pelo professor Célio Escher e Clasi Maria Schio, professores de língua portuguesa.

⁷ Estas questões foram debatidas por Barbeiro e Lima (2001) no livro “*Manual de radiojornalismo*”.

radiojornalismo. “[...] Para isso, é necessário um jornalismo pluralista, apartidário, democrático e aberto aos diversos segmentos sociais” (BARBEIRO e LIMA, 2001, p. 12).

O entrevistado, Pastor Eliezer Bublitz, rebate a questão, estampando as feridas presentes na estrutura do jornalismo brasileiro, que não calam as personalidades que advogam na contramão do sistema em vigor. Movido pela astúcia, o entrevistado aproveita o caráter do programa Personalidade da Semana e, por conhecer a estrutura do mesmo, defende seu ponto de vista, contra-ataca e apresenta os problemas que cercam os meios de comunicação, expõe a leitura comprometida de idéias que circula na mídia. No cenário discursivo, a comunicação radical ocupou espaço, confrontando pontos de vista divergentes, produzindo pequenos reflexos, firmados numa leitura crítica de entender os movimentos sociais, configurados no tempo presente. O alvo das articulações de Eliezer aponta para as relações de poder que advogam em benefício de grupos seletos, como também a leitura preconceituosa que é realizada em torno dos movimentos sociais. O Pastor Eliezer Bublitz usufrui da questão formulada pelo jornalista Lincoln Leduc, para construir um contradiscurso, que pode ser considerado também como um outro discurso.

A construção discursiva de Lincoln Leduc beira o limite da provocação e evidencia a habilidade depositada sobre a produção simbólica do discurso, vestida de informação, que absorve momentos de lazer dos ouvintes. O nível de alcance do sistema simbólico eleva a potência na cadeia da novidade, identidade de onde a individualidade é somada à coletividade. A emoção é depositada através das expressões, entonações e pausas. Mas, a acústica discursiva de Lincoln sofre fraturas. O contradiscurso de Bublitz descarrega considerável poder e fragiliza as palavras do jornalista. A venda de palavras faladas direcionadas ao público ouvinte é produzida pela indústria da comunicação, posta na condição de serviços que operam na informação da comunidade. O realismo depositado sobre a instituição rádio, no patamar de meio que informa, requer vigor do entrevistado para a

abertura de credibilidade diante do público ouvinte. Pode-se supor que, ao falar na condição de religioso, facilite a interlocução com o público. Se considerar o ponto de vista da platéia, não prevalece a homogeneidade, mas é possível indicar discrepâncias. Agricultores da comunidade Evangélica podem absorver o contradiscurso, mas as oscilações emitidas pelas palavras faladas por meio da entonação arrebatam expectadores. Isto não garante, no entanto, o entendimento coletivo. Portanto, a sedimentação e penetração mercadológica, via discurso, formatou entendimento diferenciado dos movimentos sociais.

Contudo, ao recolher a matéria-prima no formato entrevista, ocorre o encontro dos anseios do jornalista e do entrevistado. De um lado, o jornalista se mune de questões para debatê-las com o entrevistado, ou ainda pode estar preparado para atacar por meio de questões inquisitoras. A personalidade entrevistada, dependendo das circunstâncias, faz um exercício antecipado, prevendo possíveis questões que a ela podem ser destinadas. Dentro desse enfoque, a relação entre jornalista e entrevistado pode ser observada nas mediações discursivas, de onde brotam relações de poder. Segundo Manoel Vilela de Magalhães (1979), a programação jornalística não assume distanciamento diante dos valores éticos da comunidade. A opção por determinados assuntos indica a escala de interlocução entre meio de comunicação e opinião pública. Mas, na interlocução podem surgir fissuras expressivas, que abrem espaço para determinadas notícias de interesse de um grupo específico, afastando outros assuntos.

Como o programa Personalidade da Semana é reproduzido aos domingos, isto caracteriza o desempenho estratégico de “ocupar” o espaço do ócio. Conforme Cazeneuve (1967), a estratégia da mídia em ocupar os períodos de folga dos camponeses recebe atenção especial. Ela o faz pelo fenômeno de projeção que se funde na identificação com os atores. Assim, através do aparato tecnológico, os meios massais, como rádio e televisão, difundem idéias e adentram sutilmente na intimidade familiar e absorvem momentos destinados para o

descanso.

De acordo com Amaro (1991), no jornalismo também podem ocorrer erros que são denominados pela linguagem jornalística de *barriga*. Para exemplificar a veiculação de informação equivocada, Amaro (1991) apresenta a matéria publicada pela Veja no dia 27/04/83, intitulada: “Fruto de Carne”. Na ocasião, ventilou-se que pesquisadores alemães fundiram células do tomateiro e do boi, gerando uma planta capaz de agregar 50% de proteína vegetal e outra metade de proteína animal – “o Boitomate”. Para construir a matéria, a equipe usou como base um artigo de revista científica, mas este artigo não passava de uma brincadeira tradicional realizada no dia 1º de abril, que foi divulgada como fato real pela Veja. Em outro formato, a barriga pode acontecer em lances de informações plantadas estrategicamente por pessoas ou grupos das forças político-econômicas que usam a mídia para a divulgação de temas de seu interesse. A composição das matérias nas rádios comerciais avançou pelo viés da agilidade, o chamado jornalismo “abutre”. A velocidade requer ajustes constantes e reprogramações. Caso este trabalho não seja realizado com seriedade, a qualidade do jornalismo é comprometida. As informações, em muitos casos, são apenas reproduções fiéis extraídas na íntegra do jornal escrito ou Internet. Um dos problemas reside na ausência de referência de onde a matéria foi extraída, afundando a credibilidade do jornalismo. O fato exposto é um sinal vermelho para o leitor ou ouvinte, pois ambos os textos jornalísticos convocam o público para reflexão, sobre os fatos que lhe são disponibilizados em revistas ou divulgados via rádio.

O rádio, enquanto veículo de comunicação, pode exercer o papel de “informar” / ou formar condutas, como também oferecer entretenimentos. Mas, tanto a comunicação com toda sua complexidade agregada, como o entretenimento tomados por um extremo podem interferir na audiência e esgotar o “público cativo”. Na busca de alternativas para manter a “audiência cativa”, as produções passaram a equacionar medidas em busca de

solucionar os impactos. Portanto, a linguagem foi adequada ao meio de comunicação com o objetivo de envolver o público, mediante a “[...] representatividade (o rádio deve estabelecer vínculos com a comunidade, no sentido de ser percebido pela mesma como uma espécie de porta-voz, com referenciais confiáveis)” (LEITÃO, 1991, p. 28).

Em resumo, a abertura dos textos jornalísticos, na perspectiva da análise do discurso, evidencia a constante lapidação dos valores morais e sociais. Para tanto, “o domínio da linguagem presta-se, de diversas maneiras ao falante, como um instrumento de poder que se exerce através do discurso” (LEITÃO, 1991, p. 53). Contudo, a presença da linguagem discursiva configurada na forma da dominação, apresenta-se em dois formatos: Discurso Explícito e Discurso Truncado. No primeiro formato, as idéias são desenvolvidas sob o comando da didática e a articulação ocupa o espaço discursivo. Já, no segundo, o processo ocorre contraditoriamente, assume articulações rápidas e desarticuladas (LEITÃO, 1991). Enfim, os meios de comunicação produzem sensações “artificiais” de participação do ouvinte nos acontecimentos, tanto próximos como distantes. A mídia produz uma imagem de si mesma, enquanto fonte capaz de informar. No entanto, de concreto, a mídia traz os fatos despidos do processo que os veste, a nudez da “informação” e produz discursos desprocessados, que fragmentam as informações. Assim, o estudo da construção discursiva emanada pela rádio, requer afinidade do perquisador com o referencial teórico.

1.4 Formadores de opinião e intervenção da mídia no campo: imprensa x informação

A imprensa ocupa o lugar de articulista, que manipula em muitas circunstâncias o dizer alheio. Assim, os meios de comunicação fazem crer que informar é

comunicar sobre um tema atual ou inédito. O termo não possui uma definição única. A prática da leitura e análise discursiva consiste em observar o dito/escrito num discurso e o que é dito/escrito em outro, sob a perspectiva de localizar o que se diz ou escreve de uma forma e não de outra. Neste item do trabalho será feita a interlocução sobre a construção discursiva registrada nas falas jornalísticas.

Tomando, por exemplo, a concepção de Maruxo Jr. (2002, p. 95), a imprensa atribui a si própria o papel de transmissor de informações. Assim, “informar é, segundo se afirma, a tarefa principal dos veículos de comunicação [...] mas não é nunca muito simples definir ou apreender exatamente o que seja a informação de sorte que essa tarefa nunca ocorre sem problemas”. No entanto, “[...] mesmo a análise do discurso se preocupou com a problemática de informação e a dimensiona com um gênero, o discurso informativo” (MARUXO JR., 2002, p. 96). Em outras palavras, a tensão entre o sentido implícito e o explícito ocorre quando o ouvinte admite e assume o caráter informativo do rádio, dispõe-se a aceitá-lo como tal e fornece-lhe o crédito de veículo que informa. Assim, está afinada “[...] a relação entre imprensa-informação-[ouvinte] [...] é construída na base de uma intersubjetividade” (MARUXO JR., 2002, p. 108). O sensacionalismo, produzido no palco simbólico do jornalismo, interfere na construção pedagógica da informação. Os exageros exacerbados produzem respostas ou questionamentos posteriores à coleta da fala. A construção da notícia, em muitos casos, é realizada em bases generalizadas ou de pressões verbais, materializadas em questões inquisidoras produzidas e representadas pelos atores do jornalismo.

Nesse sentido, observa-se a recuperação feita pelo jornalista Lincoln Leduc, passo em que desenterra um discurso com desfecho infeliz, realizado pelo ex-ministro da Agricultura Alison Paulinelli (Governo Ernesto Geisel). Segundo Lincoln Leduc,

[...] o ex-ministro da Agricultura Alison Paulinelli, ele foi ministro durante o governo Ernesto Geisel. E a época esteve aqui em Marechal Cândido Rondon quando **fez um até hoje lembrado pronunciamento, a respeito de perspectivas de comercialização de soja. Quando a [...] soja estava crescendo, em seu preço ele sugeriu que os agricultores não faturassem a soja.** Todos protelaram a venda para vários dias e houve uma descambada geral no preço e conseqüentemente uma revolta para com o Ministro. Afora isto, nós inquirimos o ex-ministro Alison Paulinelli com relação à agricultura na sua época de governo e a agricultura de hoje perguntamos a ele: 'ex-ministro no seu período de ministério essa região do Paraná de forma geral no norte tinha café e aqui no oeste e no sudoeste era o binômio trigo e soja, hoje fala-se muito em diversificação, e muitas regiões já estão [...] diversificadas. Afora essa questão qual centro amplo parâmetro que o senhor faz da agricultura no Paraná e no país durante o período que [...] o senhor foi ministro e o de agora (PAULINELLI, Alison, 1994, PS, grifo da autora).

Paulinelli orientou os agricultores a não venderem seus produtos, em especial a soja. Certamente alguns produtores acataram a sugestão, os preços despencaram e tal fato gerou descontentamentos. No discurso, o jornalista recuperou ironicamente a memória do fato, que desgastou, em tempos passados os agricultores, e, de imediato, chamou a atenção do público para si. Mas, a essência do discurso se observado do avesso, evidencia o acato feito pelos agricultores ao ouvirem a fala de Alison Paulinelli (1994, PS). Na construção discursiva, o foco foi direcionado à crise proveniente de uma orientação equivocada, para, na seqüência, tratar de questões mais gerais. Este encaminhamento implica o comportamento da platéia (agricultores), diante dos personagens. A ordem das idéias reinventa um conjunto de práticas sustentadas na migração dos discursos.

A peculiaridade do rádio acelera a imaginação do ouvinte, por meio das lentes de aproximação, e, a este destinou-se o preenchimento das lacunas, abertas por Lincoln Leduc. É possível indicar a fragilidade desta ocupação de espaço, detida na construção discursiva do jornalista, que através dos argumentos convincentes, estampou os furos presentes na articulação do discurso realizado por Paulinelli (1994, PS). O consórcio entre pensamentos e argumentos fortes indica o selo entre o concreto e a clareza das falas. Embora exista todo cuidado em reforçar aos ouvintes a seriedade em torno da questão, a persuasão e o ponto de vista oficial vive no subjetivo mundo da linguagem falada.

Paulinelli (1994, PS) mobilizou argumentos favoráveis à diversificação e enfatizou a necessidade de o agricultor produzir mais e melhor. É comum verificar, na fala de personalidades, o reforço e motivação para que o agricultor produza mais. O fator economia brasileira foi citado no contexto do descontrole monetário e a economia brasileira foi taxada de “barbulha”.

Para o personagem Alysso Paulinelli, este quadro, à primeira vista desolador, impregnado de duplo sentido, representa um contexto amplo. O ator investe na magnitude discursiva e constrói sua fala enquanto representante da nação brasileira. Este ato implica agrupar receptores para o cultivo diversificado.

Ao observar o campo de ação do discurso jornalístico e efetuar a análise, é preciso proceder no cenário avesso do universo da informação. Um bom exemplo desse processo ocorre na seleção de uma notícia, pois a escolha desta pode determinar a exclusão ou corte de outra. Neste processo, os editores da notícia ou programas definem o que será abordado e, na sequência, colocam em pauta os temas destinados aos receptores, “[...] como se a imprensa, ao operar a seleção, fosse capaz de definir aquilo sobre o que se vai discutir socialmente” (MARUXO JR., 2002, p. 115).

Por outro lado, os desdobramentos presentes na fala do Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, Antonio L. Poloni (1999, PS), mostram que é também uma personalidade que desloca um discurso na condição de ator que fala em nome da população do Estado do Paraná, que indica mudanças de mentalidade para os agricultores, e, mais uma vez, que aponta discursivamente as coordenadas que o agricultor deve seguir. Esta manobra é claramente observada nos argumentos produzidos por Leduc, quando diz que,

Muita coisa está mudando na área da agricultura, a partir da crise que o Brasil está enfrentando. Mais uma! É a defasagem do real em relação ao dólar. **Os agricultores estão muito apreensivos.** No início da diferença cambial os agricultores se entusiasmavam, porque as exportações ou os contratos firmados em dólar, estavam sendo muito vantajosos. Hoje [...] **a soja está com seu preço muito defasado, em vinte anos, o preço da soja nunca esteve tão baixo, em dólar [...].** E isso passou a

ser uma grande preocupação, aliado a isso há o aumento dos preços dos insumos, têm ainda a dificuldade para se obter financiamentos. [...] E há o grande risco, a perspectiva pelo menos é essa de uma considerável redução na área de plantio de soja, se nesse ano a soja ocupou grande espaço, no terreno cultivável no Estado do Paraná e em todo país, para a próxima safra a possibilidade é muito grande de a soja ser substituída por milho, algodão e outros produtos. A produção levou a, que nós viéssemos para edição de hoje do jornal de domingo, no quadro “A Personalidade”, entrevista com o Secretário de Estado da Agricultura, Antônio Leonel Poloni (POLONI, 1999, PS, grifo da autora).

No decorrer do programa Personalidade da Semana, o jornalista Lincoln Leduc fez longa abertura para introduzir o tema da entrevista. O fragmento firmado pela fala do repórter fornece elementos para diagnosticar a leitura que era feita em torno dos problemas vivenciados pelos agricultores. No conjunto dos argumentos, falou-se da apreensão dos agricultores. Entre as oscilações do dólar, preços baixos, preços exorbitantes dos insumos, dificuldades para acessar aos financiamentos, foi cogitada a possibilidade de redução da área cultivada com soja e a incorporação de outras culturas. Nas entrelinhas, verte a diversificação do cultivo. O núcleo discursivo revela um jornalismo enraizado na perspectiva econômica de apresentar o meio rural.

O meio rural “[...] passa a se organizar em função dos ditados de um capital que impõe um novo período técnico – informática e microbiologia –, uma nova forma de organização do trabalho – baseada na flexibilização” (GÓMEZ, Jorge, 2002, p. 76). O ingrediente principal para atravessar a crise configurou-se no agricultor profissional (POLONI, Antônio, 1999, PS). Algumas das observações a seguir têm por base, também, a vivência, experiência e leituras pessoais. A título de exemplo, nas informações coletadas no trabalho de campo, junto aos camponeses, informalmente estes mencionaram as recomendações que os direcionaram para a profissionalização. Nesse sentido, receberam orientação, seguiram-nas, mas, na prática, por se tratar na grande maioria de pequenas propriedades, a profissionalização não vingou. O agricultor relatou que desativou a pequena horta, parou de cultivar árvores frutíferas, tudo em nome da modernização e passou a

participar da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. (COPAGRIL), cedeu parte da propriedade para os testes de novas sementes e frequentou cursos com o objetivo de se tornar um profissional, tudo em nome da modernização. Disse ainda que, ao cultivar determinada variedade de milho, o agricultor poderia participar de concurso, que premiava o produtor que colhia mais milho por alqueire paulista (2,42 hectares). O agricultor em questão foi contemplado com um computador, com o qual, diz que colocou a teoria em prática na propriedade, pautada em sementes selecionadas, insumos, cultivo, atendendo às normas técnicas. Mas, com o passar do tempo, verificou a ausência de lucro e paulatinamente reativou a horta, o pomar, as curvas de nível receberam mudas de bananeira, incrementou a produção de leite, os frangos voltaram a ciscar no pátio, e o computador ficou de lado. Assim, a estratégia da cooperativa e outras empresas de divulgar o agricultor-destaque desperta concorrência e motiva os demais a perseguir esse suposto *status*. Por outro lado, via trabalho de campo, identificou-se um fato pitoresco: agricultores que aderiram à modernização, mas não se tornaram associados da cooperativa e outros associados informaram que mantiveram em suas propriedades o pomar e os animais. Este fato evidencia que a especialização/diversificação convive com a modernização agrícola. As galinhas eram criadas para consumo, mas parte desta produção era abatida e comercializada. Havia uma parcela de agricultores que vendiam frangos vivos, isso por não possuírem carro para levá-los abatidos à cidade. Nestes casos, havia a visita mensal do “galinheiro”, que percorria os sítios com uma caminhoneta (geralmente Toyota), com rodas lameiras, para facilitar o acesso às propriedades. Além de manter a criação de frangos, em algumas propriedades havia a criação de coelhos para consumo e comercialização. Conforme informação extraída no campo, de início a produção leiteira foi viável, devido à não-adoção de ração na alimentação dos animais. Os alimentos fornecidos aos animais eram: milho, mandioca, quirera, cana, capim e grama. No plano cotidiano, observou-se que nos sítios há vínculo afetivo com os animais, pois são,

geralmente, as crianças que dão nomes aos animais de estimação que podem ser: cão, gato, pato, galinha e bezerro. Os demais animais utilizados nas atividades do campo, como o cavalo, a vaca e outros, geralmente possuem nome como: boneca, pintada, negrinha, etc.

Na sequência dos argumentos, Antônio L. Poloni (1999, PS) motivou os agricultores para a profissionalização e a administração da propriedade, refutando o agricultor analfabeto. No entender do Secretário, o agricultor deveria estar instruído para competir no mundo globalizado. A solução para o campo estaria firmada na “Reforma Agrária Educativa”. Ao profissionalizar-se o agricultor, evitar-se-ia o êxodo rural. O jornalista Lincoln Leduc, ator que assume vários posicionamentos no decorrer das programações, refez, mediante construção discursiva, o contexto que envolvia o cultivo da soja. Ao falar do mirante de uma imprensa comercial, interessada em ampliar a audiência, utilizou-se da velocidade do rádio para detalhar a atmosfera crítica que cercou os produtores. Na construção da fala, a generalização tomou conta do discurso, pois é possível admitir que esse discurso serviu a um grupo restrito de agricultores, mas não ao conjunto. Com as generalizações, foi penalizada a aplicação da pluralidade e diversidade de idéias. O ângulo do qual o discurso se farta conduz o agricultor para a via da profissionalização.

Lincoln, através da linguagem coloquial, movimenta peças em direção de seu palco de atuação, que se aproxima da conversa. Ao recolher um conjunto de elementos informativos, o repórter extrai particularidades que despertam os ouvintes do campo. Com a atmosfera discursiva a seu favor, justifica a edição e a escolha da personalidade entrevistada no programa Personalidade da Semana.

A recorrência a expressões e temáticas no decorrer da programação da emissora de rádio pode interferir sobre os receptores (os agricultores), moldando ações cotidianas. Essas pontuações permitem dimensionar a questão para a mobilização do discurso junto aos ouvintes. Como se viu, a imprensa pode deflagrar manobras e burlar seus próprios

atos, deslizar e escapar dos mecanismos de controle que ela própria arquiteta sobre a sociedade. No percurso da análise da fonte jornalística, ocorre “[...] Confluência de discursos variados, embricamento de planos enunciativos diversos, de vozes e discursos alheios” (MARUXO JR., 2002, p. 127).

Ao encaminhar reflexões com o objetivo de compreender as ações e construções discursivas, divulgadas via ondas da Rádio Difusora, junto aos agricultores da área de abrangência da mesma, torna-se relevante recompor uma soma de pensamentos com muitos pontos heterogêneos, no que tange ao papel desempenhado pelo jornalista ao divulgar as transformações técnicas transcorridas no campo. Para atingir esse percurso, “a imprensa e o discurso veiculado por ela se apresentam como um campo bastante propício à observação do fenômeno da ironia. Além de suscitar questões importantes, de ordem lingüística e [...] ideológica” (MARUXO JR., 2002, p. 6).

Desse modo, pretende-se estreitar a discussão a partir do texto “Brasil Rural na virada do milênio: a visão de pesquisadores e jornalistas”. Esta produção visou sistematizar um debate entre pesquisadores e jornalistas. O foco gerador das inquietações canalizou-se nas transformações no campo e na falta de habilidade dos jornalistas com a temática agrícola. As articulações destes últimos giram em torno de temas como: soja, crédito, leite, carne, etc., íntimos da agricultura patronal. No contexto, os setores tradicionais, caracterizados pela indústria e agricultura patronal, recebem maior atenção por parte dos jornalistas. Nesta linha de incentivo aos dois segmentos elencados, passa “batido” ao grande público a atuação do capital que desativa a geração de emprego. Pois, mesmo havendo crescimento do setor industrial, subtrai-se um número expressivo de trabalhadores vinculados a uma unidade do capital.

Lincoln Leduc sistematiza seu discurso, que antecede a entrevista com o Secretário de Estado da Agricultura Hermes Brandão (1995, PS), relatando os problemas que

afetam os produtores da seguinte forma:

O mais importante setor produtivo do país está enfrentando provavelmente a pior crise de toda a história brasileira. A agricultura está sucateada. Os produtos não são comercializados e quando isso acontece, os preços não são os combinados na hora do plantio da safra. As dívidas não podem ser pagas e a aplicação de taxas sobre os débitos aumentam os valores de forma astronômica. Que a situação está péssima todos reconhecem ou é preciso medidas urgentes para salvar a lavoura, os chefões do governo sabem muito bem. Que a questão [...] é meramente uma questão de vontade política, os produtores que estão cada vez mais falidos também sabem. Recentemente produtores de todo país marcharam até Brasília com o “caminhãoço” e foram qualificados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso de caloteiros (BRANDÃO, 1995, PS).

Nesta introdução, realizada pelo jornalista Lincoln Leduc, ficou registrada uma espécie de espargato, que dança, conservando uma abertura considerável. O equilíbrio discursivo é o balanço, embalando os problemas vivenciados no setor agrícola, em especial pela parcela dos produtores modernizados que atenderam prontamente os ditames da grande indústria, incorporando o cultivo mecanizado. No lado oposto, menciona-se a ausência de vontade política para com a causa agrícola. Um olhar para o passado histórico, em especial para o fatiamento discursivo, coloca em questão falas antigas de personalidades que, via rádio, “convidavam” os agricultores para debaterem na vizinha cidade de Toledo sobre quais seriam os preços ideais pagos pela saca de soja. Na estrutura do contexto, o jornalista atua como um espargato, que mantém um pé firmado nas causas agrícolas, pois o público ouvinte é composto por agricultores. No entanto, precisa, ao mesmo tempo, manter o outro pé apoiado nos interesses políticos, pois os representantes (diretores da rádio) mantêm vínculo político e estão diretamente envolvidos com o setor comercial, que convive estreitamente com o rádio local, através dos comerciais e, portanto, também, exerce pressão.

A agregação das peças discursivas apresenta o contexto, mas a representação em torno do setor produtivo foi consolidada sobre a particularidade dos fatos que permeia transversalmente os problemas vivenciados no campo. A justaposição dos episódios, de modo geral, remonta dados e acontecimentos que acomodaram o ouvinte,

despertaram a sua atenção e comportamento para o fato noticiado. É fundamental juntar ao contexto a força centrífuga dos formadores de opinião, que, na maioria das vezes, não advogam a favor dos interesses de significativa parcela de pequenos agricultores. No conjunto das articulações, direcionam argumentos sustentando a agricultura patronal. No circuito especializado, o jornalista encontra-se direcionado ao campo patronal (JUNGMAN, 2001).

Um entendimento da imprensa com a comunidade, seguido de uma longa interação entre ambos, poderá resultar na construção de novos consensos ou na ruptura de preconceitos erguidos em determinada sociedade, de modo que “[...] os produtores de informação podem ajudar a descortinar melhor esse mundo rural em nosso país, cuja visão predominante parece estar distante de sua real dinâmica e importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira” (BORIN, Jair e VEIGA, José Eli, 2001, p. 12). Abramovay (apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 27) considera extremada a abordagem do meio rural, apresentada pela mídia. Este procedimento promoveria um silêncio dotado de poder suficiente para calar os possíveis dissensos pautados nos riscos ambientais provenientes da agricultura “convencional”.

Ao pensar este tema, o jornalista Cláudio Emílio Cerri (apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 31) explicita que: “[...] em grande parte [há] perda de tons do jornalismo rural nos últimos anos”. Na sua visão, a imprensa especializada, ao entrar em contato com o alargamento dos debates agrários, acaba comprimida. No entender de Ulisses Capozoli (apud BORIN e VEIGA, 2001), o jornalismo atual é pouco questionado e não possui uma ação interpretativa dos acontecimentos. Na maioria das vezes, o trabalho esgota sua função na informação, que é necessária, mas não dá conta de extrair outros enfoques.

Conforme Capozoli (apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 33), alterações na estrutura das mentalidades poderiam produzir “uma nova relação de poder nas relações”. Desse modo, atualmente, “[...] a maior preocupação de um repórter é convencer seu editor,

por meio de matérias amenas e pouco analíticas de que ele não é ideológico, quando seu editor, essencialmente, tem uma postura altamente ideológica [...]” (CAPOZOLI apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 33). Ao analisar as redações jornalísticas, Capozoli (apud BORIN e VEIGA, 2001) desabafa, dizendo que as redações atuais são compostas por profissionais amargurados e frustrados, por não conseguirem atuar por inteiro diante do seu papel social. Esta postura insípida de “lugar-comum” pode ser atrelada às

[...] marcas históricas de mentalidade escravista, de pouca participação e de pouca polêmica democrática, “uma cidadania a ser conquistada”, [...] o jornalismo agrícola que segue as linhas do jornalismo econômico não traz nenhum desassossego para o *status quo* (CAPOZOLI apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 33).

Considerando a concretude e os desdobramentos históricos do jornalismo, Borin e Veiga (2001) entendem a imprensa num espaço de ação urbana, relegada aos interesses do mercado. Borin (2001) insiste na relação da mídia vinculada ao capitalismo. Na sua interpretação, o formato atual da mídia ainda segue essa linha de ação, “[...] com raros momentos de análise de qualidade sobre o mundo rural” (BORIN e VEIGA, 2001, p. 33). Há um significativo consenso entre os jornalistas participantes do evento “Brasil Rural”, em torno das limitações, vivenciadas na profissão e o caminho apontado que requer “[...] dos jornalistas um comportamento responsável e pluralista, garantindo informações de qualidade que pelo menos seja capaz de veicular as diversas opiniões sobre o tema no Brasil” (BORIN e VEIGA, 2001, p. 34).

Veiga (2001) caracteriza a mídia atual fortemente detida ao espetáculo. Esta espetacularização da notícia apresenta, com demasiada frequência, a violência, o consumismo. Neste particular, lembra-se o favorecimento que é direcionado ao espaço urbano. Na pauta das discussões jornalísticas, os problemas sociais são apresentados no palco dos acontecimentos da metrópole. Este ângulo fornece um enfoque de via única, desprestigiando os acontecimentos locais que, em muitos casos, perdem espaço para as

“overdoses” de notícias excessivamente canalizadas para a violência. Este aspecto seletivo é importante ser mencionado, pois, se o comentário do jornalista é ofuscado, isso se dá “[...] por meio das palavras do outro, ou do seu discurso, o jornalista cria a ‘ilusão’ da verdade, porque se apóia justamente no que é afirmado por outros” (MARUXO JR., 2002, p. 25). O universo de representações discursivas, neste caso, cria ilusões, porque, ao diluir um discurso em outro, modifica o primeiro pautando-se na escolha. Neste processo de seleção, o jornalista reproduz diante dos ouvintes a escolha que fez e a apresenta como a “verdade”.

Os discursos guardam certa semelhança entre si. De início, avalizam a modernização: a retirada da floresta, uso do trator acoplado ao conjunto de implementos, melhora genética dos animais. Com a consolidação da modernização, o foco das abordagens passou a veicular as trocas de governo e atrelá-las às crises econômicas do país. As inquietações circulam da escala estadual para nacional e culminam com o diagnóstico local. O avanço escalar da comunicação em algumas circunstâncias ativa as notícias internacionais, com isto relega a segundo plano os interesses da população local. A condução em doses elevadas de informações internacionais pode influir no modo de vida local.

Conforme o jornalista Lincoln, ao entrevistar o chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura – Rainer Zielasco (1995, PS),

Com a posse do nosso governo do Estado, tendo à frente Jaime Lerner [...] o passo [...] e está passando por uma reestruturação. O setor agrícola é um dos mais visados [...] Na região Oeste do Paraná o setor agrícola vem enfrentando uma crise muito grande, a exemplo de todo o país. Mas, **considerando que a região é eminentemente agrícola, a situação agrava-se na medida em que em muitos municípios a diversificação não é grande.** E na própria microrregião Marechal Rondon Toledo, existe a diversificação, mas não em cada propriedade, conseqüentemente a situação [...] é bastante grave (ZIELASCO, Rainer, 1995, PS, grifo da autora).

No discurso em questão, a diversificação é dimensionada como insuficiente, os argumentos enfatizam os fatos econômicos e os espacializam na base regional. Na configuração discursiva, a microrregião de Marechal Cândido Rondon é essencialmente

agrícola, por isto sofre mais com a crise. Nas entrelinhas indica a diversificação como solução para os problemas vigentes.

As observações a seguir foram efetuadas por meio de leituras, interlocução com fontes jornalísticas e vivência pessoal. O detalhamento discursivo dos extencionistas solicitou a aquisição de maquinários, que deveriam ser acoplados ao trator. Mas os obstáculos que poderiam afetar o camponês, como acesso ao crédito, dificuldades em pagar os empréstimos, foram cuidadosamente afastados do discurso. O procedimento da comercialização de maquinários e insumos atribuía o desempenho da colheita à sua aquisição. A padronização da renda por alqueire, “qualidade dos grãos”, estimulou o camponês a adquirir os produtos acima indicados. Assim, a aquisição de maquinários agrícolas ocorreu na soma de interesses da indústria, comércio e, também, do agricultor que estava atento às divulgações. Ao solicitar financiamento junto à agência bancária, não havia, em algumas circunstâncias, a orientação adequada ao agricultor, de que o dinheiro deveria ser aplicado na lavoura ou na aquisição de maquinários, e não gasto em lazer. De outro lado, a síndrome dos empréstimos tomou formas extremadas, situação em que o agricultor requeria o empréstimo, mas, por negligência ou confiança na agência bancária, não fazia cálculos matemáticos para diagnosticar a viabilidade da quitação, o que se tornou um fator desestabilizador do camponês. Cabe registrar que, no período de efervescência da modernização, as negociações, geralmente eram realizadas pelos homens. Os eventos festivos sistematizados entre agricultores e bancários serviam de canais construídos na “amizade”, confraternização, confiança, facilitadores das futuras negociações. No período que antecedia a festa do município (julho), o camponês recebia inúmeras visitas dos representantes das empresas que comercializavam maquinários. Ao ser convencido a adquirir colheitadeira ou outro maquinário, em muitos casos não o retirava do pátio da empresa, para ficar exposto durante as festividades de aniversário do município. A festa do município é realizada no Parque de

Eventos, onde cada empresa organiza a exposição. As máquinas vendidas, geralmente, recebiam uma “plaquinha” com o nome do agricultor que realizou a aquisição. Este recurso era um chamado para outros agricultores adquirirem maquinários. Na comemoração, o agricultor e família, ao adquirir antecipado seu maquinário, garantiam o convite para o almoço no estande da empresa, regado a boi no rolete, churrasco, saladas e bebidas. Em nível de receptividade, os agricultores passaram a identificar-se com os discursos e atribuir valor simbólico à placa, ao convite e ao almoço realizado com a equipe da empresa. Em suma, pode-se sugerir que o estilo da comemoração não ofertava benefícios ao agricultor, pois as supostas regalias foram cobradas no ato da venda do maquinário.

Sobre a construção discursiva referente à tecnologia, optou-se em resgatar a fala de dois camponeses com enfoques um pouco distintos. Esta retomada do sujeito camponês sinaliza a existência de dissensos, em meio à insistente tentativa de construção de consensos. O custo da modernização e da própria tecnologia foi identificado pelos camponeses. Em detalhes, o agricultor⁸ diz:

Nos primeiros anos quando nós viemos pra cá, nem **rádio** não tinha [...]. **Depois a gente conseguiu o rádio** [...]. Isso muda, hoje em dia tem muita gente que fala, porque não tem dinheiro é ruim; só que hoje nós temos carro, temos televisão, temos geladeira, congelador, tem banheiro em casa, tem luz, tudo isso [...]. Aqui custa, aí que vai o nosso dinheiro, mas nós temos cômodos, temos vivendo bem [...]. (D apud SCHLOSSER, 2001, p. 47, grifos da autora).

O contraponto estabelecido por F (apud SCHLOSSER, 2001) evidencia que o camponês observou a retirada de subsídios para a aquisição de maquinários. Assim, “[...] Naquela época era mais fácil, era juro [...] barato. A gente sabia quanto precisava prá pagar. Por exemplo, máquina. Compro trator, então aí depois colhedeira” (F apud SCHLOSSER, 2001, p. 68).

⁸ Optou-se, no trabalho citado, não expor a identidade do camponês.

A divulgação de um novo trator, colheitadeira geralmente era feita pela rádio na forma pessoal, ao indicar os nomes dos produtores que haviam consolidado a compra. Estes agricultores possuíam propriedades maiores e “freqüentavam” com certa assiduidade a construção discursiva. Na prática, tratava-se de incentivo à comercialização, divulgação e troca dos maquinários. Então, pode-se sugerir que estes fatores, consolidados discursivamente, constituíam-se em barreira a ser transposta para se alcançar a diversificação do cultivo.

A construção discursiva de Lincoln Leduc, ao contextualizar a informação, assume o papel de articulista. A platéia é conduzida à diversificação agrícola. Neste ato, assume o discurso do governo do Estado do Paraná e o traduz à população. A omissão habita o discurso e preserva os interesses dos grupos no poder. A função social recebe passadas ideológicas e o jornalismo focado configura-se em negócio.

Numa escala de análise comparativa entre imprensa urbana e rural claramente posta, Borin (2001) retoma a atuação da imprensa no tempo, período em que os meios de comunicação atendiam aos interesses dos produtores de café e comerciantes. A ofensiva ideológica dos meios de comunicação não abria espaço para temas específicos, como os problemas vivenciados pelos colonos do interior, em relação ao trabalho, acesso ao ensino, saúde, e outros. O foco de interesses apresentava a economia do país pelo enfoque dos grandes proprietários. Desde o nascimento até os dias atuais, a mídia

[...] reproduz, na cidade, que tem uma economia rural, o material da grande metrópole que vai por meio das agências nacionais ou por um jornal. É possível encontrar nela, às vezes, até uma boa cobertura de temas internacionais e nacionais junto com uma abordagem medíocre da realidade local (BORIN, 2001, p. 54)

A esse respeito, é interessante observar que os veículos de comunicação apresentam-se enquanto porta-vozes alheios aos problemas locais. A trajetória dos meios de comunicação, ao divulgar o rural, o faz do ponto de vista turístico e ecológico. Desse modo,

por ironia ou incapacidade, a cobertura jornalística não mostra as contradições íntimas do sistema produtivo. Conforme Maruxo Jr. (2002, p. 7), “[...] nem todos percebem a ironia ou não a entendem da mesma forma, é pertinente avaliar em que medida a percepção e a não percepção interferem na construção do sentido”. Por este motivo, o sistema produtivo é apresentado, por grande parte dos meios de comunicação, descolado do restante da economia. “[...] Mostra-se o exótico, o artístico, o turístico, mas não a realidade internalizada nesses rincões mais afastados dos grandes centros, que constituem a base física maior do país e que têm uma importância social muito maior do que as projetadas nas estatísticas econômicas” (BORIN, 2001, p. 55).

As rádios podem ser compostas por duas tendências: a rádio de mobilização conhecida como AM e a rádio de relaxamento nominada de FM. Portanto, “[...] pode-se classificar as emissoras que operam em amplitude modulada (AM) como rádio de mobilização e as que operam em frequência modulada (FM) como rádio de relaxamento” (LEITÃO, 1991, p. 31). Contudo, é possível admitir que o fluxo das informações direcionadas ao agricultor via rádio, no município em estudo, tem grande audiência. A Rádio Difusora possui frequência AM e FM, as programações mantêm um canal duplo: na AM é veiculada uma programação que envolve mais o público rural e na FM predomina uma programação musical mais urbana.

O papel mais ativo conferido ao rádio junto ao campo, para Borin (2001), é uma história do passado. Na visão deste intelectual, o rádio ocupou a cena principal junto ao público rural nos anos 40 até o fim da década de 70. O volume das mensagens deste instrumento de comunicação atua na escala interativa nas grandes cidades. “[...] Há uma fragmentação das emissoras por meio das FM’s – hoje, a maioria das emissoras no Brasil opera em FM, com alcance setorizado, limitado – e elas se especializaram na cobertura local” (BORIN, 2001, p. 55).

Enfim, o desempenho com a produção discursiva encaminha ao público ouvinte determinada explicação dos fatos. Ao participar da construção da identidade local, reforçam-se valores de interesse do capital. Mas os camponeses identificados com o cultivo orgânico buscam alternativas diferenciadas na forma de cultivo, incluindo a busca de filtragens das “informações” a eles direcionadas via rádio. A busca de informações ainda recente sobre agricultura e mídia é feita pelas organizações camponesas, que, em eventos, convidam especialistas para debater a temática: mídia, discurso e agricultura orgânica. A produção de discursos da Rádio Difusora do Paraná ajusta-se à linguagem local. Isto a diferencia da mídia massiva, que no discurso se coloca na condição de meio de comunicação aberto às especificidades locais.

1.5 Fisionomia da rádio e a personalização do ouvinte

Ao considerar o conjunto de feições que caracterizam o rádio e sua programação, será identificado, por meio da análise discursiva, o procedimento de pessoalizar a organização e o estímulo à personalização do ouvinte. As constantes reprogramações nos horários da programação da Rádio Difusora buscam abranger e mobilizar o público ouvinte. No campo, uma parcela significativa de agricultores ouve o rádio somente em alguns horários. Neste sentido, o empenho em planejar a programação busca alargar a audiência continuada e construir uma “programação” para o rádio que a distinguisse de outra emissora. Assim, a abertura para sugestões provenientes dos ouvintes permitiu, por meio de cartas, telefones, replanejar a programação: “[...] a emissora faz os devidos ajustes de horários e tipos de programas com a intenção de agradar a todos os substratos de seu público e proporcionar um

melhor rendimento na relação ‘número de ouvintes por hora diária de emissão’ ” (LEITÃO, 1991, p. 29).

A programação do jornal Frente Ampla de Notícias ocorre ao meio-dia. Neste horário os agricultores estão descansando, tomando chimarrão ou almoçando. Portanto, as constantes reprogramações ajustam o horário para direcionar as notícias a um grupo significativo de agricultores. O programa Personalidade da Semana vai ao ar ao meio-dia de domingo, o horário e dia escolhidos para que haja o encontro entre personalidade e público ouvinte.

Normalmente, “[...] Na área rural, o processo é diferente. De manhã, ao acordar, o trabalhador escuta pouco rádio. Em geral, a estação local passa um programa caipira, de humor. Depois, um informativo de abrangência regional [...]” (BORIN, 2001, p. 56). O volume de audiência do rádio foi paulatinamente perdendo terreno para a televisão. A televisão passou a mobilizar a atenção dos agricultores no período noturno. Com o auxílio da parabólica, este meio de comunicação chegou nas áreas rurais mais remotas. O papel ativo conferido à televisão é portador de programas que desvirtuam a realidade, com doses elevadas de sensacionalismo. A atuação da imprensa especializada enfrenta dificuldades diante do alargamento das fronteiras temáticas. Esta difusão dinâmica ultrapassa a porteira e rompe com as cercas tradicionais (CERRI, 2001). Diante desta transformação o jornalismo ainda não acompanhou a velocidade das transformações que permeiam os temas agrícolas. Assim, “acomodando, o jornalismo dito especializado não se questiona, fechando-se num espaço afunilador e repetitivo que ocupa um terreno cada vez mais subalterno no interior das empresas e no mercado editorial” (CERRI, 2001, p. 62).

Como já foi dito, a programação foi cuidadosamente ajustada aos horários em que o agricultor permanece dentro de casa. Este recebeu inúmeras designações por parte da redação jornalística, instituições e personalidades. Mas, o termo camponês não foi

utilizado, pois este está enraizado na luta pela terra, vivência e permanência do camponês na mesma. De outro, os camponeses com propriedades que não comportavam maquinários, nem o sistema modernizado, por sua vez, sujeitos que não participaram integralmente do processo modernizador, não foram considerados no discurso. A construção discursiva vestida de informação assume a face de quem informa do lado de quem defende os interesses de grupos com poder significativo.

O empenho do elenco de produtores na construção da “fisionomia” do rádio desemboca, também, na personalização do ouvinte. O acúmulo de ações discursivas cativa a proximidade com a comunidade, estabelece estímulos que exercem forças sobre os sentimentos mais profundos do grupo. Estes laços são soldados por discursos calorosos, em atos de solidariedade, participação nas festividades religiosas, esportivas, etc. Como exemplo, podem-se citar as tradicionais partidas de futebol entre a equipe da Rádio e os jogadores de determinada comunidade, em cujo final, ocorre um momento festivo regado a churrasco.

Por outro lado, a empresa de comunicação convive com a reação e pressão exercida pelo público ouvinte. As manifestações produzidas podem ser endereçadas aos comunicadores ou à programação como um todo, interferindo no conteúdo e formato da programação da rádio. Neste processo, ainda permanece uma legislação desatualizada que abre caminho ao controle governamental, pois este faz a concessão, e em momentos críticos no patamar social ou político exerce pressão. E, ainda, existe “[...] o controle governamental que é exercido desde o momento da concessão, sempre emitida a título precário e renovável periodicamente, e que se torna acentuado em momentos de crise social e política” (LEITÃO, 1991, p. 33). O grupo que está à frente do meio de comunicação nem sempre cede às ordens governamentais, ou aos desejos do público. Pois, o jogo de interesses executa manobras camufladas para suavizar as críticas ou driblar impasses para atender aos anseios de seu grupo social e levar ao público ouvinte os seus pontos de vista (LEITÃO, 1991).

As pesquisas realizadas no campo da identidade jornalística possuem diferentes desdobramentos, definidos por Cerri (2001) como empresas de comunicação portadoras de uma miopia que dificulta o processo de reciclagem. Desse modo, “a cobertura do setor [...] acomodou-se no autismo histórico de quem enxerga o campo como um mero entroncamento de safras e insumos. A abordagem a-histórica e anacrônica conduz ao ciclo vicioso de irrelevância comercial e editorial” (CERRI, 2001, p. 63). O procedimento irônico ou depreciativo da imprensa pode ser observado na análise discursiva dos programas jornalísticos. Conforme se aludiu anteriormente, “[...] de uma forma ou de outra, seja devido à orientação ideológica seja devido a outras razões, permanece a possibilidade de ver na ironia uma forma de manipulação da informação através da construção discursiva” (MARUXO JR., 2002, p. 8).

No jornal Frente Ampla de Notícias (1993), ocupou espaço a constatação dos focos da Febre Aftosa na Região Oeste. Na fonte, podem ser identificados os seguintes desdobramentos:

A origem, o desespero dos produtores, os prejuízos causados no que tange à exportação com o fechamento das fronteiras, serão alguns dos assuntos a serem abordados no jornal de Domingo, no quadro Personalidade da Semana. [...] Um dos produtores que contabiliza maiores prejuízos é o suinocultor Paulo Dresch, que foi obrigado a sacrificar aproximadamente 500 animais, sem contar dezenas de suínos que foram para abate.

Ele irá destacar em “A Personalidade de Semana” fatos comprometedores até mesmo em relação ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento a partir da constatação dos focos.

O quadro “Personalidade da Semana” será levado ao ar ao meio-dia de amanhã no jornal de Domingo da Rádio Difusora do Paraná (PÂNICO, 1993, FAN, grifo da autora).

Na ocasião, tratou-se dos prejuízos advindos com a doença, em especial o comprometimento da comercialização de bovinos e suínos. A formulação do alarme “navegou” pela estratégia de despertar o agricultor para cuidados como: frear o transporte de animais provenientes do país vizinho (Paraguai), para o Brasil. Na ordem das articulações, em torno da problemática, compareceu com destaque a atuação dos técnicos, fiscais da Secretaria

de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), nos trabalhos de vacinação dos animais. Com esta formulação, não se objetiva desmerecer a dedicação e mobilização para a vacinação, mas reiterar que o empenho para eliminar determinada epidemia, pautado em recursos humanos e outros, atende a interesses específicos, ou seja, o comprometimento da saúde dos animais, na sequência, fragiliza sua comercialização e gera impactos negativos no comércio local.

A característica da doença requer o abate dos animais infectados, portanto determina a interrupção brusca da comercialização dos animais, bem como seus derivados. O estado de alerta foi expressivo, pois a morte de matrizes, reprodutores, sinalizou para um longo bloqueio na produção. A reposição destes animais levaria muito tempo, os prejuízos afetariam os camponeses, como também poderiam colocar em condições de aperto o setor comercial.

A formulação extraída na íntegra permite observar a conexão realizada entre o programa Frente Ampla de Notícias e o programa Personalidade da Semana. Este embricamento sinaliza para o caráter estratégico de tratar a temática com mais tempo e mais detalhes no jornal de domingo. A mobilização discursiva trafegou na via alarmante, como o fechamento das fronteiras, os prejuízos advindos com o sacrifício dos animais e, por último, indica para possíveis deslizos praticados pela SEAB.

Na fonte, a construção discursiva opera com novos atores. Direto da platéia, o suinocultor passa a ser personalidade. Esta interlocução apresenta /ou representa o sujeito / camponês, no universo do drama proveniente da febre aftosa, mas não assegura a receptividade homogênea diante do fato veiculado. A troca de papéis não indica ausência de tensão, pois a fala do agricultor não expressa compromisso com a opinião do grupo. Também, é possível observar, no discurso acima, a formação de sentido, que ocorre por meio de fórmulas congeladas, ao tratar de animais ou plantas. Estes exercícios valorizam a atividade

do ouvinte, considerando a sua preocupação e conhecimento, e, através da comunicação, podem estimular a ação desejada.

Todo este contexto irriga expectativas que mobilizam os ouvintes para o respectivo programa. Pode-se supor que a gravidade dos fatos mereça atenção, mas, aliados ao contexto, habitam outros interesses de grupos com poder articulado, aos quais a não-adoção da vacinação e o possível comprometimento da comercialização de bovinos e suínos impacta e compromete sua estrutura econômica.

Pode-se ressaltar a conexão existente entre o programa Frente Ampla de Notícias e Personalidade da Semana. No jornal de domingo, foi debatida a colonização da Amazônia. Com mais detalhes:

No domingo que passou, em Personalidade da Semana, nossa reportagem apresentou a primeira etapa da reportagem que foi realizada nas áreas que estão sendo colonizadas no norte de Mato Grosso.

Entrevistas contendo depoimentos de pioneiros revelaram as dificuldades que são enfrentadas no desbravamento da floresta amazônica, ao mesmo tempo que apresentam relatos das primeiras grandes conquistas na área. Amanhã no Jornal de Domingo, estaremos apresentando a segunda parte desta matéria que tem ligação com o oeste do Paraná, primeiro porque os colonizadores que estão abrindo as portas da Amazônia são todos oriundos de nossa região.

[...]

Na matéria Mato Grosso – terra do presente, segunda parte, serão apresentados relatos sobre a capacidade de produção, armazenagem escoamento, mas também relatos relatando as grandes dificuldades enfrentadas.

A grande quantidade de mosquitos que judiam principalmente das crianças, a água que em épocas se torna escassa, a falta de comunicação com outras regiões. **A solidão pela falta de rádio para sintonizar e ouvir notícias** (QUÊ, 1986, FAN, grifo da autora).

Estrategicamente foram divulgadas as conquistas (dos colonizadores) para despertar a atenção dos ouvintes. Outro recurso, utilizado para atrair os ouvintes, foi mencionar que os colonizadores da Amazônia residiam anteriormente na Região Oeste do Paraná. Os colonizadores foram colocados na condição de desbravadores, mas os motivos que os levaram à condição de migrantes foram subtraídos. A região amazônica foi apresentada num quadro promissor. As dificuldades mencionadas foram vivenciadas na prática pelos pioneiros residentes no município. Pode-se sugerir que a reportagem é um atrativo em busca

de novos colonizadores. Na ocasião, aproveitou-se a atenção do público para lamentar a ausência do rádio, a qual recebeu tamanho significado, pois sem o rádio a população estaria abandonada ou só.

Contudo, sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da mídia, Cerri (2001) afirma, ainda, que os problemas existentes não são intransponíveis. O autor referiu-se ao discurso absolutista do sistema agrobusiness, o qual possui conotação vulnerável diante da opinião pública. Em suma, a partir da popularização da televisão e da Internet, avaliações precipitadas indicavam, se não o fim do rádio, o enfraquecimento de sua atuação e recepção. Mas as empresas de rádio aderiram às novas tecnologias e impulsionaram as ondas da rádio por meio de fibras óticas, Internet, e estenderam a programação das rádios locais numa escala tão abrangente que surpreende os jornalistas, locutores e o próprio público ouvinte. A linguagem da rádio passou por transformações, a interlocução com o público pode ocorrer ao vivo, via telefone ou pela via eletrônica (e-mail). É possível supor que esta atualização na comunicação não apagou as ideologias que habitam o jornalismo.

1.6 Colônia

Ao iniciar investigações com a fonte jornalística, constatou-se, ao longo das construções discursivas, a constante utilização do termo colônia. Tendo em vista esta questão, serão observados os diferentes significados atribuídos ao termo, no contexto da dimensão social, econômica e cultural. A nível das relações sociais entre camponeses envolvendo o lazer, o termo surge nas conversas, nos bares e festas. Na área de estudo, existem alguns comerciantes com considerável patrimônio e constantemente “as pessoas dizem: vamos tomar

uma colônia”. Na verdade, eles empregam a palavra colônia com dois significados: o primeiro que se refere a beber uma cerveja denominada Colônia e o segundo como piada. Ex. De quem vamos tomar uma colônia. Essa brincadeira refere-se à ganância de um dos comerciantes. Comentam ironicamente que, quando o comerciante ouve a frase “vamos tomar uma colônia”, entra em desespero e pergunta: de quem? Esse termo encontra-se nas falas dos agricultores, políticos e comerciantes e aos poucos foi recebendo diferentes encaminhamentos. O objetivo deste item do trabalho é problematizar superficialmente o desmonte do discurso a nível ideológico, mas caracterizar como cada personalidade/entrevistado define colônia.

O termo colônia foi caracterizado por Bublitz (1994, PS) como lugar onde reside ou trabalha o agricultor.

Com a barragem de Itaipu [...] com os agricultores na questão da barragem [...] é com os agricultores que aqui por exemplo eram bóias-frias [...] e que teriam [...] seus empregos, quem trabalhava pra agricultores teriam seus empregos também perdidos. Então a preocupação não era só de indenizar o proprietário da terra, mas também de procurar ver uma alternativa pra aqueles que teriam seus empregos perdidos [...] e **quem trabalha na colônia** isso nós podemos perguntar pra qualquer agricultor, quem trabalhar na terra quer continuar trabalhando na terra, porque é aquele serviço que ele sabe fazer, e aquele serviço que ele gosta de fazer [...] (BUBLITZ, 1994, PS).

No início da colonização, para os (historiadores) que estudaram as migrações no município, a área colonizada pertencia à colonizadora MARIPÁ e foi dividida em lotes/ou colônias com cerca de 10 a 12 alqueires paulistas (ou 24,2 a 29,04 hectares). Cada colônia de terra era direcionada para um córrego, formando uma “espinha de peixe”, favorecendo, assim, as propriedades com água. O pastor Bublitz (1994, PS), enquanto Personalidade da Semana, falou dos movimentos sociais, em especial tratou das exclusões que o alagamento do Lago de Itaipu causou na Região Extremo Oeste do Paraná. Enfatizou que o alagamento promoveu a exclusão do agricultor, mas afetou também os bóias-frias que trabalhavam nas propriedades alagadas. Por ser solidário com os movimentos sociais, o pastor reivindicou atenção das lideranças políticas para os trabalhadores bóias-frias excluídos. Mas

como eram trabalhadores sem posse, não foram indenizados pela hidrelétrica. No contradiscurso de Eliezer, é convocada a voz de defesa aos interesses dos camponeses, afetados pelo alagamento, originado com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Mas a defesa não se estende a todos, pois uma parcela significativa de agricultores saiu satisfeita com a indenização atribuída às propriedades.

Nota-se que Bublitz aproximou ao termo colônia à problemática dos bóias-frias. Com lentes mais apuradas, diagnostica a questão, não apenas pela percepção, mas refez o percurso a partir do ponto de vista de como os fatos são conhecidos. Assim, reavivou as tensões vivenciadas pelos trabalhadores, desvencilhando a construção ideológica e generalizada propagada pela mídia. Nos discursos especializados, a problemática do alagamento foi expressa do ponto de vista dos agricultores proprietários. A eficiência da ação discursiva abateu ou fragilizou as vozes dos bóias-frias, pois a tendência da construção discursiva foi a de massificar a fala, de modo a desconsiderar, ou não dar espaço para as vozes representadas pela minoria. Somados a essas questões, estavam os interesses dos gestores da Hidrelétrica de Itaipu, que buscaram fomentar uma comunicação “eficiente”, e capaz de disseminar os seus ideais, tornando-os conhecidos e aceitos socialmente.

Para Bublitz (1994, PS),

quem habita nessas quatro regiões enxerga diariamente dezenas de famílias vindas do interior para cidades, nessas quatro grandes cidades que são as quatro cidades pólo do Oeste do Paraná. E as pessoas vêm de onde se nós olharmos Marechal Cândido Rondon vêm de Curvado, vêm de Vila Nova, [...] vêm de Pato Bragado, vêm de Entre Rios, vêm de Santa Helena. Dos municípios pequenos ao redor. **E gente que tá saindo da colônia e tá vindo pra cidade na esperança de aqui ter um trabalho [...].** isso significa [...] surgiram porque agricultores ficaram de fato sem terra, pelas poucas condições [...] que o governo dá pro agricultor manter na terra. Isso não mudou de 82 pra cá. [...] Não há uma política agrícola voltada pro pequeno agricultor, há uma política agrícola voltada pro grande [...] ou pro médio bem estabelecido, esse tem condições de ir pro banco fazer empréstimos [...] e pagar eles [...] (grifo da autora).

Na seqüência, Bublitz (1994, PS) apresentou o contexto das exclusões dos camponeses, motivadas pela dinâmica campo/cidade. Em sua fala, tratou com detalhes da

procedência dos agricultores para o município de Marechal Cândido Rondon. No entender do pastor, os distritos liberam população para a área urbana, mas os antigos distritos, como Pato Bragado e Entre Rios, recentemente emancipados (hoje pequenos municípios), liberam população para o município em questão. Em decorrência das análises feitas pelo pastor, este estava num mirante privilegiado, em que o contato com os membros das comunidades de Marechal Cândido Rondon e os registros de novos “fiéis” na comunidade alimentavam os dados, assinalando a procedência dos novos membros. O termo colônia recebeu mais significados ou ressignificados. O agricultor que foi expulso da propriedade, movido pela esperança de encontrar uma vida melhor na cidade, fez o deslocamento em busca de trabalho. É preciso observar que foi recriada nova referência ao termo colônia, pautada na ausência de políticas para o pequeno agricultor, que são renovadas a cada ano para resolver os problemas dos médios e grandes agricultores. Na retrospectiva de Bublitz (1994, PS), a partir de 1982 (período da construção e ativação da barragem), as políticas do governo nada de concreto realizaram para manter o pequeno produtor no campo. E o termo colônia mantém vivas as relações sociais dos sujeitos que cercam os desdobramentos econômicos, sociais, políticos e culturais. A palavra colônia agrega concepções vivenciadas no cotidiano e no imaginário local. Mas o tema é um termômetro escalar que registra o contexto das oscilações presentes a nível local, nacional e internacional. As limitadas políticas para o pequeno produtor possuem raízes históricas, pois, de início, estes agricultores foram atraídos para “limpar” a mata e organizar a terra, para atender aos interesses capitalistas. Na sequência (1960-1970), reformularam antigas formas de produzir, passaram a mecanizar, e contribuíram para a expansão e venda de maquinários agrícolas.

Na amostragem da construção discursiva, os emissores produzem falas em direção a um número expressivo de receptores. Estes somam um conjunto de ouvintes dispersos geograficamente. Com esta característica do público ouvinte, o emissor (jornalista)

busca, em sua fala, motivar a sensibilidade, pela via da expressão. Os significados destinados ao termo colônia interagem com aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais. O pastor, na condição de Personalidade, referiu-se ao termo colônia e o inseriu nos movimentos sociais. Este recebeu a conotação de lugar onde reside o camponês e espaço onde trabalha o trabalhador sem posse. Este pode ser o proprietário ou, o bóia-fria, ambos estão ligados pelo termo colônia. Cabe uma observação em torno da construção discursiva, que expõe o trabalhador rural, agricultor especializado/diversificado, arrendatário e bóia-fria como categoria homogênea, omitindo a heterogeneidade.

Algumas reflexões podem ser extraídas, a partir do comentário desenvolvido pelo jornalista Lincoln Leduc, ao entrevistar, no quadro Personalidade da Semana, Adir Parizotto (s.d., PS)⁹, engenheiro agrícola e economista, diretor do escritório regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), de Toledo. Portanto, na íntegra do documento, observa-se

Leduc: [...] que tipo de acompanhamento o IAP estaria dando para fazer com que isso existem projetos, no sentido de que as cabeceiras de cada colônia de cada propriedade, sejam reflorestadas. No caso, [...] **quatro colônias** duas numa direção e duas em outra direção, normalmente as residências estão à margem da estrada que passa na frente, os fundos das quatro colônias se encontram, o IAP faz algum acompanhamento para que todos os reflorestamentos em cada colônia sejam [...] no mais próximo possível do reflorestamento da colônia ao lado, ou não da bola, para isso, e cada um planta árvore [...] no canto que quiser (PARIZOTTO, Adir, s.d., PS, grifo da autora).

Retirou-se da entrevista o questionamento desenvolvido por Lincoln Leduc, em que trata o termo colônia enquanto propriedade. Na ocasião, o foco discursivo explorou a poluição ambiental. Ao considerar a problemática ambiental que cerca as propriedades, utilizou-se do termo colônia para exemplificar /ou até esclarecer os critérios adotados pelo IAP para o reflorestamento das áreas. Este quadro discursivo fornece a localização das

⁹ Na entrevista de Adir Parizotto, este reportou-se com frequência ao no de 1995, portanto, supõe-se que o registro da fala ocorreu naquele ano.

propriedades, que geralmente estão situadas próximas aos rios e das margens das estradas.

Na linguagem jornalística de Lincoln, o termo colônia foi tratado na condição de propriedade desprovida de reflorestamento. A futura localização do reflorestamento nas colônias recebeu amplitude. O fracionamento discursivo pode amenizar a questão, ou incendiar as colocações, acrescentando agressividade ou ironia ao discurso, no impulso de argumentar em benefício favorável ou contrário a um assunto. O termo colônia impregna a categoria discursiva do jornalista Lincoln Leduc. Mas este se vale do mesmo para acrescentar à sua fala um efeito interiorizado próprio dos esquemas jornalísticos que escorrem pelo canal da emoção.

Enfim, o termo colônia circula no mundo do universo discursivo e exala o imaginário local, vinculado ao simbólico. Este termo também abrange a tessitura cultural com seus matizes, dos quais se desprendem relações concretizadas, vivenciadas no tempo histórico, com localização espacial, configurada nas expressões sociais, econômicas e culturais. Surgiu com uma roupagem heterogênea, que abrigou aspectos intrínsecos aos desdobramentos históricos, vivenciados na área de estudo. A propriedade da terra foi atrelada ao termo no universo da constituição das benfeitorias e na própria organização do espaço. A lida cotidiana desenvolvida no formato da agricultura tradicional de mercado depositou claramente no espaço a configuração assumida pela colônia, que deveria contemplar as propriedades com um curso de água. Além das questões postas, colônia também é sinônimo de cultura e lazer, produzido ao longo de um exercício de transversalidade expresso na colonização, modernização/diversificação agrícola. Nas falas jornalísticas, colônia assumiu conotações diferentes dentro das unidades de conservação das palavras. É interessante observar a elasticidade do termo, que passou a ser incorporado aos movimentos sociais, diante das exclusões vivenciadas pelos habitantes na relação campo—cidade. Os tentáculos de alcance do termo estendem ramificações em torno da problemática ambiental. Esse

intercâmbio com as temáticas postas, estabelecido pelo termo colônia, permite invocar o poder de alcance do mesmo, armazém da memória local. No entanto, com a abertura dos compartimentos da memória discursiva, é possível, através de uma palavra, estabelecer contatos com a identidade local expressa nos significados até então ocultos. Portanto, a simetria discursiva tende a polarizar sentimentos, estabelece traços em torno das atitudes com dimensões econômica, cultural e social.

CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: PONTOS E CONTRAPONTO EM DEBATE E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO AGRÁRIO MODERNO

*[o agricultor] Levanta-se, vai até a sala, posta-se diante do relógio.
A claridade da lua, filtrada pelo gradil da persiana, permite-lhe ver o
pêndulo*

Tic-Tac.

*Não posso pará-lo, Alzira irá se magoar. Quantas vezes já deu corda
ao relógio.*

Tic-tac.

Vinte e sete anos por trezentos e sessenta e seis?

Tic-tac.

Os números zunem na sua cabeça, inatingíveis.

*Quantos sacos de soja entregar em troca da dívida? Colhe, no
máximo, duzentos e cinquenta por ano.*

Tic-tac.

*Podia sonegar. Não, trabalhará feito um escravo mas pagará até os
centavos. Última coisa de que pode se orgulhar: a honestidade. Dela
não abrirá mão, jamais.*

Ergue o braço, quase toca o pêndulo.

Não posso.

Tic-tac.

*Não posso. Não é justo. Precipita-se para fora da sala, atravessa a
cozinha com largas passadas, chega ao paiol ofegante. Tirita de frio.
Cobre-se com sacaria vazia, livre do pêndulo.*

(KIEFER, 1994, p. 32)

2.1 Considerações introdutórias

Tem-se assistido, nos últimos anos, a uma verdadeira onda de transformações na agricultura. Essas transformações, na verdade, expressam as crises aqui pensadas em seus diferentes aspectos – econômico, político, social – e a constante necessidade de ajustes dos sistemas de cultivo, bem como a busca de formas e adequações às novas situações/questões/problemas que se colocam no cotidiano do agricultor. Neste sentido, tais transformações expressam matizes que fornecem cores variadas, interagindo de modo

particular no mosaico das transformações agrícolas. A intenção, neste capítulo, é problematizar o cenário discursivo, promovido através da Rádio Difusora do Paraná.

2.2 Discursos e modernização agrícola: novas formas e transformações socioeconômicas no espaço rural

O propósito deste item é refletir a ação discursiva expandida por meio das ondas da Rádio Difusora do Paraná, que promoveu e promove articulações de ordem discursiva, que cria e recria, no espaço rondonense, necessidades e “soluções”, advogadas nos campos de interesse e situações presentes nas escalas mais amplas, fixadas nos setores locais, nacionais e até internacionais. Desse modo, no tocante ao projeto modernizador, processado na forma de discurso conforme São Paulo (1996), o rádio no Brasil, vivia momentos eufóricos denominados “anos de ouro”. Este meio de comunicação informava, divertia e interferia na opinião dos ouvintes. A nível mercadológico, contribuía na venda de produtos e despertava o emocional dos ouvintes, com as vozes dos então astros e estrelas do rádio. “Fonte de lazer e magia, nele o público encontrava uma programação rica e variada, onde se destacavam os programas de auditórios, de radioteatro e de humanismo” (SÃO APULO, 1996, p. 19).

Conforme o dizer de Araújo (1991), ao estudar a comunicação rural no confronto entre programadores e receptores, diagnosticaram-se os alicerces da modernização firmados na Extensão Rural. Segundo esse mesmo autor, a comunicação pautou-se na persuasão dos extensionistas que atuaram junto aos agricultores, abrindo a porteira do consumo das tecnologias modernas. O rádio foi um dos caminhos adotados pelos extensionistas, para expandir a modernização agrícola. Este meio de comunicação foi dotado

de credibilidade, enquanto “veículo de poder”, capaz de despertar, estimular, modificar pensamentos e, assim, interferir significativamente na produção agrícola. A este meio de comunicação atribuiu-se o poder de envolver, de uma só vez, um número significativo de agricultores, contribuindo no desempenho do serviço dos extensionistas (ARAÚJO, 1991).

O autor, ao indicar o perfil místico da mídia em reação ao difusionismo do consumo, adverte: o rádio “[...] impõe aos indivíduos os produtos da indústria de bens” (ARAÚJO, 1991, p. 3). Para Araújo (1991, p. 12), “[...] o rádio vem sendo utilizado pelos extensionistas mais como instrumento de incentivo aos produtores para o consumo de insumos agrícolas e menos como um veículo problematizador ou conscientizador de suas necessidades”. Para tanto, inclui-se a vivência de campo para indicar que o rádio interferiu no núcleo cultural da comunidade local, conferindo estímulos à adequação do cultivo, abrindo espaço e estreitando o tempo da ação do extensionista. Em termos de modernização, o rádio, movido por influentes forças incentivadoras tanto internas como externas, “[...] contribuiu para ampliar a ideologia capitalista no campo, [...] foi capaz de incentivar a introdução de insumos básicos industriais na agricultura via crédito rural, que, não necessariamente, trouxeram benefícios aos seus usuários” (ARAÚJO, 1991, p. 37).

Trata-se, aqui, de trazer para a agenda temática a necessidade da capacitação dos agricultores. Desse modo, num conjunto de ambigüidades surgem diferentes jogos discursivos que ofuscam a seletividade das políticas públicas presentes na sociedade capitalista, como exprimiu contundentemente Alentejano (2000). De acordo com o autor, a capacitação recebeu iluminação especial, ao ocupar o centro das prioridades, destinado à modernização dos agricultores. Diante da questão, faz-se entender que os agricultores enfrentam problemas devido à incompetência que cerca suas ações. Portanto, foram taxados de ignorantes, por não saberem fazer uso das oportunidades anunciadas pela sociedade e pelo mercado, com o objetivo de melhorar as suas condições de vida, “como se o mercado não

fosse por si só seletivo e as políticas públicas adotadas historicamente não tivessem acentuado o caráter excludente da sociedade capitalista” (ALENTEJANO, 2000, p. 89). De certo modo, a sociedade capitalista abriu espaço para garantir seu crescimento, concretizou a reordenação territorial, enquanto articulava o cultivo para exportação. Vale lembrar também que “[...] as políticas fomentadas pelos governos militares, por intermédio das cooperativas no sul do Brasil, levaram à expansão da cultura de soja naquela região” (OLIVEIRA, 1999, p. 91).

Tendo em vista a exarcebada preocupação com a modernização agrícola, esta criou necessidades e rompeu com procedimentos antigos. Tem-se em vista os aspectos relevantes do processo, mas por outro lado, sabe-se que “[...] a modernização da base técnica proporcionou, indubitavelmente, extraordinário aumento da produtividade, porém a um custo socioambiental equivalente” (PAULINO, 2003, p. 78).

As empresas possuem interesses específicos e, para atender a suas necessidades, criam artificialmente orientações técnicas, pautadas nas novidades de mercado, associadas ao crescimento da produção. A dimensão da pressão exercida sobre o camponês comparece na atuação de técnicos que prescrevem o uso de fertilizantes e/ou pesticidas. Os processos são cuidadosamente construídos para que os produtores se vinculem à modernização, e os encargos com a qualidade e produtividade são transferidos aos camponeses. É preciso indicar que a modernização da base técnica da agricultura tem contribuído significativamente para a acumulação do setor industrial. O conjunto de ações, via políticas públicas, estabelece uma malha de intervenção que extrai a riqueza das unidades agrícolas em benefício do empresariado. Vale dizer que, na atuação desigual e contraditória do capital, o ônus da produção continua recaindo sobre os camponeses, diretamente afetados pelo aumento do custo para produzir e pela apropriação decrescente da renda.

O Senador Osmar Dias, integrante na ocasião do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fala enquanto representante da população. Ao tecer um

diálogo sobre a conjuntura que interfere na permanência do camponês, diz:

[...] esse movimento tem importância de alertar o Governo Federal e a sociedade brasileira de que a agricultura não pode mais continuar, [...] sofrendo todas as consequências [...] desse rigor que o Plano Real impõem ao setor produtivo. [...] porque as taxas de juros estão altas, os preços dos produtos estão baixos e há um endividamento muito forte no setor agropecuário, que precisa ser resolvido pelo governo. [...] sem contar que o Ministro da Agricultura que está presente, mas muito ausente no setor agropecuário, porque não conhece os problemas, porque ele vê os problemas da agricultura brasileira de um ângulo totalmente diferente, já que é banqueiro. (DIAS, 1995, PS).

A construção discursiva abriga, de um lado, os velhos jargões firmados em campanhas eleitorais e do outro surgem críticas, falas calorosas que emocionam, fazem o movimento na condição de quem toma partido em defesa dos agricultores, ou pode-se supor que seja uma estratégia combinada de fazê-lo antes que eles o façam à sua maneira.

As tensões vivenciadas no campo integram o rótulo discursivo, principalmente nas trocas de governos, onde cada candidato apresenta seu Plano de Governo e, na maioria das vezes, ocorre a ruptura com os antigos planos. Com o Plano Real, ocorreu a mudança cambial, processo que remeteu a uma reconfiguração da moeda brasileira com relação ao dólar. Entre as questões-problema que produziram efeitos na agricultura brasileira, a queda do real em relação ao dólar atropelou as expectativas de sucesso na comercialização dos produtos agrícolas. As flutuações do câmbio atingiram a comercialização da produção e a estabilidade econômica de muitos agricultores. Aliado a este processo, o discurso das campanhas eleitorais coloca a agricultura como prioridade, mas a concretização das propostas fortalece a agricultura “convencional”. A liberação de recursos para os pequenos produtores, quando ocorre, geralmente não atende às expectativas. Houve um ataque ao Plano Real e à escolha do Ministro da Agricultura, que era banqueiro. Com tais medidas, o tecido social foi desgastado, com tantas crises, planos falhos, um sucedâneo de idéias com práticas mecânicas que pouco cooperaram com o pequeno produtor (DIAS, Osmar, 1995, PS).

A intervenção e reformulação das políticas públicas para o campo, dinamizadas pelo governo do Estado, formularam mecanismos embrionários, gestados no processo da recondução produtiva do capital. Os programas direcionados ao campo emanam da Administração Federal e Estadual, “[...] a reformulação das políticas públicas, apesar de sua tentativa de ignorar o conflito capital x trabalho no meio rural, não consegue obviamente eliminá-lo” (GÓMEZ, 2002, p. 29). Para Jorge R. Montenegro Gómez (2002, p. 60), o “[...] conceito desenvolvimento se inscreve em uma visão crítica da idéia do desenvolvimento que as políticas públicas promovem no meio rural, analisando-o como uma estratégia de controle social funcional à reprodução capital [...]”.

A expulsão do pequeno agricultor é cercada por percalços, desencadeados na relação com o mercado e constantes oscilações de preços. Outro fator é identificado na “[...] vigência de taxas extorsivas de juros e pelas mudanças na demanda de produtos. Assim, o pequeno produtor se encontra atualmente em uma situação de fragilidade em consequência de uma orientação errada” (GÓMEZ, 2002, p. 110). Os caminhos indicados pelas políticas públicas obstruem a permanência dos pequenos agricultores no campo, e abrem espaço para a circulação do capitalista no meio rural. Diante deste quadro surgem, “[...] as políticas de créditos, as que possibilitam uma extração maior de lucro para o capital alheio – financeiro ou das grandes empresas do setor – mediante a auto-exploração do agricultor e sua família [...]” (GÓMEZ, 2002, p. 110).

Valter Vanzella, ao tratar da situação agrícola, produz um discurso de ator que fala em nome de uma categoria seleta de agricultores. Para Valter Vanzella (1997, PS),

[...] Se você sai pro interior, você vai ver que o nosso produtor ainda anda de carrinho velho, que o nosso produtor não está tendo condições [para] repor implementos e maquinários agrícolas e [...] até reformar, [ele] precisa ganhar dinheiro pra poder continuar produzindo [...].

Ao representar os agricultores em várias instâncias, como sindicato ou comparativa, por ele próprio ser um agricultor, desenvolveu um discurso em nome dos produtores. Mas a contradição existe, pois nem todos optaram em ser associados da COPAGRIL e, mesmo sendo sócios, não comungam com as idéias de Vanzella (1997, PS), ou do grupo por ele representado. O discurso de Vanzella (1997, PS), que atua no palco enquanto personagem que fala em nome dos agricultores, ou melhor em nome de rondonenses, qualifica a diversificação de culturas como caminho facilitador da vida do agricultor.

As frentes discursivas da rádio local são tomadas por vários elementos, que se referem, principalmente, ao deslocamento do capital, bem como às deficiências daí surgidas e à reorganização dos produtores, como tentativa de focalizar aspectos relacionados aos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, considerando também os impactos socioambientais. É possível supor que, com a crise vivenciada no campo, no dizer de Valter Vanzella (1997, PS), apresenta um balanço caótico visível, do estado de conservação dos maquinários agrícolas. O público, distribuído geograficamente em diferentes pontos, não tem, em muitas circunstâncias, espaço para expressar seu ponto de vista. A expressão hegemônica dramatiza a situação vivenciada pelos agricultores. Com isto, não se quer dizer que, em muitos casos, ela não seja. Assim, o camponês envolvido com as atividades agrícolas, com menos tempo disponível para reflexão, não se articula para defender seus interesses. O entrecruzamento discursivo remete à construção de falas que denotam no subjetivo a situação do comércio e indústria. Portanto, se os maquinários estavam dilacerados, isto indica que os agricultores frearam a aquisição, feito este que afundou as expectativas de lucro da indústria e comércio.

De outro lado, as dificuldades financeiras dos agricultores comprometeram, também, as expectativas dos dirigentes da cooperativa. A fragilidade econômica envolveu a maioria dos agricultores por tempo prolongado. Com isto, reduziram significativamente as

compras nos supermercados, na veterinária, no posto de gasolina da cooperativa etc. Nas relações internas entre dirigentes e associados, o problema não estava na dificuldade de um sócio, pois o impacto gerado pela crise atingiu grande parte dos agricultores associados. Estes acontecimentos desmoronaram as expectativas, a curto e longo prazo, tanto a dos dirigentes como dos associados.

A respeito da situação vivenciada pelos agricultores, Valdemar Kaiser (1999, PS), Presidente do Sindicato Rural Patronal, diz:

[...] inclusive tem poucos [agricultores] que tão bem de vida, porque a nossa agricultura está passando por momentos difíceis. E produtos [como o] soja teve apenas uma ilusão, achando que ia ganhar dinheiro, mas ele não ganha dinheiro, [...] agora quando ele vai ver os preços, a situação prá fazer a próxima safra, ele [vai ver] que a situação não é bem essa [...].

Nas programações da Personalidade da Semana, aos domingos, o tema agricultura ocupa constantemente os repertórios, mas o cenário dos debates confronta os problemas advindos com a modernização e o termômetro discursivo oscila entre opiniões diversas de personalidades também diversas, com interesses distintos. Mas todos somam esforços para resolver os problemas provenientes do modelo vigente? Cabe supor que a mobilização pode abrigar, nos bastidores, interesses que não são exclusivos à causa agrícola, mas dos setores que dependem do desempenho da agricultura. Na condição de Personalidade, Valdemar Kaiser descreveu em detalhes a situação vivenciada pelos agricultores. Na ocasião, foi destacada a defasagem dos preços pagos pelos produtos agrícolas, em especial pelo soja. O discurso foi moldado na condição de ator que fala em nome dos agricultores. A nível de bastidores, persistiam os agricultores que consorciaram a agricultura tradicional de mercado com o cultivo modernizado. Questões maiores, como o elevado custo da produção, não foram cogitadas. No entanto, os custos com sementes, defensivos, óleo e outros, formam uma rede que retém os lucros do agricultor.

Portanto, para Claude Raffestin (1993), a malha do sistema confecciona uma rede que se firma em determinados pontos e exerce pressão sobre o espaço de incidência, com poder sobre o quadro espaço-temporal e real. Na busca pela rede estabelecida, faz-se necessário considerar as redes abstratas com seus picos reais e visíveis, presentes nas redes de rádio e outros meios de comunicação. Nesse sentido, Raffestin (1993) alerta para os conflitos de interesses presentes no cenário do poder, das redes e da comunicação, enfatizando que o grupo interessado no monopólio do poder destina significativa atenção às redes de circulação e de comunicação. Desse modo, toma para si o controle dos eixos rodoviários, ferroviários, redes condutoras de energia, centrais telefônicas e estações de rádio e televisão.

Entretanto, o contexto histórico fornece subsídios para se compreenderem os reflexos proporcionados pela modernização. No dizer de Alentejano (1997, p. 16), a modernização conservadora produziu um crescimento acentuado da concentração fundiária e de renda. Este processo resultou na elevação do subemprego e do desemprego no campo, e intensificou, também, o êxodo rural. Portanto, os contínuos desgastes enfrentados com a modernização fomentaram políticas sociais compensatórias, direcionadas a assegurar um pouco de dignidade aos excluídos.

Segue o documento referente à diversificação de culturas:

Com o advento da Itaipu Binacional, uma das maneiras encontradas pela administração municipal da época, para conservar o poder econômico do interior, foi a diversificação de culturas.

Hoje, os frutos do trabalho da administração de Verno Scherer, do final da década de 70 e início da de 80, **começam a ser colhidos, pelos produtores que acreditaram na diversificação.**

Uma das culturas de subsistência, apregoada na época era a pecuária leiteira, prática que foi colocada em dúvida diversas vezes, até que os descrentes conheceram a força desta produção (LEITE, 1992, FAN, grifo da autora).

A partir do final dos anos 70, o espaço rondonense muda de característica. Passa a visualizar a modernização e o rádio ocupa o espaço de agente articulador. Devido ao alagamento (pela Itaipu Binacional) de uma parcela significativa das terras da área de estudo e

a migração forçada dos agricultores, este processo motivou preocupações com a redução da população consumidora. Tal situação provocou a articulação de medidas favoráveis à diversificação das culturas, por parte de representantes do governo municipal, associação de comércio e indústria, bem como envolveu também os agricultores. Ao mesmo tempo em que se observa o incentivo à diversificação, podem-se detectar, no curso, objetivos ocultos de interesse do grupo comercial na diversificação. Com a diversificação, a produção leiteira é reforçada nas propriedades. O dia do cheque do leite é aguardado pelo comércio. Nesta data, supermercados concorrem entre si, divulgando ofertas para atrair esse público consumidor. A presença em massa dos agricultores, nesse dia, ocupa piadinhas de mau gosto como: cuidado com o “chapéu grande”. O acúmulo de agricultores trafegando pelas ruas em alguns momentos gera episódios configurados em pequenas “barberagens” no trânsito.

A transformação técnica na produção leiteira opera atendendo às condições estabelecidas pela vigilância sanitária do município e do quadro agrônômico. A forma de produzir o leite passou a atender às recomendações técnicas, o “gado comum” foi substituído pelo gado de raça holandesa. Ao longo dos discursos, fez-se, também, referência ao Plano Panela Cheia, sobre o qual ocorreram questionamentos por parte dos produtores que adquiriram vacas leiteiras com o objetivo de diversificar a produção, bem como melhorar a qualidade dos animais. O primeiro problema verificado foi a precária adaptação dos animais. O outro foi o cuidado que estes exigiam do agricultor. Nesse sentido, muitas vacas morreram, restando dívidas para o agricultor. A ordenha não é mais realizada manualmente, e, sim, com a ordenhadeira. Portanto, o desempenho da produção leiteira é atrelado à especialização, assim, predomina a lógica de que o alcance de renda depende da abundância de leite passível de ser colocada no mercado.

É possível desprender da ordem discursiva a construção e reconstrução cotidiana. Um diagnóstico antecipado foi realizado sobre os reflexos gerados no setor

econômico. Séries de discursos foram produzidos, no palco da Rádio Difusora. A dedicação das produções em conjunto com os atores formou cenas, apontando para a diversificação agrícola. Com a redução da área cultivada, devido ao alagamento e os espaços destinados às reservas, reduziu-se o número de agricultores e, conseqüentemente, diminuiu o volume da produção. É possível supor que os agricultores não afetados continuaram o ritmo da produção. Isto indica que a redução não envolve exatamente as propriedades, mas as áreas alagadas e destinadas à reserva. Daí nasceram argumentos ativadores da diversificação, sob a justificativa de alargar o poder econômico dos agricultores. Mas se o agricultor possui a mesma quantia de terra, é o seu poder econômico que foi afetado? A redução das propriedades e do número de agricultores pelos fatos já postos, reduziu o cultivo, sendo possível supor que a construção discursiva injeta consensos e força o cultivo diversificado, com o objetivo de saciar os interesses do comércio e indústria, e, também, de alguns agricultores. Com a redução da área de cultivo e do número de agricultores, provavelmente o setor comercial passou a observar redução em suas vendas. Ao diagnosticar a situação, surgem mobilizações em prol do cultivo diversificado. A urgência de redefinição do cultivo estampou as necessidades aos camponeses. Os dirigentes da Usina Hidrelétrica de Itaipu passaram a ocupar espaço jornalístico, enquanto estimuladores da diversificação de culturas. De outro lado, as perdas com a construção da Hidrelétrica foram afastadas do discurso, entre elas a redução das áreas cultivadas, o desequilíbrio ambiental e o sufocamento das raízes culturais, etc.

Observou-se, a nível de campo, que a pecuária leiteira ativa o comércio mensalmente. Mas na condição de discurso, o incentivo político à diversificação foi apresentado como solução de ampliação de renda para os agricultores, comércio e indústria, como foi observado anteriormente. Os obstáculos enfrentados com produção leiteira não estampam o preço pago pela tecnologia, que interfere na forma de produzir. A adequação aos

padrões de higiene, alimentação industrializada, ordenhadeira e resfriador, exigem investimentos elevados no ato da aquisição, e a própria manutenção dos equipamentos gera custos aos agricultores. As dificuldades enfrentadas são esgotadas nos preços pagos pelo leite, mas existe uma atmosfera de questões que interferem na extração dos lucros, como: a tecnologia e seus custos.

Além disso, no conjunto de argumentos sobre a diversificação, pode ser observado que,

Hoje, passados mais de 13 anos, a diversificação de culturas, no município de Marechal Cândido Rondon, é uma realidade, com diversas culturas, além de culturas de subsistência à família do produtor. O leite é uma prova contundente desta diversificação de culturas, pois, hoje, este produto deixa no município uma soma superior a 517 milhões de cruzeiros mensais, que pulverizado entre **os produtores rurais, [dá] um ótimo suporte financeiro ao comércio e indústria.** Mediante a diversificação de culturas, os reflexos da economia brasileira não é muito sentida no seio da comunidade rondonense, que continua a levar uma vida que considera uma das melhores do país (VERNO, 1992, FAN, grifo da autora).

De modo geral (na década de 80 e 90), a diversificação das culturas ocupou cada vez mais espaço nas falas jornalísticas. É importante notar que a produção para a subsistência recuperou sua importância nas propriedades e também passou a ocupar a articulação discursiva. A inserção do modelo diversificado na economia foi assistida com expectativas pelo setor comercial, industrial e também pelos camponeses. Assim, modificou-se novamente a relação entre agricultores, indústria e comércio. Neste processo, foram fomentadas configurações que aproximaram o meio rural do urbano. A produção diversificada é relevante para a sobrevivência do camponês, mas o suporte discursivo defendeu objetivos particulares que visavam alargar a produção em benefício do comércio e indústria. Além disso, emanaram comparativos da economia brasileira com a rondonense. Na estrutura do discurso, a economia rondonense é posta em destaque. Pode-se supor que esse destaque abriga, nas entrelinhas, argumentos favoráveis à diversificação agrícola. Em torno do município em questão, foi formatada uma atmosfera de *status*. O consenso presente no

discurso atribuiu ao cultivo diversificado a “harmonia” econômica. O contexto da produção discursiva não apresenta os dissensos que acompanharam a produção leiteira.

Contudo, o desenho societal das exclusões, vivenciado no campo, está atrelado “[...] às transformações recentes da agropecuária brasileira (redefinição das relações de trabalho e de produção, ‘modernização’ e industrialização da agricultura, etc.), que estão diretamente relacionadas com as transformações no mundo do trabalho” (RIBAS, Alexandre Domingues, 2004, p. 23). Em síntese, o processo da diversificação agrícola, verificado no município, caracteriza-se também na afirmação de idéias locais, projetadas numa dinâmica de ampliação da capacidade de observação e participação dos agricultores, através da produção orgânica. Por outro lado, a consolidação da proposta como uma fórmula apresentada aos olhos dos agricultores, de inclusão dos atores sociais no cenário local, subtrai os bastidores, ou melhor, os interesses dos comerciantes em promover soluções endógenas para a comercialização dos seus produtos logísticos. O cenário estabelecido na construção discursiva evidenciou ajustes nos cultivos e na convivência entre velhas e novas formas, que moldaram e remoldam as relações socioeconômicas no espaço rural.

2.3 Agroindustrialização: o papel da COPAGRIL na consolidação da especialização/diversificação

A finalidade do estudo envolverá a problematização da agroindustrialização, em específico o papel desempenhado pela COPAGRIL, na especialização e ampliação da diversificação agrícola. A reflexão será guiada pela análise da construção discursiva verbal e escrita. Portanto, cabe ressaltar que, no Brasil, a característica inicial do cooperativismo está

pautada em unidades independentes, atuantes em caráter municipal. Com o propósito de eliminar os atravessadores, surgiu a cooperativa, com infra-estrutura para armazenar e transportar a produção. Para tanto, a organização dos camponeses visualizou a possibilidade de contornar, e superar as dificuldades com armazenagem e comercialização da produção junto ao mercado.

Em outros termos, verifica-se também a “funcionalidade no território” da cooperativa que abrigou o projeto de tecnificação agrícola, no final da década de 60 e início da década de 70, motivada pela intervenção das cooperativas, bem como pelas políticas públicas idealizadoras da cooperativa-empresa, que bloquearam, paulatinamente, a oxigenação democrática da atuação dos sócios junto às administrações das cooperativas. No entanto, “[...] é questionável o fato de que o próprio governo do Estado regulamentou a profissionalização dos dirigentes das cooperativas, pois com o respaldo da lei, a permanência de até dois terços dos membros se tornou possível” (PAULINO, 2003, p. 166). Desta maneira, o eixo da burocratização das estruturas proveniente da orientação empresarial consolidou, na prática, a ruptura entre os cooperados capitalistas e os camponeses em seu interior. Os arranjos particulares do capital industrial, em diferentes níveis, beneficiaram a indústria, que passou a enxergar nessas cooperativas a abertura para o campo, dada a sua infiltração ímpar entre os agricultores potencialmente tecnificáveis.

As reflexões sobre o sistema cooperativista aparecem entrelaçadas na dinâmica impulsionada pelas classes sociais. No enfrentamento com o poder capitalista, as relações de força que atuaram na sociedade fragilizaram o ideal de transformar pacificamente a sociedade, sofrendo mais influência do que transformando. Portanto, passados cerca de um século e meio da vivência e experiência pioneira as cooperativas se multiplicaram e se difundiram mundialmente, mas não conseguiram tocar expressivamente nas desigualdades sociais existentes. Interessa, particularmente, resgatar brevemente, o paradoxo histórico do

cooperativismo. O cooperativismo moderno nasceu em meados do século XIX, e sua base teórica foi fundamentada nos ideólogos Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen. O suporte teórico da “[...] doutrina cooperativista pregava a transformação gradual e ‘sem traumas’ da sociedade, através da racionalidade instituída a partir da cooperação mútua nas mais diversas instâncias econômicas” (PAULINO, 2003, p. 164).

Neste item do trabalho, com o recorte da análise, não se objetiva esgotar a temática referente ao desempenho da cooperativa, mas estudar a construção discursiva de dirigentes da COPAGRIL* junto à especialização, industrialização e diversificação do cultivo.

No tocante à seletividade, na ótica de grande parte dos agricultores, a cooperativa foi organizada para beneficiar e ampliar seus negócios pertinentes à comercialização dos produtos agrícolas. O campo das relações aponta para a participação da cooperativa, no incentivo à especialização com o cultivo de soja, trigo e milho, bem como participação e intencionalidade na reorganização da produção, a partir da diversificação de culturas. Contudo, vale registrar a participação da cooperativa na modernização da agricultura e na articulação da agroindustrialização. Podem-se cogitar os desencadeamentos de estímulos, direcionados para a modernização, pautados no crédito, assistência técnica, comercialização dos produtos que impulsionaram o crescimento do cooperativismo. Nesse sentido, a cooperativa, ao assumir a comercialização dos produtos agrícolas, desobriga o pequeno agricultor a buscar melhores preços. Sob o ponto de vista da organização cooperativa, nem todos os agricultores, estabelecidos no município, tiveram a oportunidade de integrar-se ao mercado externo via cooperativa.

O presidente da COPAGRIL, Valter Vanzella, em sua fala, usou argumentos favoráveis à diversificação agrícola. Para isso “um dos trabalhos que a COPAGRIL vem

* As articulações em torno da sistematização da COPAGRIL iniciaram-se na década de 60, mas, a constituição ocorreu no dia 9 ago. 1970.

desenvolvendo na sua área de jurisdição é a diversificação de culturas, visando em especial melhoria do padrão de vida do produtor rural” (PRESIDENTE, 1991, FAN). Mas é possível reconhecer outras razões para tal encenação, como os interesses das instâncias comercial e industrial, nas quais a própria cooperativa se encaixa. Cabe registrar que a mídia produz vozes de longo alcance, que contribuem com o sistema vigente, enquanto instrumento importante na deformação da personalidade. Logo, a ideologia capitalista lança mão do enfoque positivista e estimula as massas a aceitarem que o crescimento “dos conhecimentos técnicos e o desenvolvimento industrial se constituem, automaticamente, em bem-estar social, deixando de observar ‘de quem’” (CASSETI, Valter, 1991, p. 23-24). Nesse sentido, ocorreu a somatória de vozes tanto das lideranças da cooperativa, como dos representantes políticos e dos representantes da indústria e comércio. Pode-se constatar, no discurso de Valter Vanzella, o encaminhamento otimista, ao tratar das culturas de verão. O fator clima foi somado ao bom desempenho da plantação. Além disso, destacou-se o encolhimento da área cultivada com soja, cultura que perdeu espaço para o milho e algodão. A diversificação das culturas foi conduzida num ambiente cercado de euforia. Esse processo motivou os produtores arredios à diversificação.

A ordem dos acontecimentos canaliza divisores de águas dentro da cooperativa, pois, ao seguir a lógica condicionada pelo capitalismo, a cooperativa atua enquanto empresa que faz distinção entre seus associados. Ao perseguir a lógica do mercado, lentamente suprime as bases (principais) conceituais de sua formação e inviabiliza, consideravelmente, o papel representativo dos pequenos agricultores. Os impactos dessas transformações modificaram o papel do sócio, que se tornou cliente. Nesse processo, foi dada uma nova denominação ao agricultor camponês, que agora passou a ser chamado de agricultor empresarial. No entanto, a intervenção estatal orientou a integração vertical das células independentes, que foi viabilizada por meio de instrumentos legais e creditícios. Estes

encaminhamentos e incentivos despertavam a consolidação da agricultura empresarial, tida como necessária para a viabilização das unidades agroindustriais.

De qualquer forma, na investigação, a partir das entrevistas realizadas por Jair Fridolino Lunkes Staudt (2000), devem ser considerados os conflitos e articulações caracterizados pelas motivações que levaram os agricultores a serem associados da COPAGRIL, como: melhores preços pagos pelos produtos agrícolas, insumos, sementes e adubos adquiridos a preços favoráveis e orientações recebidas do quadro agrônomo. Desse modo, convém mencionar Staudt (2000), e suas conclusões a esse respeito:

[...] a cooperativa necessitava construir um novo agricultor, um novo homem e que os problemas do meio rural só poderiam ser solucionados com o surgimento de “novos” agricultores, capacitados pelo saber transmitido por técnicos e agrônomos. Neste aspecto, destaca-se a idéia de que seria necessário realizar um trabalho de “aculturação e modernização” pois, se os Diretores da cooperativa e os técnicos agrícolas e agrônomos quiseram criar uma nova agricultura, tiveram que também criar, inicialmente, nos agricultores um espírito novo, e este discurso, senão totalmente, mas parcialmente foi incorporado pelos agricultores (STAUDT, 2000, p. 43-44).

Com relação à finalidade da atuação dos representantes da cooperativa junto ao processo de modernização, segundo Urbano Theobaldo Mertz (2000, p. 69), “[...] vale registrar o seu papel (da COPAGRIL) na modernização da agricultura, onde se articulou fortemente com o Estado, através do repasse de crédito subsidiado para agricultores [...]”. É evidente que, com a estruturação da modernização agrícola, a construção da Hidrelétrica de Itaipu e o conseqüente desapropriamento dos agricultores, aconteceram saídas de agricultores da cooperativa. Todavia, os baixos preços pagos pelos produtos, fato seguido de estiagens prolongadas, gerou descontentamentos por parte dos agricultores sobre o cultivo especializado.

A cooperativa promoveu constantes ações junto aos agricultores, com o intuito de colocar o agricultor frente às novas técnicas de produção. Portanto, parte destas questões que envolvem a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. pode ser confrontada na

íntegra. Assim:

Mais de mil agricultores participaram, ontem à tarde do dia de campo, organizado pela Cooperativa Agrícola Mista Rondon Limitada.

O encontro aconteceu na estação experimental e **serviu para apresentar aos associados da COPAGRIL novas técnicas de plantio.**

Os organizadores elogiaram o interesse que os associados da cooperativa vêm demonstrando, **deixando o desânimo de lado em razão das dificuldades que a agricultura passou a enfrentar a partir do plano real** (COPAGRIL, 1996, FAN, grifo da autora).

Os “Dia de Campo” ocorriam na estação experimental, espaço estratégico e propício para colocar em cena as novas técnicas de plantio. No discurso acima, pode ser confrontado o elogio atribuído aos participantes. Convém salientar a referência feita às dificuldades vivenciadas pelos camponeses, por conta do Plano Real. Mas, o foco discursivo aproxima argumentos que de certa forma assimilam os fatos, colocando na “boca” dos agricultores palavras como: deixaram “o desânimo de lado” (COPAGRIL, 1996, FAN). Provavelmente, estavam preocupados com as dificuldades provenientes do Plano Real e o barulho discursivo que foi feito em torno das novas técnicas os atraiu na esperança de contornar a situação. Num momento em que a assistência técnica é colocada num patamar elevado, e é frisada a preocupação da cooperativa em aproximar o agricultor das novidades, faz-se a afirmação de que “as novidades podem garantir melhores dias para a agricultura.” Na linha subjetiva, comparece uma escrita que fornece coordenada aos agricultores, proveniente dos representantes da cooperativa e endossada principalmente pelos engenheiros agrônomos, quando reforçam, junto aos produtores, a necessidade de enfrentar as dificuldades e depositar esperanças nas atividades agrícolas. Contudo, os dias de campo eram sistematizados em dias diferentes, pois, com esta estratégia, o evento foi diluído em etapas e atingiu um número maior de agricultores. O tema do evento girou em torno do cultivo da: soja, milho, pastagem e culturas alternativas. A organização foi sistematizada por engenheiro agrônomo e, estrategicamente, não foi solicitada inscrição antecipada. O transporte foi garantido, toda a

infra-estrutura foi montada. Esta estrutura foi produzida para atender, em parte, os interesses dos agricultores, que buscam soluções para seus problemas relacionados ao cultivo.

Mas, muitos dos problemas e soluções foram “fabricados” pelas indústrias, interessadas na venda de seus produtos. De modo que a COPAGRIL difundia a industrialização. Conforme a íntegra do documento,

Com base no sucesso de outras singulares que entraram na era de industrialização, a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Limitada também está no firme propósito de entrar para esse setor, afim de que haja maiores opções de lucros para seus associados (PROJETO, 1986, FAN).

É importante notar que o percurso perseguido discursivamente, firmado na transformação técnica, em benefício da modernização agrícola, foi utilizado para difundir a industrialização. Com o passar do tempo, foram criados contextos discursivos que tratam da industrialização como algo mágico, “a era da industrialização”. Por se tratar de algo tão importante, a cooperativa, não poderia ficar de fora. A adesão à industrialização, conforme articulação discursiva, poderia reverter lucros aos sócios. Com estes argumentos veiculados via rádio, foi fácil somar adeptos à idéia da industrialização. Para sustentar a implantação das indústrias, falou-se da infra-estrutura da COPAGRIL, por esta estar constituída e apta a captar toda a produção, na ordem das prioridades e, para alargar os lucros dos associados, justificou-se a implementação de indústrias. Na época (1986), já havia a fábrica de ração. Portanto, a nível de industrialização foi articulado como proposta o abatedouro de aves, gestado no programa “Cooperativa-Indústria”, cuja proposta só vingou recentemente com a implantação do frigorífico, atualmente (2005), com as instalações concluídas.

Ainda sobre o projeto de industrialização, afirma-se que:

A cooperativa quer sentir até que ponto o dinheiro do Estado poderá fluir para os seus cofres a fim de viabilizar o projeto do seu abatedouro de aves cujo projeto deverá ser apresentado aos associados da cooperativa na primeira assembléia geral que for marcada para o ano de 87 (COPAGRIL, 1986, FAN).

Muito embora a industrialização da cooperativa fosse apresentada aos agricultores como um incremento a mais na obtenção de lucros, as expectativas para pôr em prática o projeto do abatedouro de aves foram depositadas em recursos parciais provenientes do governo do Estado. Na impossibilidade de captar esses recursos, ventilou-se a probabilidade de reivindicar recursos junto aos associados.

O poder da mídia é amplamente utilizado por personalidades, que apresentam a área em estudo no contexto econômico, bem como enfatizam os feitos políticos atrelados às grandes safras ou à industrialização dos produtos agrícolas. Ao observar a historicidade dos discursos que focalizam a agricultura do município de Marechal Cândido Rondon, os argumentos fortalecem determinados segmentos, como a figura do migrante. Desde a constituição da rádio, esta adotou, no percurso, mecanismos e manifestações que a inseriram na comunidade. Como predominaram acionistas identificados pelo caminho da migração, este os tornou familiares. Estas características, firmadas na identidade, facilitaram a abertura de canais de comunicação, a partir dos quais, os representantes da emissora passaram a consolidar a construção / ou modelação da sociedade rondonense, refletindo, por meio de ondas, a imagem idealizada no discurso do grupo com destaque no poder público. A truculência ideológica, por exemplo, não enfatiza a presença nortista, discursivamente marginalizada. Isso se deve à origem da composição dos migrantes, bem como do modelo idealizado discursivamente. Os grupos fortalecidos dominam a posse dos meios de comunicação e qualificam as “informações” de acordo com seus anseios. Ao processar as falas jornalísticas, o extrato depurado revela uma minoria organizada que se coloca enquanto porta-voz da sociedade organizada, portadora das melhores alternativas para o desenvolvimento agrícola. O setor econômico é qualificado na ação dos representantes políticos e as sucessivas safras ocupam a retórica discursiva, com palavras já calejadas como: grandiosidade, progresso, desenvolvimento. O quadro discursivo foi acompanhado desde

1966. No desenvolvimento de outros estudos e na sequência das análises, os velhos chavões se mantêm vivos entre os novos desdobramentos, ou são retomados para produzir outro quadro ou padrão de comportamento, pautados na idéia da diversificação da produção que passa imperar no conjunto dos argumentos discursivos. Assim, quadros irreais são avaliados, qualificados, nomeados e debatidos com força e, se observados no contexto, guardam certa semelhança ao movimento exercido no período da implantação da modernização. Ao drenar a fonte jornalística e efetuar a análise no curto prazo, o alvo ideológico não é tão visível. No longo prazo, o alvo de ação extremamente excludente marca presença — a desinformação vestida de informação. Na classificação discursiva, a agricultura rondonense é colocada em destaque e a cooperativa é qualitativamente considerada pela sua extensão (a maior). Argumentos como estes já foram utilizados nas décadas de 60 e 70, período em que a mídia foi utilizada para apontar os caminhos da mecanização. Mais adiante será possível observar essa construção discursiva na fonte.

Análise-se Elio E. Winter (1985, FAN), ex-diretor e proprietário da Rádio Difusora do Paraná. Este ator desenvolveu, por longos anos, atividades no ramo imobiliário e possui significativa ramificação política. A fala é designada aos rondonenses, a quem fala na condição de cidadão. Esta fonte foi partida e acomodada em diferentes espaços do texto, conforme adensamento temático. Neste momento, se fez a recuperação integral do documento, justificada na abrangência discursiva. Os detalhes podem ser observados na íntegra do documento:

Nos últimos meses nós de Marechal Rondon e de toda a região oeste do Paraná, mesmo do Paraguai e Mato Grosso, passamos muito tempo olhando para o céu. E não era por causa do cometa Halley não, era buscando nuvens carregadas que viessem acabar com a estiagem. Olhando para o céu cada vez mais limpo e olhando para a terra, cada vez mais árida, víamos as plantas morrerem, os açudes secarem, o gado definhando e até morrendo, [...] nosso coração cada vez mais duro e a nossa frente cada vez mais preocupada. Teve gente que plantou uma vez e a plantação se perdeu. Gradeou fora, plantou de novo e de novo o sol impiedoso queimou a plantação. Mas, finalmente hoje, **a natureza está mostrando sinais de que vai mudar o seu comportamento. Apesar do vendaval de ontem à noite que destelhou casas,**

arrancou árvores e provocou estragos, ninguém se importou muito com os prejuízos do vento, por que com ele veio a chuva e com a chuva novas esperanças.

Mas além da lição que Deus nos deu com esta seca: De que devemos ser mais humildes, de que **devemos sempre nos lembrar que acima dos nossos planos e projetos existe o risco de tudo se perder**, pudemos também constatar o alto grau de maturidade do nosso povo.

É bem verdade que quando o agricultor começou a perder sua safra de milho, sorgo, soja e tantas outras culturas, também o comércio se desesperou.

Em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, cidades que não dependem do tempo, mas mesmo cidades menores onde o clima correu normal, o comércio está vivendo o melhor Natal dos últimos 10 anos. Aparelhos de ar condicionado, geladeiras, videocassetes, bebidas e comidas estão faltando de tão grande que é o movimento.

Também em Rondon o comércio havia se preparado para um super movimento que, infelizmente, não aconteceu.

Até o dono de um trailer-cachorrão estava esses dias comentando que seu movimento caiu sensivelmente, pois muitas pessoas que antes faziam lanches fora de casa estavam agora se resguardando e poupando seu dinheiro.

Há poucos dias **conversávamos com o ‘seu’ Zé-do-Cepo. Ele nos contava da grande necessidade que os 120 bóias-frias que trabalham com ele estão passando, pela pura e simples falta de serviço**, e estas pessoas dependem do seu trabalho diário para sobreviver.

Quantos agricultores nós vimos nas mesas dos gerentes dos Bancos nos últimos dias e quantas viagens e projetos de férias foram cancelados.

Mas, apesar de tudo isto, pudemos constatar no nosso povo muita maturidade e esta maturidade permitia que ninguém se desesperasse e a calma e a tranquilidade: se mantivessem.

Conversando com alguns agricultores que perderam suas plantações, estes nos diziam que às vezes é preciso ser assim. Às vezes precisamos ter alguns desencantos, passar por algumas agruras.

Quem nunca esteve sozinho, quem nunca ficou triste – não pode saber o que é a felicidade.

Nem sempre o tempo passa depressa que chega, como agora por exemplo: a gente **ficava com um olho no calendário e outro no céu**. Falando com pessoas de mais idade que nos diziam que na virada da lua nova iria chover ..., depois que três dias antes de lua cheia ia desandar um aguaceiro ... e assim por diante, uma lua atrás da outra até ontem.

Mas chegou a hora. Agora é arregaçar as mangas, esquentar os tratores e encher o coração de fé e esperança.

Temos que evitar os insensatos, os pessimistas, os descrentes. Vamos com esperança e dentro de poucos dias toda a nossa região estará novamente exalando vida e energia e a safra virá para a alegria de todos nós.

Dificuldades bem piores enfrentaram os pioneiros que aqui vieram desbravar este chão. Bem piores dificuldades passaram as primeiras mulheres para criar os seus filhos, bem piores dificuldades passamos na grande queima do Paraná em 1963 e nas duas frustrações de safra em 1977 e 1978.

Agora a nossa região já está muito mais consciente, a nossa agricultura diversificada. Todo mês o nosso agricultor põe a mão no dinheiro do leite, a criação de suínos nunca deu tanto lucro como agora e com um pouco de fé e trabalho logo todos estaremos sorrindo novamente.

Todos ficamos torcendo para que a chuva continue, pois este é o melhor presente de Natal que podemos ganhar.

Mas todos devemos guardar esta lição: às vezes precisamos passar por momentos de agruras e preocupações – para poder aproveitar melhor as boas coisas que Deus nos dá.

O mundo e os homens seriam chatos e pretensiosos se sempre as coisas fossem bem. Somos todos criação de Deus. Somos irmãos das árvores, dos rios, dos animais e das estrelas, e, mesmo que a gente não possa perceber, a natureza vai cumprindo o seu destino (WINTER, 1985, FAN, grifo da autora).

Com o manuseio dos discursos, os mesmos foram dimensionados em fatias pelo corpo deste trabalho, atendendo à dinâmica da temática. Cabe salientar que estas fontes reúnem questões que se intercomplementam. Com as primeiras palavras formulou-se um corpo discursivo aglutinador de funções, compostas por um metabolismo expresso em um universo escalar – local Marechal Cândido Rondon, regional Oeste do Paraná, nacional Mato Grosso e internacional Paraguai. O movimento discursivo estruturou a “arrumação” das palavras, para descrever, com emoção e em detalhes, as conseqüências da estiagem. Com o confinamento das manchetes sobre o clima foi possível localizar os riscos e vulnerabilidades que as precipitações em excessos ou a carência destas exerceram na comunidade local. Os comportamentos dos fenômenos naturais como o vento forte, num primeiro momento, poderiam ser considerado risco para as casas, plantas, etc. Um olhar um pouco mais demorado, permite observar, a nível de imaginário, que a tempestade na ótica dos produtores foi recebida com entusiasmo, pois com ela veio a chuva.

Winter (1985, FAN), ao falar aos ouvintes, em especial aos camponeses, utiliza-se do religioso. Supõe-se que, ao recorrer à fé, abre um canal de onde pode resgatar a sintonia religiosa, encharcada de exemplos de submissão, peregrinação, sacrifício e obediência. Portanto, presume-se que, por meio da religião, ameniza antecipadamente possíveis revoltas e repúdio ao modelo agrícola instaurado. Assim, a motivação aparente esconde a desmotivação e o descontentamento com instituições como Banco do Brasil, cooperativa, ACARPA/EMATER, que puxaram o agricultor para: o cultivo modernizado, replantio e para a solicitação do crédito, etc.

A religiosidade foi incorporada ao contexto da construção discursiva, tematizando os desdobramentos vivenciados com a estiagem. Na seqüência, foram empregadas observações, solicitando mais humildade por parte dos agricultores em seus projetos. Assim, estruturou-se a ordem conformista em aceitar os riscos. Após a mistificação

do fenômeno natural, depositaram-se estímulos coletivos enquanto estratégia conformadora para a situação vivenciada. Por outro lado, deixou-se escapar, por dentro das fibras discursivas, as seguintes palavras: “o comércio se desesperou”. Isto indica que o poder da estiagem, ao afetar parcialmente as culturas, afetou também os interesses do comércio.

Em relação ao comércio, exemplificou-se o sucesso das vendas nas capitais que não dependem da agricultura, e o significado do natal foi depositado no sucesso das vendas. Portanto, ocorreu um rápido choque entre a afirmação anterior que indicava o “cultivo” da humildade. O suporte discursivo olha numa única direção: a frustração parcial das vendas. E o agricultor que plantou, perdeu as sementes, plantou novamente e ainda depende da continuidade das chuvas para colher, saiu da platéia? Com o contexto exposto, os gastos com o plantio e replantio dobraram, e a rentabilidade das culturas pela influência climática foi menor. Somadas a isso, as oscilações dos preços pagos aos produtos, apertaram a sobrevivência do agricultor.

No produto discursivo, comparecem os trabalhadores informais, como: donos de trailer, os quais comercializavam cachorro-quente. As vendas de cachorro-quente se reduziram, porque a população passou a poupar o dinheiro. No período que antecede o natal, as lojas ficam abertas à noite e com isso os funcionários recorrem a lanches rápidos, mas, com as vendas estagnadas, a procura por lanches diminuiu. Nestas noites, faz-se a decoração de natal e uma “pracinha” artificial no centro da cidade. Esta atrai o público infantil. Porém, com a crise na agricultura, a população passou a reduzir gastos com lanches, afetando, em muitos casos, a sobrevivência de quem vive da informalidade.

A condição informal dos bóias-frias, atrelada ao longo período de estiagem, colocou estes trabalhadores diante de dificuldades como: a carência de alimentos, remédios, etc. Os agricultores, transtornados com a estiagem e em muitos casos com as dívidas contraídas para plantar e replantar as lavouras, optaram por reduzir os gastos e não mais

contratam os trabalhadores volantes. Até porque, na mesma proporção em que a seca afeta a cultura, afeta também as ervas daninhas. Aos trabalhadores bóias-frias restou o desespero. Mas, o desespero também cercou muitos agricultores, que recorreram aos bancos para prolongar ou refinar os empréstimos. O desenvolvimento e avanço tecnológico, atuando em benefício dos ditames capitalistas, objetivou alargar a exploração dos trabalhadores. Mas este processo assumiu outras colorações que interagem junto aos produtores camponeses. É necessário considerar que uma fatia significativa do campesinato possui considerável produtividade. Sendo assim, muitos agricultores acumularam uma poupança e investiram na compra de terras, geralmente terras vizinhas (OLIVEIRA, 1997).

O desafio-discursivo emoldura a calamidade através de um exercício construído na moral e no conformismo. A sustentação discursiva pautou-se na conversa com alguns agricultores e, supostamente, colocou palavras em suas bocas, como: “às vezes é preciso ser assim”. Com este cenário, construído e fixado junto ao cotidiano dos agricultores, via ondas da rádio, provavelmente foi o antídoto, aplicado para anular o desgosto e o recurso de manter um ritmo acelerado, voltado novamente à produtividade. Outro aspecto extraído da aglutinação discursiva revela previsões pautadas nos saberes cotidianos. Os parâmetros, relacionados ao comportamento climático, foram buscados junto às pessoas idosas. Os saberes do senso comum foram valorizados, mediante a observação das fases da lua.

O suporte discursivo estabeleceu um padrão de retrospectiva, para, na sequência, lançar a sustentabilidade de outros desfechos. Com esta estratégia, um campo de invisibilidade cegou os reais objetivos do desempenho discursivo. O endereço das falas calorosas advogou em benefício do novo cultivo e, num ritual depurativo, atacou os pensamentos negativos, aflorou discursivamente uma nova paisagem firmada na próxima safra.

O *glamour* discursivo desenterrou passagens históricas do período da colonização, com seu universo de dificuldades. Os efeitos das queimadas também foram reconstruídos, bem como as frustrações das safras de 1977 e 1978, todo esse conjunto de acontecimentos, para justificar que as dificuldades com a estiagem não eram intransponíveis. É possível supor que esta fala, erguida em bases históricas, revela, no plano subjetivo, “medos” com o comportamento futuro, em torno do não-aceite de um novo cultivo por parte dos agricultores.

Portanto, foi necessário “espremer” o discurso para extrair os reais interesses. O objetivo reside em induzir a incorporação da diversificação nas propriedades, não somente em benefício do agricultor, mas em benefício do comércio e indústria. Nesse sentido, pode-se comprovar a hipótese de que a diversificação agrícola foi motivada e que com o cheque do leite, a comercialização de ovos, frangos, suínos, etc. ocorreu a retro-alimentação mensal dos interesses econômicos do comércio local. Com a diversificação objetivou-se, ao que tudo indica, alargar a renda do produtor, e assim beneficiar o comércio e indústria. Mas, pode-se afirmar que a diversificação tem seu lado positivo, e auxiliou o camponês a viver com mais equilíbrio no campo.

Em termos de fechamento do discurso de Winter (1985, FAN), as dimensões climáticas foram retomadas, assim como as expectativas em torno da permanência das precipitações. O religioso e o conformismo também foram reconvocados. Todavia, a relação homem/natureza, no último parágrafo, foi sistematizada em termos religiosos, semelhantes aos dizeres de São Francisco de Assis. A sincronicidade do dizer ficou pautada nos efeitos/defeitos, produzidos estrategicamente para suavizar as perdas agrícolas, e recompor forças para a contunidade da produção. Isto estimulou expectativas de interesse comercial e industrial, e do próprio agricultor.

Os clubes de jovens cooperativistas foram estimulados a desenvolverem atividades de campo. Conforme o documento jornalístico,

Dois clubes de jovens do interior de Marechal Cândido Rondon, o 13 de Maio da Linha Palmital, e o Juntos Venceremos das Linhas Willelms e São João, participaram de viagem a campos de experimento da Cargil no interior de São Paulo. [...] Ainda de acordo com **Moacir Froehlich**, a idéia básica dos jovens agricultores rondonenses é buscar tecnologias que permitam redução de custos na lavoura sem perda de produtividade (JOVENS, 1997, FAN).

A articulação em torno das novas tecnologias foi direcionada aos filhos de agricultores. Para tanto, a viagem de estudos ao Campo Experimental da Cargil, no interior do Estado de São Paulo, foi realizada com objetivo de instruir os jovens para reduzir custos na propriedade. Os organizadores do evento, Presidente da COPAGRIL, agrônomo e ex-secretário da agricultura municipal, canalizaram esforços num primeiro momento para reduzir os custos com a produção, mas a outra face da fala contém outros interesses, como a produtividade.

No discurso acima citado, Moacir Froehlich, agrônomo, vereador, figura na condição de ex-secretário da agricultura do município, que, por sua vez, também desempenha o papel de “agricultor”. É possível identificar que, por meio da mídia, algumas personalidades operam dentro da lógica do sistema político, atrelado ao poder de mercado. Assim, uma personalidade pode usufruir do papel de camponês e da condição política conquistada junto aos agricultores, no mesmo período em que desempenhou atividades como Secretário da Agricultura de Marechal Cândido Rondon. Ao sedimentar, no imaginário, a construção em torno de determinado fato (aproximar os jovens cooperativistas de novas tecnologias), passa-se a “educar” o sujeito para proceder de acordo com os encaminhamentos apontados. Assim, as percepções foram educadas, modificando o ritmo e a rotina cotidiana de um local.

No seu conjunto, as idéias divulgadas via rádio defenderam e defendem interesses da minoria com poder e o desamparo cercou, por longos anos, a maioria sem poder,

que são pequenos produtores modernizados. O cenário deixado pela modernização exibiu, por longo período, propriedades sucateadas. Por muito tempo, foram refreadas discursivamente alternativas para esses grupos, os quais, em certos períodos, eram omitidos nas falas, e só com a herança do processo modernizador, que fragilizou a estabilidade econômica de um número significativo de agricultores, foram lembrados. As tintas políticas, com suas tonalidades gritantes, que pintam em tela uma agricultura mecanizada, áreas expandidas, tecnologia avançada, parecem não apresentar espaço para o pequeno agricultor, aquele que possui uma propriedade fora dos padrões desejados, não comporta grandes maquinários e por isto não se moderniza. As sinuosidades do terreno afastam as novidades da grande indústria, pois a modernização agrícola da década de 70, na sua essência, caracterizou-se no “[...] emprego maciço de maquinaria no processo produtivo e pela utilização, cada vez mais difundida, de insumos químicos de origem industrial” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 89). Os contornos assumidos com a modernização afetaram a estabilidade econômica de muitos agricultores. Estes passaram a conviver com dívidas, juros altos, havendo casos em que foi necessário vender parte ou toda a propriedade. Na encenação discursiva, o agricultor com maquinários envelhecidos, moradia mais antiga, é distinguido dos demais, e avaliado enquanto agricultor descapitalizado. Com isso não se buscam generalizações que apaguem as dificuldades vivenciadas, mas objetiva-se revelar as mutações discursivas produzidas pelo sistema, pois, na encenação, a agricultura tradicional de mercado é posta na condição de desaparecida, mas isto não é regra, porque muitos agricultores mantiveram a diversificação nas propriedades. As mudanças estimuladas apagaram características anteriores à modernização, e, caso um proprietário tivesse conservado uma infra-estrutura mais antiga, seria taxado de descapitalizado.

José Roberto Mazucatto, engenheiro agrônomo e Secretário Municipal de Agricultura (1989, PS), ator que estabeleceu um discurso como representante da

administração municipal rondonense, espelha em sua fala de forma positiva o desempenho da agricultura e destaca a infra-estrutura da cooperativa. Sendo assim:

[...] O setor, no município de Marechal Cândido Rondon, que mais representa economicamente é o da agricultura [e,] por isso mesmo, a administração municipal tem prestado todo apoio aos setores da agricultura não só esta administração [...] mas todas as já havidas [...] **É por acaso da grandiosidade da agricultura de Marechal Cândido Rondon que [existe] também uma cooperativa que está classificada entre as maiores empresas do país. Ela está entre as 4000 maiores empresas estatais ou privadas de todo o Brasil.** A agricultura no município representa, em termos de arrecadação, uma soma muito grande [...] em relação ao orçamento de todos os anos. Para isso, os agricultores precisam de melhores acessos, de melhores condições de comercialização [...] Precisam, acima de tudo, conservar os solos [...] (MAZUCATTO, José Roberto, 1989, PS, grifo da autora).

Na reconstituição do discurso de José Roberto Mazucatto, cabe recuperar que os agricultores serviram, em parte, de instrumento humano na retirada da mata e agora são convocados ou pressionados para resolver o problema ambiental¹⁰, como se tivessem sido imprudentes, pois, o mais indicado para o momento seria a conservação. Mas, conservar é preciso? Sim. Mas conservar só o solo basta? E as matas ciliares? As matas ciliares em si não aumentam a produtividade, os impostos e não fazem girar o comércio. O estilo discursivo de Mazucatto (1989, PS) coordena a sucessão de idéias que são costuradas e produzem uma sequência mental de imagens que não ferem a administração municipal do período, nem as anteriores. É possível supor que Mazucatto (1989, PS) “fabrica” um consenso político com o objetivo de prender a atenção do público rural, evitando que agricultores contrários ao governo em vigência desconsiderem suas orientações sobre a conservação do solo. Estrategicamente levanta elogios em torno da produtividade, destaca o porte da cooperativa, questões que habitam a opinião do público através dos mecanismos da recolocação das palavras de tempo em tempo.

¹⁰ A questão ambiental será estudada no quarto capítulo.

Em relação especificamente ao ano de 1993, Valter Vanzella, Presidente da COPAGRIL, fez um balanço do setor agrícola, pautado em críticas direcionadas ao Governo Federal. No contexto de dificuldades vivenciadas pelos agricultores,

‘1993 foi um ano de muitas dificuldades para a agricultura, principalmente porque o governo ainda não definiu uma política séria para o setor’.

Nesses termos se pronunciou o presidente da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda, ao fazer um balanço do desempenho da agricultura neste ano.

Valter Vanzella ressaltou, no entanto, que apesar de 93 ter sido o ano [no qual se] registrou uma grande inflação que contribuiu para aumentar os [...] financeiros para o setor, a agricultor conseguiu sobreviver.

Para o presidente da COPAGRIL, neste ano, registrou-se uma safra razoável, porém, com uma rentabilidade bem inferior a anos anteriores, **tendo em vista, as dificuldades para a comercialização de alguns produtos.**

A baixa rentabilidade, segundo Vanzella, deve-se principalmente à importação de alguns produtos, como é o caso do trigo e do algodão (PRESIDENTE DA COPAGRIL, 1993, FAN, grifo da autora).

Nas suas declarações, os agricultores plantaram, mas colheram prejuízos. Segundo Vanzella, os problemas (preços baixos) desde longa data envolvem as atividades agrícolas. O setor agrícola convive com a incerteza. A ausência da política consistente para o campo exerceu manobras que estimulam lucros em direção à indústria e ao comércio. No balanço feito, a produtividade foi considerável, mas as dificuldades enfrentadas com a comercialização de alguns produtos fomentaram a baixa rentabilidade. O discurso do presidente da cooperativa, Valter Vanzella, direcionado aos agricultores, concebe a agricultura no conjunto das safras e na comercialização dos produtos agrícolas e atende a interesses institucionais. Há uma forte identidade com a agricultura de mercado. A formação discursiva abrange a escala econômica, produz distância entre agricultura e meio ambiente de modo abrupto. Os custos sociais não foram identificados. O impacto ambiental e socioeconômico, fomentado com a agricultura tecnificada, não ocupa espaço ao longo da produção discursiva de Vanzella. Nesta fonte jornalística, há uma mistura entre a redação do jornalista e a coleta da voz de Valter Vanzella. Na ocasião, Vanzella desempenhava duplo papel: o de agricultor que supostamente defende os interesses dos camponeses e figura na

condição de presidente da COPAGRIL, onde desempenha o papel de empresário. Portanto, a simulação de interesse coletivo em tomo da comercialização dos cereais desemboca na construção da aparente “democracia”. Com este método, busca-se convencer o público camponês, ao se fornecer a falsa ilusão de participação e decisão. A encenação da interlocução e do debate apura representações, que buscam estabelecer construções unificadas, mas não espelham a realidade. O problema foi atribuído à comercialização dos produtos, e não aos custos com a tecnologia empregada.

O elevado custo das sementes, de adubos e do preparo do solo absorvem parte do lucro no momento do plantio. Estes detalhes são dispensados pelos atores na construção discursiva. Em relação aos preços mínimos, é possível observar que

Estando atualmente com o preço fixado em 15 reais e 80 centavos a saca e com a previsão de 12 a 15 reais no momento da comercialização da safra, o soja pode amenizar as dificuldades dos agricultores endividados com as instituições bancárias. Já o milho estando atualmente com o preço de 5 reais e 50 centavos, portanto abaixo do mínimo de 6 reais e 70 centavos, está representando uma dor de cabeça para os agricultores da região (COPAGRIL ACONSELHA, 1997, FAN).

Como mencionado anteriormente, a técnica é proclamada de modo velado. Os atores em suas representações paralisam seus discursos em questões como preços pagos pelos produtos, mas não proclamam outros fenômenos que, se somados, indicam os problemas enfrentados pelos agricultores. A problemática dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas é uma constante na região. A recomendação feita alerta os agricultores para que não comercializem seus produtos abaixo do preço mínimo. O preço pago pelo milho desestimulou os agricultores, pois restaram-lhes os encargos com empréstimos, tomados junto aos bancos. Em contrapartida, os produtores foram orientados a recorrer à venda da soja, mas os que não mais possuíam soja ficaram com suas dívidas pendentes. De qualquer forma, ao expor a situação dos preços baixos, não houve uma manobra discursiva em prol da organização dos produtores para reivindicar melhores preços. Ademais, a própria cooperativa

sistematizou atividades de campo e estimulou o cultivo do milho.

Mesmo com todo empenho por parte dos agricultores, sua condição de permanecer no campo foi afetada pela inconsistência das políticas agrícolas. Portanto, é imperativo conhecer as conseqüências que o descaso trouxe aos agricultores.

[...] entenda que o pequeno nem sempre é pequeno porque ele quer, ele é pequeno porque a situação o deixou pequeno, porque o banco pegou dele, [...] ele trabalhou pro banco esses anos todos, ele trabalhou pro sistema financeiro que pagou corrupção, que pagou desvio de recursos [...] (FROEHLICH, 1995, PS).

Esta inconsistência para com o agricultor assenta um discurso de atores comprometidos com o sistema, não especificamente com a platéia. As políticas são introduzidas, não respeitam as características endógenas do grupo. A força exógena atua na extração do trabalho do agricultor, ou até pode comprometer a permanência do camponês no campo. O empenho para condicionar o imaginário fabricou consensos e auxiliou na adesão de determinados modelos. Em grande parte, a coluna de sustentação do poder foi erguida pela “engenharia do consenso”, que arquitetou a manipulação de consciências. Em algumas circunstâncias, o camponês deixou de ser sujeito consciente de suas ações, pois atendeu às “recomendações”, e não reagiu com vigor aos problemas desencadeados com as “orientações”.

Valter Vanzella destaca os problemas que atingiram agricultores e cooperativas.

Para Valter Vanzella a falta de perspectiva está levando à falência agricultores e cooperativas, enquanto o governo mantém apenas no discurso a sua intenção de definir uma política decente para a produção de alimentos no país.

Os juros ora praticados no mercado financeiro para os empréstimos agrícolas fogem totalmente à realidade nacional **e nem mesmo a constituição está sendo respeitada**, destaca o líder cooperativista, para quem apenas os grandes centros estão recebendo a devida atenção governamental (AGRICULTURA ESTÁ, 1995, FAN, grifo da autora).

Agricultores e líderes da cooperativa reclamam atenção por parte do governo. A situação tornou-se insustentável, a ponto de o presidente da cooperativa admitir a falência do setor. Ao comentar a situação da agricultura, considerou que as medidas para o setor encontram-se apenas no discurso. Os juros comprometeram a permanência do agricultor no campo. O agricultor que dependia dos financiamentos, ao solicitá-los, em pouco tempo acumula dívidas.

O manejo das palavras de Froehlich e Vanzella, produzidas no mesmo período (1995), indica efervescência discursiva. Segundo eles, os abalos depositados sobre a agricultura exerceram pressão negativa sobre as vendas do comércio e também afetaram as cooperativas. Pode-se supor que a primeira camada do discurso de ambos faz-se solidária com os problemas vivenciados pelos agricultores. Mas a segunda camada expõe atores que falam na condição de rondonenses e defendem os interesses do comércio e indústria por conta dos vínculos estabelecidos com estes setores.

É interessante acompanhar na íntegra os argumentos de Valter Vanzella, na ocasião Presidente da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. sobre a escassez de milho:

Comentários a respeito de uma possível escassez do milho [...] provocaram um aumento acentuado na cotação do produto. **Com o preço de três reais para a venda aos produtores, os criadores de animais se dizem revoltados e inviabilizados. A possibilidade de importação do produto, a falta de equilíbrio dos preços agrícolas,** e as perspectivas para a próxima safra, foram [alguns dos assuntos] abordados pelo Presidente da Cooperativa Agrícola Mista Rondon, Ltda, Valter Vanzella, um dos entrevistados do quadro Personalidade da Semana.

Eu penso que nós temos que ter um certo cuidado, porque já ocorreu um ano em que se falava que esse fato ia ocorrer [...] e acaba sobrando milho. E no momento eu vejo, com certa preocupação, muita especulação em torno disso, porque pela informação, pelas conversas que a gente tem tido com as cooperativas da nossa região, eu vejo que praticamente todas elas tem estoque de milho para atender a demanda, da sua área de ação, dentro da normalidade até o início da próxima safra. Evidente que isso é dentro da normalidade, por exemplo aqui no caso da COPAGRIL [...] o volume de milho que nós temos dentro dos armazéns é dentro da normalidade de consumo, pra atender o produtor, a integração, a fábrica de ração aquela coisa toda, nós temos milho até a próxima safra. [A] informação [que] eu tenho [é] que todas as cooperativas de modo geral estão nessa situação. A gente também tem ouvido que as grandes empresas também tem um grande estoque de milho. A tal ponto que poucos dias atrás, nós colocamos um lote no mercado pra vender e tivemos até certa dificuldade pra vendê-lo. Empresas grandes da região aqui não mostraram interesse, em comprar, sinal que não existe tanta escassez do produto, e [...] eu penso que pra nossa região, não havendo transferência do produto

pra outras regiões, não haveria tanto problema.

[...] nos preocupa, e isso eu vi numa reunião que existiu outro dia, com o Ministro da Agricultura, [que] existe uma reivindicação pra importar milho e assim por diante. E aí que eu coloco a minha preocupação. Começa-se [a] falar de forma muito ostensiva pra começar a importar milho agora e, todo mundo vai e corre pra importar milho e esse milho vai chegar aqui, junto com início da colheita da próxima safra e daí se isso ocorre, o produtor que plantou milho, quando vai vender, vai vender o milho por um preço ruim novamente, vai desestimular o plantio da safra do ano que vem, e com isso forma [...] aquele ciclo vicioso de nós não termos milho.

[...] a desgraça desse país foi a importação. A desgraça da agricultura foi exatamente quando nos impedimos nos ou o Brasil, importa de tudo, porque [...] inviabiliza nossa atividade aqui internamente[...].

Quem quiser criar animais com milho importado, pode aposentar a chuteira, porque o milho importado chega aqui a 14, 15 reais a saca. [...] nesse preço nós vamos encher o Brasil de milho, e aí que tá o grande equívoco, das políticas de governo [...] ter um preço de garantia, ter recurso pra estocar milho (VANZELLA, 1999, PS, grifo da autora).

Na entrevista concedida ao repórter Gladinston Luiz, para o quadro Personalidade da Semana, o entrevistado Valter Vanzella, questionado sobre a possível escassez de milho e o avanço da cotação do produto, considerou a alta cotação do milho e justa a revolta dos criadores de animais, que se sentem desmotivados. Foi cogitada a possível importação do cereal, entre outros temas (VANZELLA, 1999, PS).

Na via discursiva, flutuam as temáticas agrícolas em muitos aspectos contraditórios. Num primeiro momento, surgem falas calorosas em torno da especialização agrícola. A diversificação é colocada na ordem das alternativas para os problemas vigentes. Os agricultores diversificam, as propriedades assumem outra fisionomia. As mudanças aparecem lentamente, o pomar é reativado ou até ampliado, a horta solitária passa a receber muda e sementes. A produção de suínos, frangos e leite passam a conviver com o cultivo de soja e milho. A revitalização do cultivo foi comprometida pelos baixos preços pagos pelos produtos. Os estímulos à importação de milho atrapalharam a comercialização de produtos brasileiros.

No jogo discursivo, qual é o problema que afeta a agricultura? Indicam-se atropelos na administração feita nas propriedades pelos agricultores, mas esta fala realmente possui sustentação? De um modo geral, podem-se juntar algumas respostas nos fatos que

atravessam subjetivamente os textos representados pelos atores até então citados. Nesse sentido, é importante evidenciar a orientação construída de modo velado sobre a tecnologia. A tecnologia é posta no topo da construção discursiva e é apresentada como solução e fonte capaz de alargar a produção. As variações discursivas omitem o preço pago pela tecnologia e as conseqüências para o agricultor. Os agricultores são envolvidos pela modernidade e essa orientação não aparece explicitamente nas falas.

Mas, não se pode omitir que determinados agricultores cometeram deslizes administrativos em suas propriedades. Por exemplo, alguns modernizaram o cultivo, adotaram a tecnologia e não perderam suas propriedades. Foi observado em campo que determinado camponês adquiriu um trator Valmet 65, foi estimulado pelo *status* a possuir um trator mais potente, observou que para adquirir um trator novo seria difícil, era necessário recorrer ao financiamento, avaliou a situação e adquiriu um trator usado, com a potência desejada. Com o tempo, percebeu que sua propriedade era pequena, e não havia a necessidade de dois tratores, optou, então, por vender o de menor potência. Mais tarde, foi motivado pelos revendedores para adquirir uma colheitadeira, vendeu uma área menor de terra e adquiriu a máquina, e financiou uma pequena quantia. Porém, naquele ano, ocorreu frustração da safra, mas o preço pago pelo produto (soja) era significativo. Assim com o pouco que colheu e os serviços prestados aos demais camponeses, livrou-se das dívidas. Com o passar do tempo, observou que o investimento não dava retorno, era mais cômodo e lucrativo contratar uma máquina para sua colheita. Este agricultor desenvolvia a colheita no distrito onde reside, não adotava a prática de agricultores maiores que deslocavam as máquinas para outras regiões ou Estados. Ao observar que a sua propriedade era pequena e a máquina não dava retorno, resolveu vendê-la e investiu na construção de casas para alugar. O agricultor em questão praticou agricultura tradicional de mercado, modernizou, mas preservou em parte a diversificação da propriedade e, lentamente, retomou com mais força à diversificação (obserar foto abaixo). Ao

observar as oscilações das taxas de juros, deixou de lado os financiamentos, para compra de sementes, adubos, maquinários, etc. Por outro lado, outros agricultores financiaram o plantio, os implementos, e ainda organizaram o cotidiano regado a festas, trocas constantes de trator e outros, ao sabor do descuido acabaram envolvidos pelas dívidas, perdendo as propriedades. As observações apresentadas acima foram retiradas das atividades de campo através de diálogo estabelecido com os camponeses, das leituras e vivência pessoal.

Os exemplos citados indicam discursos contraditórios, e apresentam os estímulos ao consumo da tecnologia. Alguns agricultores cautelosos extraíram benefícios da tecnologia em forma de lucros. Outros enfrentaram percalços com a tecnologia somada à ausência de cuidado na administração da propriedade. Contudo, não se pode negar a presença repetitiva de discursos favoráveis à tecnologia. O *status* é atribuído à aquisição de um trator mais forte, sem mencionar a compactação do solo, a intoxicação do homem e animais. Os custos com a tecnologia não foram revelados explicitamente na construção discursiva.



Fotografia 3 – Diversificação do Cultivo

Com esta imagem¹¹ é possível observar o alongamento ao fundo do pomar, com o estímulo à diversificação. Na imagem, é possível observar retalhos em forma de culturas, por exemplo: há uma fatia de solo pronta para receber as ramas de mandioca e sementes de milho. Em outro estágio, as ramas da mandioca foram removidas e utilizadas como alimento para o gado no inverno. O milho, uma parte foi colhida e o restante ainda está em estágio de maturação. Este contexto, indica que o cultivo foi realizado em etapas: está é uma propriedade que manteve a diversificação, mesmo no auge da modernização. O agricultor, informou que o pomar foi reduzido, mas não eliminado. A área destinada para o cultivo da mandioca encolheu um pouco, no período da efervescência da modernização. No entanto, se manteve a criação de frangos, produção de leite etc.

O cultivo do milho foi incentivado discursivamente pela cooperativa, colocado como necessidade para o desenvolvimento da região. A especulação do seu preço afeta os agricultores que dependem do cereal para alimentar os animais. Mas os argumentos são compactos e, se observados no contexto, registram fatos presentes nas entrelinhas. Por exemplo, quem são os produtores que dependem do milho, os pequenos ou os granjeiros que

¹¹ No decorrer das observações em campo, foram realizados registros fotográficos na localidade onde vivi, e em outras.

criam suínos? A importação atende aos objetivos da grande maioria ou advoga em benefício de um grupo seletivo que sai fortalecido com as políticas de importação? Nas palavras finais de Vanzella (1999, PS), foi descrita com uma riqueza de detalhes a descapitalização dos agricultores. Isso evidencia que, apesar das constantes reformulações que o agricultor incorporou, a sua situação foi apresentada como caótica. Com o vai-e-vem das políticas públicas, o agricultor ficou com os prejuízos e, muitas vezes, a única saída encontrada foi a venda da propriedade e a migração para a cidade.

O preço do milho foi tratado com cuidado por Vanzella (1999, PS), que mencionou a característica dos encaminhamentos que foram dados ao problema, geralmente cercadas por ebulições que objetivam acelerar as especulações no mercado. O presidente da COPAGRIL toma como preocupante a cogitação da importação de milho, o qual chegaria juntamente com a safra e mais uma vez prejudicaria o produtor, que seria novamente desestimulado a produzir. Vanzella (1999, PS) ressalta o descuido do governo federal com o produtor, diz que a política de importar produtos fere os interesses do agricultor. Na visão de Vanzella (1999, PS), o governo brasileiro deve investir na expansão da produção, visualizando a exportação e não o caminho inverso.

A evidência do descaso com o agricultor pode ser constatada na fala de Vanzella (1999, PS), que afirma:

[...] aumenta o custo de produção, só que tem uma coisa, [...] eu já disse e repito, o caminho não é baixar o preço do milho [...] da produção agrícola, a valores que inviabilizem quem o produz. Nós temos que ter consciência que o que produz milho também precisa ter uma renda, e o preço que se praticou nos últimos tempos é inviável, tem que subir o preço do frango [...] agora porque o milho subiu, [...] o franco pode subir lá no mercado, agora porque o milho subiu, o farelo de soja subiu, o suíno pode subir, o leite tem que subir, [...] aí que tem que se chegar num equilíbrio das coisas, que se subir o adubo, subiu todos os componentes da produção no milho, qual o preço [...] ideal para o milho para poder se produzir milho no Brasil é oito reais e nove reais. Pois bem, nós temos que [...] partir dum valor exatamente que viabilize o [...] plantio do milho e aí o passo seguinte que é transformar isso em aves, leite, suínos e assim por diante.

A manipulação discursiva das propostas direcionadas para atender o agricultor incentiva-o a produzir e, na seqüência, produz o desequilíbrio, inviabilizando quem produz. Em face aos desdobramentos discursivos, Vanzella (1999, PS) manifesta-se contrário à redução dos preços pagos pelo produto. Para Vanzella (1999, PS), o produtor também necessita de lucros. Mas, pode-se extrair, da fala acima, o seguinte elemento – ao subir o preço do milho, automaticamente outros produtos elevam seus preços, causando um contínuo desequilíbrio na comercialização.

Vanzella (1999, PS) enfoca a dicotomia que cerca os produtores. A esse respeito conclui:

E aí nas cooperativas [...] que trabalhamos com o produtor de milho, trabalhamos com o produtor de suíno, com o de leite, com o de aves, enfim com todos, que a gente [...] esse processo [...] distorcido. Agora no passado recente, isso era feito [...] em função de uma política cambial [...] equivocada, certo que o cara importava o milho, [...] o milho vinha aqui a preço baixíssimo, o que matou o produtor de milho brasileiro, [...] era possível se manter o preço lá embaixo (VANZELLA, 1999, PS).

A partir do que foi exposto anteriormente, sobre os problemas que afetam a agricultura, verifica-se que o impacto desta política de momento rejeitaria a produção nacional em benefício da importação.

Considerações feitas por Vanzella a respeito da renda dos produtores podem ser consultadas na íntegra:

[...] A renda desapareceu, eu convivo com produtores, a gente vê [que ele] não ganha mais nada, [...] não tem renda, se quer ter um exemplo fica ali na saída da cidade, vê o [...] padrão de carros do nosso agricultor [...] você vê porque ele anda de Brasília velha que nem consegue [...] trocar o pneu, [...] porque não tem renda, **um pequeno agricultor não tem renda** [...]. Com isso não se repõe máquina, não se aumenta produtividade e enfim não se estimula [...] nada, só uma coisa [...] acontece: **o povo vindo prá cidade** (VANZELLA, 1999, PS, grifo da autora).

Entre planos e crises, as alternativas para os agricultores foram apresentadas historicamente através da introdução do processo modernizador e, na seqüência, foram redirecionados ao modelo diversificado. Este último conviveu com a modernização e assumiu

movimentos de avanços e recuos. Com o cultivo modernizado, foi substituído lentamente o binômio soja/trigo e incorporado ao binômio soja/milho. Uma parte significativa dos produtores passou a investir em vacas leiteiras, aviários, suínos, escargot, sorgo, pupunha e peixe. A criação comercial de suínos, em algumas propriedades, iniciou-se com agricultura tradicional de mercado e persiste até hoje. Fato que chamou a atenção e instigou esta análise, é o que diz respeito às propostas de diversificação mal formuladas e estendidas ao camponês, através da rádio. Pois, assim que o produtor optou por uma cultura ou criação de suínos, os preços despencaram e o produtor acabou nutrindo o sistema capitalista. Vanzella (1999, PS) fez um avaliação da situação econômica visível, a partir da observação dos veículos dos produtores. Esta situação também foi relatada pelos produtores e observada *in loco*, pois era comum encontrar veículos sem sinalização, portas amassadas, canos de escape comprometidos, assentos dilacerados. Na verdade, os automóveis, bem como os tratores e outros equipamentos, compareciam com a estética comprometida. Os remendos eram visíveis e se assemelhavam à renda do produtor.

A progressão discursiva, indicando a expansão da produção e a compra de mais maquinários, serve a uma parcela pequena de agricultores. A capitalização é seletiva. Nem todos os camponeses vivem a mesma situação. Portanto, uma parcela importante é afetada e convive com as dificuldades até então expostas.

Desse modo, o vetor das ações cooperativistas interfere de modo negativo e objetivo na transformação social. Produz frente ao capital, nas relações comerciais, mas perde força no controle metabólico do capital na sua gênese. Este fator mostra que, na economia capitalista, as cooperativas tornam-se empresas capitalistas, cujo desfecho é formatado no papel empresarial capitalista, desempenhado pelos associados.

Contudo, os diferentes condicionamentos sociais de continuada vivência, presentes na ação cooperativista, no contexto da aquisição de máquinas e defensivos,

beneficiaram uma quantia restrita de associados e limitaram o atendimento à maior parcela de produtores. Desde então, ocorreu o distanciamento entre cooperativa e camponeses. Interessa, aqui, mencionar o constrangimento dos camponeses, quanto à sua identificação com a cooperativa. O que faz os agricultores não se identificarem como proprietários e sustentadores da renda retirada pela cooperativa (política distributivista) é o pequeno percentual de sobras (resultado positivo) dividido entre os associados. Outra questão envolve a infra-estrutura, a qual abriga os anseios da agricultura empresarial. O papel da cooperativa é deturpado, ora sendo confundido com o capital comercial, ora com capital industrial. A proximidade com o capital comercial é atribuída à entrega do produto e aos métodos de recebimento e classificação dos grãos. As variações dos preços pagos pelos produtos agrícolas pela cooperativa, em relação às empresas particulares se explicam pelas despesas de armazenagem, pois a cooperativa não compra a produção, somente a negocia no momento em que o produtor considerar adequado.

Enfim, à incitação à agroindustrialização, especialização e ampliação da diversificação agrícola pode ser constatada no histórico da cooperativa. Conforme documento, houve “incentivos à produção suinícola, leiteira e avícola de postura através dos sistemas de Integração. Fornecemos também aos associados insumos para o plantio da lavoura, recebendo em troca o produto” (DADOS HISTÓRICOS DA COPAGRIL, s.d., p. 18). O diagnóstico do processo revela a atuação da cooperativa na produção agropecuária, na comercialização dos produtos, na venda de insumos e nas atividades industriais, promovendo transformações socioeconômicas, políticas e culturais. Em síntese, conforme a problematização da articulação discursiva de lideranças da cooperativa e outras, constatou-se a participação da cooperativa na motivação à agroindustrialização e especialização/diversificação do cultivo.

2.4 O crédito rural e a reorganização do espaço: feições espaciais e as novas culturas

Ao identificar o papel do crédito rural na reorganização produtiva e as novas feições desenhadas no espaço, interessa, neste momento do trabalho, retornar ao auge da modernização (1970), que se tornou um caminho necessário para a compreensão dos desdobramentos do processo que auxilia na formatação da diversificação do cultivo. Do topo da modernização, extrai-se uma pequena amostra do que ocorreu nas propriedades mecanizadas. A soja e o milho acabaram beirando a porta dos lares, invadindo, inclusive, os quintais e pomares. Em vista de tudo isso, a rudeza do processo colocou o trabalhador rural frente aos venenos, concentração da terra, concentração da riqueza e concentração do poder. Neste sentido, o governo estadual possui sólido vínculo com a lógica capitalista, pois “procura garantir a existência de certo padrão de relações de produção, o que implica numa constante atualização e reposição das relações de poder, que garantem a sobrevivência do sistema como um todo” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 13). O papel desempenhado pela extensão rural exerceu forças “[...] em difundir o crédito rural e o estímulo à integração dos produtores nos mercados, seja pelo maior consumo de produtos de origem industrial, seja pela especialização da produção agropecuária” (ARAÚJO, 1991, p. 15).

Os comerciais da rádio, na ocasião (1980 e 1990), eram longos, e lidos geralmente em dupla. A leitura ensaiada pode ser observada na fonte, nos pequenos pontinhos feitos à caneta, pois assim a entonação da voz recebia velocidade. Os termos discursivos, geralmente, apoiavam-se na “missão” de levar o Brasil na posição de destaque em produção. A disputa incentivadora da produtividade colocou em evidência os insumos de procedência internacional e o crédito agrícola.

Uma análise das políticas públicas para os camponeses revela um enredo, conduzido por encontros e desencontros, presentes na mediação de interesses conflitantes. Permite, também, observar a atuação controlada dos governos federal e estadual no campo. O governo interfere por meio da política de crédito e de preços mínimos dos produtos agrícolas, ou a falta dela, no processo de recriação camponesa.

É nesse sentido, por conseguinte, que a modernização agrícola, na área de abrangência da rádio, pode ser compreendida na identificação do formato da mecanização, com as transformações técnicas, como o uso de um trator acoplado ao conjunto de maquinários, a eletrificação rural, a conservação tardia dos solos, o uso de adubos, pesticidas e o elevado grau de desmatamento. Para equipar as redes de ação do governo estadual na facilitação do acúmulo do capital, torna-se necessário apresentar os eixos: Crédito Rural, subsídios¹², preços favoráveis e tecnologia. Segundo Roseli Santos (2001, p. 19), “[...] o Estado, que incentivou a modernização como forma de dinamizar a economia nacional, cria uma série de medidas oficiais para garantir a homogeneização tecnificada, o que gera, como consequência, uma expressiva diferenciação social”. Entretanto, a política de crédito, voltada à modernização agrícola, “[...] dirigia-se ao encontro dos interesses do governo, encontrou uma ajuda imprescindível ao seu desenvolvimento: o subsídio governamental que se estendeu da década de 60 até meados de 1983” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 21).

Os problemas advindos com a importação do trigo ocuparam espaço no jornal falado, Frente Ampla de Notícias.

Continuam os protestos contra a política nacional do trigo. [...] Ocorre que os produtores não conseguem vender a produção por conta da preferência pelo trigo importado, que chega mais barato ao país, devido a subsídios e financiamento de 180 a 360 dias. Esta semana o senador Osmar Dias criticou a política agrícola do governo, afirmando que, embora fale em globalização da economia, o poder público

¹² Nos primeiros anos da modernização o agricultor recebia subsídios. Com a concretização do modelo lentamente os subsídios foram afastados. No início, o agricultor, ao financiar maquinários, por exemplo: pagava juros baixos. O sistema financeiro retirava sustento do governo. Com as transformações, o sistema passou a extrair vantagens do agricultor.

não tem sequer um planejamento para tornar o país mais competitivo no exterior. **O senador Osmar Dias citou a política de produção e comercialização do trigo, cujo resultado este ano consiste na importação do alimento enquanto a última safra se encontra armazenada à espera de preços que justifiquem sua comercialização. O senador lembra que um milhão de toneladas estão nos armazéns, enquanto o Brasil importa mais de seis milhões de toneladas de trigo.** Em consequência dessa política, os moinhos brasileiros se desinteressam pelo trigo nacional, formando um cartel que só não prejudica o trigo importado (POLÍTICA NACIONAL, 1996, FAN, grifo da autora).

Mais uma vez, apontaram-se problemas na comercialização dos produtos.

Os triticultores realizaram protestos, provocados pelos empecilhos colocados para a comercialização de seus produtos em decorrência das importações. A política agrícola recebeu duras críticas pela ausência de articulação competitiva diante da globalização. O fato mais grave foi identificado na superlotação dos armazéns com trigo de safras passadas.

O Senador Osmar Dias apresenta em detalhes o papel desempenhado pelo Banco do Brasil, através do Crédito Rural.

[...] o Banco do Brasil, que é o agente financiador do Crédito Rural para pequenos e médios produtores, teve, ao longo dos anos, as suas funções distorcidas. O Banco do Brasil concentrou o crédito nas mãos de poucos produtores e alguns nem produtores eram. Tanto é que pouco mais de 1.200 produtores detêm hoje cerca de 70% da dívida [...] do Crédito Rural do Banco do Brasil e cerca de 8 bilhões de reais é o próprio governo quem deve ao Banco do Brasil, então se há um caloteiro nessa história, em primeiro lugar é o próprio governo e em segundo lugar são aqueles que tomaram o crédito e aplicaram em outras atividades (DIAS, 1995, PS).

Osmar Dias faz uma avaliação das consequências do Plano Real para a agricultura e o comércio. Especificamente o setor agrícola, no entender de Dias (1995, PS), necessitaria de três safras para se recompor dos golpes sofridos, através dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas. Ainda somou, ao processo, o endividamento dos agricultores que teria motivado inclusive manifestações por parte deles. Como consequência, o comércio passou a sentir a redução das vendas. No discurso, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, vinculado ao mesmo partido político de Dias, teria chamado os agricultores de caloteiros (DIAS, 1995, PS). Cabe observar, a partir do exposto, o tratamento que Dias articulou para esta questão do Crédito Agrícola, atribuindo ao Banco do Brasil o caráter

irresponsável quanto ao destino dos recursos. Outro aspecto colocado por Dias (1995, PS), como sendo inconseqüente e incorreto, diz respeito às atitudes tomadas pelos representantes do Banco do Brasil. Cita, como exemplo, o direcionamento dos recursos para a aquisição de avião, apartamentos, bem como a aplicação do dinheiro destinado para o Crédito Rural em outras atividades. Ao reportar-se aos caloteiros, responsabilizou o governo pelo empréstimo a 1.213 grandes proprietários rurais e finaliza com uma fala inflamada, denominando o governo de caloteiro. Dias (1995, PS) expõe, como pontos importantes a serem considerados: a distinção entre os produtores, pois os grandes, ao contraírem empréstimos junto ao banco, possuem supostamente maior estabilidade econômica e, com isto, dificilmente comprometiam suas propriedades. Mas os pequenos produtores, ao buscarem empréstimos bancários, caso sejam surpreendidos por frustrações da safra, baixos preços pagos pelos produtos ou até alta dos juros, desequilibram os orçamentos e podem perder suas propriedades.

Como foi observado anteriormente em detalhes na paráfrase de Dias (1995, PS), de maneira geral, o âmbito discursivo revela as estratégias dos grandes produtores. Estes pegaram carona junto ao movimento, que visava apresentar a crise vivenciada na agricultura, denegrindo a identidade dos agricultores que estavam diante de uma situação insustentável.

Os artifícios políticos, articulados no governo do FHC, em torno da inflação, ou melhor, o “egresso” dos preços pagos pelos produtos agrícolas, advogaram em benefício da “[...] manutenção da taxa de lucros da indústria, diante da queda dos produtos finais, o caminho é a depreciação máxima da matéria-prima, é possível avaliar o quanto essa classe doou graciosamente à sociedade o seu trabalho, através da transferência desmesurada da renda da terra” (PAULINO, 2003, p. 207). As estratégias em benefício do capital comandam o jogo e beneficiam as indústrias. Os produtores fornecem matérias-primas, retiradas do seu esforço diário.

O cultivo do binômio soja/milho é forte na área de estudo, pois o rendimento por alqueire desse último supera o do primeiro. No transcorrer dos últimos anos, o milho tem sido comercializado pela metade do preço da soja. O cultivo do milho com a rotação de cultura beneficia, com sua palha, o plantio direto. O cultivo da soja desgasta o solo e requer o uso até abusivo de adubos e pesticidas. A diminuição do cultivo do milho, devido às oscilações dos preços, preocupou em vários momentos a indústria responsável pela criação de frangos e suínos. A comercialização da soja está atrelada à exportação, e por isso convive com as oscilações das flutuações do mercado internacional e do câmbio.

A comercialização favorável da soja brasileira está atrelada às flutuações do mercado, em especial ao desempenho das safras americanas, de tal modo que, de um ano para outro, caso se normalize a produção americana, os preços pagos pela produção brasileira despencam. Neste contexto de estratégias políticas, os países ricos beneficiam seus agricultores, em especial o governo dos EUA, que está alargando a margem de subsídios para seus produtores, exatamente para fazer frente à competitividade da soja brasileira. No Brasil, em 2004, ocorreu um fenômeno atípico, proveniente das oscilações do dólar, que provocou momentos de pico no preço pago pela saca de soja.

O milho, produzido nas propriedades camponesas, é destinado para alimentar o gado, suínos, galinhas. Como esse cereal é transformado em carne e leite, os agricultores armazenam o milho em espigas no paiol. Em parte o milho é trilhado conforme a necessidade e depois triturado no tufão, que o transforma em quirera, procedimento que prolonga a vida útil do cereal. Em outras palavras, o milho na perspectiva da produção comercial de escala, ocupa considerável volume de exportação.

Os preços atribuídos aos produtos da lavoura camponesa revelam um enredo comandado pela desarticulação entre custos para produzir e preços recebidos pelas safras e, indica que a majoração dos produtos da indústria para a agricultura não está conectada à

política de preços mínimos destinados ao produtor. Com relação à mecânica que compromete uma remuneração adequada ao mercado, considerando custos de produção para os produtos agrícolas, cabe aos camponeses fazer frente aos seus interesses e não delegar suas lutas a personalidades externas. Permanecer junto à terra ocupa o *status* de dignidade. Como são capazes de produzir para sua sobrevivência, serão aptos de promover um enfrentamento silencioso. O descompasso existente, entre os preços pagos pelos produtos agrícolas e insumos, expressa a dificuldade de afastar qual a quantia de renda é apropriada pela indústria a montante da agricultura, já que os comerciantes locais ganham com a comercialização desses produtos. É importante ressaltar que os baixos preços deles não desenhavam um fato independente, mas que se articula a um processo de desvalorização social dos responsáveis pela produção, difundido pela transferência de renda a outras esferas da sociedade.

Sobre esta questão da política de crédito, Vanzella (1992, PS) diz que: “[...] e aqui em Marechal Cândido Rondon nós podemos ver muito bem, nos próprios agricultores, aqueles que estão endividados cada dia estão vendo sua situação se tornar mais difícil em função que o operacional não paga o custo financeiro [...]”.

Cabe ressaltar, como já foi dito antes, que a política de crédito beneficiou um grupo restrito de produtores, ampliou a concentração de renda de médios e grandes agricultores. Os pequenos agricultores foram beneficiados com parcelas menores dos subsídios e as alterações nos subsídios pós-1983 acentuaram os problemas no campo, desencadeando a venda ou arrendamento de propriedades, tornando a área de estudo expelidora de população (SANTOS, Roseli, 2001).

Os encaminhamentos discursivos, direcionados ao setor agrícola, apostam na desinformação, fato que pode ser identificado na situação econômica da agricultura brasileira no decorrer dos anos. Para Vanzella (1992, PS),

[...] enquanto persistir esta política econômica no país, onde se paga juros reais da casa de 60% 100%, ao ano [...] é correção, todas as pessoas físicas ou jurídicas [...] próprio agricultor ou próprias empresas, que estiverem endividadas, elas dificilmente terão contabilmente resultado positivo [...].

Conforme Vanzella (1992, PS), no governo Collor, os empréstimos a longo prazo foram extintos. Assim, no início do Plano Collor, os financiamentos para pessoas físicas eram bloqueados. Um outro tema debatido por Vanzella (1992, PS) diz respeito à comercialização do suíno, cujos preços pagos ao produtor, na maioria das vezes, eram baixos e o lucro incerto. Com isso, muitos agricultores desistiram de criar estes animais. Mas, os embutidos e derivados da carne suína não apresentaram as mesmas oscilações nos preços.

Os agricultores também foram incentivados a construir aviários. Na ocasião, (1980) falou-se em secar ovos, pois a venda *in natura* foi considerada inviável. Mas, lentamente, os incentivos foram afastados e muitos aviários se mantêm vendendo frangos para a Sadia. Falou-se da importância da avicultura na diversificação, bem como do adubo orgânico produzido a partir das aves. Cada grupo político que chegava ao poder, supostamente direcionava um discurso adequado ao que o agricultor queria ouvir, e assim surgiam idéias e os agricultores eram motivados a aderirem a elas, mas, ao longo do processo eram desatendidos, e ficaram com os prejuízos. Um exemplo gritante foi o incentivo à formação, na década de 80, da Cooperativa dos Produtores de Cana e Consumidores de Álcool Margarida Ltda. (COAMAR) – no distrito de Margarida. Na ocasião, representantes de uma empresa apresentaram os benefícios que a formação da destilaria poderia proporcionar. Porém, não foi considerado o tamanho das propriedades, que eram pequenas. Analisaram-se apenas as áreas grandes em que o projeto vingou. A articulação para a fundação da COAMAR partiu da iniciativa de líderes locais, vinculados ao comércio, ao cartório e agricultores. Na verdade, tratava-se de uma experiência, e, caso o projeto desse certo, a próxima localidade contemplada seria o Distrito de São Roque. Os agricultores foram incentivados a cultivar cana-de-açúcar para a futura produção de álcool. Ao montar a destilaria de álcool, aos poucos

recebiam chamadas de capital. Os argumentos discursivos apontavam para lucro a longo prazo. Aos poucos, os agricultores perceberam que o lucro nunca chegava, que as dívidas cresciam e a maioria dos agricultores deixou de produzir outras culturas, pois a terra estava ocupada com a cana. Outras questões também contribuíram para o fechamento da destilaria, como a demora da entrega do maquinário para seu pleno funcionamento. Além da constante quebra de peças dos maquinários, a queda de um martelo no moedor de cana, resultou em prejuízos de grande monta. Segundo informações coletadas no campo, o valor era semelhante ao de uma colheitadeira nova. Na ocasião, os sócios cogitaram na possibilidade de adquirir coletivamente uma colheitadeira para efetuar a colheita em propriedades dos sócios e outros, e com isto angariar fundos para quitar a dívida, mas, esta idéia foi substituída pela reposição das peças. As dívidas foram refinanciadas para serem quitadas lentamente, mas, mesmo assim, os agricultores viveram miseravelmente por muitos anos. A plantação de cana foi direcionada para a alimentação do gado, ou produção de melado e a destilaria foi fechada.

O fragmento abaixo foi enviado para a Rádio pela Prefeitura Municipal, e reproduzido pelo jornalista da seguinte forma:

A organização é da Fundemarc – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Marechal Cândido Rondon, tem, entre outros objetivos, organizar e orientar os produtores e transformadores de cana-de-açúcar na busca de metas comuns à exploração e desenvolvimento da atividade (FUNDEMARC, 1999, FAN).

Na linha da diversificação, foi organizado um seminário sobre o aproveitamento da cana-de-açúcar nas propriedades. O evento ocorreu no auditório da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Na condição de discurso, foi frisada a iniciativa da administração municipal dos prefeitos e vice, Ariston Limberger e Renato Kaefer, Fundação Tecnológica de Cascavel; Social Democracia Sindical, Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon (ACIMACAR), Sindicato Rural, COPAGRIL e Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). O convite foi estendido pelo

Presidente da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Marechal Cândido Rondon (FUNDEMARCO) ao público interessado. A sustentação discursiva apontava para a relevância do evento, bem como o apresentava aos ouvintes nos velhos chavões pautados no desenvolvimento agropecuário.

Como se constatou, a política de crédito executou comandos excludentes e desarticulou os objetivos propostos. De imediato, ofertou prazos longos, juros negativos. Os recursos eram direcionados à implementação técnica, objetivando alargar a produção destinada à exportação. As coordenadas oficiais desestimularam a produção de alimentos básicos e desprezaram o agricultor, que dedicava seu tempo a este cultivo. É evidente que “[...] o processo de modernização se tornou sinônimo de industrialização do processo de produção rural, através da mecanização e do uso de insumos e fertilizantes químicos” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 29). Entretanto, “[...] salienta-se que o Crédito Rural subsidiado foi o grande impulsionador da modernização da agricultura brasileira e o responsável, por sua vez, pela integração do campo ao mercado urbano-industrial” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 29).

Recuperou-se a entrevista de Sebastião Rodrigues (1988, PS), ex-deputado federal e Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, com o objetivo de apresentar o entendimento que este possui em relação à política direcionada para o setor agrícola. Segue na íntegra:

[...] em termos de déficit, em termos de política interna, política financeira evidente, foi sempre uma coisa que se discutiu ao longo do tempo. A quem beneficiava o subsídio do trigo? [...] a economia tem que espelhar a realidade, tem que ser transparente, ou você faz economia capitalista ou faz economia socialista. Economia subsidiada, não é uma economia em termos do que se quer fazer no Brasil de Capitalismo Moderno [...] (RODRIGUES, Sebastião, 1988, PS).

O personagem em questão desprende um discurso de quem fala pela nação. O ator pode emocionar, mas também pode, por meio da fala, reproduzir uma atmosfera de aspereza tentando demonstrar a seriedade do órgão (Banco do Brasil) pelo qual fala. Na

construção das palavras, em muitas circunstâncias, ressurgem a ditadura do discurso.

Na visão de Oliveira (1999), o sistema de financiamento brasileiro não é o único dotado de poder e capaz de promover a expropriação no campo, acentuando o problema crônico da fome. A justificativa do autor firma-se no fato de que o acesso dos proprietários de pequenos estabelecimentos aos financiamentos no Brasil não é expressivo. Embora a característica da implantação da especialização, na área de estudo, possua especialidade, que manteve os canais de financiamento abertos, mas a sintonia destes nem sempre apresentava com clareza a imagem do futuro, ou seja, as consequências pós-financiamento. Quando se analisa historicamente o Crédito Rural, tem-se acesso às cenas dos bastidores, em que se pode detectar a fragilidade dos benefícios ofertados discursivamente ao pequeno produtor, pois na prática o “benefício” gerou agricultores endividados e, em outros momentos, proprietários sucateados pela falta de recursos.

Na construção discursiva, foram indicadas as lideranças governamentais federais, estaduais e municipais, envolvidas com os problemas agrícolas.

Com a definição das regras de plantio agora em fevereiro, o agricultor terá muito mais tranquilidade para organizar a sua produção.

Outra preocupação do ministro o levou a criar ontem, o grupo interministerial para proteger os produtores brasileiros da concorrência desleal de produtos agrícolas importados (EM FEVEREIRO, 1996, FAN).

Entre as diferentes medidas aplicadas, com o passar dos anos, surgiram regras que coordenaram os cultivos das safras de inverno. Na prática, estes encaminhamentos, realizados pelo governo, controlavam a produção, sob o argumento de sediar mais conforto e segurança ao agricultor. As medidas foram estruturadas e apresentadas enquanto ação capaz de aniquilar a entrada de produtos estrangeiros, bem como fortalecer a produção nacional. A contradição residia na promoção de um grupo seletivo, formado por interesses heterogêneos que “deliberava” para si a tarefa de proteger os produtores. Pode-se supor que a este grupo interessou muito mais garantir seus objetivos.

A respeito dos juros pagos pelo camponês, Vanzella (1997, PS) utiliza os seguintes argumentos:

[...] Nos pós [...] plano tivemos uma situação [...] bastante interessante para agricultura [...] princípio, a agricultura foi tomada como âncora para sustentação do plano e o agricultor pagou caro, principalmente aquele agricultor que tinha dívidas a pagar, porque além da queda acentuada no preço dos produtos agrícolas, nós tivemos umas taxas de juros que jamais um [...] ser humano em situação [...] normal imaginaria que um dia pagasse um juro que ele pagou no Brasil.

Vanzella (1997, PS) considera que, entre os problemas que assolaram a agricultura, como os planos provenientes do governo que afetou a estabilidade financeira do agricultor e os juros, aceleraram suas dívidas. A queda dos preços atribuídos aos produtos agrícolas impossibilitou o agricultor saldar seus compromissos junto aos bancos. Entretanto, no entendimento de Oliveira (1999), sobre a relação financiamento e estabelecimento, diz ele: “[...] no Brasil a maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado com médios e grandes estabelecimentos agropecuários” (OLIVEIRA, 1999, p. 80). Esta tendência, também, pode ser aplicada nas características da área de estudo.

Aliado às colocações anteriores, Moacir Froehlich (1995, PS), Secretário Municipal da Agricultura de Marechal Cândido Rondon, defende canais de crédito para os pequenos produtores. Nas palavras de Froehlich,

[...] o que Marechal Rondon precisa e a Região Oeste precisa, são linhas de crédito para o pequeno, o médio e longo prazo, tirar a TR [Taxa Referencial] para que ele possa investir. Um plano estável para que ele possa acreditar, para que [...] ele possa fazer seu aviário, para que ele possa comprar mais vacas de leite, para que ele possa incrementar no suíno, para que ele possa melhorar o solo para produzir mais [...] milho, talvez [...] menos soja (FROEHLICH, 1995, PS).

Esse crédito deveria estar apoiado em prazos largos e planos estáveis. Esse acesso colocaria o agricultor diante da diversificação. Com estas facilidades, o agricultor poderia incrementar suas atividades, como construir um aviário, ampliar a produção de leite, criar suínos, melhorar a fertilidade do solo, alargar o cultivo de milho ou reduzir a área

cultivada com soja. O produto político presente neste encaminhamento parece, à primeira vista, muito saudável. Visto a longo prazo, revela uma infinidade de moléstias que predominam nos planos governamentais, configurados na ausência de crédito, preços adequados ao mercado para os produtos que compõem o modelo diversificado e acaba esgotando a energia financeira dos agricultores.

A forma de cultivar a terra, na área de estudo, assume diferentes conotações, atendendo às necessidades tecnológicas de consumo da agricultura especializada. É pertinente supor que as articulações políticas mantiveram sintonia e interferência na área, em benefício do capital. Desta forma, são lançadas idéias de ordem escalar, formando valores ou reformulando-os, em atendimento às demandas locais, regionais e nacionais. Lentamente, a sustentação subsidiada da implementação política do Crédito Rural foi transferindo o fardo dos problemas decorrentes da modernização aos agricultores. A difusão dos benefícios foi paulatinamente perdendo força.

Conforme a íntegra do documento produzido pelo Departamento e Comunicação Social da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, no exercício das articulações, estes advogaram em benefício da tecnologia, que deveria ser adotada pelo agricultor. Nesse contexto,

‘A proposta mais sensata e séria para viabilizar a agricultura é a capacidade, o conhecimento e a tecnologia do agricultor e não do maquinário utilizado por ele’. Esta idéia foi defendida ontem, no Cine Maver de Marechal Cândido Rondon, em palestra ministrada pelo diretor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), para a América Latina e Caribe, Polan Lacki. **Segundo Lacki, falta dinheiro para que a agricultura seja subsidiada e, portanto, essa idéia deve ser deixada de lado, dando lugar a investimentos em novas tecnologias.** Reduz-se, desta forma, os custos da agricultura, afirmou Polan Lacki.

Para Urbano Mertz, presidente do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário de Marechal Cândido Rondon, **‘a agricultura passa por problemas não só técnicos, mas também políticos.** E encontros como esse, que são realizados há cerca de cinco anos em Rondon e região, são importantes para discutir novas alternativas tecnológicas para a agricultura e dar apoio aos agricultores, pois eles precisam’, conclui Mertz (FAO, 1994, FAN, grifo da autora).

Portanto, foi colocado em foco o gerenciamento da propriedade, pautado na capacidade organizativa e no conhecimento. Com este patamar discursivo, foi sendo estabelecido um padrão de comportamento regulador de como o agricultor deveria agir para o desenvolvimento da agricultura. A sustentação proposta visa estabelecer paradigmas que, lentamente, consomem os saberes vigentes em benefício do capital. Nesta relação de forças, pode-se sugerir que predominaram interesses externos. Por exemplo, a falta de subsídios foi tratada com descaso, mas a força discursiva avança do subjetivo para o plano ideológico, ditando regras como o abandono da reivindicação do subsídio, em benefício da tecnologia. As novas tecnologias foram postas na condição de solução para os problemas vivenciados pelos agricultores. A mobilização feita por Polan Lacki, diretor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), foi, em parte, complementada por Urbano Mertz, na ocasião presidente do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do município. Este ator é um intelectual, que produziu um discurso de quem fala em nome da administração municipal e em nome dos rondonenses. As palavras produzidas por Mertz pontuam problemas técnicos e também políticos, enquanto entraves para o avanço agrícola. Na avaliação de Mertz, estes eventos são relevantes para estabelecer novas propostas e tecnologias para a agricultura. O evento que advogou sobre novas tecnologias foi maximizado na condição de instrumento, capaz de fornecer apoio ao agricultor e ainda frisou que o agricultor necessitava destes eventos. Portanto, a fabricação da opinião pública pode ocorrer através de mecanismos vestidos por comerciais, eventos ou prescrições de agrônomos que concretizam ações em benefício da adesão tecnológica ou venda de determinados produtos. Ao finalizar o documento, falou-se da presença de 600 agricultores, bem como de instituições envolvidas.

Os encaminhamentos discursivos que interferem no comportamento do agricultor mudam de acordo com os interesses e, logo, são fabricadas concepções sociais sobre os avanços científicos, visando uma transformação de relação entre homem/natureza.

Luiz Ernandes da Graça, responsável pelo Escritório da ACARPA/EMATER, de Marechal Cândido Rondon, ao direcionar seu discurso aos agricultores do Distrito de Margarida, tratou do Pacote Agrícola. Ator fiel às coordenadas estabelecidas para a agricultura pelo governo do Paraná, fala em nome da Nação, governo do Estado e enquanto representante dos interesses da administração municipal. Os encaminhamentos podem ser observados na íntegra:

[...] Vocês estão vendo que a ACARPA [...] tem pessoal pra trabalhar, depende de vocês quererem fazer o trabalho e quererem diversificar como a prefeitura deseja aqui no município. Essa reunião foi feita para que vocês tomem conhecimento das [...] medidas que [...] estão sendo tomadas a nível de Governo Estadual, a nível de Governo Federal, a nível de Ministério da Agricultura, sobre um negócio chamado Pacote Agrícola, que o pessoal reclama o custo de vida tá caro [...] mas porque o Brasil tá importando milho, o Brasil tá importando feijão e tá exportando soja, oras se nós estamos pagando pra comer, produto que é de primeira necessidade no caso do milho, no caso do feijão, porque não produzir aqui [...] Em vista disso foi criado o Pacote Agrícola [...] Ambos os bancos aplicavam 15% do depósito que eles tinham na agricultura, hoje isso aumentou para 17% e desses 17%, 25% tem que ser aplicados nos mini e pequenos produtores (GRAÇA, 1979, PS, grifo da autora).

Graça (1979) defendeu as idéias traçadas pelos representantes da Prefeitura local, em benefício da diversificação. A articulação do discurso é forte, transparece em sua fala um profundo conhecimento do grupo-alvo. Portanto, direciona palavras severas como: a equipe que trabalha, objetiva alistar trabalhadores que valorizam o trabalho. As formas de inserção da diversificação foram expressas por uma dinâmica conhecida e alicerçada nos valores do grupo: o trabalho. No entanto, as modificações nas programações da Rádio Difusora, voltadas aos camponeses, objetivavam sedimentar informações em benefício do modelo desejado, “instigando os sentimentos dos agricultores ou reforçando-os através de adjetivos como ‘homem trabalhador e familiar’, acessórios discursivos utilizados para expandir um modelo carente de trabalho que, inevitavelmente, era imposto ao cotidiano do agricultor” (SCHLOSSER, 2001, p. 182). A consagração da diversificação percorreu dois caminhos. O jogo discursivo foi levado *in loco* e por ondas da rádio. O Pacote Agrícola foi dotado de poder para desobstruir os possíveis obstáculos que rondavam a concretização da

diversificação.

Os diversos componentes, atribuídos à carência de alguns produtos para consumo como o milho, se analisados no conjunto dos retalhos discursivos, revelam os atributos que motivaram o cultivo do mesmo, bem como a adoção imediata de sugestões pelos agricultores. Mas uma avaliação do contexto permitiu recolher várias dimensões do processo, que ressaltam a importação do cereal, da qual resultaram preços mais baixos e menor lucro para os produtores.

Humberto Francisco Silva Spolador (2001) mostra que, no sistema vigente, são muitos os empecilhos para a construção de uma política sólida e eficaz de crédito. A administração e aplicação do Crédito Rural foram organizadas para atender investimentos imediatos e foram deixados de lado os investimentos a longo prazo.

Destaca, ainda, que os problemas persistem no contexto das elevadas dívidas dos agricultores de médio e grande porte. As elevadas taxas de juros aplicadas no mercado financeiro são barreiras que atrapalham avanços mais consistentes de ordem escalar, na implementação de outros formatos de financiamento, livres das coordenadas oficiais (SPOLADOR, 2001).

O Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias (1992, FAN), falou sobre a crise enfrentada pelos agricultores.

Dia após dia a agricultura no Brasil sofre maiores problemas, principalmente pelo poder aquisitivo da população que não permite um consumo de alimentos para valorizar o produto da lavoura.

Para que a agricultura volte a ser forte no país é preciso ser resolvido a questão salarial com uma política que possa desenvolver o poder de compra do assalariado.

Outro problema vivido pela agricultura é com relação aos tributos, já que no país existe a maior carga tributária entre todas as agriculturas do mundo.

[...], o agricultor enfrenta uma situação difícil devido ao alto custo financeiro no que tange à empréstimos bancários (SECRETÁRIO, 1992, FAN).

Na ocasião, atrelou a crise agrícola à “falência” do poder aquisitivo da população brasileira. No discurso, de modo geral, surgem falas calorosos em torno do acesso

ao crédito pelos camponeses, bem como sobre os altos juros que rondam os financiamentos.

Sobre esta última questão, é possível extrair também as forças exercidas pela indústria que advoga contra o aumento dos preços dos produtos agrícolas, pois a manutenção da cesta básica é feita com a subtração do trabalho do agricultor. Conforme Dias (1992, FAN), os salários magros da população impedem o consumo dos produtos produzidos no campo. No entender deste político, a solução para o campo foi posta na relação campo/cidade e a recuperação do poder aquisitivo do trabalhador urbano poderia formar um efeito cascata que beneficiaria o trabalhador rural. No entanto, os elevados tributos que são depositados na atividade agrícola sufocam o seu desempenho. A lista de exemplos que advogam soluções imediatas para o campo é enorme, mas o modelo prático possui vida curta e se desgasta com a mesma velocidade do seu surgimento.

As interpretações em torno dos subsídios agrícolas divergem entre as personalidades. Mario Stadler de Souza, na condição de Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, manifestou-se contrário à eliminação dos subsídios.

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Mário Stadler de Souza, representante do setor no Conselho Monetário Nacional, voltou a criticar a decisão do governo de eliminar o subsídio à agricultura, [...] para os graves reflexos para o consumidor, que vai pagar mais caro pelos alimentos (PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO, 1983, FAN).

Conforme atesta Spolador (2001), a redução gradativa do financiamento é um termômetro que identifica as falhas do sistema. Assim, “[...] os volumes de crédito estão muito aquém do necessário para promover o desenvolvimento agrícola do país” (SPOLADOR, 2001, p. 16). Portanto, estes problemas podem ser atribuídos aos desdobramentos assimétricos, vivenciados na economia brasileira, fatores aniquiladores do sistema tradicional de crédito agrícola.

Ao retomar a história do Sistema Nacional de Crédito Rural, Spolador (2001) apresenta os descaminhos esgotados da Lei nº 4.289, iniciada em 1965, desaparecendo

em 1980. As circunstâncias bloqueadoras do crédito transcorrem em meados da década de 80, “[...] quando a recessão tomou conta do País e as conseqüências desse modelo começaram a aflorar, desaguando, assim, entre outros pontos, na falta de crédito rural para os agricultores” (ARAÚJO, 1991, p. 53). E, ainda, no mesmo contexto, “No âmbito macroeconômico as taxas de juros praticadas no Brasil, em valores reais, são muito altas, situação essa que se iniciou nos anos 80 e permaneceu nos anos 90” (SPOLADOR, 2001, p. 85). A explicação, que visa justificar o crescimento dos juros na década de 80, reside na concentração monetária para estagnar ou controlar o processo inflacionário, através da “[...] diminuição da poupança mundial que se reduziu devido ao déficit fiscal dos Estados Unidos e a redução da poupança provada de outros países” (SPOLADOR, 2001, p. 85).

Os subsídios agrícolas arrancaram acusações entre os representantes governamentais. Mario Stadler de Souza criticou a atitude do governo de subtrair o subsídio do setor agrícola. A eliminação do subsídio, no seu entender, poderia afetar o consumidor urbano. Mais uma vez, os discursos estabelecem vínculos entre campo e cidade.

A relação entre pequenos agricultores e empresários é firmada no discurso abaixo.

Com as novas determinações anunciadas pelo presidente do Banco do Brasil de terminar a longa batalha que vem sendo travada entre pequenos produtores rurais e micro empresários urbanos que pegaram dinheiro emprestado no plano cruzado, e que sentiram as dívidas crescerem (SITUAÇÃO PODE, 1988, FAN).

O incentivo à produtividade direcionou os pequenos agricultores e miniempresários a tomarem dinheiro emprestado dos bancos (Banco do Brasil). Desta forma, a carga das correções sobre os montantes emprestados colocou os produtores e donos de microempresas, numa situação insustentável. Este fato os motivou a estabelecer um conjunto de reivindicações. Ao mesmo tempo em que foi polemizada discursivamente a situação dos miniempresários e pequenos produtores, estes últimos foram colocados na condição de

empresários. Pode-se sugerir que essa nova lógica ilustra uma reflexão/ação frente à junção campo/cidade, estabelecida entre pequenos empresários e pequenos produtores.

No entanto, a ginástica econômica dos anos 90 incorporou o Plano Real e objetivou reduzir a inflação, ou até acreditou-se no controle inflacionário. A reação destes exercícios forçados provenientes do controle da inflação “[...] ficou extremamente dependente das âncoras monetárias e cambial, ou seja, de elevadas taxas de juros no mercado financeiro e valorização da taxa de câmbio em relação ao dólar” (SPOLADOR, 2001, p. 86).

Na íntegra, o texto traz os detalhes referentes à seca, refinanciamento das dívidas e aos preparativos para o replantio:

Muitos agricultores haviam feito a compra de sementes de algodão, milho, arroz, soja e sorgo através do EGF – Empréstimos do Governo Federal – com a seca aconteceram problemas para **todos os homens da lavoura**, e vários pedidos foram feitos para que acontecesse uma dilatação do prazo de vencimentos desses contratos de EGF.

Agora, a Companhia de Financiamento da Produção prorrogou por mais 30 dias o prazo para pagamento dos financiamentos que venceriam no final do mês de dezembro, beneficiando todos os agricultores dos estados atingidos pela falta de chuvas e entre eles, os agricultores de Marechal Cândido Rondon e municípios da região oeste.

A medida tem por finalidade permitir que os produtores rurais com dificuldades por causa da falta de chuvas na época de plantio possam ter uma folga nos seus compromissos e cuidar das lavouras tão logo as chuvas retornem na intensidade necessária para o bom desenvolvimento das culturas, desde que haja possibilidades de replantio na maioria das lavouras do município (PRORROGADO, 1985, FAN, grifo da autora).

O cultivo em muitas propriedades foi realizado com o auxílio de Empréstimos do Governo Federal (EGF). O desenvolvimento das culturas, como se sabe, depende muito dos fenômenos naturais como as precipitações ou ausência destas, que, na maioria das vezes, afetam as colheitas¹³. De forma geral, os agricultores que solicitaram empréstimos acabaram tendo, em muitos casos, a sua estabilidade econômica comprometida. A prorrogação dos pagamentos dos financiamentos para trinta dias não foi um alargamento de

¹³ Este assunto será estudado mais detalhadamente no capítulo 4.

prazo, mas um estreitamento entre tantos outros que aperta o orçamento do agricultor. As medidas “ofertadas” foram postas na condição pré-estabelecida de o agricultor fazer o replantio. Com a remoção das camadas discursivas, é possível visualizar os interesses ocultos dos agentes (agricultores, comércio e indústria), que dependem dos produtos agrícolas para angariar benefícios.

No texto jornalístico, as medidas viabilizadas para a prorrogação das dívidas receberam destaque.

[...] o problema dos agricultores prejudicados. Em Marechal Cândido Rondon, os agricultores já poderão ser beneficiados pelas novas medidas.

Uma das medidas prevê a prorrogação de 50 por cento do saldo devedor dos créditos de custeio agrícola na safra 85/86, por até um ano a partir do vencimento final da dívida.

Esta regalia somente vai beneficiar os produtores que firmaram novo empréstimo para replantio ou substituição de sua lavoura.

Também será procedida prorrogação das prestações de investimentos que vencerem no primeiro semestre de 86, pelo prazo de um ano após o vencimento final da dívida (BANCO, 1986, FAN).

A formação discursiva trafegava por dentro das intempéries, que cercavam e influenciavam o cotidiano agrícola. Em caso de seca, lentamente eram formuladas medidas para auxiliar, em parte, os agricultores, para mantê-los plantando, mesmo que em condições precárias. O prolongamento do pagamento de 50% do custeio para um ano, à primeira vista, figura como um energético para equilibrar a situação e facilitar o novo cultivo. Por outro lado, a soma de uma outra frustração de safra poderia desestabilizar economicamente os agricultores. Mas, esta possibilidade não foi nem sequer mencionada. A negociação em torno da prorrogação do saldo devedor ocorreu condicionada ao replantio ou substituição da plantação. No conteúdo discursivo, foi tratado como regalia o prolongamento das dívidas e, ao mesmo tempo, a autorização da concessão de empréstimos para a permanência dos miniagricultores no campo foi divulgada, bem como o montante destinado, algo em torno de 3 milhões e 600 mil cruzeiros (BANCO, 1986, FAN).

Com relação ao empréstimo, foi estipulado um valor máximo de 600 mil cruzeiros por agricultor. Cogitou-se a elevação do Valor Básico de Custeio (VBC) para as safras 85/86 de 15%. Na ocasião, foi divulgada a elevação (crédito) do VBC, com limite de 40% aos grandes produtores, e para os pequenos cogitou-se 100%. O Banco do Brasil firmou 100% para coberturas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), com taxa de 2% (BANCO, 1986, FAN). A ordem discursiva considerou as medidas como algo extraordinário. Na linha das vantagens, recebeu destaque o alargamento do período para o plantio, como também os benefícios passam a atender a safrinha de milho.

Na fonte abaixo relacionada, ressurgem a problemática dos recursos necessários ao cultivo. Conforme a íntegra do documento,

No Oeste do Paraná as agências do Banco do Brasil dificilmente conseguirão abrir suas portas e atender ao público no próximo dia 12 de fevereiro, quinta-feira da semana que vem.

É que neste dia os agricultores prometem bloquear as agências desta instituição oficial, em protesto contra a falta de recursos ao setor, e ainda contra as altas taxas de juros, além de protestarem contra os preços mínimos atuais e ainda em função do governo estar prometendo um reajuste de apenas 25% (AGÊNCIAS, 1987, FAN).

Nos pormenores do discurso anterior, se transpostos a este discurso (veiculado em 1987), é possível identificar um contexto aposto ao que foi levado aos ouvidos naquela data (BANCO, 1986, FAN). Inicialmente, a fala jornalística foi utilizada para “informar” os agricultores das deliberações realizadas pelo Banco do Brasil. Na ocasião, a efervescência discursiva tratou as medidas como sendo extremamente saudáveis para a agricultura, em especial para o miniprodutor. Mas, num curto espaço de tempo, os argumentos mudaram. O que era para ser fato dissolveu-se em retórica. Os agricultores estavam esgotados com a lida do campo e cansados de ouvir propostas, pois no momento de usufruí-las enfrentavam um dilatamento, que afastava a teoria da prática. Na ocasião, os camponeses manifestaram repúdio ao sistema, como: carência de recursos, juros elevados e problemas com os preços mínimos. Ainda, no documento jornalístico, é possível identificar a ruptura da

passividade dos camponeses, ao preparar manifesto em frente ao Banco do Brasil.

As expectativas dos agricultores foram direcionadas para a Caderneta de Poupança Rural (rebatizada de Poupança Ouro). Com ela, objetivou-se captar recursos para atender o setor agrícola. Como pode ser observado na íntegra,

A caderneta de Poupança Rural criada recentemente pelo governo federal, e batizada posteriormente pelo Banco do Brasil de Poupança Ouro, será, a partir de agora, um dos principais alicerces da agricultura, pois o dinheiro arrecadado será revertido em sua totalidade para a produção rural (AGRICULTOR, 1987, FAN).

Spolador (2001) problematiza a política de Crédito Rural, em especial, registra os acontecimentos da década de 80. Para o autor, este período é caracterizado como divisor ou redutor de recursos públicos, canalizados ao financiamento da plantação agrícola. A partir da redução de aproximadamente 30% do montante de crédito, direcionado aos agricultores, “[...] houve uma preocupação do governo em eliminar o subsídio provocado por taxas de juros reais negativas dos empréstimos através do aumento das indexações” (SPOLADOR, 2001, p. 43). Um outro fator perfeitamente observável produziu reflexos negativos na transação do crédito agrícola, o elevado custo bancário. Soma-se também o fator da inadimplência dos produtores, nascido da defasagem entre a correção dos preços mínimos e a correção das dívidas dos agricultores.

No discurso abaixo, pode ser observado o duelo travado entre agricultores e inflação. Conforme adensamento discursivo,

Mais uma vez a inflação venceu os agricultores. De acordo com estudos realizados pelo DERAL de Maringá, quase todos os segmentos da sociedade agropecuária do Estado tiveram prejuízos no ano passado, aliás, o que vem acontecendo nos últimos cinco anos. A agricultura continua sendo o setor mais prejudicado pela inflação. As cotações registraram em 87 correções menores que outros segmentos no geral, significando não só transferência de renda como aumento na descapitalização do campo, conforme relatório concluído oficialmente pelo Departamento de Economia Rural [DERAL]. As exceções foram apenas para a soja e algodão (INFLAÇÃO, 1988, FAN).

Este cenário denuncia que as medidas direcionadas aos agricultores, no concreto, pouco efeito produziram. Somam-se a isso a descapitalização dos agricultores, transferência da renda e a migração para outras fronteiras agrícolas ou para os centros urbanos.

A redução da abrangência do sistema de Crédito Rural ocorreu no percurso dos subsídios, ofertados na década de 70 e início da década de 80. O “[...] sistema de Crédito Rural no Brasil criou condições estruturais e econômicas que culminaram no subsídio do crédito agrícola. O resultado final foi a redução dos incentivos à formação de poupança e o beneficiamento de tomadores de empréstimo com maior renda” (SPOLADOR, 2001, p. 82).

Com a densidade das promessas e a drenagem dos recursos para outros setores, os agricultores passaram a mostrar desconfianças sobre as informações a eles direcionadas via rádio, pois, no próprio documento jornalístico, é possível observar o descrédito em relação ao crédito.

Outro motivo que leva os agricultores a fazer este protesto é em relação a não liberação de dinheiro para os mini e pequenos agricultores poderem plantar a safra deste verão.

[...]

Enquanto isso, ontem o Banco do Brasil publicou nota informando, de novo, que haverá dinheiro para os produtores rurais de pequeno porte.

Estes anúncios vêm sendo feitos há meses e repete-se agora, o que não desestimula os trabalhadores rurais até por que, tendo em vista as constantes promessas de liberação do custeio, **sem a efetiva realização, fez com que os produtores não dessem mais crédito** (ANÚNCIO, 1994, FAN, grifo da autora).

Portanto, a linguagem referencial produzida por intelectuais que representam a fala nacional, por meio das Agências do Banco do Brasil, esgota sua credibilidade. A confiança se perdeu nas promessas falhas. O manejo discursivo, se observado no conjunto das fontes, descortina um jornalismo mercadológico, alicerçado em tramas emocionais que produzem generalizações padronizadas. Mas a aceitação do subjetivismo na observação da construção discursiva amplia o campo visual, elevando o grau de visão. Na análise dos discursos, identificou-se um padrão de reivindicações, realizadas pelos

agricultores. Este expressa, também, a indignação diante dos magros recursos destinados aos mini e pequenos agricultores.

Em relação ao fortalecimento do sistema de crédito agrícola, Spolador (2001) destaca o poder de alcance do Banco do Brasil, que possui agências espalhadas em todas as regiões do país, inclusive nos lugares mais distantes. As interferências mais recentes do governo federal estendem ações junto ao mercado de Crédito Rural, no contexto da “[...] regulação desse mercado, via proteção aos agentes econômicos, proteção das instituições financeiras, estímulo à competição no mercado, estabilidade macroeconômica, alocação direta de recursos (principalmente para o agricultor familiar) entre outros” (SPOLADOR, 2001, p. 87). A presença e a atuação deste Banco poderia fomentar as primeiras ações concretas para o desenvolvimento do novo Crédito Rural. Outras alternativas apresentadas pelo autor são as “[...] parcerias entre as agências do Banco do Brasil com as cooperativas e ONG’s locais” (SPOLADOR, 2001, p. 83). No último modelo apresentado, caberia ao banco a função de captar os recursos financeiros. Por outro lado, às cooperativas e ONG’s caberia alocar os empréstimos entre os produtores. Este encaminhamento poderia subtrair a assimetria informacional do sistema.

Em decorrência dos fenômenos climáticos, os agricultores passaram a não mais contar com o seguro para a safrinha de milho. Estas questões estão registradas na fonte que segue:

A geada catastrófica do mês de julho deste ano levou a Companhia de Seguros São Paulo – Cosesp, a tomar a decisão de oferecer seguro para outras culturas mas já anuncia que não aceitará propostas para o milho.

A informação foi prestada ontem pelo presidente do [Sistema de Crédito Cooperativo] Sicredi Adolfo Freitag.

Segundo ele, **além do risco de ter que indenizar novamente as plantações no ano que vem, a Cosesp está levando em conta a queda no preço do milho.**

Sem condições de assegurar a safrinha, a previsão é que os agricultores optarão por outras culturas no próximo inverno. [...] Por conseguinte, tudo leva a crer que a grande maioria dos produtores rurais preferirão deixar a terra nua – descansando ou, plantar adubação verde (MILHO, 2000, FAN, grifo da autora).

A atitude da Companhia de Seguros de São Paulo (CESESP), em não assegurar a safra de milho, permite diagnosticar a interdependência entre lucros, preços baixos e direcionamento para o cultivo de outras culturas. Tais medidas geraram problemas que assombraram os agricultores com poucos recursos. Assim, os velhos fantasmas novamente interferiam na vida do agricultor. Caso não possuísse recursos, teriam que cultivar o que a companhia se dispusesse a assegurar. Com este contexto arbitrário, muitos agricultores recorreram ao cultivo da adubação verde ou simplesmente deixaram de plantar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ao ser direcionado aos camponeses, foi dotado da capacidade de ação e orientação para o campo e sociedade. Logo,

Outro programa, denominado PRONAF [...], é um conjunto de ações orientadas para o desenvolvimento do meio rural e da sociedade. [...] Em relação ao PRONAF, trata-se de programa de governo com três objetivos básicos: estabilização econômica da agricultura familiar; a descentralização de serviços de apoio ao desenvolvimento rural e o reordenamento e ampliação da infra-estrutura do meio agrícola. Através dele o governo estabelecerá um novo padrão para a ação pública, com a participação direta dos cidadãos e de suas entidades representativas na formulação e acompanhamento de suas atividades bem como reconhecerá na comunidade e municípios, a instância legítima e capaz de apresentar as melhores alternativas para o seu próprio desenvolvimento (MINISTRO, 1995, FAN).

Torna-se evidente, para Spolador (2001), que um único sistema não possui força articulada para satisfazer os interesses de grandes, médios e pequenos produtores. A história atual do acesso ao Crédito Rural evidência que os grandes produtores possuem acesso facilitado ao mercado financeiro, captam recursos privados internos e externos, mesmo com juros elevados. Já, para os pequenos e médios agricultores, faz-se necessário alimentar o sistema de infra-estrutura, dentro de um imaginário comercial. Neste formato de atuação, as fontes de recursos para os pequenos e médios agricultores “[...] devem ser provenientes não só do governo (a exemplo [...] do PRONAF), como [...] de bancos comerciais que vejam nesse mercado [...] um mercado atrativo para empréstimos e investimentos” (SPOLADOR, 2001, p. 84). Todo esse processo foi conduzido pelo discurso da estabilidade, mas, nele, algumas

palavras ficaram soltas com questões que não calam ou não convencem mais. Portanto, “[...] a produção de alimentos e demais produtos primários básicos foi submetida à lógica da competitividade internacional, sendo profundamente penalizada pelas políticas estrangeiras de proteção estratégica desses produtos, via subsídios públicos” (PAULINO, 2003, p. 295).

O PRONAF, com o todo *slogan*, fortaleceu parcialmente o camponês, nem mesmo supriu as desigualdades sociais presentes no campo. Com o PRONAF, os benefícios mais uma vez foram canalizados para a mesma parcela de produtores, incluindo o setor de máquinas e insumos agrícolas. Assim, este programa “[...] para os produtores pequenos [...] é altamente excludente, pelo simples fato de que, mesmo dispondo de maquinários, dificilmente eles estariam trocando-os por equipamentos novos” (PAULINO, 2003, p. 303).

Em 1995, nasceu o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), e em 1996 passou por transformações, por meio das quais surgiu o PRONAF. Este último substituiu o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). O PROCERA foi gestado a partir da pressão exercida por trabalhadores organizados. No PRONAF, “[...] as condições financeiras mais estritas e gravosas, assim como a irregularidade nos repasses de verbas, fazem com que este programa esteja dificultando a viabilização das pequenas propriedades” (GÓMEZ, 2002, p. 89).

O PRONAF é apresentado discursivamente no enredo das políticas públicas na condição de medida mais respeitosa de apoio aos pequenos agricultores. A base de sustentação foi erguida no tripé Crédito Rural para custeio, infra-estrutura e capacitação. Os objetivos do PRONAF e sua operacionalização foram dotados da capacidade de alargar a produção, ampliar vagas no campo, fortalecer a renda e, conseqüentemente, a vida dos camponeses. A profissionalização dos agricultores e o acesso aos mercados de insumos e inovações tecnológicas também foram reforçados com o PRONAF (GÓMEZ, 2002). A interferência na organização do camponês ocorreu por meio do Crédito Rural: preços baixos

estabelecidos aos produtos agrícolas, elevado custo dos insumos e máquinas agrícolas.

O plano de ação do Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, foi apresentado discursivamente junto aos prefeitos e lideranças agrícolas (na Delegacia Federal da Agricultura do Paraná). O roteiro discursivo, divulgado via rádio, em caráter programado, evidenciou a importância do programa para o setor agropecuário. Entretanto, com tantas discrepâncias entre os planos, o PRONAF foi apresentado via rádio com base nos conteúdos herdados de tempos passados, qualificado na condição de orientador do processo de desenvolvimento do campo e da própria sociedade. Assim, ao observar o discurso, faz-se necessário ter presente a construção programada que está de acordo com o governo, ou seus financiadores.

O PRONAF foi apresentado aos ouvintes como um programa proveniente do governo, sustentado por objetivos estruturados na capacidade de firmar a economia dos pequenos agricultores, descentralizar as ações junto ao desenvolvimento do setor rural e fomentar a melhoria da infra-estrutura rural. Na ordem das representações mentais e sociais, a constituição das palavras foi construída sobre um modelo capaz de mascarar a realidade. Com argumentos discursivos, firmados num novo governo, atento à participação do cidadão, e com estes indicativos, objetivou-se convencer o público ouvinte de que as medidas foram elaboradas única e exclusivamente para desenvolver o meio rural.

Cabe ressaltar também que, após o cumprimento das determinações formais, o trâmite continuava a depender da disponibilidade dos recursos provenientes do Governo Federal. Na etapa final, a liberação do dinheiro foi realizada pela agência bancária. Esse universo de etapas e embaraços abrigava interesses ocultos e, de certa forma, prejudicial ao acesso dos pequenos agricultores. Para os bancos destinarem recursos aos pequenos camponeses, este procedimento soma um acúmulo de papéis (pouco movimento) expresso na burocracia, e, em muitos casos, estes bancos destinavam estrategicamente os escassos

recursos para os grandes tomadores de empréstimos.

Paulino (2003) diz que os agentes financiadores, “[...] entre os quais o Banco do Brasil, que domina a liberação de crédito do PRONAF¹⁴, acha-se incrustada a lógica da modernização conservadora” (PAULINO, 2003, p. 293). A posição dos pequenos agricultores na sociedade os torna, de certo modo, vulneráveis às manobras desiguais na liberação do crédito. Nesse sentido, deveria ocorrer o estreitamento entre agência bancária e agricultor, mas na prática se estabelece um alargamento das distâncias. Como os agricultores estão dispersos geograficamente, esta distância fragiliza a articulação do grupo prejudicado.

Os problemas estruturais ampliam o conflito entre capital e trabalho e acentuam as diferenças sociais. Assim, “[...] o Estado elimina, sem solucionar, a questão agrária da agenda de intervenção no meio rural e a substitui pelo discurso e os programas de desenvolvimento que se configuram em eficazes formas de controle social” (GÓMEZ, 2004, p. 41).

No governo FHC, as políticas públicas para o desenvolvimento do campo promoveram estratégias direcionadas para os aspectos mercantis. Com estes desdobramentos, as políticas conquistadas com os movimentos sociais no campo, firmadas no PROCERA, foram substituídas “[...] por programas de ajuda à agricultura familiar como um todo [...], nos quais o produtor se integra mais profundamente na lógica do mercado, como o [...] PRONAF” (GÓMEZ, 2004, p. 44). A proposição central das políticas implementadas atribui aos programas o poder de reduzir as anomalias sintomáticas presentes no campo, como também dotá-las da capacidade de amenizar os efeitos futuros da pobreza dos camponeses. Os instrumentos discursivos estabelecidos na articulação do PRONAF ou no Banco da Terra declararam ações direcionadas aos “agricultores familiares”, cuja solução para esta fatia de

¹⁴ Segundo Correa e Ortega (2002 apud PAULINO, 2003, p. 293), em 1998, o Banco do Brasil foi responsável pela liberação de 79,5% dos recursos para agricultura da Região Sul.

agricultores estaria na conversão deste em pequenos empresários.

Com a incorporação da filosofia do programa, num “passe de mágica”, a disparidade presente na estrutura fundiária e a conturbada distribuição da renda seriam solucionadas. A articulação objetivou desajustar a resistência construída no tempo, alinhavada ao longo dos movimentos sociais. A profundidade desta atuação reside na “[...] *questão do desenvolvimento*, pautada na diversificação produtiva, na transformação do pequeno produtor em empresário rural ou na formação de uma classe trabalhadora melhor preparada para contribuir com a acumulação do capital” (GÓMEZ, 2004, p. 48, *itálico no original*). As estratégias construídas ao longo dos anos desenharam necessidades que alimentam o capital, de modo que “o discurso e a prática do desenvolvimento foram mudando ao longo dos cinquenta anos de seu reinado absoluto na gerência das economias dos países, regiões ou municípios” (GÓMEZ, 2004, p. 49).

Ao avaliar o quadro macroeconômico, Spolador (2001) remonta os desdobramentos da renda agrícola aos anos 90 e a considera insuficiente. Neste cenário, os desajustes financeiros e as dívidas impagáveis podem ser compreendidos a partir do divórcio entre a correção dos preços mínimos pagos aos agricultores e a correção de suas dívidas, os quais indicam discrepâncias salientes. O valor da correção correspondente 41,28% dos preços mínimos estabelecidos pelo IPC, e a correção da dívida agrega 84,23% junto ao mesmo indicador de preços. Estes percentuais espelham o acentuado crescimento da dívida dos agricultores, a partir de 1994 (SPOLADOR, 2001).

Refinanciamento dos débitos agrícolas, em detalhes:

Os agricultores que têm débitos junto a instituições financeiras têm prazo até o dia 31 de janeiro para requerer formalmente o alongamento. Esta providência deverá ser tomada junto ao banco onde está a dívida e no ato ser preenchido um documento que o próprio banco fornecerá.

Podem usufruir da securitização, produtores rurais, cooperativas, condomínios e associações rurais, mesmo que suas dívidas já tenham sido renegociadas ou até mesmo, se as dívidas já estiverem ajuizadas.

Os financiamentos que podem ser alongados para prazos de 7 e até 10 anos para pagamento, são: custeio, investimento, comercialização, FINAME e até operações

efetuadas para cobrir dívidas de crédito rural.

Feita a securitização, o pagamento poderá ser em dinheiro e para tanto será calculado em relação ao preço de produtos agrícolas.

Se o devedor preferir, poderá pagar em produto, mediante depósito a ser feito em armazém credenciado pelo governo.

No cálculo para o alongamento da dívida serão excluídas todas as multas, juros de mora e taxas de inadimplência, juros que foram cobrados acima de 12 por cento ao ano e até mesmo os honorários de advogados.

Com a securitização das dívidas, os agricultores pagarão em 7 anos e a primeira prestação vencerá no dia 31 de outubro de 97, calculando-se o juro de 3 por cento ao ano.

Os devedores, no entanto, devem procurar as instituições financeiras impreterivelmente até o dia 31 de janeiro (SECURITIZAÇÃO, 1995, FAN).

Conforme discurso acima citado, pode-se diagnosticar a situação crítica dos agricultores por conta dos empréstimos contraídos junto aos bancos. Os refinanciamentos dos montantes, quando protelados, ocupavam prazos curtos. Entre os financiamentos, foi realizada uma seleção e a elasticidade dos prazos foi protelada para sete a dez anos. Mas este prazo longo foi destinado para custeio, investimento, para saldar dívidas com Crédito Rural, entre outros. Ao universo da securitização não foram computados multas, inadimplência, juros cobrados além dos 12% e honorários dos advogados. Nas visitas de campo, conversou-se com os agricultores que haviam refinanciado suas dívidas, mas que, após um encadeamento de safras frustradas, sentiram dificuldades para quitá-las.

O estendimento dos prazos para saldar as dívidas por um período de mais de 10 anos auxiliou muitos agricultores a colocar em dia sua situação econômica. De outro lado, como já foi afirmado anteriormente, os fatores naturais e em muitos casos a despreocupação com o valor a ser pago, resultou no aprofundamento das dívidas e a conseqüente falência do agricultor ou venda forçada de parte da propriedade. Há exemplos de agricultores que, acostumados com juros baixos das décadas anteriores, e ocupados com um padrão consumista de levar a vida, estruturaram as benfeitorias, as mobílias e maquinários de acordo com as tendências do mercado de consumo. Com isso, a ausência de irrigação nas propriedades e o excesso ou carência de chuvas, comprometeu as colheitas que somado a preços baixos e não observação do elevado custo dos insumos, colocou os agricultores em situação de risco e

indicou problemas na administração da propriedade.

Na ordem dos problemas macroeconômicos, estão as elevadas taxas de juros, que não se identificam com as praticadas no mercado financeiro internacional. Este procedimento acaba por estrangular os investimentos destinados à agricultura. Assim elevam “[...] os custos dos empréstimos, reduzem a capacidade de pagamento dos agricultores e reduz o volume de recursos destinados do setor privado para a agricultura” (SPOLADOR, 2001, p. 86).

Com o Programa Nacional de Assistência à Agroindústria (PRONAGRI), agricultores enfrentam dificuldades para saldar os empréstimos. Os pormenores são visíveis nos seguintes argumentos:

Cerca de 25 agricultores de Marechal Cândido Rondon estão envolvidos com problemas do PRONAGRI, já que tomaram dinheiro sob forma de financiamento durante a vigência do Plano Cruzado, valores aos quais foram acrescidos os juros e a correção monetária, o que estava extinta naquele período. Até hoje os bancos continuam aplicando correção monetária com o que não concordam os agricultores argumentando que é uma aplicação ilegal (MAIS, 1988, FAN).

Entre os vários fatores que desencadearam o endividamento dos produtores, o discurso acima registra uma situação de risco para a estabilidade dos agricultores, proveniente do PRONAGRI, ocasião em que os agricultores recorreram aos financiamentos do plano mencionado. Com o tempo, o formato dos empréstimos abriu espaço para a correção monetária, fato que motivou revolta entre os agricultores envolvidos.

Como sugere a afirmação discursiva, por meio dos representantes da cooperativa, uma parcela de agricultores enfrenta dificuldades financeiras. Os detalhes estão recolhidos na fonte abaixo relacionada:

Os dirigentes cooperativistas estão se mostrando seriamente preocupados com a atual conjuntura político financeira do país, a ponto de admitirem que a persistir a atual situação, **ocorrerá uma grande quebra de agricultores**. Os elevados juros aliados à correção monetária e a **falta de uma definição quanto aos preços dos produtos que estão às vésperas de serem colhidos, são os fatores fundamentais para promover a falência de muitos produtores** (ALTOS, 1990, FAN, grifo da autora).

Vale ressaltar, mais uma vez, o enredo promovido por dirigentes das cooperativas em torno da situação política e financeira do país. A acústica reproduzida admite a falência de um número significativo de agricultores. O enredo com a letra repetitiva e o mesmo refrão de sempre enfoca juros altos e indefinição de preços, entre outros. Estes aspectos abalaram os suinocultores, produtores de milho e soja. Deste discurso, é possível extrair dois fatos de efervescência discursiva. O primeiro acusa a homogeneização de risco vivenciada pelos camponeses. Ao identificar o comprometimento com dívidas de uma parcela significativa de agricultores, o fato recebe considerações alarmantes. No segundo aspecto, a falência dos agricultores supostamente poderia gerar impactos negativos e desfazer as expectativas da cooperativa e do comércio.

O engenheiro agrônomo José Roberto Mazucatto, Secretário Municipal da Agricultura, enfatizou o auxílio financeiro à diversificação do cultivo, readequação das estradas, conservação do solo e abastecedouros comunitários. Na fonte comparecem os detalhes:

Trabalhos importantes como conservação de solos, readequação de estradas e construção de abastecedouros comunitários, foram executados no município, além da entrega de máquinas às associações do interior. Outra meta registrada por Mazucatto [Secretário Municipal] é com relação o auxílio ao fomento no setor, visando, sobretudo, **a diversificação de cultura, como forma de assegurar recursos financeiros ao homem do meio rural** (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1992, FAN, grifo da autora).

As metas divulgadas por Mazucatto assumem uma engrenagem que articula o avanço da diversificação das culturas. Sobre esse modelo foram depositadas as soluções para os problemas vivenciados pelos agricultores. Na ocasião tratou com euforia da diversificação e da impossibilidade de sistematizar a ovinocultura. A ovinocultura não vingou pela falta de incentivo por parte do governo do Estado.

Outro aspecto que filtra o descaso com o pequeno agricultor é formado por modismos direcionados aos agricultores por “agrônomos e técnicos agrícolas [que]

acompanham palestras que discutem estratégias de produção profissional; pragas e seu controle; e manejo de plantas daninhas na cultura do milho safrinha” (ÁREA, 1998, FAN).

Em relação ao mercado de crédito, Spolador (2001) conclui que o funcionamento livre do crédito não possui poder significativo para gerar os recursos necessários para a sociedade. “[...] Isso significa que a ausência total do governo, como vem acontecendo no Brasil, não representa a solução ideal para o financiamento da agricultura no Brasil” (SPOLADOR, 2001, p. 86). No entender de Spolador (2001), a solução para os problemas da economia brasileira não reside no retorno ao passado.

No adensamento discursivo, a competitividade é estimulada via crédito rural.

Conforme documento:

Com o objetivo de aumentar o valor agregado e a competitividade da agricultura através do crédito rural, ampliação da área de cobertura com seguro privado, revisão das leis de classificação de produtos agrícolas e de armazenagem [...], foi lançado nesta semana no Palácio do Planalto, em Brasília, o Programa Brasil Empreendedor Rural.

O programa também contempla o estímulo à mecanização e renovação do maquinário agrícola, criação da cédula do produtor rural, atração de investidores internacionais nas operações de futuros agrícolas e modernização da legislação, possibilitando incremento de recursos privados, internos e externos para financiar a agricultura (SPERAFICO AVALIA, 2000, FAN).

Deve-se atentar para algumas questões presentes no discurso acima relacionado, que de longe movimentam falas que alimentam expectativas sobre a competitividade que poderá ser alcançada através do Crédito Rural. Na ocasião, a Agrícola Sperafico (empresa privada), que comercializa insumos e cereais, sustentou um roteiro discursivo a favor do “Programa Brasil Empreendedor Rural”. É possível vislumbrar a viabilidade do programa em benefício do modelo instaurado, fornecendo oxigênio à mecanização, bem como ao setor industrial. Isto ficou visível na sugestão de melhoria e atualização dos maquinários agrícolas. Os interesses se confrontaram, quando o deputado Dilceu Sperafico (proprietário da empresa) foi qualificado pela mídia “De Alto Nível” e homenageado como gestor de alternativas para os agricultores, e personalidade que atendeu à

geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo, foram divulgadas as ações do deputado e as medidas que sugerem benefícios à vida do agricultor.

Em resumo, os reflexos apresentados, no palco da modernização, deixaram suas cenas gravadas no meio ambiente, no desgaste do solo, nas vidas subtraídas pela ação de insumos¹⁵. Estas mudanças ativaram as atividades poupadoras de mão-de-obra, com a crescente incorporação da força mecânica. Em termos de discussão, a incorporação de novos projetos de vida chega ao município com formatos organizacionais pautados na diversificação do cultivo. A nova dinâmica assumida com o desenvolvimento do comércio, junto às pequenas propriedades da área de estudo, motivou a diversificação no cultivo e na aplicação de capitais. Nesta perspectiva, o comércio local aguardava a colheita dos lucros que se realizava não mais duas vezes ao ano, com a comercialização da soja e milho, mas no transcorrer do ano com a negociação de frangos, ovos, suínos, leite e outros. Assim, a reorganização do espaço estabeleceu-se numa atmosfera de ampliação da diversificação nas propriedades, fornecendo novas feições à organização camponesa. Contudo, na análise da construção discursiva, embalada pela fermentação de consensos e dissensos, a política de crédito resultou da mobilização proveniente de diferentes programas governamentais, elevados à capacidade de motivar o aumento do cultivo, geração de emprego, etc.

¹⁵ Mais informações sobre o uso de agrotóxicos, consultar o capítulo 3 da dissertação de mestrado da autora : SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. *Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980)*. Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia da UEM, sob orientação do professor Dr. Antônio Thomaz Júnior.

2.5 Poder oficial: as redes discursivas

O poder das redes discursivas congestionava os ouvintes com excessos de informação. As redes apresentam, através do canal aberto pela mídia, a modernização agrícola, como fenômeno extraordinário e dotado de poder para resolver problemas antigos da humanidade como a fome. A interpretação de uma notícia pode ser metabolizada distintamente por pessoas que habitam lugares diferentes. Para estabelecer o controle sobre as ambigüidades subjetivas, busca-se, por parte dos dirigentes dos meios de comunicação, alargar o controle, e, para isso, investem no poder de seduzir o ouvinte através dos discursos. O ataque às ambigüidades é fabricado na esfera do consumo. A linguagem é acessível e a simplificação no trato de um tema pela dicotomia “bom ou mau” transfere o assunto para a lógica das convicções que os ouvintes sedimentam no seu dia-a-dia.

Ao falar sobre o Dia do Agrônomo, o Engenheiro Agrônomo Gedi Kerber (1979, PS) fez um discurso inflamado sobre a profissão.

[...] o nosso ramo ele é bastante vasto, o engenheiro agrônomo hoje em dia ele [...] ele tem uma [...] responsabilidade enorme, [...] uma função grande [...] você reluta um [...] dos problemas do mundo, tudo se fala em fome. E a fome um dos principais problemas de guerra é o caos [...]. Nós temos uma [...] responsabilidade grande porque nós temos [...] **nutrir o mundo. E nós aqui do Oeste principalmente a nossa região, a região [...] profícua produtora, assim [...] um celeiro do Paraná e do Sul do Brasil.** O nosso agrônomo [...] se enquadra em várias modalidades [...] produção de sementes, assistência técnica [...] (KERBER, Gedi, 1979, PS, grifo da autora).

Os micro e macrojogos de poder estão enquadrados em termos como: região produtiva, celeiro do Paraná ou Sul do Brasil. Na ocasião, Kerber atribuiu aos agrônomos o poder de resolver o problema da fome. Mas, sabe-se que estes discursos desgastaram-se com o passar dos anos, pois os celeiros estão cheios de cereais, muitas vezes sendo consumidos por roedores ou insetos, quando parte da população ainda vive com fome. Pode-se detectar o

exaustivo fomento direcionado à expansão da produção na Região Sul, pois a velha expressão celeiro do Paraná ou do Sul do Brasil ainda se mantém nas práticas discursivas direcionadas por concepções ideológicas monitoradas por líderes que falam em nome da platéia (agricultores).

A personalidade em questão mobiliza recursos que interferem nas vias interpretativas dos ouvintes, em benefício do cultivo, ao expandir interesses mercadológicos. No metabolismo discursivo do jornalismo, formou-se uma rede complexa de interesses, construída sobre os “escombros” de discursos passados. O engenheiro agrônomo visualizou a agricultura no entroncamento de safras. Em seu discurso, a solução para os problemas sociais, em especial, a penúria de alimentos poderia ser “resolvida” com o cultivo “convencional”. Em suma, os engenheiros agrônomos, do mesmo modo que muitas personalidades dos governos federal, estadual e municipal, tendem a apresentar o campo pela via produtiva. Com isto, se identificam as falhas de percepção em torno da amplitude da profissão. Essa rotina discursiva persiste por longo tempo nos discursos. O esforço presente no contradiscurso do cultivo orgânico viola lentamente a blindagem própria das interpretações molduradas, que estabeleciam proximidade do fim da fome por meio da produtividade.

Conforme Raul Jungmann (2001), as soluções, apontadas pela modernização nos anos 70 e 80, estão perdendo força. Um olhar com lentes mais apuradas aponta para o “empobrecimento” do campo, acentuação do esvaziamento das áreas agrícolas e inchaço populacional nos centros urbanos. Para intelectuais que comungam com essa vertente, o agronegócio representa um acento vantajoso para o capital.

Na veia das articulações, a preocupação central do Deputado Federal Borges da Silva, nas vistorias feitas pelo governo do Estado, junto aos agricultores, demonstrou aflição com a possível redução do cultivo. Assim,

A agricultura brasileira estará falida caso os preços não sejam reajustados com urgência, e o Brasil irá conviver com um problema ainda mais sério de fome.

[...]

Para ele [Borges da Silveira], caso a crise se agrave na agricultura a falência do país será inevitável, e será a extinção da nossa parcial soberania e independência.

Borges da Silveira critica a falta de planejamento do governo na aquisição de produtos importados, afirmando que essa desorganização na importação fez com que houvesse excesso de milho e arroz no país.

Borges vai mais além, dizendo que o governo está subsidiando produtores estrangeiros através das importações, ao mesmo tempo em que o nosso agricultor sequer tem condições de armazenamento e comercialização de sua safra (DEPUTADO, 1986, FAN, grifo da autora).

Os problemas que envolveram a agricultura brasileira, como foi visto em outros discursos, comparecem no cenário dos preços pagos pelos produtos. Ainda na soma das causas e desestímulos que promoveram descontentamento está a importação de milho e arroz. Na fala acima, alarmou-se novamente para a escassez de alimentos. A imposição de ordem política desgastou a confiança de um grupo considerável de agricultores. Isto é possível observar na reconstrução discursiva realimentando a necessidade de se produzir mais. A máquina do sistema depende da circulação da produção e a carência de alimentos não justificou as falas inflamadas. A sinalização de que os agricultores poderiam parar de produzir caracterizava problemas para o comércio e indústria locais. No calor da articulação discursiva, caso o agricultor não cultivasse, o efeito produzido em “escala dominó” decretaria a “falência” da soberania e independência do país. Em linhas gerais, os esforços produzidos visavam sensibilizar o agricultor para continuar plantando.

Para Veiga (2001), a longo prazo, uma região poderá ser dinamizada pela sua capacidade de articulação junto à produção diversificada, conectada com a economia local, levando em consideração as características específicas da agricultura local. Considera-se de igual importância destacar a influência da mídia ou dos que dela se utilizam para articular novos paradigmas ou até reforçar os já existentes. A maneira como a propagação é elaborada, cria uma estrutura favorável com parâmetros que colocam em evidência um conjunto de formas e linguagem viciadas.

Segundo Froehlich (1995, PS), na geração dos atuais agricultores não mais predomina, nas práticas agrícolas, a agricultura tradicional de mercado que foi praticada por migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na fala a seguir, observa-se a seguinte passagem:

[...] Marechal Cândido [...] pelo povo que nós temos, pelo sistema de partilha de herança [...] nós temos hoje a metade das propriedades [...] sendo administradas por uma nova geração [...] são filhos e genros [...] que hoje administram a metade e isto por um lado é bom, porque **o pai, que veio pra cá sofreu [...] ele já não tá mais nem com idade, nem com energia, nem com cabeça pra assimilar, muda radicalmente seu comportamento suas atividades inclusive a forma [...] de praticar aquela atividade, vamos supor o suíno**, veio pra cá praticar suinocultura rudimentar e hoje naquela rudimentar ele só tem prejuízo, **então ele vai ter que mudar totalmente**, e pra isso ele precisa se adaptar a novas técnicas, [...] novos equipamentos inclusive material genético melhor [...].

[...] um grupo de produtores de Rondon também foi [...] pra fora verificar mais ou menos alguma coisa nesse sentido [...] Nós fomos ao Paraguai [...] aquelas lideranças, profissionais produtores que foram, ficaram impressionados, inclusive tanto que [...] frutos dessa empresa acabaram nos mercados aqui em Marechal Cândido Rondon [...] **sendo que nós poderíamos estar produzindo isso** [...] eu vejo [...] com bons olhos a questão da fruticultura [...] certo que tem que ser devagar, [...] você não muda de uma hora pra outra não é com um decreto, uma portaria [...] que você vai mudar **toda uma tradição cultural, uma tradição até de tipos de cultivo que se faça por parte do produtor** [...] (FROEHLICH, 1995, PS, grifo da autora).

Esta nova geração, que herdou as propriedades ou parte delas, se configura na atuação dos filhos ou genros. Pode-se constatar, a nível de imaginário e mentalidade, que a maioria dos agricultores possui como tradição comprar e doar áreas de terras para seus filhos ou, quando idosos, destinam o cultivo da propriedade para familiares. Mas, na ausência destes, entregam a propriedade aos cuidados de um arrendatário. As principais características avaliadas que fornecem contornos ao sistema de arrendamento na área de estudo ocorrem por acordos entre as partes interessadas, que elegem o período em que a área ficará disponível ao rendeiro e à cultura que deve ser cultivada. O interesse em arrendar mais terras geralmente ocorre para alargar a renda e reformular o parque de máquinas, como trocar o trator menor por um mais potente, trocar a semeadeira simples pela de plantio direto, etc.

Uma questão forte, presente na fala de Froehlich (1995, PS), indica o reforço dos padrões modernos de produção aos jovens produtores. Este aspecto compromete consideravelmente a agricultura tradicional de mercado, fortemente desenvolvida no período da colonização (década de 60). A personalidade atua na perspectiva de mover a platéia, pois discursivamente introduz e reforça concepções que requerem dos indivíduos posicionamentos modernos, com desdobramentos que partem de uma agricultura tecnificada, somada à tecnologia que agrega material genético, para melhorar a “qualidade” dos animais e plantas. Na sequência, Froehlich (1995, PS) enfatizou subjetivamente a diversificação e trouxe, com euforia, as impressões que lideranças vinculadas ao comércio e alguns agricultores obtiveram com a visita ao Paraguai. Este termômetro ajusta o ponto de vista de alguns em direção ao campo da homogeneidade. Nesta condição, pensamentos heterogêneos não têm espaço. Na ocasião, observou-se a fruticultura. O referencial dos argumentos cogitou a possibilidade de os produtores rondonenses desenvolverem o cultivo de frutas, pois a empresa visitada comercializaria sua produção no Brasil e na área de estudo em questão.

Os tentáculos da atuação dos extensionistas ampliaram o campo de atuação, com o objetivo de estender suas ações não mais somente para o agricultor experiente, mas para os filhos dos agricultores, em “benefício” da exportação. Como se pode diagnosticar, a “[...] extensão partiu para organizar ‘grupos de homens’, - ‘grupos de senhoras e moças’ e, posteriormente, clubes de jovens rurais” (ARAÚJO, 1991, p. 15). Durante a coleta de dados objetivos e subjetivos, persistiu na base dos argumentos, a indicação de mudanças, ainda que paulatina, de mentalidade. O entrevistado (Froehlich) manifestou a sua opinião e avalizou o cultivo da fruticultura. Ao observar as colocações, verifica-se que as articulações discursivas atuam no campo econômico, mas perpassam por aspectos culturais.

Na década de 70, surgiram alterações no padrão produtivo¹⁶, que chegaram de modo particular na Região Sul. Os agricultores, do Extremo Oeste do Paraná, passaram a receber discursivamente um conjunto de articulações e foram, lentamente, transformando seu cotidiano. No contexto da modernização, foram visíveis as transformações na organização da produção, os financiamentos, aparatos tecnológicos forneceram as coordenadas nas atividades agrícolas, e, com isso, houve a transferência de problemas e riscos aos agricultores. Com a modernização, os agricultores passaram a alimentar expectativas diferentes, mas os arranjos políticos, provenientes do governo do Estado, mais uma vez intervieram a favor do capital e da produção de produtos de elevado valor comercial, destinados à exportação.

O enfoque que predomina nas coberturas jornalísticas, com poucas exceções, apresenta o meio rural no cenário das safras e insumos. Nesse sentido, para Cerri e Capozoli (apud BORIN e VEIGA, 2001), o jornalismo rural é derivado do jornalismo econômico, que se alastrou no Brasil, a partir do “milagre econômico” e, no decorrer do regime militar, “a tônica desse jornalismo, historicamente, se caracteriza por uma linguagem e abordagem elitista e economicista, [...] bastante voltada para os grandes interesses dos grupos econômicos dominantes” (CERRI e CAPOZOLI apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 32).

Pode-se sugerir que as construções jornalísticas ainda são pouco criticadas no meio rural. Estas são portadoras de poder, capazes de apresentar o processo social brasileiro, dando ênfase a um enfoque. As inquietações da opinião pública, paulatinamente, exercem pressão positiva e requesitam uma ótica plural e mais ampla dos acontecimentos registrados no campo. Assim, na ótica de Cerri, esse formato cristalizado convive com as crises provenientes de inquietações na opinião pública, que lentamente abre fissuras na

¹⁶ No presente trabalho não será analisado o processo da colonização, bem como os seus desdobramentos históricos na área de estudo. A ocupação do município de Marechal Cândido Rondon, o processo produtivo pautado na pequena propriedade, desenvolvido por técnicas tradicionais, foi alvo das investigações desenvolvidas e sistematizadas na dissertação de mestrado intitulada “*Nas ondas do Rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)*”, de minha autoria.

blindagem economicista, “forçando alterações no seu formato, obrigando-a a ver o mundo rural de uma maneira mais ampla como já faz parte da academia” (FURTADO apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 32).

Apresentar um jornalismo nos padrões acadêmicos, ou próximo dos pesquisadores, requer desdobramentos ampliados e sustentação financeira alongada por parte dos veículos de comunicação. Na opinião de Cerri (2001), as dificuldades enfrentadas pelos meios de comunicação, em relação ao meio rural, não são intransponíveis. Os movimentos por renovação emanam, lentamente, do imaginário dos ouvintes. Atualmente, não há um consenso em relação ao produtivismo, desenvolvido brutalmente sem poupar a natureza. A busca pela qualidade dos produtos agrícolas vem crescendo e encontra-se em transição nos últimos anos. Assim, “[...] A produção orgânica é cada vez mais valorizada e as próprias empresas jornalísticas já começam a perceber que precisam mudar sua postura, rompendo com a visão reducionista que ainda predomina” (BORIN e VEIGA, 2001, p. 33). Com estes fatores em processo de ascensão, o jornalismo agrícola poderá deixar de ser uma produção coordenada pela economia.

Para tanto, o sistema agribusiness é um forte aliado do capital intensivo, e age como um vilão que reduz o emprego e se apresenta como uma solução frágil para resolver os problemas da economia rural. Segundo José Carlos Tiburcio – Secretário do Estado da Agricultura, os principais estilos argumentativos que integram os discursos sustentam as falas no desenvolvimento, progresso e produtividade. Assim, articulam a opinião pública da seguinte forma: “[...] o Paraná hoje realmente, a nível de extensão rural e nível de produtividade, já mostra ao Brasil e dá exemplo [...] (TIBURCIO, 1994).

Na programação Personalidade da Semana, foram transmitidas falas dos representantes políticos como: José Carlos Tiburcio – Secretário de Estado da Agricultura; Sinval Guazelli – Ministro da Agricultura; Mario Pereira – Governador; Alisson Paulinelli –

ex-Ministro da Agricultura (no Governo Geisel) e Itálico Cielo – Secretário Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Na ocasião (1994), eles participaram do 1º Encontro Nacional de Secretários da Agricultura em Foz do Iguaçu. A coleta dos discursos ocorreu, pelo que tudo indica, através de gravador. Os atores foram entrevistados para posterior costura das vozes, feita pelo jornalista. Estas personalidades falaram na condição de representantes dos governos do Estado do Paraná e Brasil.

O governador do Estado do Paraná, Mario Pereira, referindo-se à agricultura (1994, PS), diz:

[...] Nesse meu governo agora a prioridade [...] é o mutirão do calcário. O Paraná vem se preparando há muito tempo, com [...] o Paraná Rural, com o grande programa iniciado já há vários governos, de conservação do solo, com ‘n’ práticas agrícolas que envolve [...] toda conservação de solos, o programa Paraná Rural que é modelo do Banco Mundial pra todos países e que agora deu oportunidade que nós lançamos o mutirão do calcário [...]. **Eu acho que todas essas práticas: a extensão rural; o aumento da [...] produtividade é a resposta que o Paraná dá, que os agricultores do Paraná dão, com ajuda do governo do Estado a competição com os países do Mercosul e [...] o aumento da produtividade e que nos garante competitividade.** (grifo da autora).

Nota-se o posicionamento do governador diante da agricultura, mencionando as prioridades do governo em relação ao campo com significativa atenção para a conservação do solo, por meio da distribuição de calcário e na readequação das estradas. Estas atitudes tardias com a conservação do solo são importantes, mas quais seriam os verdadeiros motivos da conservação? Pode-se sugerir que o interesse pela conservação do solo, explorado duramente no passado, esconde outros interesses, como também recuperam o solo para manter ou até elevar a produção de grãos. Desse modo, fazer com que o ouvinte acredite no sucesso de planos voltados para a agricultura é um fato. Portanto, deve seguir o caminho indicado, pautado na competitividade, esta última apresentada como alvo a ser conquistado pelo agricultor.

Um esboço elaborado por Martins (apud BORIN e VEIGA, 2001) detecta a intercalação dos signos rurais no meio urbano e vice-versa. Neste contexto, “[...] As pessoas

com origens rurais, que vivem nas periferias dos grandes centros, não suportam a casa como prisão. Assim, a rua virou o terreiro e é palco de inúmeras manifestações e atividades que lembram a vida rural” (MARTINS apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 36). Martins avança no debate – destaca as previsões precipitadas e futuristas referentes a uma possível transição da população para o meio urbano. Essas idéias apresentadas apontam para o abandono definitivo do campo, incluindo uma cisão cultural. Mas, estas reflexões apressadas não vingaram e o mundo rural é sinônimo de presente que permanece vivo. Naturalmente, a expansão continuada de alguns benefícios, direcionados à população rural, poderia exercer um poderoso reforço aos laços culturais. De modo que esses valores íntimos da comunidade conservam como positivo não somente o confronto com a agricultura química, mas a luta contra a desfiguração das condições de vida presentes nos grandes centros urbanos. “O que é a cidade hoje senão o lugar do medo, do desemprego e outras mazelas. ‘Pelo menos no campo é possível preservar a família e uma certa sociabilidade comunitária’” (BORIN e VEIGA, 2001, p. 37).

Reagindo à regulamentação imposta, existe consenso por grande parte dos pesquisadores que estudam o rural na manutenção da pequena produção no Brasil. Para dinamizar esta produção, faz-se necessário agir nas bases sociais, agilizando políticas públicas com ações que canalizam recursos para os pequenos produtores. O desafio reside na junta, promovendo condições concretas que articulem o social e o econômico, aproveitando setores com potencial que estão subaproveitados e, nesse sentido, o governo do Estado pode estabelecer uma nova relação.

É interessante observar que o desenrolar da modernização fomentou mudanças no modo de produzir, “lidar” com o preparo do solo e com o cultivo. Os parâmetros traçados pelo governo canalizaram medidas para subtrair em parte as importações. Como se observa, no quadro de análise produzido por Ferreira (1998), situado na década de 80, ocorreu

a formulação da política agrícola direcionada às culturas de exportação, em descaso com os cultivos de consumo interno; a problemática da terra estreitada à ocupação da fronteira por minorias empresariais; a não-incorporação de trabalhadores do campo pela agricultura em questão, foram os aspectos estudados e que espelham o formato de “evolução” do espaço agrário no período (FERREIRA, 1998).

Para concluir, Veiga (2001) desenvolveu reflexões sobre o desenvolvimento rural. Para este intelectual, a solução reside na “[...] diversificação econômica de uma região [que] em grande parte começa com a diversificação da própria agricultura, e que a diversificação da agricultura está ligada à agricultura familiar” (VEIGA, 2001, p. 47). De acordo com o autor, em regiões onde o campo é tomado pela agricultura extensiva, o arbítrio da grande empresa fornece as coordenadas. E, nesta tendência, o campo passa a sediar a pecuária de corte, soja e milho. Trata-se, portanto, de um jogo de interesses onde não sobra espaço para ocupar a mão-de-obra excedente. As culturas ou atividades desenvolvidas no modo extensivo produzem esvaziamentos demográficos, com agravantes socioeconômicos. Os problemas agravados com a modernização impactam significativamente sobre a população. Este movimento, no espaço agrário, verteu indagações sociais de tal ordem que ultrapassam os “muros” da universidade, chegando aos meios de comunicação. O contexto histórico expressa as transformações, vivenciadas no campo, através da forte interferência do governo do Estado no processo de modernização agrícola, por meio de incentivos fiscais e Crédito Rural. Este, também, viabilizou e atuou como facilitador da infra-estrutura necessária como a construção de armazéns e rodovias. Em síntese, na reconvenção da malha discursiva, identificou-se o canal aberto e favorável à modernização do cultivo e ao alargamento da diversificação nas propriedades, dotado de significado e poder estendido aos ouvintes, por extencionistas e demais lideranças, através do rádio.

2.6 Diversificação e cotidiano

As transformações nas relações da produção camponesa serão observadas através das mediações simbólicas do cotidiano e da reconfiguração da diversificação agrícola. No período da colonização de Marechal Cândido Rondon, décadas de 50 e 60, a presença de bovinos era pequena, atendia às necessidades de consumo da família. Em especial, o leite e seus derivados, faziam parte da dieta alimentar dos camponeses. Os bezerros eram castrados e, mais tarde, recebiam um pequeno confinamento à base de mandioca, milho ou quirera. Estes eram abatidos para o consumo da família e o excedente da carne era repartida com os vizinhos. Com o sistema de trocas, passados alguns dias, outro vizinho abatia um animal e a carne fresca retornava à mesa. Este sistema de troca era motivado pela ausência da energia elétrica nas propriedades. Com o avanço da tecnificação e a presença da energia elétrica com seu arsenal de eletrodomésticos, incluindo o *freezer*, a carne bovina e outras passaram a ser congeladas. Mas isso não significa dizer que as trocas foram extintas. Elas ainda ocorrem, pois, para os agricultores, a troca, envolvendo menos quilos de carne, é motivada pelo desejo de consumir carne fresca.

As atividades como o preparo do solo, capina, transporte dos produtos eram feitos pela tração animal, envolvendo junta de bois ou cavalos. Era comum o agricultor amansar uma junta de bezerros ou cavalos, que, depois de adultos, auxiliavam nas lidas do campo. Estes animais, aos domingos, percorriam outros trajetos: pela manhã, levavam a família para a igreja e, no período da tarde, eram utilizados para passeios.

No formato moderno de criação dos animais, surgiu a diversificação com a produção de leite, lentamente as vacas comuns foram substituídas pelas holandesas e quirera, milho e mandioca foram substituídos pela ração e silagem. Em períodos de estiagem ou

geadas fortes, a cana-de-açúcar ou capim colonião eram cortados e depositados nos cercados. Atualmente, são poucos os agricultores que recorrem a esse processo. O cultivo de aveia é realizado numa parte da propriedade próxima ao “potreiro”, que é cercada e, quando a aveia atinge o porte ideal (isso ocorre no período de inverno), o gado passa a ser liberado para aquela área por algumas horas. Esse processo poupa o corte e o transporte até o cercado. As observações acima têm por base leituras, atividades de campo e vivência pessoal.

Em áreas maiores, a terra é destinada para uma pausa. O cultivo de aveia ou nabo (observar as fotos abaixo) objetiva recompor a fertilidade do solo, para, no verão, plantar a soja. Porém, com as “vantagens” que são atribuídas ao cultivo da soja, como preços adequados, o risco não deixa de ser considerado na avaliação do camponês, mesmo que as possibilidades de perda da safra de verão são reduzidas.



Fotografia 4 – Cultura de Inverno – Aveia

No inverno, alguns agricultores que optam por uma pausa, cultivam aveia. A aveia em questão está num estágio avançado de maturação, isto indica o início de uma nova etapa pautada no cultivo de verão.



Fotografia 5 – Cultura de Inverno - Nabo

Esta foto é um registro flagrado nas observações de campo. O nabo é plantado no inverno, assume considerável adensamento vegetal, por conta deste o agricultor passou secante, com o objetivo de facilitar o preparo do solo para a cultura de verão. A imagem registrada, se observada com atenção, indica um momento melancólico expresso na mescla de cores sombrias.

O equacionamento dos saberes cotidianos fornece credibilidade, “[...] a ponderação camponesa, quanto aos riscos, se inscreve em uma trajetória delineada pelo saber vivido e construído na alternância do comportamento da natureza. O camponês sabe o quanto é recorrente o mau tempo para a lavoura” (LEITÃO, 2003, p. 258). Os fatores climáticos exercem forte influência sobre o cultivo, as variações são tomadas com cuidado e definem o tempo do plantio e a cultura a ser cultivada¹⁷.

A organização camponesa resgata alguns valores, praticados na agricultura tradicional, em que se valoriza a agricultura de mercado, entre os quais se pode mencionar a criação de suínos comuns. No período da colonização, a criação de suínos para o comércio era uma atividade que predominava nas propriedades. Os animais são alimentados com pasto,

¹⁷ Este assunto será estudado mais detalhadamente no capítulo 4.

sobra de leite, quirera, milho, mandioca e outros. A alimentação diferenciada desse animal é uma manifestação silenciosa de repúdio aos suínos alimentados com ração composta de hormônios e às reconfigurações genéticas. O abate do porco torna-se um ato simbólico, com todos os preparativos, quase que um ritual.

No dia que antecede o abate, são preparadas facas, mesas, moedor e serra elétrica. Estes dois últimos componentes não existiam, hoje são comuns nas propriedades, pois agilizam o abate. Arruma-se o tacho ou uma panela grande para derreter o toicinho, a prensa recebe um banho de água quente para, no dia do abate, espremer a banha. O abate ocorre entre famílias, envolvendo irmãos e vizinhos. Nas visitas de campo, observou-se a retomada do fabrico do salame, banha, torresmo, morcilha e queijo de porco. Este último é feito a partir da carne retirada da cabeça do porco. A cabeça é cozida para posterior retirada da carne, que é temperada e colocada em camadas no interior do estômago limpo do animal e prensada por mais ou menos 4 horas. O fabrico do queijo é comum entre camponeses poloneses. As pessoas que habitam grandes centros urbanos encontram dificuldades para mudar seus hábitos de consumo para a banha, sendo assim, adquirem azeite no supermercado que continua sendo comercializado a preços altos. O comprometimento com essa reconversão ao produto animal possivelmente não terá reflexos expressivos no mercado da soja, já que a sociedade em questão é altamente urbanizada. A lógica do processo privilegia o consumo da soja e seus derivados, colocando este cereal em primeiro lugar nas exportações do país.

É plausível recompor um paralelo entre agricultura tradicional de mercado e o formato atual assumido pela diversificação. Nos anos 60, muitos agricultores possuíam, na propriedade, uma ou duas colméias. Segundo os agricultores mais idosos, as abelhas eram calmas nesse período. Assim, munidos com uma pequena fumaça feita com troncos de árvores em decomposição, retiravam o mel, procedimento denominado de “melar” as abelhas. No auge da modernização, na década 70, esse processo foi deixado de lado por número

significativo de agricultores, pois quase tudo era adquirido no mercado. Mas, com a diversificação, muitos agricultores reiniciaram a apicultura e, em alguns casos, retomaram as velhas e cinzentas caixas, bastante comprometidas pelas agressões do tempo.

Ao reativar a apicultura, os agricultores transferiram as abelhas para caixas mais sofisticadas, que possuem dois ou mais andares (sobre-caixas como pode ser observado na fotografia). Uma é para a reprodução das abelhas, e outras para fixar os favos, denominados quadrinhos, para que ocorra a produção do mel. Este mel é consumido na propriedade e a sobra é comercializada. Para muitos agricultores, a apicultura alarga os rendimentos da família. Estes produzem o mel para consumo, mas visualizam também a comercialização.



Fotografia 6 – Estaleiros e Caixas

Por meio desta imagem, é possível observar em detalhes as transformações na apicultura. A caixa que abriga a colméia é de procedência industrial, a mesma pode ser sobreposta e receber vários compartimentos. As caixas são depositadas sobre estaleiros, construídos pelo agricultor. A defesa contra as formigas é feita num estilo que abriga saberes cotidianos. Os pilares que sustentam as caixas, são envolvidos com lã e óleo queimado, por último o material recebe uma carcaça de lata, este recurso evita que formigas invadam a colméia.

Atualmente, a apicultura é praticada num contexto técnico. As caixas são alocadas em estaleiros e, nos postes, coloca-se lã de carneiro com óleo queimado, para afastar as formigas. As caixas ficam na mata ou em pequenos capões de mata. A colheita do mel é realizada com o auxílio do “fumegador”, onde são colocados pequenos pedaços de tronco de árvores em decomposição e folhas de fumo. Segundo a fala de um agricultor, as abelhas são africanas e mais violentas, por isso utiliza fumo para produzir a fumaça. O mel não é mais extraído manualmente dos favos, utilizam-se centrífugas, este recurso gera aproveitamento dos favos.

A distribuição das colméias não é feita aleatoriamente. Observa-se a distância da residência, por se tratar de abelhas ativas e violentas. Caso ocorra um acidente, como a queda de uma caixa, estas atacam animais e humanos. Outro cuidado, que cerca a localização, refere-se aos patos e sapos, que costumam abancar-se próximo à entrada das caixas para efetuar a captura das abelhas. O esforço de levar a colméia para um capão de mata ou mata ciliar evita as situações postas. Mas não basta distanciar a colméia da residência para garantir a produção, faz-se necessário colocar a caixa com a abertura para o sol da manhã. Com esta estratégia, em dias de frio, a colméia é rapidamente aquecida facilitando a mobilidade das abelhas em busca de alimento, melhorando, conseqüentemente, a produção. O cuidado de colocar a colméia na mata evita a contaminação por venenos aplicados nas lavouras.

Em síntese, a transformação e a reorganização das atividades agrícolas não removeram as relações simbólicas estabelecidas entre camponeses. A reconvocação do cotidiano evidenciou o equacionamento de saberes que interagem com a ampliação da diversificação da propriedade. Assim, ao observar a diversificação do cultivo e da criação de animais, cruzada com os saberes cotidianos, é possível localizar experiências aplicadas no período da colonização, resgatadas e reconfiguradas aos novos desdobramentos tecnológicos.

Em síntese as observações registradas possuem por base leituras, observações de campo e vivência pessoal.

2.7 Diversificação e discursos

Ao estudar a construção discursiva, será necessário conhecer os preceitos políticos e ideológicos que potencializaram expectativas aos camponeses via rádio, sobre a modernização agrícola e a ampliação da diversificação da propriedade. Cabe, no entanto, assinalar que os preços dos produtos agrícolas interferem na estabilidade econômica dos agricultores. Pois, são “[...] incompatíveis com os gastos realizados com a produção [...] durante o Plano de Estabilização Econômica, a estrutura de custos alterou-se com os aumentos verificados no preço dos insumos” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 123). A diversificação dos cultivos e a eliminação de intermediários na venda da produção, é um caminho possível a ser seguido para proteger o camponês da extração drenada da renda, realizada por agentes do capital. Portanto, “[...] quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos camponeses se apropriarem da renda gerada internamente” (PAULINO, 2003, p. 111).

A tendência deste contexto impõe ao agricultor reter o produto na expectativa de preços melhores. Mas o contexto das incertezas nem sempre possibilitou o aguardo por preços mais justos. O retorno econômico desfavorável fragiliza a estabilidade do agricultor para o próximo cultivo. A soma destes fatores “[...] mobilizou os agricultores para a ‘marcha sobre Brasília’, no dia 12/02/87” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 123). Na ordem das reivindicações preços agrícolas compensadores ocuparam o debate.

A notícia informa que agricultores diversificaram a produção agrícola e leiteira, esta última ocupou espaço significativo, mas as empresas de laticínios como a Kamby executaram manobras depreciativas em relação ao preço pago pelo leite.

“Os pecuaristas de leite estão totalmente abandonados pelos órgãos oficiais e jogados à mercê de interesses de empresas de laticínios que, além de atrasarem em até mais de 90 dias no pagamento do produto, abusam na classificação do leite, qualificando cada vez mais quantidade do produto como leite industrial, de menor preço em vez de leite para consumo direto”. [...]

“A Kamby”, continuou Kirinus, “na região Oeste comete todo tipo de excessos e abusos sob o silêncio suspeito das autoridades responsáveis pelo setor. Esta empresa de laticínios, apesar de em épocas passadas receber subsídios governamentais, está induzindo, abertamente, os produtores de leite a comprar ações de sua empresa sob a ameaça de não recolher mais o produto dos pecuaristas” (KAMBY, 1982, FAN).

No discurso, fez-se menção aos governantes que defenderam a diversificação que, uma vez implantada, não recebeu mais atenção. Na ocasião, o deputado estadual Gernote Kirinus fez severas críticas ao desempenho da indústria de laticínios Kamby, bem como aos líderes políticos que facilitaram a instalação da referida empresa por meio de subsídios. Na contradição, habita o incentivo à produção leiteira e a ruptura, com isto, restou o descontentamento dos pecuaristas, pois, apesar da diversificação, enfrentaram problemas para comercializar a produção. O deputado questionou a situação e lamentou o destino que poderia ser dado ao leite, servindo de alimento aos porcos ou despejado nas estradas. Na seqüência, considerou o estado de miséria vivenciado por 40% da população, que não possui condições de consumir leite.

Com a diversificação da produção, as preocupações com o “comportamento do clima” continuam e as expectativas por safras recordes permanecem na pauta das motivações discursivas, como se pode ver, a seguir: “embora o índice pluviométrico não tenha sido o esperado e as chuvas também não tenham atingido toda a área carente, a lavoura já apresenta uma sensível melhora com as duas pancadas de ontem” (CHUVAS BENÉFICAS, 1982, FAN). O comportamento climático, quando não corresponde às necessidades da plantação, é apresentado a nível de discurso na condição de “fantasma”. Com o equilíbrio das

precipitações, surgem pesquisas e dados tabulados, com o objetivo de rastrear se houve prejuízos.

Neste caso, a via discursiva empenhou-se em direcionar os agricultores para o cultivo do sorgo. Portanto, os interessados deviam se deslocar com rapidez ao Banco do Brasil. No contexto,

A agência do Banco do Brasil de Mal. Rondon já iniciou o acolhimento de propostas para a formação de lavouras de sorgo para a safra de 85, para a posterior liberação de recursos financeiros para que os agricultores locais tenham, condições de comprar sementes e realizar trabalhos de cultivo do cereal (DINHEIRO, 1985, FAN).

Com a diversificação, paulatinamente surgem outras culturas, como o sorgo. Enquanto perfil adotado para o incentivo dos cultivos, de início, ocorreu a motivação. Os auxílios foram divulgados para que os agricultores cultivassem sorgo. Na ocasião, não foi cogitada a viabilidade deste cultivo, local para recebimento do produto, preços ou até se os empréstimos eram viáveis. Porém, o discurso produz, através da palavra, som eficaz, podendo movimentar processos interpretativos que predominam no acato das palavras. Mas, no discurso sobre o cultivo do sorgo, identificou-se um acúmulo de incentivos que estocaram nuances nas palavras, resistindo ao tempo. A produção acústica entre o jornalista e o público ouvinte varia de discurso para discurso. No caso do sorgo, as oscilações são omitidas e, ainda, faz-se necessário frisar que nem todos os camponeses, ao ouvirem a rádio, a ouvem da mesma forma. Pois, a significação atribuída às palavras pode ser móvel e plural. Ao observar a construção discursiva por meio dos desdobramentos anuais, é possível, por meio do percurso, localizar as diferenças e singularidades. Entre as metas assumidas, ficou nítida a deformação ou traição de um discurso para outro. De qualquer modo, o discurso adentra com a sua personalidade, estabelecendo relações com os ouvintes. Isto ocorre com todos aqueles que lhe emprestam ou reservam o ouvido. Por outro lado, pode-se sugerir que a construção discursiva pelo caminho da fala, escolhe, em parte, seus interlocutores, como também estuda suas

reações.

Diante do conjunto de expectativas, formuladas e divulgadas via rádio, a especialização e a diversificação também comparecem como instrumentos eficientes para combater as dificuldades vivenciadas no campo. Assim, como o rádio foi o caminho treinado ideologicamente para sediar a modernização, o mesmo efeito a ele foi conferido diante da especialização em diversificação agrícola. Diante do exposto, cabe mencionar a necessidade de ampliar uma filosofia de vida construída por meio de vias específicas, que englobam conceitos e “remetem à pesquisa científica e tecnológica valores e representações culturais, [...], voltados para outros interesses” (ARAÚJO, 1991, p. 36).

As dificuldades na entrega e comercialização do sorgo são noticiadas em detalhes:

Durante praticamente toda a manhã e até este momento, os portões da COPAGRIL estão trancados por caminhões carregados com sorgo, cujo produto não está sendo recebido pela cooperativa.

[...] Onofre Machado de Souza ainda há questão de duas semanas procurava uma colocação para a safra de sorgo que começou a ser colhida ontem.

Naquela ocasião ele dizia que se a cooperativa não recebesse, iria descarregar todo o produto em frente a agência do Banco do Brasil (AGRICULTOR FECHA, 1986, FAN).

Perseguindo a análise e leitura discursiva, pode-se estabelecer um confronto entre falas. Nas articulações anteriores, tratou-se com vigor sobre o cultivo do sorgo. Assim, um número expressivo de agricultores optou pela cultura do sorgo. Mas, a associação de discurso permite observar a outra face, ou os desdobramentos do processo num curto espaço de tempo. Em 1986, a época de colheita marca os limites da articulação produzida no ano anterior. Muito mais do que apelar, os agricultores potencializaram reações em frente à cooperativa, que se negou a receber o produto, cuja semente havia sido adquirida em outro estabelecimento comercial. A colheita iniciou e não havia mercado para o cereal. Essa foi e é a “marca” que permite pensar os caminhos enveredados pelos agricultores que foram

direcionados a diversificar e, ao mesmo tempo, foram abandonados na primeira safra. Nestas circunstâncias, em meio a tantas promessas, o descrédito e desespero tomaram conta dos agricultores que aguardavam por uma solução em frente à cooperativa, sendo que um deles ordenou ao motorista uma manobra audaciosa que interrompeu a entrada e saída de veículos do portão principal da cooperativa. Os agricultores fizeram ameaças, dizendo que, caso o produto não fosse recebido pela cooperativa, este seria depositado em frente à Agência do Banco do Brasil, pois havia também o desafio da colheita (na grande parte das terras), efetuada com a contratação de colheitadeira. Conforme informações obtidas em visita a uma propriedade, um ou dois caminhões eram contratados para fazer o transporte do cereal. A média era de dois caminhões por máquina. Em caso de dificuldade financeira ou baixa produção, o agricultor contratava um caminhão e ele próprio, com o auxílio do carretão acoplado ao trator, destinava a produção ao entreposto mais próximo. Mas, no caso do sorgo, o contexto atípico forçou os agricultores a um deslocamento mais longo, com seus carretões e caminhões, pois para depositar seu produto tinham que ir até a sede da cooperativa. Ocorreram articulações “relâmpagos”, em forma de reunião, entre diretoria da cooperativa, agricultores e representante da agência do Banco do Brasil. Estes pormenores registraram a mobilização dos camponeses diante da conjuntura.

Esse trecho mostra o camponês indignado com a situação. Em princípio, houve uma fratura profunda e durável, que serviu de fronteira entre a fala do jornalista e a ausência da voz do agricultor. A voz do camponês em questão surgiu nas palavras do outro, que pôde controlar a interpretação, ou entrecruzar idéias e reunir consensos ou dissensos entre os camponeses. Por outro lado, é possível supor que o jornalista simplesmente emprestou a sua voz ao registrar a indignação camponesa.

Mas, além dessas questões (1986), via rádio tratou-se do armazenamento da produção. Segundo o prefeito Ilmar Priesnitz, a problemática em torno da safra ocorreu pela

ausência de planejamento agrícola.

Para ele [Ilmar Priesnitz], esse pode ser considerado um dos fatores a ter provocado o sério problema que está sendo enfrentado atualmente com relação ao sorgo.

O agricultor, na condição de empresário já que sua propriedade [...] e dependendo de comercialização do que colhe, há que contar com as garantias de colocação para seus produtos, antes de promover o plantio, disse ele.

Referindo-se ao fato de a COPAGRIL não estar aceitando sorgo de agricultores que fizeram a aquisição de sementes em outro comércio, ou até mesmo aqueles que se utilizaram de sementes próprias. Priesnitz achou correta a decisão dos dirigentes cooperativistas. [...] O trabalho deverá ser realizado em conjunto com a cooperativa que a propósito já vem mantendo reuniões com associados em todas as localidades. Este planejamento, ressaltou Ilmar Priesnitz, não poderá se ater somente à comercialização e sim ao próprio manejo da terra, estando diretamente ligado a isso, a conservação dos solos através de micro-bacias, reflorestamentos e muito importante ainda, a rotatividade de culturas (AGRICULTURA, 1986, FAN).

Cabe aqui retomar o discurso de 1985, ocasião em que os “investimentos” discursivos foram fartos em benefício e incentivo ao cultivo do sorgo. Nas contradições, foram forjados discursos que colocaram o agricultor na categoria de empresário e, nesta condição, deveria ficar mais atento na busca de mercado e armazenamento para seus produtos. Com o propósito de pensar nas entrelinhas, pode-se sugerir que o prefeito foi taxativo, ao reverter a problemática e responsabilidade em relação ao sorgo para os agricultores, endossando a atitude da cooperativa em não aceitar o produto do agricultor que adquiriu sementes em outro estabelecimento. O agricultor que plantou o sorgo com as suas próprias sementes também foi penalizado. Fica a questão: Qual é o problema de o agricultor ter armazenado suas sementes? A cooperativa reserva-se o direito de vender sementes para o associado mesmo que ele as possua?

Mais adiante, cogitou-se a respeito da fragilidade a que as famílias agrícolas foram submetidas, pois necessitavam do armazenamento para futuramente comercializar o cereal. Diante da situação, adotou-se a expressão: o “mandatário”, denominação dada ao prefeito, que direcionaria, por meio da Secretaria da Agricultura, atividades com o objetivo de conscientizar os agricultores para o planejamento. Em todo esse leque de discursos, pode-se observar a elevada produção de sorgo, bem como as dificuldades enfrentadas para estocar a

produção. Ao analisar as várias versões, pode-se sugerir a constituição estratégica de culpados, e, neste jogo de empurrar a responsabilidade inicialmente para a cooperativa ou para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), os maiores prejudicados foram os produtores. Contudo, a ausência de planejamento e responsabilidade por parte de lideranças, colocou os agricultores diante do descaso. Para alguns produtores, o cultivo do sorgo foi um teste. A ruptura ocorreu devido ao baixo preço pago pelo cereal. O destino dado ao mesmo foi a fabricação de ração. Como o rendimento era elevado, rapidamente este cereal lotou os armazéns. A colheita era realizada com a colheitadeira com plataforma de trigo. Este cereal dispensava o uso de veneno, mas, exigia muito do solo, debilitando a fertilidade do mesmo. Assim, com as contradições intrínsecas, o núcleo da problemática foi dissolvido em outras questões, dobrando a atenção do público para o manejo do solo, reflorestamento, etc.

A partir dessas reflexões, foi possível observar que a direção dos argumentos navega ao sabor de interesses de momento. O gancho discursivo de 1987 coloca novamente em cena o prefeito, Ilmar Priesnitz.

O prefeito Ilmar Priesnitz vem trabalhando em conjunto com os líderes rurais no sentido de conseguir reunir na próxima quinta-feira, em frente ao Banco do Brasil, o maior número possível de agricultores, para protestar contra a política agrícola do governo.

Ele declarou, ainda, que é **lamentável os preços aviltantes pagos pelo governo aos produtos agrícolas, enquanto que os agricultores fizeram a sua parte, plantando uma das maiores safras e serem colhidas na região** (POLÍTICOS, 1987, FAN, grifo da autora).

Os preceitos político-ideológicos potencializaram uma rede dinâmica, envolvendo lideranças de sindicatos, cooperativas e agricultores para juntos contestarem as medidas políticas para o setor agrícola. A funcionalidade dos argumentos, caso não seja observada no contexto, escurece a visibilidade, pois, no momento em que o prefeito Ilmar Priesnitz discursou, tratando da velha e desgastada questão dos preços pagos pelos produtos, orientou os agricultores a protestarem contra a política agrícola do governo federal.

As linhas discursivas do prefeito em questão entram em contradição com algumas lideranças, por apresentarem afirmações diferenciadas, o que significa supor que, de início, a causa dos produtores em relação ao sorgo abrangia um grupo menor de agricultores, mas a problemática dos baixos preços do milho e soja afetou não só os agricultores como interesses da indústria e do comércio local.

Os representantes da ACIMACAR colocaram-se favoráveis ao manifesto dos agricultores.

A Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, Acimacar, resolveu se posicionar oficialmente em relação ao movimento de protesto a ser realizado pelos agricultores nesta quinta-feira, tanto em nosso município, como também a nível nacional.

Os agricultores protestam contra a absurda política adotada pelo governo federal para o setor, e para isso realizarão manifestações e uma Marcha a Brasília, que pretende reunir na capital federal mais de 10 mil agricultores (ACIMACAR, 1987, FAN, grifo da autora).

O apontamento anterior, observado nas condições concretas, focadas no próximo discurso, afasta a nebulosidade, e, assim, é possível visualizar o embricamento figurante que envolve a Associação Comercial e Industrial, enquanto agente motivador do manifesto. Esta entidade comparece no discurso, enquanto instituição que apóia o movimento dos agricultores, uma vez que a melhora da situação do camponês reverte-se em benefícios à associação. Os agricultores foram incentivados a participarem da manifestação e a própria prefeitura viabilizou um ônibus para o deslocamento à Brasília.

Ao tratar do conjunto de problemas que envolveram diretamente a produção e comercialização dos produtos, ouve-se a fala, convocando agricultor para o manifesto. Conforme fonte,

O produtor rural precisa justamente da garantia de compra de sua produção. Se o governo não comprar nossa soja por um preço mínimo que cubra os custos de produção e proporcione pelo menos um pequeno lucro, não garantir esta compra através da CFP, então não adianta nada, pois ficaríamos nas mãos das multinacionais (PROTESTO, 1987, FAN).

Esta manchete inicia com um título sugestivo - *“Protesto dos Agricultores já começa a dar Resultado”*. Na sequência, foram formuladas questões aos ouvintes (agricultores), como: “Em quantas cidades os produtores rurais vão conseguir trancar as portas dos bancos e bloquear as rodovias?” (PROTESTO, 1987, FAN). Pode-se extrair que estas questões, na prática, objetivam motivar os agricultores que ainda permaneciam em casa, a saírem em grupos para trancarem rodovias e agências bancárias.

O modelo organizativo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) em Brasília foi suavemente desprestigiado, e, no mesmo impulso, levantou a seguinte questão: Será que os produtores rurais são mais unidos do que eles? A questão é provocativa e objetiva mobilizar os agricultores para participarem do movimento em Brasília, como também protestarem a nível local. Nesse sentido, foram dimensionados detalhes sobre a consistente adesão dos agricultores ao manifesto em Brasília (PROTESTO, 1987, FAN).

O efeito/consequência, noticiado, apresentou a ação do governo. Na interpretação jornalística, a presença dos agricultores na capital levou o governo a adotar medidas para amenizar o protesto. Ao mesmo tempo, ocorreu a construção/reconstrução dos segmentos, ficando evidente a ação político-ideológica da matéria para atrair um fluxo significativo de agricultores. Os agricultores, há muito tempo, lutavam por preços mais justos para seus produtos. Mas a mídia e a ACIMACAR advogam em benefício da causa agrícola ou própria?

A situação apresentada, em linha geral, destacou os produtos básicos que compõem a cesta básica como: feijão, milho, mandioca, sorgo e arroz. Estes receberam um reajuste de 23 a 25%. Os questionamentos foram direcionados para o descaso com a comercialização da carne, cuja liberação total e o preço passaram a ser regulados pela lei da

oferta e da procura. Para os produtos de exportação, como: amendoim, soja e algodão, o governo deixou a regulação do preço por conta do mercado internacional (PROTESTO, 1987, FAN).

Na ocasião, foram estabelecidos índices, pautados na correção mensal, que abrigaram o custeio e preços agrícolas. Os índices estabelecidos foram: Índice de Preços Pagos (IPP), calculado a partir dos custos da produção, computando insumos, implementos e mão-de-obra. O Índice de Preços Recebidos (IPR), foi estabelecido para o recebimento da produção. Em meio ao turbilhão discursivo, falou-se do preço pago pelo milho e descontos praticados (na ocasião nem o mínimo foi alcançado). Este cenário crítico também envolveu o suinocultor. Com a importação de suínos da Europa, a produção nacional foi desvalorizada. Quando os produtos, como a soja, obtiveram algum benefício a nível internacional, o governo interferiu na sua comercialização através do confisco.

Vale ressaltar os desdobramentos da manifestação dos agricultores. Na íntegra, a fonte fornece os detalhes:

Os produtores rurais saíram de Brasília sob um clima de revolta e frustração, e a expectativa agora é de que a safra vindoura seja reduzida em um alto percentual, e avizinha-se momentos ruins para o país, a começar inclusive pelos desentendimentos que começam a surgir entre diferentes entidades que participaram do Dia de Alerta do Campo à Nação (NEGATIVA, 1987, FAN, grifo da autora).

A rádio local transmitiu, em detalhes, a marcha a Brasília e também noticiou a adesão dos agricultores que se concentraram na parte central da cidade (Avenida Rio Grande do Sul), em frente à Agência do Banco do Brasil. Como já se afirmou anteriormente, a participação do comércio, ao fechar as portas, foi apontada como um ato de solidariedade.

Foi realizada uma avaliação do movimento que, para alguns, foi entendido como fracasso, pelo fato de o então presidente José Sarney ter-se negado a receber a comissão. Em detalhes, a rádio ventilou o tumulto e a indignação dos agricultores, que cogitaram reduzir a área cultivada. Foi a fala do presidente da União Democrática Ruralista

(UDR), Ronaldo Caiado, que depositou mais calor no debate. Mais tarde, a sua atuação foi questionada, inclusive avaliada como responsável pelo fracasso do movimento, ou por ter motivado os agricultores a reduzirem a área de cultivo, fato avaliado como de grande avaria para economia do país, ou em especial para os interesses da indústria e comércio.

As questões agrícolas foram tratadas pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). Foram solicitadas medidas “enérgicas” para a viabilidade da agricultura.

Os principais problemas, apontados pela AMOP, são: preços injustos, canais de comercialização interditados e falta de armazéns para receber a safra e, além disso, armazéns ocupados pela Companhia de Financiamento da Produção – CFP, com produção remanescente de safras passadas (AMOP PEDE, 1987, FAN).

Na avaliação do presidente da AMOP, Delso Trentin, Prefeito de Corbélia, os agricultores, ao serem motivados pelo governo a cultivarem e alargarem a produção, foram eficientes, mas o governo não correspondeu com o mesmo empenho. Trentin aproveitou a “porta aberta” e a atenção do público para dizer que os agricultores estavam trabalhando sem medir esforços com o objetivo de elevar a produção brasileira. Fica, porém, o questionamento: Elevar a produção em benefício de quem, uma vez que a situação dos agricultores era crítica?

Os contratemplos que envolveram e ainda envolvem a vida do agricultor são muitos. Ao tomar as fontes jornalísticas, observa-se um universo de questões-problema que cercam a rotina do agricultor, como, por exemplo: a luta para permanecer na propriedade, investidas climáticas e o descaso governamental. A ausência de auxílio acaba esgotando as forças, comprometendo a permanência do trabalhador no campo. Com relação ao trigo, os agricultores foram estimulados a cultivá-lo, mas, na safra, surgiu o velho problema da comercialização. No universo das desculpas, os representantes governamentais justificavam aos dirigentes da cooperativa e tricultores que a ausência de divulgação do orçamento da

União desencadeou o pagamento da safra de trigo de 1989 em parcelas. “Foi uma surpresa para os produtores, quando na hora da comercialização, ficaram sabendo que o pagamento do trigo seria feito, através de parcelas e não no total conforme acontecia anteriormente” (GOVERNO, 1990, FAN).

O descortinar do palco chamado Rádio Difusora reflete um encadeamento discursivo, produzido por diferentes atores que representam diferentes segmentos públicos e privados. A construção da malha discursiva produz malhas sob medida, atendendo aos interesses do momento. Esta malha é lançada sobre a platéia diariamente. Os meios de comunicação aglutinam esquemas de percepção e de julgamento, próprios do grupo ouvinte. De outro lado, o ouvinte tem condições de ignorar ou subverter os dispositivos destinados a seduzi-lo. Ao cruzar esses dois pólos que estabelecem conexões com a produção do sentido, surge, no discurso, um processo inventariado de recursos mobilizáveis, que desenharam a construção discursiva e os comportamentos receptivos pós-discurso.

Em 1991, a construção verbal em torno do sorgo reaparece com vigor, e, na ordem dos incentivos e vantagens, foi destacada como cultura ideal para safrinha.

Esta cultura da safrinha poderá ter uma ótima aceitação em nosso município, segundo informes dos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas.

As reservas desta semente por parte dos produtores foi muito grande, no município, e quem plantar este cereal, que tem o mesmo aproveitamento que o milho, além de uma boa produtividade, **tem a comercialização garantida, pela própria cooperativa.**

Este produto agrícola tem uma **boa resistência, em qualquer clima, seja ele de estiagem ou com chuvas em excesso e a garantida alimentação para animais,** além de ser aproveitado em farinha (SORGO, 1991, FAN, grifo da autora).

Por outro lado, a sustentação dos argumentos foi depositada na recomendação dos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, o que, na verdade, era uma manobra estratégica para dar confiança à indicação. Com o propósito de motivar o interesse dos agricultores para o cultivo do sorgo, foi enfatizada a reserva das sementes, bem como foi atribuído ao cereal grande capacidade de alimentar os animais e ser transformado em farinha,

comparado ao milho, destacando a produtividade por alqueire e comercialização que estaria garantida pela cooperativa. Com este contexto, pode-se sugerir que os ventos passaram a soprar em outra direção e os problemas preteridos com o armazenamento do sorgo foram banidos discursivamente do cenário rural. A resistência da planta as intempéries foi valorizada. A idéia central focava em direção ao alargamento da área cultivada.

No discurso, ressurge novamente o cultivo do sorgo e a problemática do armazenamento. Estas questões podem ser observadas na íntegra da fonte analisada:

Com base na quantidade de sementes vendidas e da área plantada, a safra de sorgo, no município deveria ser de aproximadamente 450 a 500 mil sacas. No início da colheita, um sério problema passou a ser enfrentado pelos agricultores e autoridades ligadas ao setor agrícola.

A falta de armazéns para a estocagem do sorgo levou à realização de uma reunião onde [se] debateu a respeito, sem contudo se obter uma solução definitiva para o problema, haja visto que o assunto depende muito de uma tomada de posição por parte da Companhia de Financiamento da Produção – CFP (PLANTADORES, 1997, FAN, grifo da autora).

Conforme paráfrase do discurso acima, o desequilíbrio ambiental consolidou uma forte população de pombas que passaram a “atacar” a plantação, passando os agricultores a usar fogos de artifícios e contratar pessoas para circular nas lavouras e espantar os pombos. Porém, em algumas propriedades, houve o comprometimento da safra. Com a safra comprometida, os agricultores solicitaram pedidos de PROAGRO (PLANTADORES, 1997, FAN).

Além do sorgo, outro cereal cultivado foi o girassol, que também teve curta duração. Na fala dos agricultores, ouve-se a seguinte informação: “tinha aquele zunzum no rádio e fala dos técnicos e a gente plantou, fez um teste”¹⁸. O girassol substituiu o cultivo do trigo. Na época, o governo suspendeu o PROAGRO para o trigo, por conta das fortes geadas. Na hora da colheita, os problemas surgiram novamente, pois as fortes precipitações

¹⁸ Anotações recolhidas em conversas informais durante o trabalho de campo.

denunciaram a fragilidade dos “chapéus”, que se dissolveram com rapidez. A ausência de colheitadeira com plataforma adequada, contribuiu para morosidade da colheita (a plataforma usada na ocasião foi a de milho acoplada a uma máquina antiga). Com máquinas improvisadas, alguns agricultores concretizaram a colheita. A cultura do girassol também se mostrou frágil às geadas, informação que os agricultores desconheciam. O governo não fornecia financiamento para esta cultura. Como os grãos eram leves, o girassol não deu retorno aos agricultores.

Os “cuidados” com produção tecnificada eram desenvolvidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Marechal Cândido Rondon, representado pelo empresário Itamar Dall’Agnol. Pode-se sugerir que estes argumentos fortes “arrebatarem” muitos agricultores a incorporar essa tecnologia em sua propriedade, “[...] **visando o aumento da produtividade, via repasses de experiências e tecnologias aos produtores rurais do município**” (CONSELHO, 1991, FAN, grifo da autora). Diante do público rural, a fala direciona recomendações constantes e solidárias ao setor agropecuário. Outro aspecto destacado, diante dos ouvintes, foi o trabalho planejado, direcionado via seminários aos produtores. Na ocasião, por se tratar do fim do ano, computaram-se as viagens de estudos junto a centros de experiências como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), incluindo outros Estados. Ao mencionar o novo dirigente do Conselho – o engenheiro agrônomo Sérgio Groff, foram consolidados detalhes sobre o vetor de sua ação. A estratégia discursiva foi investida para realçar os objetivos estabelecidos e a insistente frase reaparece: “elevar a produtividade”. Para tanto, nas projeções para o próximo mandato, as viagens com produtores foram motivadas e a primeira visita teria como destino Concórdia – Santa Catarina (CONSELHO, 1991, FAN). A orientação em relação à viagem foi tratada como de “suma importância” para os suinocultores. A viagem os colocaria diante de novas técnicas, o que resultaria em economia e lucro aos proprietários/suinocultores.

Além das projeções feitas por José Roberto Mazucatto, com relação ao bom desempenho das culturas, a expectativa, depositada, permite também ao leitor da fonte jornalística identificar quais eram as culturas presentes no cultivo diversificado.

A Secretaria Municipal da Agricultura sempre fomentou o setor agrícola do município, estimulando os produtores rurais a se dedicarem especialmente à diversificação de culturas.

Hoje, a nível de município, a diversificação é uma realidade, com diversos setores primários sendo praticados e, com isto, assegurando a subsistência familiar do produtor rural.

Para este ano, o titular desta pasta, engenheiro agrônomo José Roberto Mazucatto, espera a redenção do produtor rural, **pois há muito tempo esta categoria vem sofrendo com frustrações de safras e quedas de preços nos produtos agrícolas, na hora da comercialização** (SECRETARIA MUNICIPAL, 1992, FAN, grifo da autora).

Com tudo isso, a “porteira” da diversificação foi aberta, mas os velhos problemas ainda habitavam o campo e o fantasma das frustrações de safra e preços inviáveis se faziam presentes. Como já foi dito inúmeras vezes, o agricultor foi motivado a diversificar. As expectativas criadas foram muitas. Na fonte acima citada, pode ser observado o papel articulador da Secretaria Municipal da Agricultura, em prol do cultivo diversificado. A diversificação comparece consolidada e os pilares que sustentavam sua presença no campo colocaram-na no patamar de garantia para a sobrevivência do agricultor. O engenheiro agrônomo José Roberto Mazucatto depositou falas encaixadas na esperança de ao menos uma vez o agricultor plantar e realmente colher, e ser beneficiado com algum lucro. Na avaliação do engenheiro (1992), a cultura da soja e milho pelo seu desenvolvimento poderia concretizar uma boa safra de verão. Na outra ponta, foram apresentadas as culturas de subsistência: feijão e outras.

O engenheiro Sérgio Makrakis apresentou considerações sobre o avanço da piscicultura para o ano seguinte (1993). Detalhes sobre o assunto podem ser observados na fonte abaixo:

Desde o início do ano, que a EMATER, vem apregoando aos produtores rurais a Piscicultura como um bom negócio, para a pequena propriedade, o que está sendo seguido por um grande número de produtores.

Neste ano, uma série de novos açudes foram construídos, além de tanque de criação de peixes e o próprio tanque-rede, instalados em diversas propriedades (MAL. RONDON, 1992, FAN).

As dimensões da diversificação alargam seus tentáculos em direção à piscicultura. Na onda das maiores produções, a produção de peixes foi projetada para 1993. Isto pode ser observado na íntegra do título da manchete: “Mal. Rondon terá, em 93, uma das maiores produções de peixes”. Na ocasião, o papel de ação da EMATER, em prol da piscicultura, foi ressaltado. A piscicultura foi colocada em termos econômicos, como negócio rentável para os pequenos agricultores. Ocorreu a afirmação de que a maioria dos pequenos agricultores estava adotando a piscicultura em sua propriedade. Conforme as expectativas de Sérgio, a produção de peixes poderia atender aos consumidores locais e o excedente poderia ser destinado para cidades vizinhas. Nas profundezas do discurso, órgãos como a EMATER, representados por agentes extensionistas, atuam no palco da Rádio Difusora. Estes personagens se valem do papel que ocupam para depositar credibilidade em seus discursos.

A nova geração de agricultores, conforme Froehlich (1995, PS), resistiu à adoção técnica, endereçada à conservação do solo. Inquirido sobre o uso ou incorporação das novas técnicas, o entrevistado responde:

[...] tem produtores que estão aderindo, tem produtores que acreditam, tem produtores que tem mais visão uns que outros. Mas nós temos [...] problemas [...] nós temos em Marechal Cândido Rondon [...] 580 propriedades rurais para 3.800 proprietários rurais. Destes em torno de 1.000 produtores estão de alguma maneira desassistidos pelo poder público, por cooperativas porque não é sócio, pela assistência particular, porque não compensa fazer uma visita lá [...].

[...] **em primeiro lugar que ele respeite o solo, [...] o solo é a base de tudo [...].** Segundo, [...] quando houver encontros, viagens, palestras, [houver] manifestações [...] que ele compareça. Ou ele [que] não entenda que a saída dele de casa é uma perda de tempo [...] (FROEHLICH, 1995, PS, grifo da autora).

Partindo desta constatação, o agricultor foi motivado a expandir a produção sem cuidados com o solo, para atender os interesses mercadológicos, o que contribui na

inflexibilidade dos agricultores para conservar o solo e reprovar a mata ciliar. Na construção discursiva, a crítica pode debilitar a composição de ataque, reavivando uma ocorrência por meio de elogios ou vice-versa. Mas, caso a articulação seja afastada do recorte momentâneo e estudada no contexto sócio-histórico, ocorre a extirpação do tema pela raiz, e as explicações surgem de canais longos, identificados com as questões vivenciadas temporalmente. A não-participação dos agricultores nos eventos é atacada, mas a crítica pode parecer, para alguns, uma grande mentira, já que, no próprio discurso verificou-se o choque entre a ausência de profissionais treinados, para prestar assistência na conservação do solo, culminando com a comodidade do camponês. Portanto, é possível supor que a crítica e a inércia dos agricultores foram conduzidas por uma atitude desesperada de sensibilizar os mesmos na conservação do solo.

Os discursos foram interferindo nas práticas agrícolas e, diante do acúmulo de tentativas fracassadas, os agricultores foram incentivados a adquirir tratores potentes (de esteira) coletivamente. A estratégia da prefeitura visou atacar a conservação de solo e o sistema de parceria com os agricultores foi sustentado por argumentos como: “incremento à produção, como consequência dos trabalhos de conservação de solos [...]” (PRODUTORES, 1993, FAN). A máquina adquirida pelos agricultores do distrito de Novo Três Passos teve como parceria a Prefeitura de Marechal Cândido Rondon. A aquisição da máquina foi possível através de financiamento do Banco do Brasil. A quitação do valor poderia ser feita em cinco anos. Na construção jornalística, a conservação de solos foi associada à elevação da produtividade e, com isto, a população rural estaria vivenciando um bem-estar próprio e estendendo benefícios à economia do município. Portanto, do discurso em questão, é possível extrair a preocupação com a conservação do solo, e a concretização da terraplanagem. No entanto, os cuidados com o solo e o cultivo objetivavam atender somente os interesses dos agricultores?

Na prática, estas medidas fornecem suporte aos anseios do comércio, indústria e agricultores. A ação ideológica firma raízes na articulação que propõe mais produção, projetando, com este encaminhamento, o desenvolvimento do município, que, na maioria das vezes, não é somente dos agricultores. No contexto, ao abstrair um pouco do cotidiano, pode-se observar que, na parceria, a prefeitura municipal destinou um operador, combustível e transporte para o trator de esteira. Além do trator de esteira, outras medidas foram adotadas em relação à conservação do solo. Entre elas está uma parceria entre prefeitura e governo do Estado do Paraná em que a prefeitura doou o caminhão e o governo do Estado o tanque, destinado à distribuição de adubo orgânico. “O município de Marechal Rondon conta com um total de 57 mil 554 hectares, restando 14 mil para execução dos trabalhos de conservação de solos de forma urgente e 15 mil que necessitam de renovação de conservação” (PRODUTORES, 1993, FAN).

A fruticultura passou a ser incentivada em Marechal Cândido Rondon. Em relação a esse tema:

Há cerca de dois anos o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, em conjunto com a EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, iniciou o programa de fruticultura em Marechal Cândido Rondon.

Este programa está tendo uma grande aceitação de parte dos agricultores que entendem ser a diversificação o caminho para melhores dias no que tange ao setor produtivo (PROGRAMA, 1995, FAN, grifo da autora).

Com a mecanização e modernização agrícola, a mata foi destruída e grande parte dos pomares desapareceu e a soja ocupou o lugar das frutas cítricas, bananas, pêssegos, entre outros. Como a modernização alastrou-se nos campos, a partir do emprego de máquinas e insumos, “[...] trouxe consigo um requisito de patamar mínimo de recursos financeiros não atingido pela grande massa de produtores rurais do País” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 103). Mas, na via oposta do processo anterior, surgiram outras motivações via discurso, agora favoráveis à diversificação, incluindo a fruticultura. As ações conjuntas do Conselho de

Desenvolvimento Agropecuário e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente trataram da diversificação, incluindo a fruticultura em termos vigorosos, assinalando a sua grande aceitação. Então, pode-se supor que esse formato de apresentar a diversificação com o cultivo de árvores frutíferas, estrategicamente objetivou motivar os produtores para o cultivo das mesmas. Outra questão alçada no discurso colocou a diversificação enquanto caminho ideal para o setor produtivo. Em relação às entidades envolvidas, foi dito que estas se propuseram a providenciar as mudas e auxiliar tecnicamente os interessados. As expectativas foram fomentadas e, para fortalecer o interesse pela fruticultura, as mudas seriam distribuídas gratuitamente. Os encaminhamentos estratégicos, presentes na construção discursiva, indicaram sutilmente as entidades envolvidas, bem como seu engajamento com a concretização do cultivo da fruticultura. É possível observar que o programa recebeu estímulos, pautados na astúcia de registrar a adesão dos agricultores ao projeto de diversificação. Na construção discursiva, o desempenho dos camponeses, em relação ao cultivo da fruticultura, foi posto em evidência por meio da voz do jornalista. A esse respeito, pode-se supor que a adesão poderia ser ainda tateante, mas a trama discursiva adensa a homogeneidade, com o objetivo de despertar o interesse dos agricultores para o cultivo em questão.

A fonte abaixo integra documento enviado à rádio pelo Departamento de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, que trata da premiação de hortas caseiras.

A Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon realizou, na última semana, a premiação do concurso das melhores Hortas Caseiras de 1996, realizado entre os moradores do Mutirão 3 e dos conjuntos São Lucas 1, 2 e 3. O concurso [...] contou com a participação de 185 pessoas, [...] O Concurso de Hortas Caseiras é promovido pela Secretaria Municipal de Ação Social Assuntos Comunitários e Habitação e conta com o apoio da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Emater. **O principal objetivo do concurso é a integração das comunidades participantes e a mobilização das famílias para a prática do plantio de hortifrutigranjeiros em seus terrenos, melhorando principalmente o grau nutritivo da alimentação.** Além disso, o concurso serve de instrumento para a diminuição do custo da cesta básica, [pois produz] parte dos alimentos consumidos pela família no próprio terreno onde residem (PREFEITURA, 1996, FAN, grifo da autora).

Portanto, a prática de arquivar documentos da emissora, permite ler documentos vinculados como este, na íntegra. Cabe lembrar que, com as constantes trocas de prefeitos, muito material foi eliminado nas prefeituras e de outra forma não seria possível o acesso a essa fonte. É interessante observar a iniciativa da Prefeitura Municipal, empenhada no retorno às hortas caseiras. Para tanto, foi organizado um concurso, seguido de premiações. Este concurso abrangeu espaços urbanos mais carentes. Muito mais do que integrar a comunidade, este recurso objetivou reforçar a dieta alimentar da população com hortifruticultura. Além disso, o concurso visou diminuir os gastos com a cesta básica.

A implementação continuada da diversificação agrícola foi consolidada discursivamente da seguinte forma:

Reunião ontem à noite, deu posse à nova diretora do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário de Marechal Cândido Rondon, entidade que tinha na presidência Itamar Dall'Agnol, o qual entregou o cargo. Enoir Primon foi eleito e empossado presidente, [...] O encontro teve a participação de segmentos envolvidos com a atividade local, destacando sindicatos, empresas de assistência técnica, bancos e entidades ligadas à suinocultura, bovinocultura de leite, piscicultura, dentre outras. Na ocasião, foi apresentado aos presentes o P.D.R. – Plano de Desenvolvimento Rural, que apresenta um diagnóstico da situação da agropecuária local, **apontando investimentos que precisam ser feitos para diversificar as propriedades rurais** (CONSELHO TÊM, 1996, FAN, grifo da autora).

Depois do percurso da modernização, diferentes concepções foram articuladas e sustentadas no desenvolvimento local. A construção das propostas atravessou várias instituições, como sindicatos, EMATER com assistência técnica, bancos que juntos com Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) solicitaram a cooperação dos suinocultores, bovinocultores e piscicultores em prol da diversificação nas propriedades. Porém, no percurso discursivo foi mencionado o auxílio do prefeito na execução do projeto, uma vez que a concretização só seria possível com a colaboração do poder público. A parceria com o Governo do Estado, por meio do programa Paraná 12 Meses, também foi ressaltada. Na mediação de interesses, entrou o governo do Estado, como parte que intervém com políticas públicas aplicadas em caráter mediador na busca de equilíbrio. Os programas idealizados pelo

Governo Federal articulavam intervenções, como “[...] o ‘Paraná 12 Meses’, programa do Governo do Estado, [que] tem se mostrado mais amplo em termos de modificação das estruturas que dão sustentação à reprodução camponesa do que o PRONAF” (PAULINO, 2003, p. 278). É importante deixar claro que, “[...] em tese, este estaria voltado às diversas frentes que sustentam essa modalidade de agricultura, desde a infra-estrutura comunitária até os instrumentos de viabilização de crédito para investimento e custeio da produção” (PAULINO, 2003, p. 278).

Na corrida pela diversificação, diferentes grupos políticos formularam projetos. Em um dos projetos, idealizados pela Administração Municipal, a Empresa Pupunha do Paraná e Secretaria Municipal da Agricultura centraram atenções para o cultivo do palmito, em Marechal Cândido Rondon. A motivação discursiva pode ser observada na íntegra:

A visitação causou entusiasmo às lideranças locais que voltaram conscientes de que o cultivo do palmito pupunha como fator de diversificação das propriedades rurais em Marechal Cândido Rondon era um projeto que precisava ser viabilizado. [...] Considerada uma atividade rentável, a produção de palmito pupunha é apontada como fundamental para o processo de diversificação das propriedades agrícolas, segundo Ademir Gracciotin, proprietário da empresa que traz a novidade a Marechal Cândido Rondon (LANÇADO, 1999, FAN).

O universo das falas foi cercado de entusiasmo após a visita das lideranças ligadas à agricultura da Empresa Pupunha, localizada em São Tomé – Cianorte – PR. No entanto, foi ao ar a gravação feita na época com Ademir Gracciotin, proprietário da empresa, que afirmou o seguinte: “apesar da natureza amazônica da planta e de o programa se desenvolver no Paraná com sementes importadas do Peru, a condição climática da região é favorável à cultura [...]” (LANÇADO, 1999, FAN).

Os trechos relacionados indicam que as facções políticas traçavam metas e, na sequência, via rádio, estes projetos tornavam-se públicos. Na ocasião, foram projetados aspectos como: “as lideranças” retomaram conceitos sobre a “necessidade” de adotar o cultivo

do Palmito Pupunha. As possíveis fraquezas não foram mencionadas, o espaço jornalístico foi ocupado com a diversificação das propriedades e o Projeto Pupunha foi apresentado aos ouvintes como algo necessário, sem maiores reflexões ou amadurecimento.

A perspectiva supostamente transformadora da diversificação, fundamentada na pupunha, nos primeiros anos de vida, sofreu forte impacto das geadas e colocou os agricultores mais uma vez numa situação de crise. Estes acontecimentos, entre outros, denunciam a limitada estrutura teórica e prática dos projetos direcionados ao público rural. O ato de emocionar e empolgar abriga forças hegemônicas que lapidam comportamentos através dos atores que constroem discursos e os direcionam à platéia via rádio.

Em documento produzido pela prefeitura, divulgado via rádio, o Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Alfredo Kunkel, avaliou a diversificação agrícola como geradora de riquezas para o município.

Na opinião do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Marechal Cândido Rondon, se o município se encontra afastado de dificuldades econômicas é porque investiu na diversificação das atividades rurais.

Esse desenvolvimento foi obtido em parceria entre poder público, cooperativa, sindicatos, entidades e setor privado, que apostaram em algo mais além do suíno e do binômio soja/trigo (ALFREDO, 1999, FAN).

Os discursos acolhiam “necessidades” momentâneas e, em muitos casos, descontextualizadas. Na fala anterior, a situação do agricultor foi tratada com *glamour* e sucesso, mas, passado um ano, os problemas reapareceram com a forte geada que destruiu a Pupunha.

Os prejuízos nas lavouras causados pelas geadas no mês de julho, só agora estão sendo ressarcidos através da indenização do Seguro Rural.

As lavouras foram asseguradas pela Companhia de Seguros São Paulo e pelo fato de as geadas terem sido muito intensas, **a situação foi considerada catastrófica**, a ponto de a Companhia não ter fundos suficientes para pagar. Foi necessário apelar para o Fundo Nacional de Seguro Rural (FRENTE AMPLA, 2000, FAN, grifo da autora).

Os agricultores, além de arcarem com os prejuízos (trabalho não remunerado) e com a perda da colheita, foram submetidos a uma longa espera para a indenização do Seguro Rural, gerada pelo descaso da Companhia de Seguros, o que a levou a recorrer ao Fundo Nacional de Seguro Rural. Em Marechal Cândido Rondon, os agricultores realizaram o seguro junto à Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o total de agricultores com prejuízo foi de 239.

Na entrevista, concedida ao programa Personalidade da Semana, José da Luz Ochoa (1990, PS), Presidente da Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (COTRIGUAÇU) e Presidente do Conselho Administrativo da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE), disse que o problema que gera crises no campo é a falta de políticas agrícolas consistentes.

[...] pelo menos a grande maioria dos políticos, com honrosas exceções, mas a grande maioria principalmente dos deputados tem [...] a política agrícola como meta, como necessidade, como prioridade [...] quando vem procurar na [...] zona de campanha [...] procura o eleitor a nível de [...] base [...] normalmente se esquece depois disso (OCHOA, José da Luz, 1990, PS).

A retrospectiva dos emaranhados discursivos entre falas de repórteres e personalidades apresentou planos para agricultura, e a diversificação ocupou a cena nos discursos. Mas uma questão que não cala é: Por que o produtor enfrentou tantas dificuldades? Talvez pela inconsistência dos planos, pensados sempre num mandato ou projetos idealizados por determinada liderança política, como se fossem logotipos eleitorais. Cada projeto cria uma marca que visa subtrair a anterior, e, nesse jogo das “celebridades”, os agricultores adotaram o cultivo de milho, os preços oscilaram e, nas incertezas dos preços, o que restou, na maioria das vezes, foram agricultores endividados. O encaminhamento realizado por Ochoa (1990, PS) sistematizou a resposta, para as metas apresentadas discursivamente e o seu abandono, são as tão conhecidas campanhas para a eleição.

Outra alternativa direcionada ao agricultor foi coordenada por discursos pautados na liberação do agricultor ou talvez na desobrigação do governo do Estado, sobre os problemas criados no passado, com a modernização agrícola. Sobre esta questão, Rainer Zielasco (1995, PS) assim se expressa:

[...] Mas sem dúvida que a gente vai se esforçar ao máximo para levar pelo menos iniciativas que façam com que o produtor possa [...] se tornar independente e poder tocar a sua propriedade sem depender mais do Estado, sem depender de banco através duma diversificação e através [...] dum número maior de fontes de renda [...].

A independência do agricultor foi atrelada ao cultivo diversificado. Neste sentido, constatou-se a indicação que distancia o agricultor do banco e do governo do Estado.

O entrevistado, Elio E. Winter (2000, PS) desenvolveu uma longa fala direcionada aos agricultores. Portanto,

É até de se admirar que os produtores rurais mesmo todo comércio e indústria da região estejam calmos até o presente momento. **Fora em outras épocas todos os frigoríficos, agências bancárias e rodovias estariam trancadas em protesto pela situação desesperadora em que se encontram os produtores rurais e conseqüentemente todo o comércio de nossa região que depende da agricultura.** Para nós da rádio existe uma lei que nos impede de incitar, [...] é uma lei que vem desde o tempo da ditadura, e que ainda não foi derrubada. E por isso nós não podemos falar tudo que gostaríamos de dizer, pois poderiam até caçar a rádio. Mas que está uma pouca vergonha, isso está. Veja a que situação nós chegamos, para comprar um batom é preciso matar, limpar e vender 6 frangos. Um xampu para lavar o cabelo [custa] o mesmo que uma saca de soja. Uma dúzia de ovos para um sorvete. E quanto tempo preciso tratar esse pintinho, essa franguinha, até que um dia ela começa a botar ovos. [...] E tem mais, o agricultor precisa vender quatro litros de leite para tomar uma água mineral. E a situação dos suinocultores, há anos vem se preparando, melhorando seu rebanho, comprando matrizes e [...] reprodutores de melhores raças [...] investem em chiqueirões modernos, adotam as novas tecnologias [...] qual é o resultado? **Quando o suinocultor pensa que finalmente vai ter a recompensa pelo seu trabalho, descobre que está tendo prejuízo direto [...] quanto mais produzir, mais prejuízo ele terá. Em conseqüência o comércio de nossa região não está vendendo quase nada, vende-se num mês inteiro aquilo que há ano ou dois se vendia, por dia em qualquer loja de Marechal Cândido Rondon.** Lojas que antes tinham 18, 20 balconistas, hoje tem 4, 5. A primeira coisa que o agricultor, o suinocultor, o produtor de leite e o pequeno comerciante fazem nessas horas é xingar o governo, e com razão, de fato esse governo consegue levar o nosso país [...] a hiper-inflação, consegue transformar qualquer brasileiro em especulador financeiro. E hoje graças à política econômica oficial, quem se arrisca a produzir: quer na agricultura quer na indústria, quer no comércio, certamente vai perder dinheiro, em relação a qualquer aplicação financeira (WINTER, 2000, PS , grifo da autora).

Na ocasião, este ator motivou os agricultores a buscarem soluções e apoio junto aos representantes políticos municipais, estaduais, bem como pressionar as lideranças sindicais para articular um manifesto, questionando também a ausência de debate e ação por parte dos agricultores que não receberam o pagamento do trigo do governo e não se manifestaram. A falta de articulação entre os agricultores foi atacada. Na oportunidade, mencionou também a ala comercial e a natureza dependente desta com a produção agrícola, podendo observar-se, na arquitetura da fala, argumentos sensibilizados com o comércio e indústria. Em termos de análise, a ebulição discursiva produziu argumentos com objetivos de mobilizar os agricultores, para atacar o problema que era só deles, mas, na seqüência, estaria atingindo interesses do setor comercial. É bem verdade que, no comentário, a personalidade puxou para si a atenção, expondo os perigos ou sanções que o meio de comunicação poderia sofrer diante da lei. Com desdobramentos da fala, fez comparações entre produtos agrícolas e produtos industrializados. No plano imaginário, o agricultor foi discursivamente “alertado” para o desprestígio na remuneração atribuída a seus produtos e seu trabalho. Este contexto “acordou” o agricultor e o colocou de frente com os problemas, vivenciados ao longo dos anos. Pode-se supor que o agricultor ficou desmotivado. Inicialmente foi “orientado” a derrubar a mata e modernizar, depois foi acusado pela retirada da mata. Com a mecanização, ocorreram problemas, novamente recebeu estímulos a nível do imaginário para diversificar o cultivo. Este diagnóstico indica o comportamento estático diante dos preços pagos. Entretanto ficou evidente a contrapartida que mobilizou os agricultores, firmada nos interesses do comércio. Este longo fragmento, com suas articulações, sistematiza um conjunto de idéias direcionadas aos agricultores, reguladas pelo controle dos interesses nem sempre solidários na essência com o agricultor, mas com o comércio e a indústria local.

Para Mesquita e Silva (1988), o caráter rural continuava recebendo atenção por parte dos governantes. Mas fica evidente a dinâmica contraditória da expansão do capital

que numa ponta alargou recursos para agricultura e na outra “[...] ampliou o leque de questões que desfavorecem a massa da população do campo e trazem problemas aos habitantes das cidades” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 89). As medidas traçadas, no Plano de Metas, foram repudiadas e a insatisfação tomou voz entre os agricultores, iniciando a luta por preços adequados “[...] e por taxas de juros que permitam manter-se em condição produtiva pressionam os setores decisórios” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 90).

Nas manifestações, realizadas em 1987, os agricultores deslocaram tratores, caminhões e colheitadeiras para os centros urbanos, fechando vias públicas. Contudo, no plano do cotidiano ocorreram enfrentamentos entre o saber técnico e o saber camponês, afetando a interlocução. O embate é caracterizado pela ótica diferenciada de conceber o sentido do trabalho, contido nos afazeres agrícolas. Portanto, a formação que perpetuou a geração de técnicos vinculados à agropecuária ocorreu sobre os alicerces do paradigma tecnicista. Assim, absorvidos por esta filosofia de trabalho, para a qual foram direcionados, está firmada em princípios que desconSIDERAM o saber camponês, e atuam na remoção deste conhecimento por acreditarem fielmente na eficácia técnica.

Nos procedimentos diários, os agricultores executaram com sabedoria as tarefas que envolviam ações mecânicas junto ao processo produtivo, característica que avaliza sua autonomia diante da produção, filtrando, julgando e incorporando o que consideram oportuno. Mas a via articulada do pacote tecnológico atua na contramão do processo de autonomia do camponês, com embasamentos técnicos e filosóficos totalmente estranhos à sua estrutura organizativa. Com isso, a lógica produtiva camponesa fica de lado, não se encaixa no modelo em questão. E, ainda, a introdução desse pacote traz consigo elementos da alienação, na medida em que a mesma supõe uma inserção automática, livre do crivo edificado no interior das práticas sociais. A lógica de produção camponesa é afetada consideravelmente pela atuação da assistência técnica, o que significa supor que esse

exercício sepulta constantemente um projeto construído ao longo da história vivenciada.

Na linha das distorções, um dos caminhos para a ampliação da taxa de lucro dos capitalistas está na sua habilidade de arbitrar os preços da produção agrícola. Enfim, a pressão, exercida sobre o alargamento da produção especializada, articula critérios que garantem preços baixos das matérias-primas. Quando ocorrem manifestações de descontentamento em torno dos preços pagos pelos produtos, o trunfo discursivo atribui o problema, em parte, à baixa rentabilidade e à defeituosa aceitação das orientações técnicas. Desta feita, esses fatores aquecem os descontentamentos, visto que os camponeses não possuem suporte financeiro para renovar implementos agrícolas, pois a renda mal satisfaz as necessidades básicas da família. Contudo, ao observar o descortinar do palco chamado Rádio Difusora do Paraná, reflete um desencadeamento discursivo, desempenhado por diversas lideranças que representam órgãos públicos e privados, favoráveis ao aumento da produtividade e da diversificação agrícola.

CAPÍTULO 3 – TRABALHO E TRABALHADORES NO EIXO DA ESPECIALIZAÇÃO / DIVERSIFICAÇÃO: INCERTEZAS E TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*Pequeno agricultor, tu és o grande
Plantador da nova roça que sonhamos.
Do calo de tuas mãos há de brotar
O fruto da justiça que sonhamos.*
(OLIVEIRA, 1997, p. 105)

3.1 Considerações introdutórias

Ao traçar considerações iniciais em torno do eixo trabalho e trabalhadores, serão desenvolvidas análises das modificações que se estabelecem nas relações de produção (especialização/diversificação), e nas incertezas que interferem na organização do trabalho. Na área de estudo, a forma de trabalhar a terra incorporou, com o passar dos anos, significativas transformações. Com relação à pesquisa, na via discursiva, a rádio local veiculou documentos oficiais de órgãos públicos, documentos jornalísticos produzidos pela emissora e falas das personalidades entrevistadas. O universo discursivo dispositivo da memória local e da memória institucional concretiza conexões e rupturas de modo explícito ou velado. Na prática discursiva, as ondas sonoras produzem o que, no primeiro contato, se identifica como o dito, mas é no não dito que emerge o dito, não num discurso, mas no universo da aglutinação de um conjunto de discursos.

3.2 Trabalho e trabalhadores: interfaces e sentidos da modernização agrícola

Ao analisar a construção discursiva estabelecida nos sentidos da modernização agrícola, surgem particularidades heterogêneas entre o agricultor especializado/diversificado, arrendatário e trabalhadores bóias-frias, diaristas e mensalistas. Neste estudo não se pretende esgotar esta questão, mas indicar que, no enquadramento discursivo, estas diferentes categorias figuram na mídia enquanto categoria homogênea.

A expansão capitalista e a modernização no campo reduziu o número de agricultores envolvidos com atividades agrícolas. Máquinas e insumos modernos contribuíram na liberação da mão-de-obra, mas não o suficiente para excluir todos os pequenos produtores. Mas, as disparidades coexistem entre a manutenção das culturas de mercado, atendendo aos anseios dos agricultores pequenos, médios e grandes, indústrias e do comércio. Por outro lado, os pequenos produtores juntam forças geradoras da produção diversificada, sustentando vínculos com a produção mercantil. Segundo Ferreira (1998), a contradição mais saliente vivenciada na agricultura brasileira, na década de 80, caracteriza-se no convívio entre a pequena e grande exploração agrícola, ambas exercendo funções próprias no interior do sistema. Esta especificidade ebule inquietação, em especial quando se estabeleciam previsões de “que a grande exploração de origem capitalista era mais rentável e decretaria o fim da pequena. [...] o que se observava era o crescimento da representatividade da pequena exploração” (FERREIRA, 1998, p. 243).

O eixo escalar, que move relações no território oestino, abrange as engrenagens sociais, econômicas, políticas e culturais. A articulação da reestruturação produtiva, redefinida pela adoção de novas tecnologias, imprime desdobramentos do capital nas relações de trabalho, dinamizados nos lugares. Neste processo de outro cruzamento

discursivo, circula a situação metabólica, que galga amoldamentos no corpo da sociedade e da natureza, produzindo significativas expressões na construção e reconstrução da fisionomia do espaço geográfico. A segmentação das novas formas de cultivo estabelece maior controle sobre o processo produtivo, e sobre o trabalho. O capital arquiteta novos arranjos socioespaciais e territoriais, enquadrados em referenciais tecnológicos e ambientais, disponibilizados para o capital e para o trabalho de modos diferenciados (OLIVEIRA, Ana Maria Soares, 2004).

A soma destes fatores subtrai o espaço dos trabalhadores permanentes e alarga o número de trabalhadores temporários. O estranhamento de interesses produz um “[...] cenário em que se verifica o aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo” (OLIVEIRA, 2004, p. 74). Deve-se ressaltar que “a intelectualização do trabalho, associada ao avanço tecnológico, é valorizada pelo capital, que, na sua contradição, também se nutre da desqualificação ou da subproletarização presente no trabalho temporário, informal, parcial, etc.” (OLIVEIRA, 2004, p. 75).

É possível afirmar que a modernização agrícola dilatou as fronteiras e afetou significativamente, segundo Mesquita e Silva (1988, p. 89), “[...] as condições de absorção de mão-de-obra, desembocando na retração do acesso à terra e na redução do nível de emprego”. Mesquita e Silva (1988) alertam ainda para os rumos preocupantes que o atual modelo agrícola estabelece sobre a mão-de-obra. Caso persista a exclusão do agricultor, em curto espaço de tempo será inviabilizada a recolocação da mão-de-obra rural. É nessa perspectiva que “[...] o mercado de trabalho urbano é [...] incapaz de absorver a mão-de-obra proveniente do campo e que nele já se encontra despossuída dos meios de produção” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 114). Tomando como base a problemática enfrentada pelos camponeses, estes, ao serem excluídos, são direcionados para as cidades. Os agricultores esgotam todas as energias na luta pela permanência na propriedade, mas políticas mal formuladas endossam

disparidades socioeconômicas entre os produtores. Portanto, o governo do Estado privilegia os “[...] grandes estabelecimentos dotados de alto nível tecnológico” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 116). Aliado aos fatores mencionados, os herbicidas atuam nos estabelecimentos enquanto agentes poupadores de mão-de-obra.

A ação dos capitalistas estabeleceu relações de produção e avançou consideravelmente no território brasileiro, ajustando a experiência do trabalho assalariado no campo. Na outra ponta, as relações de produção que não compactuaram com o capitalismo – a dos camponeses estabeleceu avanços no espaço (OLIVEIRA, 1997). No campo, o desenvolvimento gerado no núcleo das forças produtivas, quer na direção da lógica do capital que produz e reproduz o trabalhador despido, o assalariado, o volante, o “bóia-fria”, etc., “quer na contradição intrínseca dessa lógica produzindo e reproduzindo o camponês, reflete, concretamente, o seu desenvolvimento desigual” (OLIVEIRA, 1997, p. 13).

A estagnação na comercialização de maquinários agrícolas ocupou o foco jornalístico. Esta questão pode ser observada na fonte abaixo, parcialmente transcrita:

Tomando-se por base a existência de uma percentagem maior de pequenos e médios produtores, e como as possibilidades desses agricultores, no que tange à aquisição de máquinas agrícolas, dependem dos estabelecimentos creditícios, as taxas de juros ora vigentes impossibilitam a compra desses equipamentos.

Há quem diga que o agricultor de hoje, afogado pelos preços mínimos vigentes e contido na aquisição de equipamentos para a agricultura, venha a se utilizar do esquecido e já matungo cavalo, que durante sua época serviu sem cobrar muito do produtor (FUTURO, 1982, FAN, grifo da autora).

Os discursos desgastados, se observados no contexto, permitem a análise comparativa e esta revela que a fragilidade financeira dos agricultores promove deficiências no setor comercial, paralisando ou diminuindo a venda de máquinas agrícolas. A consistência dos diferentes jogos de linguagem reflete a contradição discursiva. No tecido da linguagem discursiva, inicialmente, falou-se da fragilidade econômica dos agricultores e da dificuldade para adquirir maquinários novos. Na entranha deste tecido, ressurgiu a tecnologia. Por outro

lado, recuperou-se o contexto dos baixos preços pagos pelos produtos, barreira que inviabilizava a aquisição de máquinas novas. Mas realmente havia a necessidade de se renovar as máquinas? O fecho discursivo resgata as técnicas utilizadas no período da colonização. A tração animal foi colocada como opção para o agricultor endividado. Mas a estrutura discursiva indica o caminho ideal, a tecnologia. Esta indicação foi extraída de dentro da linguagem do tecido discursivo, a partir da linha que perpassa por dentro do contexto das falas. Os entraves supostamente bloqueadores das vendas de maquinários agrícolas foram as taxas elevadas de juros, e ausência de linhas de crédito para este fim. Mas, o elevado custo dos tratores, colheitadeiras e maquinários em geral, não eram mencionados. No discurso jornalístico, a ironia é convocada ao mencionar o auxílio do cavalo, nas práticas cotidianas, vinculadas à agricultura tradicional de mercado (na década de 60). A ironia se materializou no dizer que confirma a quase gratuidade do trabalho prestado pelo animal, que se satisfazia com a oferta de água e alimento.

As motivações em prol do cultivo diversificado ocupavam constantemente espaço no rádio. Portanto, a rota dos estímulos à diversificação do cultivo figura assim:

Para o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon, Bruno Reuter, este será um ano decisivo para a efetivação do objeto de diversificação agrícola, proposto pelo Prefeito Verno Scherer. Segundo se informa ainda, os dirigentes municipais estão na expectativa da definição da instalação de várias indústrias em nossa cidade (DIVERSIFICAÇÃO, 1982, FAN).

As transformações econômicas afetavam a aquisição de maquinário, devido às taxas elevadas dos juros, como foi observado anteriormente. Assim, as lacunas, abertas com o sistema especializado, produzem argumentos saudosistas, voltados à agricultura tradicional de mercado. O temário da diversificação recebeu constantes reforços, saltando fronteiras, tomando caminhos e interagindo no cotidiano agrícola.

Assim, as alternativas, divulgadas pela rádio, produzem vários discursos que circulam enquanto corpos estranhos no corpo discursivo. No conjunto das articulações, fez

novas menções sobre a importância de diversificar o cultivo.

Estas distorções, segundo Nelton Friedrich, são muito comuns em nossa região onde minis e pequenos produtores, através da diversificação, aumentam sua produtividade e renda, e devido a isso têm seus créditos prejudicados, devido a mais esta distorção da política agrícola governamental (SISTEMA, 1987, FAN).

Com a diversificação, o camponês diversificou a produtividade e, conseqüentemente, a renda, mas mesmo assim, o foco discursivo reflete questões sobre o acesso dos agricultores ao crédito. Foi atribuída a dificuldade de acesso ao crédito agrícola, às distorções políticas provenientes do governo. Esta situação, posta em detalhes, a princípio não indica descontentamento do camponês. Parece que os problemas com o crédito dificultam a aquisição de novos maquinários, e os interessados em comercializá-los reclamam ajustes para as políticas agrícolas.

A intensificação do cultivo foi incrementada a partir do Primeiro Encontro do Plantio da Safrinha. Portanto, “No município de Marechal Cândido Rondon, a safrinha é muito utilizada, muitas vezes superando o plantio das épocas “convencionais” e, se praticada como determina a técnica, poderá ocasionar uma super safra” (INSCRIÇÕES, 1992, FAN). O evento foi promovido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos juntamente com a Cooperativa. Na ocasião, os agricultores foram convidados a participar do evento mediante pagamento de inscrição.

Paulinelli (1994, PS) fez um breve balanço da agricultura, lembrou que inicialmente havia mercado para os produtos, incentivo pautado no Crédito Rural e preço mínimo.

[...] É difícil, as condições de hoje são diferentes, naquela época nós tínhamos mercado, tínhamos recursos, empregamos recursos na agricultura [...] e o país cresceu, hoje eu tô vendo que só temos dificuldades. Não há recursos, acabaram com os preços mínimos, Crédito Rural não existe mais, seguro virou um tributo [...], infelizmente a ação do governo hoje é muito pequena em relação à atividade agrícola, eu acho que é uma boa solução [...] o agricultor está se libertando do governo, e aos poucos vai demonstrando que ele é capaz. **Quanto à diversificação não tenho dúvida, à medida que crescem as nossas chances de produzir bem**

[...] buscar novos mercados, essa diversificação é um fato natural ela tá ocorrendo aqui como no Brasil inteiro (PAULINELLI, 1994, PS, grifo da autora).

Em seus argumentos, retira a responsabilidade do governo com relação aos itens comentados acima e repassa-a para o agricultor, como se a diversificação da propriedade em si pudesse resolver todos os problemas “viciados” que atacam a estabilidade do agricultor. Cumpre salientar que, em circunstâncias de significativa interferência dos capitalistas, os camponeses manifestam-se com o abandono das culturas que não oferecem benefício, e, procuram outras que lhes asseguram mais renda. Ao conferir esse sentido à diversificação dos cultivos, esta assume uma constante alternância.

Em vários discursos, observaram-se falas cumulativas que sugeriam o cultivo do milho. Mas, no avesso de outros discursos, observou-se que o agricultor atendeu cuidadosamente às recomendações. Cultivou milho, mas a falta de preço adequado ao mercado, considerando o custo de produção e a política de importação do produto, mais uma vez, a partir de medidas instáveis, desestabilizaram o agricultor. Na construção discursiva, a imposição das palavras escorre por dentro de um contexto redigido, a partir dos acontecimentos passados, que percorreram a atividade agrícola. Os acontecimentos inferem no imaginário e estabelecem representações. A aparente uniformidade da construção discursiva pode ser observada na análise coletiva e individual das falas. No exemplo acima citado, Paulinelli (1994, PS) estruturou dois momentos e fez um exercício cruzado em direção ao cultivo diversificado. Como observado anteriormente, de início não foram poupadas palavras para indicar os problemas que diretamente afetaram o agricultor. Os estímulos de colocar os problemas revelam uma face, a dos preços / crédito. Por outro lado, os custos com os insumos e tecnologia foram subtraídos no manejo discursivo.

A internacionalização da economia brasileira, nas últimas décadas, sacudiu a agricultura, passou a requerer a elevação da produção e impactou as relações de trabalho.

Com estes desdobramentos, “[...] o trabalho assalariado (bóia-fria) expandiu-se pelo país todo, ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico” (OLIVEIRA, 1997, p. 143).

Em entrevista coletiva, Paulo Limberger (1994), Secretário Municipal das Finanças, falou na condição de representante da população rondonense, enfatizou a necessidade de investimentos na agroindústria para solucionar o desemprego.

Limberger: [...] o investimento deveria ser na agroindústria, com isso nós iríamos gerar o emprego para quem mora na cidade e conseqüentemente nós melhorariamos a situação do homem do campo que poderia investir nesse setor e teria [...] seu investimento também com retorno mais garantido (LANGE, Nilton; DONHA, Mauro; LIMBERGER, Paulo e BIER, Ademir, 1994, PS).

A construção discursiva motivou, a partir do entusiasmo, da emoção e do dramático, a atenção dos ouvintes. O conteúdo da fala indica a formatação das relações entre cidade e campo. Mas, a ordem e a intensidade discursiva ficam por mais tempo nos problemas da agricultura, ou, pode-se supor que os interesses mercadológicos ocupam os textos direcionados aos agricultores.

Ao focar a individualidade momentânea de cada discurso, observa-se que cada qual, analisado no processo, permite observar as desarticulações. Assim, “[...] fica evidente que para o governo e para os grandes interesses econômicos e políticos envolvidos na questão, o controle da opinião pública por intermédio da mídia é fundamental” (CARVALHO FILHO, José Juliano de, 2001, p. 195). Mas, o que singulariza e fornece identidade ao movimento discursivo é a pontuação de falas direcionadas aos agricultores que, de início, são encorajados a incorporar a especialização e, posteriormente, são conduzidos a ampliar a diversificação. “[...] ‘da agricultura [que] vai garantir um progresso constante’, ‘o progresso individual dos empresários promovendo o desenvolvimento do município’ [...]” (MERTZ, 2000, p. 94). Assim, o que realmente está em questão, para certos autores, é a carência de idéias nascidas do debate entre os produtores. Para outros, porém, é um passaporte

legitimador de uma possível identidade, firmada justamente na flexibilidade e ausência de uma rigidez de objetivos, abrindo espaço para os representantes do comércio e indústria traçar estratégias para diversificação que atendam também a suas expectativas.

As dificuldades, enfrentadas pelos pequenos agricultores, são tratadas por Moacir Froehlich (1995, PS) com uma fala bucólica sobre as características da natureza como a fertilidade do solo.

[...] A agricultura de Marechal Cândido Rondon, pelo povo que nós temos, pela natureza que nos agracia com terras boas [...], nós temos uma situação razoável. Temos uma certa diversificação. Temos [...] um incremento nos últimos anos nas atividades de pátio, [...] é uma pequena industrialização feita na própria propriedade, com o leite, o suíno, o frango [...] o próprio peixe. São as culturas tradicionais, quais elas [...] trouxeram pra cá, foi a migração do Rio Grande e Santa Catarina para Marechal Cândido Rondon [...] desde aqueles tempos nós plantamos milho, nós plantamos soja, incrementamos muito a soja, a mandioca veio depois, o fumo em menos escala, algodão. Então, Marechal Cândido Rondon tem uma [...] certa diversidade [...] no trigo e no soja uma grande alavanca nos anos que teve incentivo, que teve juros subsidiados, que teve [...] preços internacionais melhores, [...] (FROEHLICH, 1995, PS).

Porém, nas entrelinhas do discurso, vê-se que é uma forma de dizer que existem condições favoráveis para diversificar. Na seqüência, ele faz uma amostra, caracterizando os desdobramentos da diversificação. Neste período, surgem pequenas indústrias, vinculadas ao processamento de derivados do leite como queijo, nata e manteiga. Do suíno, vende-se carne, banha, salame, morcilha, etc. O frango, geralmente é comercializado abatido, e do peixe comercializa-se o filé. Contudo, na ocasião em que essa produção é vendida a um custo inferior ao trabalho ali contido, acontece a transferência da renda, que estabelece a lógica da monopolização do território pelo capital. O entrevistado fez um diagnóstico do cultivo diversificado ao longo dos anos (milho, soja, mandioca, fumo, algodão e trigo) e enfatizou os incrementos que o cultivo recebeu desde a migração até os dias atuais. Este incremento foi exaustivamente motivado por interesses governamentais e industriais e, em parte, por anseios dos agricultores.

Com relação à construção discursiva, foi possível identificar representações diferenciadas, produzidas pela mesma personalidade, dependendo de onde fala. Por exemplo, Mertz, engenheiro agrônomo, na condição de funcionário da Prefeitura Municipal, produziu um discurso favorável à ampliação do cultivo. Na condição de intelectual, ao elaborar sua dissertação, traçou o perfil político dos integrantes da Associação Comercial. Com este exercício, expôs os interesses dos comerciantes, ao defender a agricultura na prática.

A contribuição de Mertz (2000, p. 117) consiste em estabelecer um olhar sobre o espaço, contemplando os interesses e percepções apresentadas pelos comerciantes. Segundo ele,

O perfil dos empresários com maior atuação política junto a Associação Comercial tem sido o ramo de materiais de construção, vestuário, mobiliário, equipamentos e máquinas agrícolas, automóveis, supermercados e prestação de serviços especializados, como na área de engenharia e medicina. Para estes, a defesa da renda na agricultura expressou a defesa das condições para a reprodução do seu próprio capital (MERTZ, 2000, p. 117).

Em Mertz, encontraram-se dois discursos. O primeiro, na condição de representante da pasta agrícola, articula argumentos em direção ao alargamento da produção. No segundo, na condição de pesquisador (o fragmento acima foi extraído de dissertação de sua autoria), onde comparece o perfil do comércio e indústria, e os interesses particulares destes grupos são evocados. Tudo indica supor que o teor discursivo emana do mirante do qual foi lançada a fala, equipada com a ideologia que se quer transmitir.

E, acima de tudo, o autor, ao voltar-se sobre si, ou sua produção discursiva aponta os anseios que emanam da categoria, representada por grupos envolvidos como: a indústria e comércio. Em contraponto, ao oferecer publicamente sua fala na condição de representante da pasta agrícola, o discurso reflete em si o ato do exercício do poder público. Em *Lições de Aula*, Pierre Bourdieu (1994) empreendeu considerações sobre as funções sociais, emergidas em ficções sociais. Portanto, os rituais institucionais instituem o Secretário

da Agricultura. Com este ato é forjada uma imagem social, construindo a representação do que a personalidade pode e deve fazer de si mesma, na condição de pessoa moral, enquanto secretário ou pesquisador vinculado à EMATER, enfim, representante de um grupo. Esta manobra pode ser submetida a outro sentido, figurada num nome ou cargo, e esta condição o arrasta, “[...] o define, o institui, o constitui, o intima a tornar-se o que é, ou seja, o que ele tem de ser, obrigam-no a *cumprir* sua função, a entrar no jogo, na ficção” (BOURDIEU, 1994, p. 55). O discurso reflete a si próprio, no ato de falar, e convoca influências do passado, que sobrevivem no presente. A eficácia da representação elitista foi desenvolvida para, em parte, confundir os que dela fazem parte, por exemplo: agricultores que ocupam comissões na cooperativa ou prefeitura.

Ao voltar ao conjunto das raízes do movimento discursivo, encontram-se amostras que “denunciam” a ausência de consenso, ao problematizar e expressar as feições locais. Em certos períodos, a solução para as frustrações das safras era o Crédito Rural. Assim, observaram-se também, nos documentos jornalísticos, falas desesperadas que denunciaram a falta de recursos e preços mínimos injustos. Os produtos produzidos pelos camponeses serviam à indústria como matéria-prima, para a produção de alimentos. Assim, entender este processo fornece elementos para compor um cenário oculto, composto por personagens que interferem significativamente na definição dos preços agrícolas. No jogo de forças, será deferido o vencedor que receberá, como “prêmio,” a apropriação da renda da terra. A desvalorização do trabalho camponês é visível na composição final dos preços pagos pelos produtos, transformados em mercadoria. Assim, a realidade geral expressa que, ao comercializarem, com o capitalista, o produto de seu trabalho a um valor reduzido, é retirada parte de sua renda, que representa seu empenho diário. Por sua vez, os trabalhadores urbanos gastarão menos para adquirir mantimentos, isto auxilia os capitalistas a reduzir seus salários.

A adoção de novas culturas e incremento de novas tecnologias ocorre, mas a sequência de estímulos e desestímulos abranda, em algumas circunstâncias, as expectativas depositadas nas “novas” culturas. A disritmia que assola a vida do camponês submete sua existência a muitas privações, “[...] isso os lança não apenas na necessidade de aumentar a produtividade para compensar o rebaixamento do valor do trabalho vivo, mas , [...] implica na interdição acentuada ao acesso a determinados bens, inclusive aqueles de caráter básico, relativos à saúde, à cultura e ao lazer” (PAULINO, 2003, p. 416).

Brandão (1995, PS), personalidade que fala na condição de representante do governo do Estado, referindo-se aos investimentos realizados nas Vilas Rurais¹⁹, na diversificação de culturas, através de acordos entre prefeituras e Banco Mundial, assim se expressa:

[...] a partir do ano que vem nós vamos ter nosso orçamento próprio e principalmente nós conseguimos fechar um grande acordo com o Banco Mundial. [...] nos teríamos aí pra gastar nos próximos três anos 1 bilhão e duzentos milhões de dólares para o setor agrícola. **Para desenvolver a agricultura em todo Estado do Paraná, diversificar a propriedade.** Porque acho [...] nós não podemos ficar [...] dependendo de uma só cultura por ano, nós temos que diversificar a propriedade, [...] nós temos exemplo aqui nessa região. Nas propriedades [que diversificaram] os agricultores não estão passando tanta dificuldade. [...] Aquele que só depende da sua colheita, de soja, do trigo esse está realmente com dificuldade. Por isso, nós precisamos ajudar a esses agricultores que têm dificuldade [em] diversificar suas propriedades (BRANDÃO, 1995, PS, grifo da autora).

O entrevistado enfatizou os esforços e cortes que a Secretaria da Agricultura fez para investir nas Vilas Rurais, na ânsia de apresentá-las como a saída mais correta para os problemas, nascidos com a exclusão no campo. Na ordem dos informes, foi apresentado

¹⁹ Roseli Alves dos Santos dedicou significativa atenção para o estudo das Vilas Rurais no Paraná. Portanto, “As Vilas Rurais podem ser consideradas como manifestações materiais que expressam a forma técnica e política da organização espacial do programa de governo do Paraná, que acarretam uma nova paisagem à área rural do Estado” (SANTOS, 2001, P. 49). SANTOS, Roseli Alves dos. *Vilas rurais no Paraná: a intervenção estatal na tentativa de atenuar as desigualdades socioespaciais*. Presidente Prudente, 2001. 110 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Ver também BEDIN, Dilmo Antônio. *A política pública das Vilas Rurais: um estudo de caso na Vila Rural Santa Clara, em Marechal Cândido Rondon – PR*. 2004. 73f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

significativo incremento quantitativo para ressaltar o montante que seria destinado para diversificar a agricultura. Com isso, pode-se deduzir que os incentivos para a diversificação agrícola provêm do governo do Estado, e da administração municipal. A necessidade de diversificar a propriedade foi sustentada em argumentos que consideram insuficientes uma ou duas safras por ano. O ideal seria uma produção mesclada, entre cultivo e criação de animais. Com a diversificação, como “num passe de mágica”, os problemas no campo estariam resolvidos. O governo do Estado mantém continuamente uma rota firmada na lógica capitalista. Neste sentido, “[...] procura garantir a existência de certo padrão de relações de produção, o que implica numa constante atualização e reposição de poder, que garantem a sobrevivência do sistema como um todo” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 13). Tem-se, por um lado, o diagnóstico da situação expressa discursivamente sobre o campo, por outro, constatou-se a continuada “expedição” para encontrar responsáveis, tanto para propor supostamente o “melhor”, como para desenterrar o pior, a qualquer custo. No entanto, a construção discursiva ocupou-se, por meio de personalidades, com a causa dualista de justificar os fatos, na maioria das vezes sem nada de concreto para explicar ou realizar.

No programa Frente Ampla de Notícias, foram divulgadas as ações desenvolvidas pelo engenheiro agrônomo Rainer Zielasko, chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Toledo.

[...] o Núcleo Regional da SEAB procurou, na medida do possível, atender às principais reivindicações dos prefeitos, objetivando a permanência dos agricultores em suas propriedades rurais.

Os programas lançados pela Secretaria de Estado, conforme Zielasko, tiveram uma grande aceitação de parte dos agricultores, citando como exemplo as vilas rurais, programas de sementes e de calcário.

Através de parcerias com os municípios, o Estado também procurou atender à região com obras de readequação e cascalhamento de estradas para dar condições perfeitas ao escoamento da produção.

Para o ano que vem, explica o chefe regional da SEAB, o setor agrícola ganhará um incremento todo especial com o lançamento do programa Paraná 12 Meses, que irá investir na permanência do homem no campo (SEAB, 1995, FAN).

Zielasko discursou sobre as ações desenvolvidas nos municípios da região Extremo Oeste. Os objetivos dos programas que foram lançados eram estagnar a saída do agricultor do campo. Na articulação discursiva, as Vilas Rurais compareceram enquanto recurso que contribuiu para a permanência dos agricultores no campo. Nas parcerias entre governo municipal e estadual, destacou a readequação de estradas em benefício do escoamento da produção. E, para o ano de 1995, Zielasko divulgou o lançamento do programa Paraná 12 Meses. Nesse particular, o programa foi apresentado aos ouvintes enquanto incremento capaz de assegurar a permanência do agricultor na terra. O procedimento discursivo adotado por Zielasko, ator que discursa na condição de quem representa o governo do Estado, executa combinações que indicam a aprovação das Vilas Rurais e demais atividades. Destaca-se a função interpelativa da construção discursiva, esta por sua vez atenua posições contrárias. É possível, também, depreender a formação discursiva, avaliativa de caráter aprovador do programa Paraná 12 Meses.

As expectativas sobre o desempenho das culturas ocuparam constantemente os espaços jornalísticos. Assim,

Com as constantes chuvas que estão ocorrendo na região está sendo projetada uma grande safra em todo o oeste do Paraná neste ano de 96, com expectativa inclusive de bons preços para a comercialização em decorrência dos problemas no mercado internacional (BAIXA, 1996, FAN).

Essa questão concretiza-se no discurso que trata da pequena extensão cultivada com mandioca. Na avaliação do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura (DERAL), no município de Marechal Cândido Rondon, há 25.500 hectares de lavouras cultivadas com soja, 11.200 hectares com milho e a mandioca ocupa 2.000 hectares (BAIXA, 1996, FAN). Os dados, acima citados, evidenciam que a diversificação ocupou uma trajetória de avanços e recuos. Se, por um lado, as previsões depositam expectativas otimistas na colheita e bons preços, a comercialização dos produtos é

um desafio, enfrentado todos os anos, pois problemas no mercado internacional, seca e perda da produção, podem produzir reflexos significativos na comercialização do soja brasileiro.

O engenheiro agrônomo, gerente do Departamento de Agronomia da COPAGRIL, Carlos Roberto Praisler (1999, PS), falou dos conflitos e aflições que cercam o agricultor, a ponto de o agricultor deixar de cultivar a safra de inverno. A persuasão trafega na velocidade da fala da personalidade, esta representa a cooperativa. A agilidade das mensagens ofusca a visibilidade, ao transferir um problema que supostamente interfere na organização da cooperativa ao agricultor. No fundo da embalagem discursiva habita a contradição, pois a mesma aponta sintomas contrários às indicações direcionadas pelos engenheiros agrônomos da COPAGRIL. Pode-se supor que os agricultores, ao deixarem de cultivar a safra de inverno, manifestaram descontentamento às orientações recebidas. O Engenheiro Agrônomo explicou que o feijão não se adaptou à região, devido à cultura local e que o sorgo deixou de ser cultivado devido à doença nos cachos. Mas o contexto discursivo trouxe outros elementos já conhecidos pelo público rural, problemas nos preços pagos pelo cereal. Ao remontar situações passadas pertinentes à agricultura, considerou como sendo de “interesse” do produtor cultivar aveia, para alimentar o gado. A segunda massa poderia ficar para fertilizar o solo. Para isto, indicou-se o plantio direto.

No discurso em questão, Eduardo F. Sciara (1999, PS), Secretário de Estado da Indústria e Comércio, fala na condição de representante do governo do Estado, figura enquanto personalidade que interfere na platéia. O ator em questão fala sobre o processamento da mandioca, qualificação do trabalhador e destaca a tecnologia.

[...] sobre mandioca Centro Tecnológico da Mandioca [...] um trabalho que nos permita aumentar a competitividade através do aumento de produção [...] essa ação se faz através da tecnologia.

[...] a qualificação da nossa mão-de-obra e a qualidade, qualificação por treinamento, por [...] preparação e **qualidade pela miscigenação que nós temos aqui no Paraná, de um povo ordeiro, trabalhador, um povo produtivo**, um povo que [...] diferentemente de outros Estados [...] da Federação [...] se preocupa muito mais em produzir do que em buscar desculpas para não produzir [...] esses fatores que eu elenquei, que vão fazer que o Paraná seja cada vez mais [...] competitivo (SCIARA, 1999, PS , grifo da autora).

No entender de Sciara (1999, PS), com base na tecnologia é possível expandir a produção e atingir a competitividade, com a possibilidade, ainda, de alargar a industrialização. A personalidade tratou da qualificação do trabalhador e utilizou-se dos velhos jargões. Assim, expressou uma leitura ideológica, calcada em discursos proferidos ao longo dos anos para implantar a modernização. Para angariar votos, os candidatos geralmente denominam a população de ordeira e dedicada ao trabalho (valores prestigiados pela comunidade). É comum que líderes políticos solicitem pesquisas que buscam identificar valores internos da comunidade, para ressaltá-los em suas campanhas eleitorais. Dada a importância da articulação discursiva produzida por políticos, buscou-se em Carlos Drummond de Andrade, na obra *“O Avesso das Coisas: aforismos”*, uma frase bastante profunda e esclarecedora dos duplos sentidos presentes na construção discursiva. Portanto, “para cada tipo de situação política há um discurso pronto, de que se trocam as vírgulas” (ANDRADE, 1997, p. 131). A comparação feita entre Estados, por Sciara é, de certo modo, pejorativa, cujo objetivo era reforçar a competitividade. Porém, se fosse chamado para falar do tema, em outro Estado, o Engenheiro usaria este discurso? Ao observar o patamar de onde fala o ator, abre espaço para a apresentação subjetiva dos interesses da indústria e comércio, com relação ao cultivo da mandioca. O jogo da dubialidade freqüenta a construção discursiva, ora defende subjetivamente os interesses da indústria e comércio, ora lança argumentos em direção aos agricultores, chamando sua simpatia, colocando-os na condição de grupo ideal para adotar a tecnologia e firmar o cultivo da mandioca.

Em síntese, pode-se afirmar que as transformações inovadoras no campo tecnológico, associadas à modificação na gestão e controle do processo de produção e trabalho, permanecem colocando, na ordem das prioridades, a produtividade e o lucro, deixando em segundo plano o homem e a natureza, esgotando postos de trabalho e acelerando “o ritmo, a fragmentação e a precarização do trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 95).

A rigidez do processo promoveu a eliminação de trabalhadores, que é explicado, de um lado, pelas novas tecnologias agrícolas, fundamentadas na intensa utilização de máquinas e insumos. As manobras nas relações preço e produto final, efetuadas pelos capitalistas, subtraem o lucro do camponês. A estratégia reside no “fornecimento” a um preço modesto do produto do seu trabalho, direcionado aos consumidores. Nesta situação, a tendência de redução dos salários se estabelece, porquanto os trabalhadores gastarão menos para suprir suas necessidades fundamentais.

Emfim, os sentidos da modernização agrícola expressam as interfaces assumidas de caráter excludente do agricultor e demais trabalhadores, que estreitavam laços com o campo. A incorporação acentuada da tecnologia com seus custos aumentou a intensidade da divisão social e territorial do trabalho, e a consequência deste processo transformou as relações de trabalho e produção, reduzindo o uso de mão-de-obra.

3.3 Mobilidade do trabalhador: disponível e móvel no espaço

Considerando a dinâmica do objeto de estudo, mudanças paradigmáticas marcam o estudo do agrário, na perspectiva de construir explicações, detectar diferenças, como também demarcar e revelar as relações de trabalho. Em termos de análise, “[...] a discussão em torno do trabalho familiar alcançou os meios de comunicação e ganhou a opinião pública a partir da [...] década de 80” (FERREIRA, 1998, p. 269).

Os princípios empregados na agricultura praticada pelos pequenos agricultores derivam da perspectiva pautada na absorção da mão-de-obra familiar e na diversificação da produção. Neste modelo, não se concebe um trabalho associado à

monocultura. A definição de agricultura familiar, bem como suas características, pensadas por Janete Basso Costa (2004), entra em choque com os discursos ventilados pela rádio local. Conforme a autora, diversificar não se assenta na associação com a monocultura. No formato familiar, “[...] os hortigranjeiros são de propriedades familiares, porque ocupam pequenas áreas [e] exigem mão-de-obra” (COSTA, 2004, p. 12). Para a autora, passaram vários governos e a agricultura não foi valorizada como deveria ser. Logo, “[...] os agricultores familiares sentem mais, porque têm um capital de manutenção daquela propriedade menor do que o do agronegócio, agricultura empresarial” (COSTA, 2004, p. 12).

O objetivo das organizações que incentivam a agricultura camponesa são os de subtrair o atravessador e realizar a comercialização dos produtos, entre agricultor e consumidor. A ativação desses vínculos é realizada através de feiras livres. Este modelo de feira livre é adotado pelo (CAPA) em Marechal Cândido Rondon. Costa é taxativa quanto à necessidade da organização, “[...] os agricultores familiares vão viver dificuldades, mesmo produzindo de forma diferente. A organização, tanto para a produção quanto para a comercialização, é uma saída” (COSTA, 2004, p. 12).

No programa jornalístico Frente Ampla de Notícias, ocupou destaque a ampliação das instalações que abrigam a Feira do Produtor.

Até o início deste ano, os produtores rurais de Marechal Cândido Rondon que participavam da Feira do Produtor todos os sábados na Rua do Lazer da Praça Willy Barth eram obrigados a conviver com a precariedade das instalações, com a falta de segurança e **estavam sujeitos às condições climáticas**. A partir de uma iniciativa do governo Ademir e Aríston, foram construídos 13 boxes para a comercialização dos produtos ao lado do prédio do Sindicato Patronal Rural, na rua D. João VI, que cederam a área por cinco anos.

Há duas semanas a Feira do Produtor Rural de Marechal Rondon já está funcionando, a partir das 6h de sábado, **nas novas instalações que estão permitindo uma diversificação maior de produtos e sub-produtos oferecidos aos consumidores**, além de contar agora com o número maior de produtores.

O secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Moacir Froehlich, argumenta que o consumidor é um dos grandes beneficiados pelas melhorias da Feira, que oferece um produto local, que tem origem conhecida, não sofreu aplicação de agrotóxicos e nem passou por transporte a longa distância ou por um processo de congelamento. “Toda essa produção tem o acompanhamento sanitário e do processo produtivo da EMATER/PR e da Secretaria Municipal de Agricultura”, reforça Moacir.

Entre os produtos comercializados estão verduras, hortaliças, peixes, mel, melado, pães, lingüiça, leite e seus derivados. A oferta de um pescado fresco na Feira a partir de **agora já representa um reflexo do incentivo do governo municipal à piscicultura em Marechal Rondon** (FEIRA, 1993, FAN, grifo da autora).

A feira do pequeno produtor nasceu de um exercício concreto realizado por um grupo pequeno de agricultores assistidos pelo CAPA. A opção operacional pautada na produção orgânica exigia do participante persistência. A comercialização inicialmente foi ancorada no espaço da Praça Willy Barth. A feira ocorria aos sábados, mas lentamente recebeu um novo espaço, ainda improvisado, localizado próximo ao Sindicato Patronal Rural. Com o passar dos anos, essas instalações foram remodeladas e atualmente a feira funciona nas terças e sextas-feiras. Nas proximidades da praça há um pequeno espaço (sala comercial) onde os produtos são comercializados diariamente.

A feira livre é freqüentada por uma clientela variada: domésticas, médicos, dentistas, professores, aposentados, comerciantes e outros. O público de idosos é expressivo. Na feira, são comercializados diversos produtos como verduras, leite, queijo, ovos, frangos, pé-de-moleque, rapadura, *chimia*, mel, espetinho de carne de gado, de frango ou de coelho. Na feira, muitas bancas vendem cuca, bolo simples, bolacha, calça-virada, pão-de-queijo, pastel, esfirra, e outros mais. Os derivados de carne comparecem também com destaque na feira. Além dos produtos mencionados, são comercializadas orquídeas e caldo-de-cana. O “[...] sistema de venda direta aos consumidores é viabilizado pelas feiras livres. [...] a principal desvantagem dessa se deve à dificuldade de prever o consumo, já que não se trata de consumidores fixos” (PAULINO, 2003, p. 245).

Por outro lado, a feira livre oferece vantagens por ser sediada num local específico, mas pode em alguns momentos causar prejuízos, principalmente para os agricultores que comercializam verduras e salgados. Estes produtos não podem ser armazenados por muito tempo, e, por isso, o produto não comercializado acarreta prejuízos ao feirante.

Antes de avançar um pouco na análise, é preciso sinalizar para a influência climática na realização da feira. Na conduta discursiva, os argumentos estão incrustados no comportamento climático, para, na sequência, explicitar a iniciativa do governo municipal na melhoria da infra-estrutura, que passou a abrigar a feira. Em sentido amplo, a vertente discursiva potencializa argumentos associados às novas instalações da feira e acrescenta articulações centralizadas na diversificação dos produtos ofertados e no aumento da participação dos produtores. No entanto, as melhorias na infra-estrutura possuem seu valor, mas o novo local ainda é pequeno. Portanto, a viabilidade de um espaço maior poderia abrigar mais boxes e estender os benefícios (de participar da feira), a um grupo maior de produtores. Por outro lado, pode-se supor que o horário da feira às 17:30 horas é seletivo, pois os produtos, trazidos em menor quantidade, são adquiridos por clientes que trabalham até as 17:30 horas, geralmente profissionais liberais, funcionários públicos e idosos. A grande parcela dos trabalhadores é desfavorecida com este horário.

No discurso, figuram com intensidade as intervenções do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (Moacir Froehlich). A sustentação dos argumentos pontua as vantagens de se consumir produtos frescos, livres de agrotóxicos. A produção e a qualidade dos alimentos são avaliadas pelos técnicos da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR). Portanto, uma visão mais completa revela o esvaziamento dos antigos argumentos, praticados no incentivo à modernização. A onda das orientações técnicas exerce manobras opostas que advogam em benefício da produção de hortifruticulturas, atendendo aos padrões agro-ecológicos. Como resultado, as lideranças políticas e os técnicos da EMATER aproveitam a sintonia e mobilizam a atenção dos camponeses para a prática da piscicultura.

Há uma alquimia de discursos. Primeiramente o foco jornalístico destaca a ampliação do espaço da feira, para, na sequência, nomear os cidadãos como atores que

propiciaram a concretização da obra (Prefeito e vice). Outro ponto observado reafirma o papel desempenhado pelo Secretário – Moacir Froehlich, que falou na condição de governo municipal aos cidadãos rondonenses. A circulação das palavras destinadas aos rondonenses por Froehlich (FEIRA, 1993, FAN) formataram enraizamentos políticos.

Para Itálico Cielo, Secretário da CONTAG, o modelo agrícola foi pautado por políticas excludentes, que forçaram mecanicamente o agricultor a viver na cidade:

[...] tem muitas pessoas que estão nas cidades que são agricultores que foram expulsos do campo, uma política [...] agrícola que não condiz ou por um modelo econômico que expulsa ele da terra, ele hoje sabe é trabalhar a terra, produzir e ele foi pra cidade na expectativa de ter um emprego e não conseguiu [...] (CIELO, 1994, PS).

O papel desempenhado por Cielo reproduz uma construção discursiva, na qual localiza e pontua os fatores que desencadearam as migrações dos camponeses para as cidades. Destaca com força as políticas agrícolas excludentes, e o próprio modelo econômico, que projeta ações desestabilizadoras. Em suas considerações, reproduz as deficiências da adaptação dos agricultores na cidade, e, por sua vez, estes, acostumados com as atividades agrícolas, não possuem, na maioria das vezes, a qualificação exigida para desenvolver atividades urbanas.

O Clube dos Diretores Lojistas de Marechal Cândido Rondon, solicitou providências do órgão responsável a fim de neutralizar o comércio ambulante. Conforme articulação discursiva:

O Clube dos Diretores Lojistas de Marechal Cândido Rondon, sentindo-se prejudicados, através de seus associados, pela atuação de vendedores ambulantes, solicitou a administração municipal, uma fiscalização severa neste tipo de comércio. Uma pessoa foi contratada para exercer a função de fiscal e está trabalhando no sentido de coibir a venda de ambulantes, camelôs e outros em Marechal Rondon. O vendedor que for apanhado, sofrerá pesadas multas, além de perder a mercadoria que está vendendo e será proibido de continuar com a venda. A finalidade da severa fiscalização é auxiliar as lojas que recolhem seus impostos religiosamente (FISCALIZAÇÃO, 1992, FAN, grifo da autora).

Com a utilização de máquinas agrícolas, ocorreu a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. No entanto, um percentual significativo de trabalhadores (residentes na área urbana), antes ocupados com afazeres agrícolas, passou a buscar outras alternativas. Como a área de estudo situa-se próximo ao Paraguai, uma parcela significativa de excluídos passou a trazer produtos e comercializá-los junto às residências. Essa forma informal de comércio tomou corpo e logo os trabalhadores ambulantes e camelôs envolvidos formaram sua clientela. Convém enfatizar o desassossego dos lojistas causado pelo comércio praticado por vendedores ambulantes. O período de propagação do comércio efetuado pelos vendedores ambulantes gerou a propagação de medidas coercitivas, que resultaram na fiscalização permanente e na proibição deste comércio, afetando, mais uma vez, a sobrevivência dos trabalhadores. Na ordem do discurso, a medida foi justificada pelo pagamento de impostos realizado pelos lojistas.

Por outro lado, a condição que levou estes trabalhadores à informalidade não ocupou a articulação discursiva. Pode-se sugerir que as movimentações da fala acima citada apontavam argumentos em benefício dos logísticos. Mas, na ocasião, não houve nenhum agrupamento de palavras em benefício dos comerciantes ambulantes e camelôs atuantes em Marechal Cândido Rondon.

Discutir estas contradições significa admitir que ora atraem-se agricultores para o processo de colonização, mas, por outro lado, com a modernização e a utilização crescente da força motora, passa-se a “libertar” uma parcela significativa destes agricultores. Em consequência disso, “[...] Paralelo ao processo do êxodo rural, provocado pela mudança nas relações de produção e trabalho, foi verificado o aumento no emprego de trabalhadores temporários (sistema bóia-fria)” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 34). Na submissão do trabalhador, a imposição do capital pode ser observada na mobilidade exercida forçosamente pela força de trabalho. Com os novos desdobramentos no campo, os antigos agricultores sem

posse vagam na incerteza, soltos no espaço. Nesses deslocamentos, o imaginário, a identidade dos agricultores ficam embaralhados. Afinal, passam a atuar como bóias-frias, ou capinadores de lotes. Embora, “[...] o mesmo processo de expulsão gerou a atração de mão-de-obra, mas sob novas formas de relações de trabalho, em que a força de trabalho seguindo a lógica do capital se tornou móvel, adaptável e submissa a esta lógica” (SANTOS, Roseli, 2001, p. 34).

Entre os discursos arquivados na rádio local, objetivam recuperar, mais uma vez, parte da mensagem sistematizada por Elio E. Winter (1985), ao discursar sobre a situação dos trabalhadores, bóias-frias.

Há poucos dias conversávamos com o ‘seu’ Zé-do-Cepo. Ele nos contava da grande necessidade que os 120 bóias-frias que trabalham com ele estão passando, pela pura e simples falta de serviço. E estas pessoas dependem do seu trabalho diário para sobreviver (WINTER, Elio E., 1985, FAN).

Em sua fala, focaliza a forte estiagem transcorrida na região, bem como seus reflexos diretos no comércio. A personalidade apresenta o desespero do setor comercial, dos agricultores e também dos bóias-frias. Estes últimos foram os mais vulneráveis às conseqüências advindas do prolongamento da estiagem. Os trabalhadores bóias-frias foram afetados pela falta de trabalho. A estiagem prolongada acentuou o quadro de miserabilidade dos trabalhadores.

As dificuldades enfrentadas pelos bóias-frias ocupam a redação jornalística em detalhes:

Na tarde de ontem os bóias-frias estiveram reunidos com o ‘Gato’ Zé do Cepo, ocasião em que debateram a situação dramática da maioria absoluta dos desempregados. Homens, mulheres, jovens e até mesmo idosos estão em situação desesperadora, pois com a prolongada estiagem não vêm encontrando colocação (SITUAÇÃO DOS BÓIAS, FAN, 1986).

Esta fala jornalística indica que o ano findou, iniciou-se outro e novamente a ausência de trabalho cerca os bóias-frias. As dificuldades enfrentadas denunciam carência de vagas na cidade para absorver estes trabalhadores. E, pode-se supor, que tanto homens como

mulheres não estavam identificados com os trabalhos urbanos.

Os trabalhadores, além de conviver com a carência de alimentos, ainda estavam submetidos, em muitos casos, à adaptação forçada. Ao perder a propriedade, o agricultor foi direcionado para a cidade. A nova realidade mudou a rotina desse trabalhador, antes acostumado com horário flexível, atividade com os animais, conserto das benfeitorias em dias de chuva e outros. Na condição de bóia-fria, este foi solicitado em períodos de capina, cumpriu horário e a estiagem afastou sua contratação. Os alimentos como leite, carne, frutas e legumes passaram a ser adquiridos no supermercado. Este fator acentuou as dificuldades de adaptação e sobrevivência. A rotina urbana produz reflexos no dia-a-dia das crianças, pois no campo freqüentavam a escola no período da manhã ou tarde, e em outro turno auxiliavam os pais nas atividades, como cuidar dos animais ou executar pequenas atividades domésticas. Mas, o trabalho assalariado colocou as crianças diante da capina, colheita de algodão, e foram obrigadas a cumprir horário e recebiam menos que os adultos. Com o tempo, outros problemas foram se somando, como o uso de herbicidas e capinadeiras de murundus, fazendo com que os trabalhadores bóias-frias fossem gradativamente sendo substituídos.

De modo velado, existe uma competência discursiva que até menciona a situação de mulheres e crianças, mas a condição estabelecida instaura uma comunicação de homens. Fala-se sobre as mulheres, mas fica evidente a ausência de espaço destinado para que elas falem. São sujeitos sociais depositados em ambiente desprovido de voz própria.

Nesta fala, o foco toma outro rumo para reforçar a produção diversificada:

Agora a nossa região já está muito mais consciente, a nossa agricultura diversificada. Todo mês o nosso agricultor põe a mão no dinheiro do leite, a criação de suínos nunca deu tanto lucro como agora e com um pouco de fé e trabalho logo todos estaremos sorrindo novamente. Todos ficamos torcendo para que a chuva continue, pois este é o melhor presente de Natal que podemos ganhar (WINTER, 1985, FAN).

A disposição que leva argumentos em torno da diversificação traduz-se em consciência transmitida pelo locutor. Logo, faz-se necessário observar a competência prática que exerce o domínio discursivo adequado à situação. A fala encontra-se submersa no campo da recepção. O campo ideológico só se torna evidente por meio da consciência científica, engajada com a perspectiva de análise que agrega a pluralidade de sentidos.

A manifestação discursiva agrega detalhes em torno da origem da renda do camponês. Surge uma romaria que, estrategicamente, coloca em evidência cada componente que integra o cultivo diversificado. Ao ressaltar a produção de leite e suínos, ocorre um salto do campo empírico para o campo simbólico, que é composto de fé e trabalho, aquece o jogo das palavras e atribui valor emocional à diversificação da propriedade, representado pela emoção.

A comunicação jornalística costura os desejos de obter lucros com o cultivo diversificado e estabelece relação com o comportamento climático. Ao depositar expectativas em torno das precipitações, convoca um universo abstrato que fica para o ouvinte dar sentido. Ao supor que a chuva poderia ser um presente de Natal, a quem se atribui essa expectativa, ao comunicador, ou se define que este é o desejo dos camponeses? A resposta pode repousar no discurso em questão, onde se supõe que houve um investimento na competência e capacidade de se fazer e ser escutado, através da compatibilidade. Entre as possibilidades que a língua oferece, implica saber que a “[...] língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder” (BOURDIEU, 1983, p. 161).

Somados às questões postas, os mecanismos políticos direcionam o pequeno agricultor à integração de mercado. A “nova modernização” fomenta “[...] medidas diversificadoras da produção e de incorporação mais profunda ao circuito de reprodução do capital” (GÓMEZ, 2002, p. 70). A amplitude das medidas que convergem ao meio rural o tornam “[...] consumidor do novo pacote tecnológico para a agricultura – baseado na

biotecnologia – e modelar o espaço rural [...]” (GÓMEZ, 2002, p. 71).

Ainda com referência aos aspectos discursivos, este tema denota as dificuldades vivenciadas também pelo setor comercial. Na verdade, o encadeamento discursivo busca sustentar suas idéias na “tradição”, argumentando que, no início da colonização, as dificuldades eram maiores, portanto a agricultura diversificada não exigiria tantos esforços do agricultor.

No discurso em questão, pode ser conferido o jogo de palavras, alicerçado na seca e no replantio das culturas. Na construção discursiva, pode-se observar a articulação em torno dos fatos:

As autoridades estaduais e federais estão sensivelmente preocupadas com a estiagem que vem se registrando em todo o sul do país e acentuadamente no Paraná onde praticamente toda a safra de verão já está perdida. Assim é que o governador José Richa fez ontem a liberação de um bilhão e 360 milhões de cruzeiros que serão repassados aos municípios que mais estão sofrendo no norte do Estado, na região de Paranaíba. Segundo José Richa, a medida foi tomada pelo governo do Estado através de uma linha de crédito especial, no total de 10 bilhões de cruzeiros, para somar esforços às providências tomadas pelas prefeituras no sentido de criar novas frentes de trabalho aos bóias-frias. Enquanto isso continua sendo aguardada a liberação de verbas do governo federal, cuja promessa já foi feita no entanto ainda não concretizada. Conforme informou o Ministro do Interior ontem ao governador, o Presidente José Sarney determinou que houvesse maior agilização por parte dos órgãos para a liberação urgente de pelo menos uma parcela dos 115 bilhões de cruzeiros solicitados pelo Paraná para atender os problemas com a seca. Por sua vez, em Marechal Rondon a população também já começa sentir a gravidade do problema, se bem que as conseqüências da estiagem e a perda da safra serão sentidas daqui há alguns meses e nesse sentido o presidente da Copagril, Sr. Alfredo Kunkel adverte [.Grav..] na eventualidade de ocorrer chuvas no próximos dias, poderá ser promovido o replantio das culturas, entretanto existe a questão de sementes disponíveis e nesse sentido o presidente da cooperativa comentou [.Grav.] (REFLEXOS, 1985, FAN, grifo da autora).

Tomando por base a fala acima, as conseqüências vivenciadas pelos bóias-frias expressam modificações na forma de morar, pois o campo torna-se praticamente lugar “exclusivo” dos agricultores modernizados e os demais são expelidos ou ainda sobrevivem com muita dificuldade. Muitos dos excluídos do campo acabaram habitando as cidades e mantiveram vínculo com o campo, através do trabalho temporário. A consolidação de esforços discursivamente apresentados busca soluções para amenizar os problemas advindos

com a seca. Na ordem das preocupações dos governantes estaduais e federais, a seca é atrelada ao comprometimento da safra de verão. Para amenizar os problemas causados pela estiagem (em 1985), o então governador José Richa (observar detalhes na fonte acima citada), repassou recursos aos municípios paranaenses. Para os bóias-frias, foi sistematizada uma linha de crédito, destinada às prefeituras, no sentido de fomentar fontes de trabalho. A problemática dos trabalhadores foi tratada no meio da fala, sobre esta questão foram poupadas palavras. O próprio encaminhamento discursivo lamenta a seca, aponta para os possíveis recursos e com menos vigor trata das frentes de trabalho. Na etapa final, alonga-se, produzindo considerações sobre a não-liberação de verbas do governo federal para amenizar os problemas advindos com a estiagem. A manobra discursiva reserva, ainda, largo espaço para comentar o desfecho da estiagem atrelado à produtividade.

A construção dos argumentos foi reforçada no mesmo discurso com a convocação da fala do presidente da COPAGRIL, Sr. Alfredo Kunkel. É interessante observar o ajuste escalar do jogo jornalístico. Este se iniciou tratando da seca na Região Sul e afunilou a articulação para o Paraná, culminando com o município de Marechal Cândido Rondon. A base final do poder discursivo envolveu o presidente da COPAGRIL, e este cogitou, sutilmente, a possibilidade do replantio das culturas, caso ocorresse a normalização das precipitações.

Da mesma forma que na fala anterior, as dimensões discursivas atuam tratando com riqueza de detalhes os problemas advindos com a estiagem. O fator clima dissolvido na carência de chuvas regulares ocupou o espaço jornalístico. Estas questões podem ser observadas na íntegra:

Aproveitando a presença de grande número de prefeitos do oeste, **líderes sindicalistas, tanto de empregados como de patrões que atuam na agricultura**, dirigentes cooperativistas se reuniram para discutir a situação penosa em que se encontra a produção agrícola de toda a região, em virtude da longa estiagem que se verifica há muitos meses. Representantes da Acarpa-EMATER e dos núcleos da Secretaria da Agricultura auxiliaram na elaboração de um documento que será

entregue ao Ministro da Agricultura Pedro Simon. [...] **Também é pedido que o governo reveja as sanções contra os agricultores, especialmente os pequenos e médios produtores, que não estão podendo pagar suas contas aos bancos, nos quais contraíram empréstimos e financiamentos para o plantio de soja, algodão, milho e outras culturas de verão** (OESTE, 1985, FAN, grifo da autora).

Arelado aos problemas climáticos, ocorre um procedimento regular pautado na reivindicação de recursos por parte dos técnicos da EMATER junto ao Ministério da Agricultura. Convém enfatizar que as reivindicações sistematizadas pelos prefeitos, pleiteando recursos para abrigar frentes de trabalhos, compuseram um parágrafo do discurso. Na ordem das prioridades, iniciou-se a fala, tratando da frustração da safra e os argumentos finais trataram mais uma vez dos encaminhamentos para cultivo da próxima safra. A associação dos fatos engendrou um encadeamento discursivo, configurando as relações de produção, fortemente detidas no entroncamento de safras, relacionado às manifestações climáticas.

Portanto, um exame das reivindicações, tanto a nível da situação dos bóias-frias, como dos médios e pequenos agricultores, revelou o desamparo vivenciado por estes grupos sociais. Atribuem-se os problemas aos fatores climáticos, mas, sobre esta questão, a estrutura organizacional, a nível de município, convocou auxílio do governo federal, cujo processo burocrático e desgastante avançou de modo itinerante e, muitas vezes, não atendeu às famílias necessitadas.

Na órbita dos argumentos, foram lançados pedidos de auxílio aos pequenos e médios produtores. A situação dos agricultores tornou-se grave. Os camponeses solicitaram empréstimos e financiamentos para o cultivo da safra de verão, porém, com a estiagem prolongada, ocorreu o comprometimento da safra. A frustração da safra afetou a estabilidade do agricultor. Para piorar a situação, o governo aplicou sanções contra os agricultores. Grande parte das articulações em benefício do camponês perdeu força no caminho e quem ficou com os prejuízos foram os agricultores (OESTE, 1985, FAN).

Os fluxos discursivos solicitaram o fortalecimento do crédito suplementar para as safras de 84/85, bem como a cobertura de 100% do PROAGRO, para minimizar os prejuízos provenientes da longa estiagem. Com efeito, a construção das manifestações ficou detida na etapa embrionária, pois, com o evento da seca, a fonte de sobrevivência dos camponeses foi sugada pelas cobranças bancárias e muitos agricultores perderam suas propriedades (OESTE, 1985, FAN).

No palco da Rádio Difusora, mais um ator figura no quadro, Personalidade da Semana. Como tantos outros, produz palavras na condição de que fala pelo governo do Estado. A platéia mais uma vez é convocada a tomar seus lugares na condição de ouvinte. A mescla de opiniões persiste. O nível do descaso pode ser observado nos argumentos de Zielasco (1995), a escala excludente atua em alta velocidade.

[...] nós temos um potencial muito grande pra agricultura, em função das nossas dimensões continentais. Mas [...] esse processo de êxodo rural do produtor, do meio rural para cidade é um processo que [...] um programa por mais recursos que detenha ele [...] não consegue reverter esse processo, [...] fazer com que [...] o ser humano venha dos grandes centros para o meio rural, isso é impossível. [...] o governo está tentando fazer e desacelerar esse processo de êxodo rural através de programas que [...] permitam a ele permanecer no campo, **que seja investindo em estrutura física,** cultural, social, para que a gente possa dar uma condição mais para ao produtor rural e que ele possa permanecer no campo [...] (ZIELASCO, 1995, PS, grifo da autora).

Segundo o entrevistado, os planos voltados para agricultura não conseguem estagnar o problema do êxodo rural. Observada a gênese discursiva, pode-se visualizar uma pequena traição em relação ao fragmento discursivo citado. Neste momento da fala, capta-se investimento para melhorar a estrutura física (benfeitorias) das propriedades, e surgem elementos importantes como: investir na estrutura sociocultural. Conforme a fala do entrevistado, o produtor para viver com qualidade no campo precisa de planos sólidos. Tomados no contexto, estes propõem medidas afoitas, que esgotam rapidamente as possibilidades de contribuir com a retenção do trabalhador no campo. Aliado a essa concepção política, econômica, pautada em planos e projetos de curta duração, é flácida a

preocupação com a permanência do agricultor no campo. Propostas aplicadas a longo prazo poderiam amenizar a distância entre o campo e a cidade, numa ótica de rural/urbano, fornecendo trocas entre ambos – inclusive cultural. Jorge R. Montenegro Gómez (2002) observou, em seu estudo, a dinâmica dos bastidores, exercida por meio do encadeamento de planos para a agricultura, em especial para os pequenos agricultores. A esse respeito conclui que foram erguidos investimentos “[...] de recursos em uma iniciativa concreta que oferece retorno propagandístico imediato [...]” (GÓMEZ, 2002, p. 100). E, ainda, “[...] por não ser realizadas simultaneamente intervenções estruturais, que demandam prazos de investimento e retorno maiores, rapidamente mostram seus limites e fracassam” (GÓMEZ, 2002, p. 100).

Moacir Froehlich discute o êxodo rural da seguinte forma: “[...] se não [...] abrigar esse pequeno produtor, este vai vir para cidade. **Vamos ter os pombais aumentados, vamos ter mutirões cada vez maiores [...]**” (FROEHLICH, 1995, PS, grifos da autora). Ao se deslocarem para o meio urbano, estes pequenos agricultores enfrentaram problemas de infra-estrutura, pois a área urbana não estava equipada com os recursos necessários. Froehlich (1995, PS) manifesta preocupação com a saída do produtor do campo para a cidade. Quando se reporta ao destino dos excluídos, menciona os mutirões e o conjunto habitacional. Na verdade, a mecanização acelerou a exclusão, o próprio sítio urbano de Marechal Cândido Rondon denuncia a exclusão, a partir da construção dos mutirões. É uma cidade planejada, e, os excluídos do campo foram cuidadosamente direcionados para os mutirões que abrigam significativa parcela de ex-agricultores. Os pombais, termo um tanto quanto pejorativo, foi atribuído aos conjuntos habitacionais por Froehlich, construídos para resolver o problema da habitação. Essa forma de habitação é comum em centros maiores, talvez o estranhamento com o formato foi extraído a partir da concentração de moradores num mesmo espaço, porque, em algumas propriedades agrícolas do município se mantém a criação de pombas domésticas e o abrigo construído para estes animais é sobreposto. Roseli Santos (2001, p. 47) afirma que o

processo intenso do êxodo rural foi desencadeado com a política de modernização agrícola, que, por sua vez, afetou o emprego agrícola paranaense, modificou a estrutura fundiária, transformou as relações de trabalho e a convivência do homem com a terra.

No discurso que segue, trata-se da reforma das benfeitorias:

destinar parte destes recursos, ao invés da Vila Rural para o município que não a queria, mas que faz aplicando através da reforma de algumas casas, que hoje o produtor tão descapitalizado que já não consegue mais nem reformar, é uma parte que já tá caindo e um assoalho que tá ruindo. Então ele teria um auxílio pra reformar a sua casa ou um filho de agricultor que casa não tem condições devido a sua pequena propriedade de construir uma nova casa [...] esse auxílio para a construção de sua casa, a uma prestação também tão baixa quanto vai ser a prestação da Vila Rural [...] (ZIELASCO, 1995, PS).

As respostas para a situação de muitas propriedades sucateadas encontram-se em acontecimentos passados, pois, com o acúmulo de capitais, o governo do Estado do Paraná destacou-se a nível nacional na produção agrícola. Por outro lado, a modernização que elevou a riqueza no Estado produziu, na contramão, a acentuação da miséria. A fisionomia de algumas propriedades aparece impressa nas casas cinzentas, sem pintura, assoalho dobrado, sofridas pela agressão dos fatores climáticos. As outras benfeitorias apresentam-se tortuosas ou sem algumas telhas, que foram arrancadas por ventos antigos. Com o avanço da especialização, o viver no campo é reorganizado. Para permanecer no campo, o sistema exige do camponês um patamar técnico imposto pelo capital. Caso o camponês não consiga se adaptar, sofrerá penalizações que o excluirão. O agricultor que se adequar às regras impostas pelo capitalismo persiste no campo. Por outro lado, cabe recordar que, na agricultura tradicional de mercado (1960), a diversificação existia na propriedade, mas possuía uma conotação diferente. Por exemplo, as casas eram de madeira, não havia água encanada, o local de banho era separado do local para fazer as necessidades. Para tomar banho, em dias frios, era necessário aquecer a água no fogão a lenha e despejá-la no chuveiro de lata. A latrina ficava a certa distância da residência. Estes detalhes foram reconstruídos com o objetivo de

sinalizar que, no período da colonização, estas características não eram entendidas no patamar da descapitalização dos agricultores. Com o passar do tempo, e a afirmação do modelo agrícola modernizado, o sistema condicionou condutas. O agricultor, por exemplo, que possuía uma residência de madeira, um fusca ou um trator mais antigo, ao seu redor era construída uma atmosfera que o extraía do padrão idealizado e o colocava na condição da constante necessidade de reformulação de seu cotidiano. O cenário discursivo, nas entrelinhas, constrói necessidades e soluções atribuídas à tecnologia. Assim, o agricultor era direcionado a construir uma nova residência, adquirir um carro ou trator e implementos mais modernos. As relações comuns recebiam doses discursivas que injetavam, lentamente, novas representações. Estas assumiam formas expressas no vestuário, alimentação, comportamento e no próprio lazer. Os custos sociais e ambientais eram subtraídos dos temas e questões tratados no palco da mídia. Os reais problemas dos agricultores, como as conseqüências colhidas com o modelo e as constantes necessidades firmadas em interesses externos ao grupo, ocupavam o espaço da ausência no discurso. A ausência discursiva produzia soluções artificiais, destinadas aos agricultores no formato de orientações. Nas orientações, a tecnologia ocupava o posto de solução para os problemas que afetavam a estabilidade do camponês.

A fonte acima fornece informações preocupantes com relação à “liberação forçada” do pequeno produtor para os centros urbanos. A solução para o grave problema é pautada na diversificação agrícola. Em parte, a diversificação pode reverter-se em benefícios ao pequeno produtor, como também, atender aos interesses mercadológicos. Mas, quando o auxílio é muito mais discursivo do que prático, sai plano, entra plano e a miséria se torna mais forte nas propriedades. Parafraseando ligeiramente as palavras de Zielasco (1995, PS), ainda, em seu discurso, menciona o Plano Paraná Rural, que visou (em 7 anos) readequar as estradas rurais. Tem-se, como exemplo, a conservação do solo que ocorreu lentamente, existindo, até

hoje, estradas em processo de readequação. Um problema surgido no cotidiano das relações entre os agricultores também gerou tumulto no processo da efetivação das readequações das estradas, pois as propriedades foram medidas novamente, e, em muitos casos, ocorreram desentendimentos entre vizinhos sobre a divisa.

Entretanto, Zielasco (1995, PS) elaborou um discurso alicerçado na preocupação com o pequeno produtor, e na seqüência aproveitou para falar do programa das Vilas Rurais e da possibilidade de em quatro anos assentar 60 mil bóias-frias, fortalecendo discursivamente o programa Vilas Rurais.

Segundo Gómez (2002), a política para o camponês é orientada a desenvolver uma triagem entre os pequenos agricultores. As Vilas Rurais, idealizadas no Estado do Paraná, discursivamente apresentadas, armazenam outro cenário nos bastidores, que entra em choque com as cenas apresentadas pela mídia. As Vilas Rurais com área limitada disponibilizada ao camponês, esgotam sua reprodução. Na verdade, não passam de investidas fragmentadas de resolver o conflito no campo, amparadas em instrumentos de mercado, como aquisição e venda de terras e de aprisionamento subordinado do trabalhador ao capital, como o exemplo das Vilas Rurais, que retêm o trabalhador e assim garantem o bóia-fria cativo.

A essência do discurso das políticas públicas atua contra as dificuldades vivenciadas pelos pequenos agricultores. Mas o combate à pobreza e a melhoria de vida dos camponeses, promovido pelas políticas de desenvolvimento rural, possuem limitado leque de ações, “[...] restringindo àquelas alternativas que maximizam a reprodução do capital e que ao mesmo tempo permitem a manutenção do *status quo*, seguindo zelosamente o *leitmotiv* conservador: ‘mudar para que nada mude’” (GÓMEZ, 2002, p. 108).

No descompasso entre gestão territorial e desenvolvimento rural, descortinam os bastidores das políticas públicas no reforço à “[...] submissão do trabalho ao

capital, revelando-se como uma forma de intensificar o controle social na sociedade do capital” (GÓMEZ, 2002, p. 109).

A atuação prevista no Paraná 12 Meses está vinculada à parceria do Governo Estadual com o Banco Mundial. Prevê medidas amenizadoras da pobreza no campo, bem como a proposta manifesta interesse com a conservação dos recursos naturais. Cabe aqui pontuar os desdobramentos do programa, que se fixa em “[...] investimento em infra-estrutura de uso individual e comunitário, investimento em projetos de geração de emprego e renda e, por fim, investimento para a preservação do equilíbrio entre as atividades agrícolas e o meio ambiente” (PAULINO, 2003, p. 279). O programa das Vilas Rurais foi planejado para atender prioridades com o saneamento básico, melhoria das moradias, construção de abastecedouros, salões comunitários, readequação de estradas e conservação dos solos. O programa Paraná 12 Meses, articulado na administração federal, propõe atender às necessidades dos trabalhadores temporários, a partir das Vilas Rurais. O programa (Vilas Rurais) abriga ambigüidades ocultas aos olhos da grande maioria, mas possui efeitos benéficos se observados na ação do tempo curto, por privilegiar significativa parcela da comunidade e ativar a inserção no grupo e fomentar a busca de soluções conjuntas. O formato da estruturação do programa Vilas Rurais gerou inquietações, por parte de entidades organizadas nacionais e internacionais, em torno do montante dos investimentos aplicados. Como afirma Paulino (2003, p. 280), “[...] é necessário lembrar que esses avanços são tímidos e isso se deve exatamente aos objetivos não revelados, que vão sendo alcançados à medida que se espraia o programa Vilas Rurais”.

As interfaces das políticas públicas geram desconfiança por parte dos agricultores. Por exemplo, no Paraná 12 Meses estava previsto auxílio para a reforma das moradias, mas um número significativo de camponeses não tomou o recurso, sob alegação de futuras cobranças por parte do governo. Na área de estudo, constatou-se que com o programa ocorreu a adequação de estradas e a construção de abastecedouros de água.

Zielasco, por sua vez, estendeu considerações sobre o Programa da Pequena Propriedade, enfatizou o êxodo rural e aproveitou o momento para incentivar a diversificação do cultivo:

[...] um desses programas novos chama-se o Programa da Pequena Propriedade, porque a preocupação maior nossa hoje é com o pequeno produtor. Da década de 80 até a década de 90 o Paraná perdeu 109 mil pequenas propriedades. **E hoje com a dificuldade que a agricultura está passando, justamente com essa falta da diversificação da pequena propriedade rural, se nós não tomarmos medidas rápidas, nós vamos perder ainda mais pequenos produtores.** Então esse programa da pequena [propriedade] prevê o financiamento de atividades em equivalência a produto para os produtores, bem como [...] incentivo a diversas ações, como: aplicação de calcário, conservação de solo, adubação verde, aquisição comunitária de máquinas (ZIELASCO, 1995, PS, grifo da autora).

Os encaminhamentos para os problemas no campo são ventilados pela mídia, em que cada “personalidade” indica um plano para agricultura. Com tantas denominações, fica até difícil lembrar de todos. Zielasco (1995, PS) tratou do Programa da Pequena Propriedade e da evasão populacional do campo. As dificuldades no campo foram atribuídas à ausência de diversificação. Portanto, o programa prevê incentivo para aplicação de calcário, conservação do solo, adubação verde e aquisição conjunta de máquinas agrícolas. Ao pensar a mobilidade do agricultor, essas medidas, que visam conservar o solo, adquirir máquinas coletivamente, não foram suficientes para estagnar os problemas dos pequenos produtores, para mantê-los no campo com qualidade. Em outras palavras, pode-se sugerir que o investimento em solo e máquinas seria uma forma de captar recursos para expandir a produção e manter viva a venda de equipamentos agrícolas, engessada com as crises vivenciadas no campo.

Ao ser expropriado da terra, o agricultor passa a vivenciar a exclusão, tornando-se semelhante ao trabalhador da indústria. Portanto, a intensificação e a adoção das técnicas agrícolas transformam profundamente as relações de trabalho. A absorção de lavradores ocupados com afazeres agrícolas foi bloqueada pela crescente utilização de máquinas e insumos. A expansão capitalista no campo gerou conflitos de elevado significado

social, e a ação de repúdio ao sistema configura-se nos movimentos sociais. Um olhar para o visível evidencia que os trabalhadores excluídos manifestam repúdio ao processo modernizador da agricultura, em especial às políticas canalizadoras de recursos substanciosos, atendendo à “fome” dos setores mais capitalizados, deixando na miséria os que realmente convivem com a fome.

O recolhimento dos argumentos discursivos apresenta mediações erguidas em fatos concretos, como a saída do pequeno agricultor do campo, a necessidade de se criarem programas dotados de força para estagnar esse processo e a ampliação da diversificação nas propriedades, o que, por sua vez, poderia contribuir para a permanência do camponês no campo. Tem-se, até aqui, a interiorização de um discurso predisposto a indicar soluções, ancorado em aspirações nem sempre voltadas para promover as melhorias para o camponês. Mas é possível supor que as expectativas não são tão dicotômicas entre agricultor, indústria e comércio. Portanto, convivem com interesses comuns e conflitantes. De um lado é produzido um discurso da indústria e comércio. De outro, não se pode afirmar que está contra o interesse dos agricultores. É possível supor, na relação de poder estabelecida entre ambos, que se sobressaem com mais destaque os anseios da indústria que compra o espaço na mídia.

Na construção discursiva de Hermas Brandão (1995, PS) foram pontuadas as questões que interferem na permanência do pequeno agricultor no campo:

[...] o pequeno produtor precisa ficar na sua [...] propriedade, tem muitos agricultores com essa [...] com esse ciclo da soja e do trigo que foram abandonando suas propriedades. O pequeno agricultor não tinha condições de plantar, pagava para se plantar a soja ou o trigo, depois não tinha colheitadeira, pagava pra colher. E nesse período [...] do plantio até a colheita [...] não se usava muita mão-de-obra [...] não ficava constantemente na sua propriedade [...] foi abandonando a sua propriedade gradativamente, e ficava constantemente na cidade (BRANDÃO, 1995, PS).

A mobilidade do trabalhador interfere na ordem dos valores, com ações ideológicas influentes nos aspectos éticos. Uma visão continuada do social expressa fatos e

desmistifica ações praticadas a nível do inconsciente. As variações englobam constantemente as situações cotidianas. A exclusão pode ser detectada no abandono de algumas propriedades. O pequeno agricultor passou a contratar um vizinho ou outro agricultor para plantar soja, milho, como também para colher, pois não possuía trator e implementos, e, com as contratações, os lucros diminuem na propriedade. Com a utilização do trabalho morto, o trabalho vivo foi perdendo espaço. Muitos produtores deixaram de cultivar ou de solicitar a mão-de-obra dos bóias-frias. A atmosfera de custos que envolvem a produção foi retomada no discurso de Brandão (1995, PS) em detalhes. Mas, questões mais amplas e antigas que movimentaram a retirada da floresta, danos ao meio ambiente, não fizeram parte do texto interpretado pelo ator em questão.

No contexto, as propriedades cresceram, o cultivo recebeu novas técnicas, a mão-de-obra, antes escassa, assumiu a posição de subordinada aos ditames do capital e de reserva. Estas determinações modificaram profundamente as relações de trabalho, promoveram a expropriação dos trabalhadores agrícolas e a mobilidade forçada do trabalhador. Nesta perspectiva, os trabalhadores, ex-agricultores, que perderam sua propriedade, ao ficarem perdidos nas inovações agrícolas, tornaram-se agricultores sem posse dos meios de produção. De início, ocuparam o palco característico de trabalhadores bóias-frias, disponíveis e móveis, atendendo ao chamado dos agricultores com posses, mas a instabilidade de trabalho ou climática induziu estes trabalhadores soltos no espaço a migrarem novamente. Logo, as oscilações nas colheitas refletem no setor econômico-financeiro do município de Marechal Cândido Rondon. Como o chamado do capital atua de forma oculta, a disponibilidade de trabalhadores nutre o sistema capitalista, e estes trabalhadores foram facilmente direcionados a atender às necessidades do mercado de trabalho. Para Ferreira (1998, p. 248), o pequeno agricultor “[...] tornou-se assalariado temporário [...] a cidade passou a ser tratada como constituinte de um mercado de consumidores, mas também como

fornecedora de mão-de-obra e, principalmente, como o local onde a indústria estava localizada”.

A profissionalização dos agricultores foi estimulada por Antonio L. Poloni.

[...] Eu tenho vivenciado quando fui prefeito [...] vendo homem que morava no campo, que tinha uma vida digna, de repente ele bate na porta da prefeitura, pedindo esmola, pedindo um barraco, pedindo uma coisa que ele tinha [...] ele tinha casa, ele tinha uma família descente, uma alimentação boa, **tinha trabalho, tinha casa, trabalho e comida, de repente ele está sem casa, trabalho e comida, ai eu fui avaliar porque aconteceu isso, aconteceu isso porque ele não era profissional** (POLONI, 1999, PS, grifo da autora).

A principal alteração no mundo das relações de trabalho pode ser observada na análise discursiva, pois a fala cristalizada no tempo possui poder de denúncia e poder de persuasão. Antonio L. Poloni (1999, PS) relembra o período em que foi prefeito, e retira da memória situações observadas no campo da exclusão. Resgatou um exemplo, de um agricultor que se dedicava ao cultivo e de repente apareceu na prefeitura, desprovido dos recursos que possuía. No passado, era dono de uma pequena propriedade, possuía casa, comida, etc. Até o momento, a fala não acrescenta nada de novo. O contexto histórico, desde a incorporação da mecanização, foi lentamente excluindo o agricultor da sua propriedade. Possivelmente se fez este resgate comovente, é claro que não deixa de ser, com a finalidade de chamar a atenção dos agricultores para a profissionalização, bem como para um modelo que destina as responsabilidades governamentais aos agricultores.

O resultado da inserção, na nova forma de produção (especialização), promoveu diferenciação entre os níveis de renda dos agricultores e esta forma de organização afetou consideravelmente a absorção de mão-de-obra no campo. Dentro dessa ótica, persegue-se e amplia-se a discussão no sentido de apontar as contradições que se fazem presentes nas relações de trabalho, geradas com a modernização agrícola e com consideráveis repercussões sociais. Produziram-se alterações na forma de cultivar a terra e reorganizar o cotidiano, perpassando a organização dos camponeses. As condições de vida de muitas famílias

mudaram com a penetração do capitalismo no campo, que acentua a mobilidade populacional. De certa forma, as modificações invadem também o cotidiano e chegam à mesa dos agricultores, a expansão de culturas para o mercado externo rebate os produtos industrializados em direção aos agricultores. Para tanto, os discursos atacam os hábitos alimentares até então adotados e apresentam alternativas mais “saudáveis”, que, na prática, “produzem” saúde para os interesses financeiros das indústrias. Já para o ser humano são questionados os benefícios de determinados produtos industrializados. Entretanto, para Ferreira (1998, p. 257), “a unificação indústria e agricultura exprimem a expansão do capital pelo território, representada pela integração do pequeno produtor à indústria”. As transformações no cultivo alteram também os hábitos alimentares. Por causa da expansão do cultivo da soja, investiu-se na mesma velocidade, na publicidade para angariar consumidores de óleo. E, com isso, “[...] de uns tempos para cá, o óleo de soja tornou-se o produto básico na preparação da alimentação. Até campanhas publicitárias e ‘médicas’ foram feitas ressaltando seu valor em relação aos demais do gênero” (OLIVEIRA, 1997, p. 23).

A circulação dos interesses do capital e a disputa entre grupos econômicos alteram os humores e o modo de viver e trabalhar no campo. Assim, as complicações do processo modernizador estamparam os problemas sobre a área de estudo, afetando o meio ambiente e o próprio homem. A natureza foi agredida com o desmatamento, compactação do solo, entre outros, e os seres humanos, pelos venenos aplicados e também pela perda, em muitos casos, de suas propriedades. As técnicas talvez não sejam as únicas responsáveis pela enxurrada de problemas, pois as mesmas não podem ser entendidas divorciadas dos atores sociais que as criaram e incentivaram a sua utilização de forma irresponsável. Logo, os instrumentos técnicos foram gerados pelo homem. Conforme o pensar de Ricardo Antunes (1999), quanto maior for o estímulo à competitividade e à concorrência intercapitais, mais expressivas e nefastas serão as consequências, entre as quais, podem-se destacar duas de

impacto grave: a precarização acelerada da força humana por todo o período da modernização e a degradação do meio ambiente, “na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias [...]” (ANTUNES, 1999, p. 34).

Entretanto, a transitoriedade discursiva produzida no documento proveniente da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon foi apresentada no programa Frente Ampla de Notícias. Na ocasião, tratou-se do cultivo da mandioca atrelado ao processo de industrialização e a possível expansão de vagas ocupadas por trabalhadores locais na indústria.

Empresários e técnicos ligados à indústria de transformação da mandioca da região Extremo Oeste do Paraná estimam que a região concentra 52% da produção brasileira de fécula e amido modificado de mandioca, **gerando milhares de empregos, principalmente na área rural.**

Contudo, o parque industrial trabalha com apenas 50% do seu potencial, que é de 01 milhão e 100 mil toneladas ao ano, devido entre outras razões à defasagem entre produção e metas projetadas pelos industriais.

Com estes e outros dados em mãos, a administração municipal Aríston e Renato vem apoiando a Fundemarc – Fundação para o Desenvolvimento Científico e tecnológico de Marechal Cândido Rondon.

Ambos trabalham em defesa da implantação do Centro Tecnológico da Mandioca, instituição científica que seria de grande valia para o pleno desenvolvimento de toda a cadeia produtiva.

Outras iniciativas já foram executadas, conforme o Presidente da Fundação, Douglas Roesler, a exemplo da palestra da Fundemarc em Cascavel, durante o Seminário da Cadeia de Mandioca promovido pela Fundação de Cascavel em 10 de novembro do ano passado [1999].

A palestra defendeu o potencial produtivo de Marechal Cândido Rondon, apontado que o município produz 25 toneladas por hectare, enquanto o Noroeste do Paraná produz 19 toneladas por hectare e Santa Catarina produz em média 17 toneladas por hectare (MARECHAL, 2000, FAN, grifo da autora).

O estímulo ao cultivo da mandioca insere-se no discurso da diversificação da produção e no estreitamento dos laços entre campo e cidade. Mas, no documento, não foram tratados problemas ambientais que estas indústrias poderiam produzir a longo prazo. A título de exemplo, recolhido nas atividades de campo numa destas indústrias, os açudes de decantação provocam um odor desagradável que cerca a vizinhança. Em algumas épocas, nos dias de chuva, o fluxo acumulado nos açudes era liberado lentamente para o rio, com isso, os

peixes foram afetados e os moradores reclamaram da poluição. No entanto, parte da mão-de-obra ocupada na indústria era proveniente da área rural.

Nas motivações discursivas para a ampliação do parque industrial, foi dito que este ocupa 30% de seu potencial devido ao desequilíbrio entre produção e metas estabelecidas pela indústria. No caso específico deste documento, o discurso foi produzido pelo setor de imprensa da prefeitura, a nota foi ao ar na fala do locutor da rádio. Por ser um documento da administração municipal, ocupou-se o momento para dar ênfase ao trabalho desenvolvido pelo prefeito e vice (Ariston Limberger e Renato Kaefer), junto da FUNDEMARC. A construção discursiva produzida pela equipe de jornalismo da prefeitura indica a presença de intelectuais que fomentam discursos na condição de atores que, através da voz dos outros, falam pelos habitantes do município. As iniciativas da FUNDEMARC fomentaram novas idéias, por meio de palestras no “Seminário da Cadeia de Mandioca”. As manobras discursivas advogaram em benefício do aumento do potencial produtivo da mandioca. No documento estrategicamente comparece o Noroeste do Paraná e Santa Catarina, ambos com uma produção inferior que a do município estudado. Outro argumento facilitador da articulação em torno do cultivo da mandioca foi produzido pelo presidente da Fundação Douglas André Roesler, que, na ocasião, traçou, como aspecto facilitador, a característica minifundiária do município, que desenvolve as atividades com mão-de-obra familiar, bem como o considerável avanço da diversificação das propriedades rurais (MARECHAL, 2000, FAN).

A respeito das questões postas nas construções discursivas, recorre-se a Pierre Bourdieu (1983), que descreve o discurso como produto nascido da relação entre um hábito lingüístico cultivado no campo funcional do “[...] mercado capaz de modificar, por meio de suas sanções potenciais, as produções do *habitus*” (BOURDIEU, 1983, p. 44).

Eduardo F. Sciara (1999, PS) apresentou as medidas que foram tomadas para resolver o problema do desemprego, que comparece com frequência nos discursos. A partir da implantação da modernização, as medidas tomadas foram:

[...] acontece algum desemprego, [...] o que nós não estamos fazendo ainda, mas já existe um programa neste sentido, é trocar esses postos de trabalho pelo setor de serviços que é no mundo hoje a maior tendência de crescimento de emprego. É turismo, serviço em geral (SCIARA, Eduardo F., 1999, PS).

A construção discursiva de Sciara (1999) deposita entusiasmo sobre as idéias partilhadas pela fala. O discurso é um terreno sobre o qual é possível exercer análises temáticas e extrair a articulação de idéias que determinado grupo enquanto categoria polemiza, na ânsia de formatar práticas, gostos e opiniões. Nesta lógica, a personalidade, via discurso, operacionaliza argumentos pautados na “cumplicidade” do cargo que exerce (Secretário de Estado da Indústria e Comércio). O aprimoramento da fala ocorre por meio de mecanismos escondidos, que excluem certos indivíduos ou conduzem as palavras, como se fosse a opinião de todos. Com esse exercício velado, a personalidade convidada ocupou o palco e pôde falar com a autoridade, assumindo o papel de indivíduo que tomou o lugar dos sem-palavra.

Conforme Oliveira (1999), a dupla atuação do modo capitalista instaura o trabalho assalariado no campo, com a presença dos bóias-frias, mas, na outra via com sentido oposto, fomenta a expansão do trabalho dos pequenos produtores. O Seminário, versando sobre produção e tecnologia na geração de empregos, escorrega no discurso, pois o suporte tecnológico suprime a necessidade de mão-de-obra. O evento foi promovido pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), com a participação da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. A convocação para este evento foi feita através de uma nota que dizia: “será realizado nos dias 20 e 30 deste mês no auditório da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, seminário intitulado ‘Produção, Tecnologia e Geração de

Empregos' ” (PALESTRA, 1986, FAN).

A adequação dos aviários às novas tecnologia recebeu fortes argumentos jornalísticos. Portanto,

O aumento de produção está sendo uma exigência por parte das indústrias assim como para os produtores é fundamental para o aumento da renda. [...] o novo sistema implantado não representa aumento no custo de mão-de-obra ou manutenção, levando em conta a automação e seu controle que é feito pela mesma pessoa (AUMENTO, 1998, FAN).

A diversificação nas propriedades lentamente recebeu novos contornos, configurados na especialização da produção. Para tanto, foram canalizados argumentos vinculadas à expansão da produção como requisito da indústria. O comando discursivo “orientou” o produtor a promover investimentos técnicos na propriedade. Cabe ao agricultor manter a infra-estrutura, os recursos naturais para sustentar a produção avícola. O convite à adoção da tecnologia foi fundamentado no alargamento da renda, mas o prisma subjetivo dos interesses da indústria dá, a si própria, o direito de cortar o vínculo com o produtor a qualquer momento. Por outro lado, sobre o agricultor foi depositado um universo de reivindicações. A condição estimulada sustenta seus argumentos na rentabilidade com a adoção de equipamentos, como, por exemplo: a refrigeração para reduzir a mortalidade de frangos. Foi sugerido que, com a aclimação dos aviários, a população de frangos por aviário poderia ser elevada.

Encaminhou-se que os produtores integrados fossem direcionados a fazer novos investimentos na propriedade. Os equipamentos foram indicados pelas indústrias e, para facilitar a aquisição, havia financiamento. Na ocasião, este discurso tratou, em especial, da Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda. (Coopervale) de Palotina. Constatou-se, em campo, que, na área de estudo, a produção de frangos era praticada também no sistema de integração. Ao observar a motivação declarada, a tecnologia foi incentivada para aumentar a produção e com esta os lucros na propriedade. Porém, a possível elevação do preço pago pelo

frango não teve espaço na articulação discursiva.

Na construção dos argumentos, colocou-se a tecnologia no patamar da substituição do trabalhador pela máquina. Esse olhar de via única não contemplou o desemprego, a possibilidade de um fator climático causar prejuízos junto aos aviários e o produtor que tomou empréstimos ficar com o prejuízo, ou até perder a sua propriedade. Os argumentos finais enfatizaram lucros rápidos, pois o valor do investimento poderia ser recuperado em um ano (AUMENTO, 1998, FAN).

Contudo, a ditadura do discurso indica as carências que interferem na organização dos camponeses. Entre as carências figuram o crédito e os preços. Há um elemento, ora conhecido e ora desconhecido, que trafega na via discursiva, pelos bastidores ou no subjetivo dos textos encenados pelos atores no palco da Rádio Difusora: a tecnologia. Sobre esta não há ataques diretos, ou, ainda, os problemas provenientes do modelo tecnológico, quando são colocados, ocorrem de modo velado. Prevalecem e tomam conta do enredo necessidades como o acesso ao crédito e preços adequados ao mercado atendendo aos custos da produção. A paisagem das representações forma estruturas e estas bloqueiam a percepção em torno da indução favorável à continuada incorporação da tecnologia. Esta estrutura deformada atribui ao grupo que domina o sistema o poder de resolver os problemas de quem convive com a dificuldade.

Com relação ao alcance do discurso, é preciso considerar o empenho dos comunicadores na busca de credibilidade. Pode-se, assim, supor que a credibilidade almejada é gestada na “verdade” interna e externa ao discurso, que nasce das condições sociais de produção e reprodução das personalidades, jornalistas e dos receptores: a platéia, e das relações estabelecidas entre ambos, que sustentam as condições ou canais para que seja recebida e dada a importância devida à mensagem. Para explicar o discurso, faz-se necessário observar as condições simbólicas e a gênese. Ao tomar conhecimento destas questões, é

possível visualizar por que grande parte da platéia é impossibilitada de falar, ou representada por porta-vozes. Para a aceitabilidade dos discursos, há um empenho constante na busca da compatibilidade, mas o efeito da análise prolongada denuncia as incompatibilidades entre certos discursos.

Em síntese, nesse “novo ambiente” que querem instaurar, novas tensões aparecem, como integrantes do jogo que define regras cronometradas passo a passo, acentuando um conjunto de jogadas que subtraem as necessidades dos trabalhadores em benefício de uma minoria dominante. A natureza sistêmica dessas interações pode ser observada por dentro do túnel do metabolismo societário do capital em que as conseqüências deste processo produzem reflexos instáveis para o trabalhador. A esse respeito, destacam-se “[...] os referenciais estruturais do metabolismo societário do capital como elementos determinantes da dominação de classe, da miséria, da exclusão social, aliás, atributos imprescindíveis do cenário que envolve trabalhos [...]” (THOMAZ JÚNIOR, Antônio, s.d., p. 14). Contudo, as transformações nas relações de trabalho no campo podem ser entendidas por dentro da relação capital / trabalho. Nesta perspectiva, o capital possui desempenho hegemônico no processo de produção. O trabalhador encontra-se também no processo, mas lhe cabe a subordinação, em meio às peças fragmentadas do tabuleiro social e técnico.

3.4 Fusão entre rural e urbano

Ao pensar as relações estabelecidas entre rural e urbano, pretende-se fazê-lo afastado de pólos dicotômicos. As articulações do capital estão presentes nas regiões brasileiras, assumindo aspectos diferentes conforme a intensidade da especialização

produtiva. O conjunto das ações promovidas pela diversificação gera, nas unidades produtivas, mutações profundas, como a prestação de serviços e a abertura de caminhos que conduzem à formação de redes junto aos complexos agroindustriais. Esta nova roupagem, no entender de José Graziano da Silva (1999), promove transformações na organização das atividades desenvolvidas no campo, estabelecendo ocupações não-agrícolas, podendo somar benefícios na vida do agricultor e mais lazer (SILVA, 1999).

Oliveira (1997), referindo-se às pesquisas e ao conhecimento geográfico, enfatiza “uma geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo e, se possível, também da cidade” (OLIVEIRA, 1997, p. 7). Portanto, a organização do espaço produtivo, desencadeada com a adoção de novas tecnologias e produtos, dinamizou modificações nas relações sociais. No conjunto das transformações, a válvula propulsora pulveriza articulações em direção ao aumento da produção. Com isso, amplia-se “[...] a utilização dos insumos industrializados, mediante a vinculação da agricultura ao capital industrial, o que [...] alterou a articulação existente entre o setor rural e o urbano-industrial” (ARAÚJO, José Geraldo, 1991, p. 47).

Na abordagem de Oliveira (1997), a relação campo e cidade encontra-se num processo de aproximação. A unidade é soldada na diferença “[...] entre os setores da atividade econômica [...] a indústria, o comércio, etc., [...] vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades” (OLIVEIRA, 1997, p. 26).

No bojo da recriação do campesinato, as políticas públicas exercem um arcabouço de ações com poder para articular os interesses dos camponeses. Este processo desencadeia avanços e recuos formatados na territorialização. Assim, o enredo histórico revela ações perpetradas, portadoras de dimensões macro vividas pelos sujeitos. É “[...] imprescindível compreender e superar a visão espacial dicotômica, na qual o campo é

analisado independentemente da cidade” (PAULINO, 2003, p. 17). Os bastidores revelam que “[...] a instalação de agroindústrias obedece ao princípio da fusão entre atividades agrícolas e industriais, de modo a controlar tanto a produção da matéria-prima quanto o processamento industrial” (PAULINO, 2003, p. 21).

Por outro lado, um olhar mais cuidadoso sobre os prismas da agricultura, na realidade brasileira, sinaliza que a pobreza e a exploração não podem ser resolvidas por meio da proposição de uma união com os agentes que a produzem. Remunerações externas, envolvendo práticas não agrícolas, produzem atividades favoráveis à acumulação monetária.

As relações travadas entre a ACIMACAR e a possível industrialização do milho estamparam os contatos vivenciados ainda que a nível de discurso com o campo. O interesse pelo alargamento da produção agrícola é manifestado pelo comércio local. Na fonte a ser citada surge um novo elemento: a industrialização do milho. Assim,

para as quatro horas da tarde, **está programada reunião de empresários rondonenses na Associação Comercial e Industrial, para dialogar com técnicos do Centro de Apoio Gerencial à Pequena e Média Empresa, sobre as possibilidades da industrialização do milho.**

Será apresentado um pré-diagnóstico da industrialização do milho, já existe um grupo local interessado em implantar uma indústria no estilo comunitário, para o surgimento de uma empresa de processamento de produtos do milho.

A reunião de hoje estará sendo presidida por Elio Winter, que é o presidente da Comissão de Industrialização da ACIMACAR (INDUSTRIALIZAÇÃO, 1984, FAN, grifo da autora).

Um exame minucioso desta construção discursiva evidencia sutilmente a relação que se estabelece entre a Rádio Difusora e o representante da Comissão de Industrialização, Elio Winter. Ao desvendar o mirante de onde o personagem fala, amplia-se o campo visual, o qual permite perceber a rede invisível que estabelece convenções entre os gestores do sistema. No discurso, o incentivo à industrialização do milho estabeleceu um compromisso por meio da voz de uma personalidade que impõe um caráter de competência e de poder simbólico capaz de estimular a produção. Objetiva-se estabelecer laços entre o locutor e a platéia. Com a interlocução em sintonia, constituem-se relações de força no campo

simbólico. O efeito e “[...] a eficácia de um discurso, seu poder de convicção, depende da autoridade daquele que o pronuncia” (BOURDIEU, 1983, p. 167).

A articulação entre campo e cidade no conjunto das atividades exercidas, ora por pessoas residentes na cidade que trabalham certo período no campo, ora por pessoas que moram no campo e trabalham um período na cidade, pode ser compreendida num plano articulado em que não é possível caracterizar o campo brasileiro apenas pelo viés do agrário. As atividades desenvolvidas no espaço rural, em especial o emprego rural e os movimentos dos trabalhadores, não aceitam explicações simples, atribuídas ao calendário agrícola e ao alargamento das áreas cultivadas ou da produção agropecuária. Dito de outro modo, as atividades não-agrícolas, como: lazer, administrativa, comercial e industrial, apresentam novas feições e estabelecem nova dinâmica populacional no meio agrícola (SILVA, 1999).

A fusão rural-urbana recebeu encorajamentos discursivos da voz que estimulou gestos favoráveis ao desempenho da piscicultura.

Já estão de volta a Marechal Cândido Rondon o presidente da [Associação dos Aqüicultores de Marechal Cândido Rondon] AQUIMAR Ivanir Bellé; o empresário Laudi Gregory, representando a empresa Peixe Bom e o ex-secretário municipal da agricultura, vereador eleito Moacir Froehlich, que estiveram no Chile e na Argentina no período de 27 de novembro aos primeiros dias agora de dezembro. Em Santiago, eles visitaram uma Exposição Internacional de Pesca, para tomar conhecimento da nova tecnologia que vem sendo empregada no Chile e em outros países para o desenvolvimento da atividade (RONDONENSES, 1996, FAN).

As fusões entre o rural e o urbano ocorrem também em Marechal Cândido Rondon. Ao olhar nesta direção, podem-se observar as atividades que são desenvolvidas no campo. Os moradores das vilas (distritos) passam a se deslocar para o meio agrícola, desenvolvendo as mais variadas funções. Por exemplo, no pesque-pague, limpam os peixes, atendem os clientes, entre outros. Entretanto, com a diversificação das propriedades, fomentou-se a construção de tanques para a criação de peixes. Esta etapa foi articulada pelos empresários rondonenses e líderes políticos. Em termos de objetivos, estes motivam a

expansão da piscicultura e a associação de interesses pode ser observada na presença de empresários, líderes políticos, bem como de representantes da empresa Peixe Bom. O conjunto de argumentos em busca de novas tecnologias, com visitas ao Chile, pautou-se na diversificação da produção. Por outro lado, o empenho por novas alternativas “denuncia” práticas colaborativas com efeito benéfico aos objetivos de expansão, traçados pela empresa Peixe Bom. A amplitude discursiva reflete aspirações sociais e políticas endereçadas à platéia. É possível supor que a platéia, em silêncio, é submetida a um conjunto de efeitos, proporcionados por palavras controladas ou autorizadas, externadas por meio de conotações descontraídas ou enérgicas, empregadas conforme a necessidade. Com efeito, a tensão entre o discurso e a receptividade existe, e distancia o reconhecimento da relevância da piscicultura. Nessa relação, convivem os agricultores que incorporaram a piscicultura, no fomento pesque-pague, os que adotaram a construção de tanques, na expectativa de atender o consumo da família e esporadicamente comercializar o peixe vivo, geralmente nos dias que antecedem a Sexta-feira Santa. Por outro lado, outros agricultores não aderiram à piscicultura.

Os discursos referentes a alterações nas propriedades tratam da diversificação, pois, a partir da construção de açudes, “[...] os pequenos produtores alguns que já construíram seus tanques, outros que nem isso fizeram, estão e são os que mais necessitam diversificar a sua propriedade, dependem de um programa [...]” (ZIELASCO, 1995, PS). Nesse sentido, pode-se argumentar que a produção diversificada brotou de um trabalho antigo, desenvolvido pela Associação Comercial. A observação da composição do discurso sinaliza para várias passagens discursivas que interferiam na organização do cultivo. A presença das lideranças, vinculadas ao comércio, em debates sobre as problemáticas que cercam o campo foi constante.

Em Marechal Cândido Rondon, há uma forte atuação das lideranças políticas, visando articular o turismo rural. Mas, na difusão destas idéias, o foco central das

políticas encontra-se na canalização de recursos para manter e ampliar também o turismo junto ao Lago de Itaipu, em especial nas praias artificiais. Assim, de acordo com Silva (1999), o desempenho das prefeituras é relevante, não somente na viabilização da infra-estrutura adequada aos atrativos naturais do município, como produzir estímulos junto à auto-organização das comunidades locais, para assegurar um conjunto de serviços expressos em pousadas, chalés, pesque-pagues, restaurantes, hotéis, etc.

Os contrapontos existentes no município expressam desarticulações visíveis na desativação parcial de muitos pesque-pagues. Neste caso, talvez uma ação mais íntima por parte dos encarregados pela Secretaria da Agricultura junto às propriedades poderia estabelecer o número de pesque-pagues que a área comporta, evitando as complicações financeiras destes agricultores. As tensões financeiras forçaram os proprietários de pesque-pagues a implementar mudanças nos seus estabelecimentos, como construção de bares, campos de futebol, piscinas e camping. Mas as dinâmicas crescentes das indústrias que cercam a área de um dos pesque-pague trouxeram implicações ambientais, com suspeita de contaminação dos peixes comercializados. O confronto das manobras discursivas revela fatos singulares que provocaram desconfiança nos receptores destas mensagens. De um lado, apóiam a diversificação, do outro, após a conclusão de um mandato, os projetos caem no esquecimento. Mas as dívidas ou entraves recaem sobre o proprietário do pesque-pague. Com estas amostras é possível conhecer os bastidores das políticas destinadas para a diversificação agrícola.

O entrevistado Zielasco (1995, PS) tratou da diversificação agrícola no Extremo Oeste do Paraná. De acordo com a personalidade,

[...] somos uma região com grande potencial em piscicultura, temos visto e comprovamos isso, de que apenas a instalação de tanques de água para piscicultura não é suficiente. Nós precisamos de assistência técnica, nós precisamos de uma organização desses produtores, organização da produção e [...] de forma que se possa [...] dar um destino à produção, que isso venha realmente a ser uma nova fonte de renda do produtor.

No entender do entrevistado, não basta incentivar a piscicultura. Faz-se necessário orientar os produtores para que, organizados em grupos, possam expandir o número de tanques, como também buscar novos pontos de venda. Em nível de assistência técnica, foi criado o curso de Engenharia de Pesca na UNIOESTE, no campus de Toledo. Se, por um lado, através da piscicultura se fez forte referência a novas tecnologias, na mesma bagagem são ofertados esquadros que conferem significado à relação campo/cidade. Entretanto, Zielasco (1995, PS) ajusta argumentos em direção à organização dos produtores, e pode-se supor que seu entendimento difere das personalidades anteriores, as quais enfatizam medidas individuais. Por conseguinte, no discurso, está contida a motivação dos camponeses para diversificar a propriedade, e ampliar a renda. As implicações são visíveis, e a eficácia reside na aceitação das mensagens, por uma parte dos camponeses, que aderiram à piscicultura. A região foi avaliada como portadora de elevado potencial para o desempenho desta atividade. Na veia discursiva, não circulam questões como: a água que aflora é ideal? A possibilidade de a água estar contaminada, não recebeu enfoque. O intenso uso de agrotóxicos e a tardia conservação do solo podem ter contribuído para o acúmulo de veneno nos rios e nascentes. O uso constante de veneno nas propriedades das áreas vizinhas poderia afetar a qualidade dos peixes, questões estas desconsideradas na função discursiva. Ao ordenar representações, confere-se sentido às relações sociais através do estabelecimento de determinadas ideologias, impregnadas por influências políticas.

Tratando ainda da questão, José Graziano da Silva (1999) reafirma a crescente valorização de bens simbólicos como pequenos animais, flores, etc. Sendo assim, agricultores com meia idade e com instrução primária ou parte dela, com a intensificação da diversificação e das atividades casadas junto às cidades, permanecem no campo. Isto revela que, a partir da década de 90, o campo passou a receber atenção de destaque, enquanto produto composto de ‘bens não tangíveis’, configurados em paisagem e lazer, que convivem

de parede e meia com os produtos tradicionais da agropecuária. Com a remodelação, a variedade e significado da criação de animais e cultivo de plantas são transformados, surgindo animais exóticos e plantas raras, etc. Portanto, a preservação ambiental é um fato concreto e passa a ser observado pelos representantes das políticas públicas, como espaço com potencial de receber novas formas de ocupação e renda. Esta dinâmica absorve a população que vive neste espaço e não é dotada de qualificação suficiente para se integrar aos setores urbanos (SILVA, 1999).

O espaço jornalístico enfatiza a situação dos trabalhadores bóias-frias, decorrente da estiagem.

Bóias-frias estão desempregados há mais de três meses e sentem crítica a possibilidade de sobrevivência. Alguns estão com seus compromissos, mesmo que pequenos, em atraso. Há falta de alimentos, o fantasma da desnutrição ronda as crianças, nem sempre conseguem apoio junto à comunidade onde alguns se arriscam a pedir um prato de comida. O bóia-fria desempregado Joaquim Gomes Barbosa, de 54 anos de idade, residente no Jardim Higienópolis, está desesperado. Sua família é composta por treze pessoas, não há alimentação para todos. Não há emprego. E este bóia-fria tem uma pequena casa, a qual construiu com a indenização que recebeu ao sair da cooperativa (SITUAÇÃO DOS BÓIAS, 1986, FAN).

Por outro lado, a questão que se coloca na produção de um mapa discursivo permite a visualização da dimensão de problemas proporcionados com a especialização agrícola e aponta para as dificuldades que cercaram os trabalhadores bóias-frias. Assim, o processo da especialização desencadeou a migração de trabalhadores rurais para áreas urbanas, e, com a ocorrência de estiagens, os agricultores resolveram poupar e não mais solicitar os serviços prestados por estes trabalhadores. Desse modo, era comum, até então, o deslocamento de adultos, crianças e velhos para áreas agrícolas para executarem as mais variadas atividades, como capinar, colher manualmente o milho, arrancar mandioca e outras. Na conexão discursiva, pode-se observar que um evento singular, como a seca, produziu falas dramáticas, mas o nó de tal problemática surgiu com a descapitalização do agricultor. Portanto, o que restou para alguns agricultores foi uma casa na cidade, adquirida a partir do

retorno de capital, que recebeu ao deixar de ser associado da cooperativa. As palavras podem formar campos ilusionários. Os contornos discursivos, no primeiro ato, transferem emoções ao noticiar a situação vivenciada pelos bóias-frias. O segundo ato denuncia as descontinuidades. Por detrás da camada objetiva, configurações subjetivas denunciam as fachadas discursivas em torno da comunidade ordeira e generosa. Pode-se sugerir que a generosidade faz curvas, e que, neste movimento, os atingidos pela seca também se defrontaram com a fome e a ausência de solidariedade, pois temem ao pedir um pouco de alimento. É possível supor que, em consideráveis trechos, houve empenho em chamar a atenção do público, sobre a miserabilidade vivenciada pelos bóias-frias, mas, vale dizer que a tônica percorreu a via emocional. A fixação de detalhes em torno do problema distrai o ouvinte ou leitor, ficando difícil pensar a situação fora das amarras do consenso. Ora, o consumismo produz ilusões que afastam a compreensão da função político-ideológica sedimentada por determinado grupo. Neste ponto, fica difícil encontrar uma justificativa a contento, que esclareça os motivos de descaso dos representantes da administração local com as famílias em questão. A situação de penúria arrastou-se por três meses, e, de concreto, pelo que tudo indica, nada foi feito para abrandar a situação.

A situação de penúria dos bóias-frias foi descontada na seca, mas a subjetividade anuncia outros fatores. Por exemplo, a estiagem por si só colocou o trabalhador nesta situação? Um olhar mais lento indica a exclusão que expropriou estes bóias-frias de seus meios de trabalho, através da produção, consumo e do próprio modelo modernizado, e, ainda, o auxílio, além de tardio, foi colocado sobre os ombros da solidariedade. Os representantes do governo municipal, comércio, indústria e as instituições até então mencionadas, que propagaram créditos, produtividades diferentes, ficaram mudos. Supõe-se, então, que a estratégia adotada visou suprir a ausência de mantimentos, para aniquilar a fome e a organização de alguma manifestação. Cabe lembrar que, nesta situação, os trabalhadores

não estavam mais dispersados geograficamente. Isto deve ter preocupado as “lideranças” em questão, pois elas produziram um “antídoto” discursivo que anulou o nascimento da manifestação. No entanto, os ouvintes identificam-se com a programação da rádio. Então vale dizer que a “[...] radiofonia, com seu poder para dizer tudo a todos, produziu grande impacto no público, que aceitou encantado este novo invento que vinha das mãos do desenvolvimento tecnológico” (SCHEIMBERG, 1997, p. 44).

O deslocamento de trabalhadores bóias-frias, ocupados em atividades agrícolas, perdeu força, devido à especialização produtiva, e a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que é um fato concreto. De acordo com Antônio Thomaz Júnior (2002), identificou-se que, neste período, a máquina assume o ponto de partida junto ao processo produtivo e estabelece o ritmo, a força, o desempenho qualitativo e as novas especificações presentes na produção. A máquina passou a transmitir o compasso aos operadores (de tratores e colheitadeiras), “novas qualificações que só aparentemente não dependem da sua destreza e habilidade, porque passa a ser indispensável dispor de bons operadores de máquinas colheitadeiras [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 204).

Assim, nos últimos anos, uma infinidade de acontecimentos surgiu, desencadeando articulações em torno da problemática que acentuou a exclusão dos agricultores de suas terras. Com isso, ocorreu um paulatino caminhar destes trabalhadores em direção à informalidade. As atividades informais podem ser identificadas no crescente número de pessoas que passaram a trazer produtos do Paraguai, ou na forte presença de vendedores de cachorro-quente. A título de exemplo, na observação de campo, identificou-se a presença de um número significativo de carrinhos onde são comercializados lanches. Desse modo, um olhar voltado para o passado, cerca de dez anos, indica a ausência desse tipo de comércio. Na busca de elementos para essa reflexão, Thomaz Júnior (s.d.) esclarece que é possível diagnosticar que a *horda* de camponeses excluídos aumenta e se aglutina. Os trabalhadores

proletariados e semi-proletariados (tragados muitas vezes pela informalidade), inseridos no processo complexo da precarização, são impedidos do acesso à terra. Esse acesso significa a conquista da dignidade e do direito ao trabalho. “É nesse eixo que se enraíza e explicita o conflito social ou a centralidade das confrontações no plano econômico e também político-ideológico da luta de classes” (THOMAZ JÚNIOR, s.d., p. 16).

Numa perspectiva histórica das diversas problemáticas vivenciadas junto às atividades agrícolas, captando os significados expressos no decorrer do texto, compreende-se que os camponeses residentes no meio rural, envolvidos em afazeres agrícolas, se defrontam com dois caminhos distintos, para engordar a renda: o primeiro a ser seguido, transfere o agricultor para a cidade, este foi o mecanismo que colaborou com o êxodo rural. O segundo, acolhe transformações nas lidas do campo, e o camponês permanece residindo na área rural. Este último caminho, pelo que tudo indica, passou a ser seguido a partir dos anos 80 (SILVA, José Graziano da et al., 1996).

Parafraseando ligeiramente os comentários de José Graziano da Silva (1993), sem dúvida, cabe destacar os caminhos que levaram ao decréscimo das pessoas dedicadas a atividades agrícolas, a partir de meados dos anos 80, afetando áreas de expansão recente da fronteira agrícola. Portanto, a década de 70 foi profundamente marcada pelo êxodo rural, germe desencadeado com a modernização conservadora. Na década de 80, o êxodo rural continuou em ritmo acelerado, mas com adensamento menor, devido à redução populacional do campo. Esse processo registrou fortes índices em muitas regiões na década de 70, como, por exemplo, no Estado do Paraná (SILVA, 1993).

Diante desta discussão, “é absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico sócio-econômico de controle [...] a divisão de trabalho permanece, nada mudou nas funções metabólicas da sociedade” (MÉSZÁROS. István, 1995, p. 131). Trata-se de um processo de modernização agrícola extremamente

articulado pelo governo do Estado. Não poderia deixar de mencionar o patamar de políticas agrícolas, providas a partir dos governos militares, que privatizaram parte significativa do dinheiro público, favorecendo, de forma seletiva, produtores rurais e indústrias vinculadas à produção de maquinário e fertilizantes (HESPANHOL, Antonio Nivaldo, 1997). Nesse sentido, o autor entende a modernização da seguinte forma: a modernização agrícola perdurou sob os cuidados financeiros provenientes do governo do Estado, mas significativa parcela de pequenos produtores não conseguiu modificar a base técnica e econômica da produção, com isto eles foram afastados do meio rural. Portanto, o aspecto excludente e concentrador da modernização, com a crise econômica marcada em 1980, ainda existente, produziu efeitos de considerável envergadura (HESPANHOL, 1997).

A diversificação, pensada pelo CAPA, acaba direcionando o produtor em busca do mercado local e regional, fazendo com que o agricultor exerça atividades no campo e na cidade, quando atende na “sua barraca” vendendo flores, verduras, derivados do leite, etc. Todavia, como diz Silva (Urbanização, 1995, p. 129), essa é uma característica que externa as “novas funções” presentes no campo. Portanto, este espaço assume duas funções que convêm juntar: ambiente onde são produzidos os produtos agrícolas e local onde o agricultor reside, convive com o lazer e, ainda, contrata serviços, desenvolvidos por pessoas empregadas que exercem atividades não agrícolas.

Em decorrência da engrenagem contraditória e desigual, presente no desenvolvimento da agricultura, este processo fez germinar, ainda que a passos lentos, a aproximação entre cidade e campo. Em função dessa aproximação, a industrialização dos produtos agrícolas pode ser efetuada nas propriedades rurais com mão-de-obra urbana. Os assalariados do campo buscam melhores salários, os agricultores reivindicam na cidade melhores preços para seus produtos. Neste caso, a cidade hoje é um espaço onde habita a contradição. Ela é palco e lugar das reivindicações, tanto rurais como urbanas. Tal processo

expõe que o estudo da constituição e expressão de um número significativo de cidades passa também pelo estudo de um corpo de agentes, correspondente aos acontecimentos do meio rural. De fato, à medida que a “[...] cidade e o campo vão se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas e, particularmente, pela reforma agrária” (OLIVEIRA, 1999, p. 104).

O campo apresenta faces distintas: o agribusiness e a agricultura diversificada. No município de Marechal Cândido Rondon, as atividades pluriativas, conduzidas pela diversificação, são visíveis, como mencionado anteriormente nas atividades desenvolvidas junto à feira do pequeno produtor.

Silva (apud BORIN e VEIGA, 2001, p. 22) constata, em seu projeto rural urbano, que as novas funções desempenhadas no meio rural, como turismo, produzem a precariedade do trabalho. Os encaminhamentos institucionais seguidos para avaliar os empreendimentos econômicos que surgem não acompanharam a nova dinâmica e a legislação não atende aos novos desdobramentos.

Assim, pode-se dizer que o deslocamento do processo de industrialização da agricultura, verificado no município de Marechal Cândido Rondon, cristaliza uma relação com efeito camaleão, impregnando o local com tonalidades que dificultam identificar as características rurais e urbanas. Com relação ao estudo destas especialidades, Paulo Roberto R. Alentejano (1997) salienta que os componentes ativadores da industrialização da agricultura, ao se constituir, retiram paulatinamente as diferenças entre agricultura e indústria. Por isso, são tomadas como modelo aplicado à sistematização da produção, juntando práticas e funções de gestão, desempenho produtivo e mercado de trabalho, construindo a diluição dos antagonismos entre agricultura e indústria. “Assim, à medida que a agricultura deixa de ser um setor com especificidades, o rural deixa de se diferenciar do urbano, assumindo as feições deste, assim como a agricultura assumiu as feições da indústria” (ALENTEJANO, Paulo,

1997, p. 35). Nesse sentido, é interessante notar a dinâmica assumida que acaba permeando o rural e o urbano numa dimensão de troca. Sob o ponto de vista da inter-relação presente entre rural/urbano, através da qual se focalizam os vários discursos existentes e as ações dos meios de comunicação, vê-se que “[...] a difusão dos meios de comunicação integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades [...]” (ALENTEJANO, 1997, p. 42).

Froehlich (1995, PS) descreve o quadro das relações entre agricultores e comerciantes da seguinte forma:

[...] é um quadro que pode, dependendo do nosso comportamento, melhorar bastante. [...] isso desde o produtor, passando pelos profissionais que lidam na área técnica, passando pelas empresas que comercializam produtos [...] as cooperativas, [...] as cerealistas, [...] os frigoríficos, [...] os segmentos ligados à agroindústria [...] **e na ponta final o próprio comércio que depende dessa geração de riquezas, que dependem desse dinheiro circulante.**

[...] Por isso, eu vejo com bons olhos, e vai depender de uma somatória de esforços de todas as entidades, segmentos ligados à sociedade rural [...] é responsável por isso, prá não dizer toda sociedade, porque nós dependemos muito da agricultura.

[...] com bastante perspectiva essa [...] continuação do filho no campo, apesar de alguns deles terem saído do campo, mas a grande maioria está permanecendo e nós temos que estar abertos, **precisamos colocar prá esse filho também perspectivas para que ele permaneça [...] de maneira sólida, pra que ele não esteja sempre com um pé na propriedade e um pé tentando alguma coisa na cidade [...]** procurando novas fronteiras [...] (FROEHLICH, 1995, PS, grifo da autora).

As entidades, envolvidas diretamente com interesses agrícolas, foram elencadas pelo governo. Sobre o vínculo estabelecido entre o setor urbano e rural, foram depositados argumentos que fornecem elementos que exercitam a problemática debatida neste trabalho. No calor dos argumentos, pode-se observar que um conjunto de interesses apressa a ampliação da diversificação, entre eles: as lideranças políticas que articulam o repasse das responsabilidades do antigo modelo (mecanização) ao agricultor e apontam caminhos treinados, pautados na diversificação. Logo, indústrias ligadas à comercialização de cereais apostam na diversificação. Assim, o agricultor cultiva soja e milho e, para se manter no campo, trabalha mais com atividades alternativas. No discurso, comparece um apelo para as entidades que representam a agricultura. Mas, esse apelo é realmente para atender aos interesses do agricultor? Na ciranda dos argumentos, a frase: “na ponta final o próprio

comércio que depende dessa geração de riqueza, que depende desse dinheiro circulante [...]” Froehlich (1995, PS), responde a questão acima.

É sabido que o modelo pautado na mecanização excluiu uma significativa parcela dos agricultores. Mas, a instabilidade das políticas para desenvolver ou instaurar a especialização nem sempre contribuíram para fixar o agricultor no campo. Diante disso, a disseminação de um discurso “preocupado” com a permanência dos filhos dos agricultores no campo pode abrigar interesses ocultos, vinculados à situação circunstancial dos comerciantes, que vislumbram lucros. Mas, as diferenças discursivas evidenciaram alarmes contrários à relação rural/urbana.

A linguagem direcionada aos ouvintes por Poloni (1999, PS) denuncia uma experiência anterior sobre a coletividade local e certa intimidade é construída na correlação entre discurso e cultura local, ou cultura que se quer formar. Conforme Poloni (1999, PS),

[...] Estamos na fase de reversão de culturas no Paraná. Pequena e média propriedade tem que ter um produto, que possa ser transformado [...] **por isso que nós estamos com um projeto A Fábrica do Produtor, [...] e muda a mentalidade, pequeno e médio produtor tem que participar do segundo ganho**, e aí ele pode realmente, [...] produzir cereais na pequena propriedade e pode produzir pra consumir [...] e para comercializar o excedente que sobra [...] (grifo da autora).

Nos argumentos expostos por Poloni (1999, PS), por certo, fica evidente a manobra do discurso na direção de formar uma nova mentalidade. Este fato revela que o entrevistado conhece as condutas dos produtores. Na ordem do discurso, constroem-se argumentos em benefício do projeto “A Fábrica do Produtor”. Um olhar para a história abre os compartimentos discursivos com complexas redes e seus significados e, na mensagem, desembocam argumentos propulsores da industrialização dos produtos, uma relação rural/urbana depositada na diversificação da propriedade. Para tanto, o discurso de Poloni (1999, PS) fez-se pertencer à esfera da realidade vivida pelo grupo social a quem falou. Na construção discursiva, esforçou-se para desencadear uma reação acolhedora para o projeto

“Fábrica do Produtor”. A coreografia da fala de Poloni (1999, PS) exibiu domínio modelador, técnica de idéias projetadas nas condições socioeconômicas do referido grupo. As expectativas de Poloni (1999, PS) ultrapassam o arbítrio individual e avançam na construção da significação inter-individual. Em outros termos, de acordo com Bakhtin (1997, p. 45), “[...] *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social*” (itálico do original).

A cultura urbanizada passou a habitar o campo. Ao observar o cotidiano rural, o modo de se alimentar, de vestir, a educação e o lazer apresentam contornos semelhantes aos urbanos. Ao longo do processo, constatou-se que os jovens incorporam paulatinamente a cultura imposta pela linguagem mercadológica. “[...] a questão do consumo chegou também ao campo. Hoje, chegando numa família de agricultores, se encontram as mesmas coisas que encontramos numa família da cidade” (COSTA, 2004, p. 12).

Os concursos, envolvendo a culinária, em especial o “aproveitamento dos produtos da roça” eram motivados. Então, é preciso buscar a íntegra:

Com a participação de mais de 83 pratos à base de mandioca e a participação maciça da mulher que atua no setor rural, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Rondon realizou ontem o terceiro concurso de pratos à base de mandioca e seus derivados – o polvilho. **Fonte do Sindicato, deu a conhecer ontem o resultado das vencedoras que foram agraciadas com inúmeros prêmios ofertados pelo comércio local** (SINDICATO, 1992, FAN).

Nestes concursos, além de colocarem as donas de casa em contato com os produtos industrializados e eletrodomésticos, o comércio comparecia estrategicamente através da doação dos prêmios. O material verbal enunciado nos atos de fala movimentava conversas sobre receitas, trocas de opiniões, referente ao modo de como fazer. O repertório das receitas vai recebendo novos formatos, ocupando o espaço de diálogo em diferentes reuniões, tanto em momentos de lazer, como em ocasiões organizadas no formato de concurso. Portanto, observou-se que “[...] cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso

na comunicação sócio-ideológica” (BAKHTIN, 1997, p. 43).

Primeiro, criou-se o *status* do trator, implementos. Na seqüência, os cursos de culinária apresentaram os eletrodomésticos, para alargar o mercado dessa indústria emergente. As receitas atrativas descriminaram produtos estranhos, mas comerciais via rádio ou TV aguçaram a curiosidade do público rural para seu consumo. No preparo dos alimentos, são usados determinados produtos até então estranhos às prateleiras ou dispensas do interior. Portanto, não se faz mais o Doce de Leite, este é retirado das prateleiras dos supermercados. É uma questão de *status*. Ao tentar consumir produtos industrializados, tanto o homem do campo como o trabalhador urbano, ficam com dificuldades para adquirir estes produtos com suas remunerações. A acústica das festas, bailes, desempenha funções misturadas. De um lado, festas típicas alemãs, italianas e polonesas retomam a culinária tradicional e promovem eventos comemorativos, que atraem considerável público urbano. A divulgação do evento é realizada via rádio, cartazes, bem como pelos integrantes da comunidade envolvida. Estes últimos vendem fichas para funcionários das empresas e empresários, enfim, as vendem junto ao comércio ou profissionais liberais, principalmente em estabelecimentos onde costumeiramente estabelecem vínculos comerciais. Portanto, vale dizer, que as festividades selam relações culturais e comerciais com o urbano, e vice-versa. Com as instâncias percorridas, indica-se que estes eventos, de um lado, apoiados na culinária, bebidas e roupas típicas, expõem a esfera cultural. De outro, após a apresentação das danças folclóricas, os jovens durante a *matinê* consomem produtos urbanos, como: bebida, música e vestimenta. Da mesma forma, palavras urbanas e coreografias são externadas pelos jovens rurais. Para Costa (2004), estes valores artificialmente construídos formam nos jovens um sentimento de rejeição à vida rural, e a “falsa” qualidade de vida os arrasta para as cidades. Os governos, ainda que tardiamente, articulam incentivos próprios remetidos para a agroecologia, com os quais objetivam reter o jovem no campo. Trata-se mais de um problema de conscientização e

educação voltada para a mudança de mentalidade. Assim, poderá ocorrer a ruptura com o cultivo agroquímico em benefício do agroecológico. Mas esta transformação ainda é tateante, e poderá ocorrer a longo prazo.

Na área de estudo, o número de filhos por casal reduziu-se, perfazendo uma média de 2 filhos. Os filhos estudam nas escolas distritais ou municipais. As escolas do Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclos do interior foram desativadas, o que gerou um contato forte com o urbano, já na infância. A escola atua no preparo do jovem “[...] para o trabalho assalariado na cidade. Esse jovem, que só possui como qualificação a força de trabalho, é um expropriado” (OLIVEIRA, 1997, p. 60).

Contudo, os impulsos econômicos, produzidos nas vias diretas da modernidade, moldaram significativamente a fisionomia rural e urbana. Ambas vivem as inquietações sociais que este processo gerou. A relação rural/urbano passou por profundas transformações. Com o estabelecimento desta relação, reafirmou-se a valorização de bens simbólicos, como flores, animais, etc. Assim, aos poucos, a cidade e o campo vão se unindo através da comercialização da produção, das atividades com turismo rural e outras. A inter-relação entre rural/urbano foi estimulada pela construção discursiva, que difundiu a dinâmica cultural urbana no espaço rural.

CAPÍTULO 4 – OCUPAÇÃO, TECNIFICAÇÃO AGRÍCOLA: DESASTRES, RISCOS E VULNERABILIDADE

4.1 Considerações introdutórias

No presente capítulo, objetiva-se identificar e analisar a construção de discursos e não-fatos, sobre desastres, riscos e vulnerabilidades, relacionados a comportamentos climáticos, desencadeados com o processo de ocupação e modernização agrícola, verificada na área de abrangência da rádio. No texto, foram incorporados programas jornalísticos, a partir dos quais se pretende visualizar a dinâmica falada que “propôs” constantes alterações no modo de cultivar a terra, que produziu uma “enxurrada” de problemas ambientais na área em estudo.

4.2 Repercussões socioambientais: riscos e vulnerabilidades

Pretende-se enfocar novas moldagens delineadas com a ocupação e modernização agrícola, que interferem nos aspectos socioambientais. Para Paulino (2003), os riscos de perda de safras de inverno (safrinha) existem “[...] em vista da mudança do regime pluviométrico e da ocorrência habitual de geadas. [...] entre os camponeses essa conjuntura envolve um cálculo orientado mais para o que se pode perder do que para o que se pode

ganhar com a lavoura” (PAULINO, 2003, p. 255). A produção de alimentos obedece aos ciclos e requer “[...] o preparo da terra, espera da chuva para plantar, maturação e espera de tempo climático propício para colher, leva-se até seis meses, no caso das lavouras temporárias e até vários anos para extrair a primeira colheita das lavouras permanentes” (PAULINO, 2003, p. 384). A adoção de novas tecnologias não amenizou as expectativas sobre os comportamentos climáticos.

A escassez de chuva preocupa, mas a abundância também pode representar problemas para as culturas de verão. Os efeitos da intensidade das precipitações, fenômeno verificado nos mês de dezembro de 1981, surtiram alarmes veiculados na mídia.

Como consequência, a chuva por vezes tão solicitada e que tanta falta faz, este mês tem chegado a preocupar principalmente os agricultores tendo em vista que em alguns locais provocou sérios prejuízos atingindo as plantações de soja e em virtude de muitas delas estarem desprovidas de curvas de nível suas áreas passaram a sofrer os efeitos da erosão (EM DEZEMBRO, 1981, FAN).

Foi comparado o desempenho das chuvas do mês de dezembro com o de janeiro a novembro. Foram mencionados riscos, pois nos 11 meses anteriores as precipitações pluviométricas totalizaram apenas 1.313 milímetros, contra 432 milímetros só no mês de dezembro. Os arranjos discursivos colocam os índices de precipitações como riscos para as culturas de verão. Portanto, as condições climáticas desencadeiam impactos na área de estudo, podendo comprometer o rendimento da colheita. A ausência de conservação de solos tornou a área vulnerável à ação das intensas precipitações. A homogeneidade discursiva empenhou-se em legitimar a preocupação do camponês com o tempo, não objetivando censurar o propenso alarme sobre o desempenho das chuvas. Como já foi afirmado, a seca, e excesso de chuvas, preocupam os agricultores, mas não com exclusividade, pois setores urbanos também dependem do desempenho das culturas.

Os arranjos discursivos permitem diagnosticar a atenção desprendida por lideranças locais e regionais, com relação ao comportamento climático e expansão da área

cultivada. Claus Germer, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, na condição de representante do governo do Estado:

[...] Segundo Claus Germer, a previsão de supersafra não parece oportuna neste momento e justificou: [...], porque áreas cultivadas no Paraná e também no restante do País não irão aumentar no próximo ano tanto quanto as estimativas atuais permitem prever o que dá a entender que teremos apenas uma safra normal, isto se não ocorrer, ainda maiores problemas de ordem climática; e também não será uma grande safra, devido **às grandes perdas que tivemos neste setor como as últimas intempéries que prejudicaram, e muito, a agricultura**. [...], são dois os motivos que o levam a [...] que o momento não oferece vantagens para se falar em supersafra. [...] citou: primeiramente, porque se cria um ambiente de superoferta, que pretende a baixar os preços dos produtos aos agricultores; [...], fazer este tipo de previsão neste momento, poderá levar à [...] cotações de exportação excessivamente otimista, o que poderá ameaçar o abastecimento interno, no caso da supersafra não se concretizar (CLAUS, 1983, FAN, grifo da autora).

O entrevistado visitou a IV Exposição Agropecuária de Cascavel e questionou as previsões de supersafra, pois não houve o alargamento do cultivo, conseqüentemente a produção seria a mesma, ou até inferior ao ano anterior, devido às influências climáticas. A atitude cautelosa de Germer em relação à safra foi justificada na ação de anular uma atmosfera de superoferta, pois esta atitude poderia exercer ações negativas e baixar os preços pagos pelos produtos agrícolas. Outra preocupação do secretário foi com os contratos de exportação. Caso ocorressem em demasia, o mercado interno ficaria desamparado. Portanto, a ordem dos riscos e vulnerabilidades superou as barreiras naturais e exerceu força nas negociações de caráter econômico. O desempenho discursivo de personalidades envolvidas com cargos políticos explora a diferenciação do público, para o qual falam. Na fonte citada, a personalidade objetivou envolver diferentes categorias com a sua produção discursiva. Portanto, a constituição do discurso do jornalista e da personalidade denuncia a formação de “[...] realidades com dupla face – mercadorias e significações –, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes” (BOURDIEU, 1982, p. 102).

A atenção jornalística constantemente se voltou para “avaliar” a produção de soja no Paraná, em especial no Extremo Oeste do Estado e tem em cena a produtividade.

[...] Esta elevação está longe de caracterizar uma supersafra, de acordo com estimativas gerais para o País, feitas pelo Ministério da Agricultura, mesmo porque em anos anteriores já se colheu muito mais. Além das críticas de entidades cooperativistas e grandes produtores, o anúncio do ministro também é contestado por fontes oficiais do governo do Paraná. O chefe do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, Adriano Abreu dos Reis, acha absurdo falar em supersafra, porque a cultura está em pleno desenvolvimento e pode sofrer alterações em função de adversidades climáticas (SUPERSAFRA, 1983, FAN).

A ampliação da área cultivada foi divulgada em 1983, mostrando que aumentou 7% em relação ao ano anterior. Criticam-se as previsões sobre a supersafra, constatando que no ano anterior a colheita foi maior. Mas, como pode ser feita tal crítica se a área cultivada cresceu e ainda a colheita não foi realizada? Em torno da idéia de supersafra, fomentou-se uma atmosfera, pautada em entidades como cooperativas, grandes produtores e fontes do governo do Estado do Paraná, para imobilizar os agentes do Ministério da Agricultura. Na confecção dos efeitos contra a previsão de supersafra, recorreu-se aos argumentos produzidos por Adriano Abreu dos Reis – Chefe do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura (SUPERSAFRA, 1983, FAN).

Com a formulação discursiva, o desenvolvimento das culturas foi colocado diante da influência climática que pode exercer adversidades. Entretanto, “[...] mudanças climáticas corriqueiras, como calor ou frio acentuados, chuvas ou ventanias, podem comprometer severamente a produção” (PAULINO, 2003, p. 115). O comportamento climático interfere nos investimentos e retornos imediatos desejados pelos capitalistas. Convém observar que as condições naturais marcam profundamente a formação de valor e geram dependência, mas o camponês, com seu trabalho familiar, pode ser beneficiado com a temporalidade da natureza, em detrimento do tempo real do capital.

As atenções se voltavam constantemente para o desempenho das culturas. A ausência de chuvas despertou preocupação dos órgãos oficiais do Estado, com o possível comprometimento da colheita.

Até meados da semana que passou, os próprios órgãos oficiais do Estado, ligados à agricultura, faziam estimativas quanto aos percentuais de perda no oeste do Estado, principalmente quanto à soja.

A situação começava a ser grave e previa-se uma quebra da safra na ordem de até 30 por cento em algumas regiões, o que representaria um total de 56 mil sacas de soja nestes municípios.

A partir de sexta-feira, entretanto, o quadro tomou outro aspecto com as chuvas que se precipitaram provocando novo ânimo principalmente nos agricultores cujas propriedades já estavam começando a perecer.

De sábado até ontem a precipitação pluviométrica em Mal. Rondon foi de 149 milímetros e foi recebida como a salvação da safra (APESAR, 1984, FAN, grifo da autora).

Mais uma vez, o cultivo é atrelado aos riscos e vulnerabilidade que o comportamento climático oferece. A abrangência do quadro climático deslocou olhares aflitos por parte dos agricultores e comerciantes. A estrutura discursiva mais uma vez denuncia os riscos e as vulnerabilidades que o comportamento climático exerce sobre a safra, que afeta em cadeia agricultores, comerciantes e interesses da indústria. Outro aspecto, presente no subjetivo da construção discursiva, indica a atenção que foi desprendida às culturas “convencionais”, em especial a soja. Os meandros discursivos apresentam os riscos e vulnerabilidades vinculadas ao entroncamento de safras. As culturas próprias da diversificação estão ausentes na construção discursiva.

Quando a questão envolveu carência de chuvas, o alarme foi geral. O tema recebeu longas páginas e ocupou as matérias jornalísticas. No documento é possível observar que:

As estiagens verificadas nas últimas semanas nos municípios do Oeste e extremo oeste paranaense já começam a prejudicar o desenvolvimento das culturas de milho, soja, arroz e feijão, que estão plantadas em toda área da região. Segundo o Deral, do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, ainda não se pode falar em quebras definitivas, mas se **o tempo continuar nesta instabilidade elas deverão ocorrer a níveis mais acentuados**. [...] O que chama a atenção é que no ano passado a cultura de milho teve um rendimento abaixo do previsto, justamente em função do excesso de chuvas. Já a soja está [...] parcialmente danificada em razão da alta temperatura e

falta de um [...] o que tem cooperado com o ataque intenso de lagartas, levando os setores a fazer duas aplicações em média, de venenos. [...] O controle das pragas não está surtindo efeito face à situação climática. [...] o que vem preocupando os órgãos ligados ao setor agrícola é quanto à forma indiscriminada e até criminosa como vêm sendo aplicados os defensivos agrícolas nos lugares onde há maior incidência de pragas (CHUVAS ESPARSAS, 1984, FAN, grifo da autora).

Como já foi observado nos documentos anteriores, os riscos decorrem de precipitações excessivas ou insuficientes. Com este cenário, o possível comprometimento da safra é normalmente atribuído ao comportamento climático. Além da corriqueira movimentação de órgãos governamentais, surgem fatos novos relacionados a moléstias, que, devido à seca ou excesso de precipitação, atacam as plantas. Neste cenário, mesmo que as chuvas se normalizassem, os efeitos já haviam desencadeado prejuízos para a colheita. A gestação de riscos por envenenamento de seres humanos, animais e rios ocorreu com o uso de venenos. Com a ausência de chuvas, a aplicação de venenos, em muitas circunstâncias, anulou ou reduziu o seus efeitos. Com o avanço das pragas, muitas empresas, através de seus agrônomos, direcionaram recomendações exageradas de veneno a ser aplicado nas lavouras. Em algumas circunstâncias, na ausência dos técnicos, os agricultores, por conta própria, em vez de aplicar um ou dois litros por alqueire, ampliavam doses elevadas. Esta atitude “preventiva”, no modo de entender do camponês, tornou-se a causa das constantes contaminações. Estes efeitos agrediram a estabilidade econômica do agricultor, já bastante comprometida com a ação climática e os recursos ambientais. Na medida em que a construção discursiva foi posta, ocorreu uma inclinação, e, por meio desta, depositou-se mais tempo para os produtos especializados: soja e milho. Basta correlacionar a lógica da estrutura do texto aos demais produtos que foram rapidamente mencionados, para verificar que a carga de detalhes foi depositada sobre as culturas de mercado.

No caso de previsões positivas para a colheita da safra de milho e soja, outro contexto surgiu, pautado no engajamento dos representantes municipais com o escoamento da safra agrícola.

Várias são as áreas plantadas com soja e milho em Mal. Rondon que começam a apresentar sinais de amadurecimento, o que leva a crer que a colheita da safra de verão será iniciada ainda neste mês de janeiro.

Técnicos informaram que, dado ao grande favorecimento do clima neste ano as variedades que normalmente levam 45 dias para a formação do grão nesta safra apresentaram os primeiros sinais de formação com apenas 34 dias.

Acredita-se, de modo geral, que a renda por área plantada deverá ser igual ou superior à dos anos de 83/84, mesmo porque a única dependência era quanto a chuvas, o que aconteceu recentemente.

Assim, Mal. Rondon deverá se constituir num município que mais uma vez registrará uma grande safra agrícola dos principais produtos.

Aliando-se ainda à safra de fumo, algodão e outros produtos, querem crer os técnicos que o município terá neste ano uma de suas maiores rendas no setor agrícola, de toda sua história.

A incidência de pragas, revelaram, está totalmente controlada e as precauções tomadas a tempo para o caso da mandioca e da própria soja e milho, não provocará quebra que se possa considerar grave.

Por sua vez, a municipalidade, assim que as chuvas pararam, iniciou o trabalho de recuperação das estradas para que a safra possa ser escoada normalmente, de todas as regiões do município.

O trabalho passou a ser intensificado, mesmo porque dentro de poucos dias o transporte de cargas com produtos será iniciado e já em fevereiro deverá atingir o seu ápice e desta forma as estradas deverão todas estar em condições para atender o grande tráfego que se registrará (SAFRA, 1985, FAN).

Por um efeito de reforço ao dito, fez-se referência à avaliação dos técnicos agrícolas, em torno do encurtamento dos prazos de maturação das plantas. Na medida em que se enfatizou a rapidez da colheita, este fator foi associado aos lucros e rentabilidade. A frase, “assim, Marechal Cândido Rondon deverá se constituir num município que mais uma vez registrará uma grande safra agrícola dos principais produtos” (SAFRA, 1985, FAN), sugere ou transfere os anseios para a esfera administrativa e, através dela, expressa satisfação coletiva. Portanto, questões particulares, como dívidas, perdas de safras isoladas, preços e custos dos insumos foram sufocados pela voz homogênea. Os camponeses satisfeitos com o modelo, e os encaminhamentos a eles destinados, surgem por meio da articulação jornalística, mas na condição de munícipes.

A propagação em detalhes dos últimos comportamentos das culturas foi resgatada. A possibilidade dos agricultores “colherem lucros” foi tratada com euforia. Mas, a performance discursiva avança argumentos sobre a necessidade de intensificar os trabalhos com a conservação das estradas. Portanto, pode-se sugerir que a conservação do solo e

estradas está ligada à produtividade, pois, nos períodos de entressafra, são comuns as valetas nas estradas e buracos (ou panelas) no asfalto ou na “via rural”. É possível sugerir que a emoção depositada nas palavras expressa alegria, e indica bem-estar econômico dos agricultores. Ao dar pausa na velocidade discursiva, diminuindo a euforia das palavras, é possível identificar a satisfação subjetiva da empresa Rádio Difusora, do comércio e da indústria. Com a colheita farta, visualizaram-se benefícios para seus empreendimentos.

A sobreposição de aspectos discursivos permite observar riscos e vulnerabilidades provenientes do excesso de chuva.

A semana passada marcou uma subida muito forte nos índices de precipitação de chuvas, que começam a preocupar os plantadores de milho e soja, pois prejuízos devem vir na colheita.

A lavoura de soja já está sentindo a chuva demasiada e em muitas lavouras ela já está apodrecendo no pé, e se não terminar a chuva muitos prejuízos estarão acontecendo.

Já o milho apresenta problemas nos caules pois com a chuva eles ficam moles demais e com o peso das espigas os pés quebram, além de que o milho floresce ainda quando está sem colher pela infiltração da chuva nas espigas (CHUVAS JÁ COMEÇARAM, 1987, FAN).

Na ocasião, as elevadas precipitações estavam comprometendo a “safra madura”, tanto de soja como de milho. O discurso acompanhou em detalhes as manifestações climáticas. Como pode ser observado no documento, a linguagem obedece a um vocabulário simples, até certo ponto, com forte aporte de detalhes técnicos vulgarizados. A evocação pormenor sobre as condições das plantas, não querendo subestimar a capacidade jornalística, parece estar fundamentada em pesquisas antecipadas do redator, o que repassa a estreita relação desses profissionais com o campo. Toma-se, por exemplo, o detalhamento aberto aos mínimos detalhes, levados ao ar em palavras conhecidas pelo camponês.

Depreendem-se, a partir dos discursos, as expectativas depositadas nas previsões meteorológicas, previsões estas, que identificaram o fim da estiagem. Assim,

Mostrando muita coragem, os agricultores de nossa região começaram a plantar soja especialmente nas localidades mais atingidas pelas precipitações que têm sido

regulares, e as chuvas têm caído em várias manchas, o que torna o aproveitamento das águas bastante irregulares (COM AS CHUVAS, 1988, FAN).

E, ainda, com relação ao retorno das chuvas:

Com o retorno das chuvas à região oeste, os agricultores estão voltando suas atividades para o replantio da soja e do milho numa tentativa de reverter o quadro de eventuais prejuízos que estava pintando.

Segundo o Banco do Brasil, o prazo final para o plantio com cobertura do PROAGRO vai até o dia 31, oficialmente, porém este prazo poderá ser até flexível em relação a mais dias dependendo das orientações técnicas dos engenheiros e técnicos agrícolas (SECRETARIA DEIXOU, 1988, FAN).

A fala menciona as esperanças dos agricultores, depositadas na possibilidade de recuperação da área cultivada e a concretização do cultivo. Na continuidade discursiva, com as chuvas irregulares, os agricultores beneficiados pela chuva estariam colocando em prática o cultivo. A maximização de detalhes exerceu estrategicamente a “convocação” dos agricultores para o cultivo. Por outro lado, os prazos definidos pelo governo também aceleraram o cultivo. A rigidez imposta nos prazos para o cultivo contribuiu em muitos aspectos negativos, pois muitos agricultores, afoitos em atender os prazos, lançaram as sementes no solo e, como a chuva não foi regular, acabaram comprometendo a safra. Na agência bancária tratou-se do atraso no cultivo, a soja cultivada enfrentou problemas com a estiagem, a soma dos fatores produziu desmotivação entre os agricultores. Nas amostras discursivas, o desempenho do camponês recebeu contornos acentuados e a luminosidade das palavras destacou a coragem do agricultor. Com o investimento argumentativo, é possível supor que este ocupava o papel de acabamento, capaz de mobilizar os camponeses para o cultivo, evitando-se o repúdio.

Com o encadeamento de discursos, tratando dos riscos e vulnerabilidades, relacionados ao comportamento climático, além das frustrações de safra, uso desenfreado de venenos, novos atores ressurgem: comércio e indústria. Desse modo,

As constantes chuvas registradas nos últimos dias em todo o município estão trazendo um novo alento aos produtores rurais e com isto **novas esperanças para o comércio e indústria rondonense.**

Com as precipitações, as culturas de verão, em especial soja e milho, estão apresentando um desenvolvimento vegetativo aquém do esperado, podendo, neste ano, ser registrada uma boa produção.

Segundo o secretário, José Roberto Mazucatto, com o aumento de plantio da área de soja, poderá neste ano, **se continuar o mesmo clima, o produtor rural voltar a se capitalizar.**

Mazucatto conclui que **Marechal Rondon é um município eminentemente agrícola e, mediante uma boa produção das culturas de verão, todos se fortalecem, pois o rondonense tem a consciência de aplicar no próprio município os seus ganhos.**

(CHUVAS SÃO, 1992, FAN, grifo da autora).

Caso o comportamento climático fosse favorável e ocorresse uma grande colheita, a expectativa previa a capitalização dos agricultores. Este argumento revela a fragilidade econômica dos agricultores, dependentes das safras agrícolas. Com o modelo modernizado, o agricultor também convive com as incertezas climáticas, fato que denuncia a fragilidade da tecnologia. O secretário José Roberto Mazucatto (CHUVAS SÃO, 1992, FAN) destacou a expansão da área cultivada, foram considerados atributos para capitalizar o agricultor. Os agricultores foram “orientados” ou condicionados, por Mazucatto, a refletirem sobre a dependência da agricultura e a sinalização de uma boa safra deveria atender ao tripé: agricultor, comércio e indústria. Portanto, a “consciência artificial” foi ativada e a canalização dos investimentos devia considerar o fortalecimento conjunto, aplicando os lucros no município. A representação camponesa construída a partir de discursos no noticiário Frente Ampla de Notícias evidencia o peso exercido sobre o camponês. Na representação “idealizada discursivamente”, o camponês deve incorporar inovações tecnológicas, bem como manter laços de fidelidade com o comércio local. Estes aspectos denunciam a influência destes discursos no núcleo que sedimenta a identidade camponesa local.

As reflexões construídas por dentro da programação jornalística revelam uma vertente sustentada no tripé: emissor, mensagem/discurso e receptor. Nesse sentido, a personalidade afirma:

[...] bem, a chuva é melhor do que a seca, indiscutivelmente pra quem vinha de três, quatro janeiros com [...] extremo calor, deficiências [...] de chuva é melhor assim do que a seca, e lógico que ela trouxe uma série de transtornos, trouxe transtorno nas estradas, escoamento de leite, trouxe [no] escoamento do suíno, [...] entre ração pra frango. Enfim, 'n' dificuldades, mas pelo menos as culturas estão bem. Isso vai trazer para Marechal Cândido Rondon [...] milhões de reais, que [...] vão estar circulando no comércio [...]. e a diversificação de atividades para que não dependamos só da lavoura [...] (FROEHLICH, 1995, PS).

O poder de ação sobre o receptor atua constantemente na via da retroalimentação, que remodela a mensagem com formato ideológico de acordo com a opinião que se quer “fabricar”. Partindo deste princípio, focaliza-se a fala de Froehlich (1995, PS) quando recupera os desdobramentos climáticos, ocasião em que destaca os problemas ou dificuldades que a chuva causa (como escoamento da produção). Na sequência desabafa, e, modificando os argumentos, expressa satisfação com o desempenho das culturas junto à precipitação constatada. Os valores carregados na fala comparecem na função dos argumentos junto à produtividade, mais “milhares de reais”, somados ao desempenho do comércio, e ainda é capaz de articular argumentos solidários à diversificação no campo.

A persistência de traços contraditórios nos discursos é uma constante. Por exemplo, Froehlich (1995, PS) enfatizou a qualidade do solo vinculada à diversificação e à produtividade. No caso da agricultura, “[...] se, por um lado, a restrição a uma única atividade potencializa a variável produtividade, por outro, maximiza o fator risco” (PAULINO, 2003, p. 116). Os impactos naturais afetam distintamente os agricultores. Os camponeses com maior produção absorvem as perdas com mais facilidade. Cumpre destacar que os pequenos camponeses não absorvem impactos de considerável envergadura, relacionados a intempéries climáticas, que impõem redução de produção. Conseqüentemente, oscilações do mercado também somam forças negativas, reforçando o desequilíbrio da propriedade, afetando as reservas que são mínimas e insuficientes para sustentar a vitalidade da unidade. Assim, os camponeses que possuem pequenas propriedades, ao serem atingidos por intempéries climáticas, preços baixos, custos elevados dos insumos e tecnologia, têm impedida ou

comprometida a sua estabilidade, pois não possuem reserva de capital para desenvolver novo ciclo produtivo, até sua conclusão.

Na contramão, Kaiser (1999, PS) trata da suinocultura, no contexto ambiental, ocupando-se com o grave problema da contaminação das águas, que ocorreu, através das esterqueiras.

[...] pra resolver os problemas ambientais que nós temos pela frente, que é um problema que tá afetando muito o [...] suinocultor que tá com [...] instalações perto de águas. Em termos de treinamento, estamos levando bastante [...] pedimos a todos os produtores que façam o treinamento para fazer uma aplicação de defensivos corretamente, por que nosso não [...] agüenta mais o defensivo que nós jogamos no ar [...] nós precisamos cuidar disso, porque não adianta nós termos a melhor terra, o melhor clima se daqui [...] daqui um tempo nos não vamos ter água potável [...] (KAISER, 1999, PS).

No município, desde o início da colonização, os agricultores criavam suínos, para o consumo próprio e também para comercialização. Os problemas com os baixos preços desativaram grande parte da criação. Com a mecanização, muitos produtores eliminaram a criação de suínos, e até a banha passou a ser comprada. Esta última foi consideravelmente substituída pelo azeite. A mídia, com seus comerciais atraentes, com embalagens coloridas, conquistou o agricultor para o consumo do azeite. Considerando-se as significações subjetivas, havia interesse em alargar o mercado da soja, cultivado em larga escala, e, para isso, não bastava mobilizar somente o consumidor urbano, mas também atrair o público da roça. A produção de suínos para consumo e a produção para o mercado implicam danos para o meio ambiente. Como já foi dito, no período da colonização, a forma de ocupação próxima aos rios favoreceu a criação de suínos, tanto para consumo como para comercialização. Na época, a água que abastecia os chiqueiros (em algumas propriedades) era captada de vertentes e pequenos córregos por meio da roda d'água. Os dejetos escorriam livres em direção ao cercado, alcançando, com a ajuda das precipitações, os cursos de água. A preocupação com a produção de suínos e o tratamento dos dejetos é uma temática que surge tardiamente, se

observada no contexto. É possível localizar este tipo de produção na década de 60 sem os mínimos cuidados com o meio ambiente.

Por outro lado, a suinocultura passou por profundas transformações. Primeiramente os suínos eram criados com milho, quirera, mandioca, farinha de osso, lavagem (um cozido composto de milho ou quirera, soja, abóbora, melancia de porco). Com o passar dos anos, a modernização (década de 70) chegou, e os suínos passaram a receber alimentos industrializados, como a ração. Por conseguinte, a exploração em alta elevou a densidade populacional de suínos e alargou o volume de dejetos. Os dejetos ficaram e ficam semidepositados nas esterqueiras, e nutrem a proliferação de insetos, como moscas e outros, contaminando o meio ambiente, afetando a água e o solo, “[...] por nitratos fósforos e outros elementos minerais ou orgânicos e do ar pelas emissões de NH_3 , CO_2 , N_2O e H_2S ” (CAMPOS, Alessandro; MATSUO, Melissa e DAGA, Jacir, 2004, p. 13).

A produção dos dejetos de elevado acúmulo é associada à água que escorre dos bebedouros e à água da limpeza. Dentre estes detalhes, abstrai-se a dimensão da estrutura necessária para o armazenamento dos dejetos. Além desta estrutura, são indispensáveis equipamentos para seu tratamento. Portanto, é possível sugerir que o agricultor recusa investir no tratamento dos dejetos, por preferir aplicar o valor na construção de mais um chiqueiro, melhorando a estrutura e alargando a produção. As construções discursivas eram povoadas de falas que avalizaram o alargamento da produção, como solução para a renda.

No entanto, supõe-se que tal reconhecimento não envolve de modo concreto a consciência fundada no meio ambiente, mas objetiva a comercialização de biodigestores. Com esta suposição, não se visa recolher argumentos contra a legitimidade dos cuidados com o meio ambiente, mas sinalizar para possíveis interesses escondidos que, na etapa final entre as circunstâncias, ocupam a cena em benefício do capital. A recusa pode assumir o caráter de desinformação, ausência de apoio agrônômico, auxílio financeiro, etc. Na UNIOESTE –

Campus de Marechal Cândido Rondon, o Grupo de Pesquisa em Ambiência do Oeste do Paraná (GPEA) investiga possibilidades para o tratamento, aproveitamento dos dejetos de suínos, bovinos e aves. O reconhecimento implícito gerou contatos reflexivos de pesquisas, voltadas para os biodigestores, e aproveitamento do gás nas propriedades, sistemas de tanques entre outros.

Entre os agricultores praticantes do cultivo “convencional” o uso de veneno é comum, mas na fala poucas personalidades entrevistadas visualizam a problemática ambiental. Kaiser (1999, PS) toma um caminho oposto, sinaliza que de nada adianta abundância de água contaminada, solo poluído e clima favorável. Com a entrada desses argumentos surgem riscos e vulnerabilidade até então vistos de outra maneira. As questões preventivas sobre dejetos de suínos surgem muito tempo depois (2004), e ainda acumulam estudos sobre a viabilização de medidas concretas e duradouras.

Kaiser (1999) indagou também acerca do uso abusivo de insumos nas lavouras. Todavia, pode-se invocar o caráter instrutivo da fala, mas como justificar a ausência de cuidados com o meio ambiente, ou a lentidão na aplicabilidade de medidas consistentes em torno da questão? Por exemplo, em 2004, na reunião da Câmara Setorial da Mandioca, no Campus da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon, entre os temas da pauta estava o uso de herbicidas na mandiocultura.

O rebatimento de incentivos para a conservação do solo passou a abrigar constantemente as falas jornalísticas.

Em reunião realizada ontem à tarde na prefeitura, os organizadores fizeram a análise final sobre as notas dadas pelas entidades a fim de se apurar os maiores destaques do setor de conservação de solos no município. Os eleitos destaques do ano serão homenageados publicamente em solenidade que contará com a presença do Secretário da Agricultura, Osmar Dias (ELEITOS, 1987, FAN).

A frequência com que o tema é tratado permite sugerir que o interesse pelo assunto abrigou objetivos ocultos, pautados no alargamento da produção. Neste particular, o

discurso acima relacionado forneceu detalhes sobre a situação da administração municipal na conservação do solo. A nível simbólico, as homenagens contaram com a presença do Secretário da Agricultura, Osmar Dias. No evento, outras categorias foram destacadas como: agricultores motivados, comunidade mais organizada, professor destaque, destaque jornalístico, vereador destaque, entre outros. Com base na envergadura atribuída ao evento, o destaque dado ao envolvimento das lideranças da comunidade indica que esta costura denuncia a agregação de valor ao evento, firmada através da construção e representação coletiva. De maneira geral, a constituição das relações entre categorias diferentes conserva, na produção de discursos, elementos simbólicos que estabelecem significações e amenizam constrangimentos, aproximando os campos opostos. A força de atração, em muitas circunstâncias, “[...] depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1982, p. 154). A avaliação sobre o desempenho dos camponeses na conservação do solo, seguida de premiações, instaura um sentimento de legitimidade no ato de cuidar do solo. Em todas essas atitudes, transparece a significação simbólica, expressa no ato da solenidade. A consagração do ato aproxima o camponês, profissionais liberais e lideranças políticas, como também predispõe à constituição de uma caixa de ressonância a serviço da circulação de temas, como sendo de interesse de todos. A conservação passa, então, a ser o tema da moda, assim ocupando a oportunidade de semear consenso.

As manchetes jornalísticas deram significativo espaço para a reunião do Ministro da Agricultura do Paraná, José Eduardo de Andrade Vieira, com prefeitos e lideranças agrícolas.

O primeiro programa refere-se a um sistema de fornecimento de informações de previsão de tempo e condições meteorológicas via computador.

[...]

O programa BBS/Internet, a ser implantado já na segunda-feira, permitirá que, **através de uma ligação telefônica, o usuário possa obter em seus locais de trabalho, informações meteorológicas que possibilitarão o planejamento prévio**

de todas as atividades agropecuárias (MINISTRO, 1995, FAN, grifo da autora).

A visita do ministro estava relacionada à apresentação dos programas, avaliados como de grande relevância para o setor agropecuário. Entre os programas citados, foi destacado o sistema de mapeamento meteorológico, que abriga informações necessárias para estabelecer as previsões do tempo, via computador. O investimento em tecnologia, aplicada na previsão do tempo, manifesta interesses canalizados para um maior gerenciamento do tempo de plantio e colheita.

Em relação ao programa, a significação do acesso às previsões meteorológicas caracteriza-se na busca de soluções que permitam ao agricultor planejar antecipadamente as atividades agrícolas, e assim encolher os riscos e vulnerabilidades com a produção. Mas, uma reflexão mais lenta sugere perguntar: Para que nível de agricultores essa tecnologia foi viabilizada?

As conseqüências semeadas pela ocupação e a posterior modernização agrícola podem ser observadas na fala jornalística:

A devastação das matas na década de 70 provocou uma série de conseqüências na região oeste do Paraná, a começar pelo índice de precipitação pluviométrica que teve sensível redução.

Com o decorrer dos anos, a falta de conservação dos solos provocou queda no índice de produtividade (PLANTIO, 1996, FAN).

Nos últimos anos, tem-se acompanhado um mundo de transformações, manifestadas com a ocupação do espaço oestino. Tais modificações, na verdade, expressam as metamorfoses pintadas na paisagem, assumindo contornos com poder suficiente para transformar e reordenar o espaço conforme as coordenadas idealizadas pelo sistema capitalista. Desta maneira, o conjunto das ações relativas à ocupação agressiva do meio físico, transcorrida na área de estudo, produziu alterações significativas no modo de utilizar a terra, com reflexos negativos impressos no solo e no leito dos rios. Antes da modernização, “[...] a

cobertura vegetal evitava que a chuva atingisse o solo com demasiada dureza, e o solo, muito permeável, estocava essas chuvas. Mas, uma vez tiradas as árvores, a chuva escoava e inunda os solos bem depressa” (VERNIER, 2000, p. 105). Entretanto, pode-se sugerir que o redator se ocupou do fascínio construído sobre os meios de comunicação, e de concreto alinhou ecos tardios e ensurdecadores sobre o desmatamento. A insistência de pontuar em detalhes as seqüelas decorrentes da modernização indica um discurso tardio e rumoroso, debruçado sobre os escombros ambientais. Em compensação, como já observado em outros documentos jornalísticos, a ausência da conservação do solo é posta na condição de interferência que esgota a produtividade. No entanto, ao fundo do palco discursivo, surge, sutilmente, a conservação do solo, cuja ausência rebaixa o índice de produtividade.

Para João Lima Sant’Anna Neto (1998), a partir do instante em que o homem, por questões econômicas ou sociais, interfere em determinada fatia da paisagem, modifica as características originais desse ambiente, “[...] desencadeando reações processuais que delineiam novas modelagens. Desta forma, realimenta o sistema, afinal, a natureza não se comporta de modo passivo às intervenções humanas” (SANT’ANNA NETO, 1998, p. 123).

Logo, pode-se supor que a dinâmica exploratória da ocupação sediada na área de estudo, promoveu mudanças, a partir da influente ação humana. A compreensão dos problemas acarretados pela ocupação, tanto do espaço urbano como do espaço rural, requer atenção do pesquisador para as áreas de risco, “[...] como as várzeas dos córregos ou nas vertentes íngremes de morros onde a vulnerabilidade é agravada pelo desmatamento e espessura do manto de alteração das rochas [...]” (MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo, 1999, p. 31).

O comportamento climático recebeu e recebe atenção permanente. Na fonte abaixo relacionada, intitulada “*Chuvas irregulares colocam lavouras em risco na região,*” o Departamento Pecuário da Cooperativa Mista Agrícola Rondon Ltda., produziu um extrato

dos desdobramentos climáticos.

Dados técnicos do Departamento Pecuário da Cooperativa Mista Agrícola Rondon Ltda. [Narram] um comportamento irregular das precipitações pluviométricas registradas em toda a região de abrangência da cooperativa ao longo dos últimos 40 dias (CHUVAS, 1996, FAN).

A carência das chuvas em determinadas regiões passou a desprender preocupações com possíveis riscos para colheita. As informações recolhidas pela reportagem, junto ao funcionário da COPAGRIL, identificaram que o milho estava numa fase crítica de pendoamento. Portanto, estava sendo desenvolvido o monitoramento das previsões das chuvas pelo setor competente da cooperativa e, conforme dados da cooperativa e de outras instituições envolvidas com as previsões, notificaram-se os agricultores sobre a possibilidade de ocorrerem diversas precipitações.

Contudo, a literatura, a poesia e em especial o rádio podem contribuir na aritmética que fornece a fórmula para entender o tempo histórico, somado às atividades humanas e seus reflexos, contabilizados tanto no sentido fisiográfico como econômico, e, assim, identificar um conjunto de ocorrências fisiográficas e econômicas, localizadas nas frustrações das safras agrícolas, ou atribuir-lhes o caráter da excepcionalidade. Neste sentido, o conceito de excepcionalismo não é rígido, pois ocorre de acordo com a relação sociedade/natureza. Logo, o imaginário cotidiano de uma comunidade, expresso num espaço, será o termômetro de identificação do que é excepcional. No entanto, a excepcionalidade de um fenômeno está na sua raridade, ou seja, foge da normalidade. Portanto, “[...] o mundo dos fatos geográficos não inclui somente o clima, as propriedades agrícolas, o povoamento e os estados, mas, também, os sentimentos” (CONTI, José Bueno, 2002, p. 12). Em síntese, as ações dos homens, com o desmatamento no município, promoveram a remoção da cobertura original, tornando a área, especialmente o solo, vulnerável à erosão, à seca, bem como a outras conseqüências, fazendo a terra escorrer para o leito dos rios, provocando o

assoreamento e o conseqüente impacto socioambiental.

4.3 A dinâmica climática na percepção dos discursos jornalísticos

Estudar a dinâmica do rádio significa acessar os eventos culturais, sociais e econômicos. Nas ondas da rádio, produz-se a construção discursiva que interage com diferentes percepções referentes ao clima e à produção agrícola. No decorrer das programações jornalísticas, o “stress” toma forma nas falas preocupadas com a ausência de chuvas e as conseqüências e reflexos diretos deste fenômeno para o comércio local. O município em questão possui um comércio dependente da agricultura. Assim, as considerações discursivas atribuem a carência de chuvas ao intenso desmatamento verificado no espaço rural. Para os climatólogos, “[...] o volume de micropartículas de origem vegetal em suspensão na atmosfera, por exemplo, o pólen, é drasticamente reduzido e o processo de formação da chuva torna-se mais difícil [...]” (CONTI, 2002, p. 10). Dentro do âmbito dos aspectos fisiográficos, o clima possui forte ação sobre o ambiente da produção agrícola, bem como sobre o espaço. Para Sant’Anna Neto (1998), no campo, a variabilidade sazonal e as excepcionalidades do clima interferem na produtividade, e, ao contrário do que se almeja, a disparidade dos fenômenos metodológicos “é mais provável e ocorre com mais freqüência do que o que se considera como padrões habituais ou normais. Além disso, o desmatamento de áreas florestadas alteram o balanço hídrico, a radiação e o albedo” (SANT’ANNA NETO, 1998, p. 123).

Para Sant’Anna Neto (1998), no entender dos geógrafos, a situação do clima na ordenação do espaço deve ser compreendida no contexto da gestação de diferentes tipos de

tempo com ações dinâmicas, movidas por alterações que podem ser observadas em cada parte do globo terrestre, computando, no processo, as interações entre planeta e as ações antrópicas. Tal percepção reside na concepção geográfica em que o desempenho do clima na organização do espaço deve ser observado enquanto instrumento gerador de diferentes tipos de tempo, com variabilidades constantes e dinâmicas, embutidas de considerável grau de complexidade “e muito sensíveis a qualquer alteração imposta, influenciando cada parte do planeta, em função da interação entre as diferentes esferas do globo e da ação do homem” (SANT’ANNA NETO, 1998, p. 123).

Com o avanço da tecnologia, o homem passa a interferir significativamente no espaço. Há transformações, na superfície terrestre, decorrentes da tecnologia, que possuem poder suficiente para deixar marcas no meio natural e local. Logo, a ação humana avança escalas, podendo interferir nas mudanças do clima. Diante disso: “[...] o clima está presente no cotidiano da sociedade e influencia diretamente a maioria das atividades do homem. Os elementos meteorológicos (como as chuvas e a temperatura) são fatores importantes no dia-a-dia da maioria das regiões do planeta, repercutindo na agricultura, na pecuária, no turismo e lazer, nos transportes e na vida das grandes cidades” (NERY, Jonas e SANT’ANNA NETO, João Lima, 2002, p. 1). As variações meteorológicas interferem no desempenho das culturas. Uma mudança brusca na temperatura, por exemplo, pode provocar prejuízos para determinada cultura, que recebe frio ou calor em excesso, mas pode ser benéfica para outra cultura (desencadeando a germinação).

Os efeitos da especialização podem ser observados nos comportamentos de alguns agricultores, como a ausência continuada de cuidados com o meio ambiente. Este é o texto, escrito na época em que:

Os técnicos agrícolas e demais autoridades ligadas ao setor da defesa do meio ambiente, em Marechal Rondon, estão altamente preocupados com os excessos de abusos por parte dos agricultores que estão usando os expedientes de encherem os reservatórios de suas máquinas de defensivos com água do Lago de Itaipu e demais

rios do município, bem como usam os mesmos para lavagens dessas máquinas após uso (AUTORIDADES, 1984, FAN).

Com a Hidrelétrica de Itaipu, o imenso lago passou a ser utilizado como abastecedor e lavagem de pulverizadores, bem como os próprios rios. A expansão concentrada de argumentos em defesa das águas e peixes parece ser pouco diante dos abusos praticados. Discursivamente estas atitudes foram repudiadas e enquadradas na categoria de crimes ambientais. Na ocasião, os agricultores que não respeitavam a manutenção da água de qualidade foram taxados à condição de elementos que cometem delitos. O detalhamento sobre o espaço dedicado por técnicos, em conter os descuidos com o meio ambiente, coloca os camponeses, de modo geral, na condição de vilões. Em meio a essa questão surge a controvérsia e a construção das palavras, parecem consumir a possibilidade de existirem camponeses que utilizam abastecedouros improvisados ou outros recursos. De outro lado, cabe registrar que os descuidos com a utilização de insumos ocuparam as páginas discursivas ao longo dos anos, desde os primeiros passos da instauração do modelo modernizado, até o presente momento. Acabou-se descobrindo que, de início, houve incentivos ao uso dos venenos sem orientação, pois os cuidados com o meio ambiente motivaram ações lentas, pautadas na necessidade de conscientizar os agricultores, necessidade misturada ao desejo de comercializar insumos.

Na “bagagem” da modernização agrícola foram trazidos muitos problemas para o meio ambiente. As conseqüências que o modelo promoveu foram acentuadas pela tecnologia, quando, via rádio, eram divulgadas ou apresentadas máquinas “valentes” no combate às pragas. Como exemplo, pode-se apresentar um pulverizador chamado Canhão, que era indicado como extraordinário auxiliar do agricultor no combate às pragas. O “canhão” é um maquinário acoplado ao trator que joga veneno para longas distâncias, o que indica que o veneno tomava a velocidade do vento e era direcionado para o leito dos rios, açudes e áreas

indesejadas (SCHLOSSER, Marli, 2001). Sendo assim, “Poderíamos seguir os franceses e adotar o termo ‘risco’. Isto assentaria bem na consideração das componentes antropogênicas, já que o mau uso da natureza aumenta a probabilidade de ‘riscos’, já de si produzidos por ela” (MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo, 1991, p. 9).

Os discursos assumiam as variáveis contraditórias “ao sabor do vento”, ora abençoando os equipamentos, endeusando sua aplicabilidade, ora condenando veementemente seu uso. Neste discurso contraditório, pode-se mencionar o caso do “canhão”, indicado para lavagem de carros e para apagar incêndios... Cabe lembrar que os venenos utilizados eram extremamente perigosos (sistêmicos), o que ampliava sua capacidade nociva (SCHLOSSER, 2001). Assim, “[...] A agricultura intensiva deste final de século [XX] é uma das causas, como vimos, de poluições da água cada vez mais preocupantes em virtude dos adubos (nitratos) e dos pesticidas” (VERNIER, 2000, p. 91).

O médico Roberto Martins lembrou que o número de intoxicados era mais expressivo, pois muitos agricultores recorreram à farmácia para buscar tratamento.

As últimas chuvas que se registraram na região não estão sendo tidas como suficientes para o bom desenvolvimento das culturas desta época, principalmente a soja e o milho, que, aliás, já apresentam uma quebra considerável. Em algumas regiões as chuvas não foram suficientes sequer para que as plantas entrassem para a fase de floração, provocando perda total da plantação, caso a seca persista por mais alguns dias.

Em consequência da falta de chuvas, as pragas que atacam as lavouras aparecem com bem mais facilidade e em maior freqüência, a ponto de alguns agricultores terem tido a necessidade de, já nesta fase de desenvolvimento da planta, passar duas ou mais vezes os inseticidas.

Em virtude disso, dada a falta de abastecedouros comunitários, estão sendo constantemente poluídos os riachos em toda a região, provocando a morte de peixes em quantidades muito grandes e fazendo com que criadores de bovinos afastem os animais destes córregos a fim de protegê-los de males. **A consequência maior que se tem verificado em virtude da seca, entretanto são as intoxicações por venenos aplicados na lavoura**, nas pessoas que manipulam os produtos e até de pessoas residentes em locais próximos (COM A ESTIAGEM, 1984, FAN, grifo da autora).

Na adoção de insumos físico-químicos, a indústria possui papel de “destaque”, visando alargar seus investimentos. Todo o aparato tecnológico canaliza a sua atenção para o lucro, desprezando as ações danosas que este provoca ao meio ambiente. Por

outro lado, a agricultura ainda convive com as incertezas climáticas, provocadas principalmente pelos períodos de estiagem ou de chuvas intensas. Os eventos naturais, segundo Monteiro (1991, 8-9), “[...] [como] enchentes não seriam danosas se o homem evitasse as planícies inundáveis. Além do que a atuação humana pode decisivamente contribuir para alterar as condições de regime e escoamento”. A dinâmica conflituosa, assumida com a questão ambiental em caráter explicativo, fomenta um encadeamento discursivo em torno das intoxicações. O número de pessoas levadas aos hospitais foi alarmante.

No enunciado discursivo, o conteúdo apresenta interlocução dupla. O que mais desperta a atenção é a repetição dos fatos cercada de grande envergadura, repetição que se mantém viva. Isto indica que o redator, ao redigir o discurso, reproduz os problemas ambientais, mas certos camponeses, mesmo conhecedores dos riscos que a lavagem e retirada de água do lago ou rios representa ao meio ambiente, continuam usando-a indevidamente. Portanto, o destinador aponta os perigos, mas alguns destinatários ignoram a conscientização.

Com relação às precipitações, houve uma entonação expressiva, englobando a carência de chuvas e os reflexos para as culturas de mercado (soja e milho). O detalhamento, descrevendo as fases da plantação, formulou uma atmosfera de quem fala com domínio sobre o tema. Convém acrescentar que, com a intervenção das palavras, os ouvintes foram colocados diante dos riscos que a persistência da estiagem poderia acarretar às plantas. Com a questão da estiagem e a possibilidade de comprometimento da produção, tratou-se da ampliação do uso de venenos, em grande escala. A questão ambiental constitui um eixo em torno do qual foram elaborados inúmeros discursos inflamados, mas, ao que tudo indica, de concreto pouco se fez por parte dos técnicos e lideranças envolvidas em defesa ao meio ambiente.

Tratou-se da ausência de abastecedouros comunitários, mas se, nos discursos anteriores, já havia sido identificado o problema, a partir de então, passou-se a refletir que as medidas concretas não compõem validade. Em outros termos, as medidas tomadas com o meio ambiente desempenham reações momentâneas, permanecendo, assim, casos de intoxicações. Conseqüentemente, alguns camponeses passaram a isolar os rios e açudes, afastando os animais da água contaminada. No entanto, a ausência de fronteira para conter o veneno no ar ou na água afetou também os camponeses que não utilizavam a água do lago ou rio, para abastecer seu equipamento.

O avanço da tecnificação agrícola, expressa no plantio direto e na diversificação, solicitou a aplicação de inseticidas e herbicidas, fator que dilatou os números de intoxicações.

Cerca de 1.500 casos de intoxicação de agricultores foram registrados em 1983 pela Secretaria da Agricultura do Paraná, dos quais 90 por cento ocasionados pelo emprego de inseticidas na lavoura. [...] o secretário da Agricultura, Claus Germer, determinou que durante todo este ano será realizada a Operação Agrotóxicos, a nível estadual. Perto de 1 milhão e 500 mil quilos de inseticidas, herbicidas e fungicidas tiveram de ser interditados e apreendidos pelos técnicos do Departamento de Fiscalização e Coordenadoria de Defesa Sanitária Vegetal (USO, 1984, FAN).

O continuado estudo de discursos, desde 1960, período da colonização, perpassando pela implantação da modernização, permitiu diagnosticar que os constantes alarmes sopraram na mesma direção: conscientizar os agricultores, fazendo-os tomar atitudes com relação à problemática do uso indevido de venenos. Os entrevistados (lideranças governamentais) estabeleceram autovalorização nos seus discursos. Passaram-se os anos, inúmeros casos foram surgindo e de concreto, como já foi dito em outros momentos, muito pouco se fez para livrar o meio ambiente das constantes agressões.

Com o plantio direto, as culturas cultivadas com maior extensão são milho e soja. De maneira geral, a forma de eliminar as ervas daninhas por meio da capina, que ocupava elevado contingente de bóias-frias, tornou-se fato do passado. No plantio direto, o

mato é eliminado através de produtos químicos. Assim, o trabalho solitário do agricultor com o trator e o pulverizador elimina as plantas indesejadas. Esta facilidade, de um lado prejudica o meio ambiente e de outro absorve as vagas de trabalho dos bóias-frias e outros. A desembocadura discursiva fortaleceu a convergência para os índices de intoxicações, mas não houve explicitações adicionais sobre as condições estimuladas por meio de palavras tecidas com fios ideológicos, compondo mudanças no cultivo, atendendo aos estímulos de produtividade pautados na redução da ocupação de mão-de-obra, encurtamento do período de maturação das plantas por meio de secantes e variedades geneticamente modificadas que reduzem o ciclo de desenvolvimento da planta. Este conjunto de elementos não foi colocado discursivamente e também não foi costurado aos elevados números de envenenamentos. Outro ponto claro é que os representantes políticos não possuem um controle rígido de fiscalização em torno do que era aplicado nas lavouras. Os descuidos com a fiscalização agravavam ainda mais a situação, pois insumos há muito tempo proibidos pelo seu alto índice de destruição circulavam nas lavouras e só foram detectados quando já estavam espalhados. Enfim, supõe-se que as medidas foram tomadas em caráter de contenção do problema, e não como prevenção.

A problemática com os insumos continuou em pauta. Claus Germer interditou sementes híbridas de milho.

O Secretário da Agricultura do Paraná, Claus Germer, determinou a interdição de 5 milhões de quilos de sementes de milho híbrido, que sofreu tratamento do DDI e Diazinon, agrotóxicos não liberados pelo Ministério da Agricultura para essa finalidade para evitar a contaminação de seres humanos, de animais e do próprio meio ambiente. Aquela autoridade suspendeu a comercialização da semente tratada com inseticidas e fungicidas. O Secretário levou o caso ao conhecimento da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, Secretaria da Saúde Pública e Bem Estar Social e Secretaria do Interior, que, em conjunto, deverão estudar o destino a ser dado ao milho com agrotóxicos (SECRETARIA, 1984, FAN).

As atrocidades contra o meio ambiente foram inúmeras, como a contaminação do ar, água e solo. Mas, um fato novo foi identificado: a contaminação dos

animais através das sementes. No discurso anterior, a fala tratou da questão, atribuindo a responsabilidade dos fatos aos agricultores, e o contexto que envolveu a motivação e ausência de instrução na aplicação dos venenos foi subtraído do discurso. Mas, um olhar de discurso em discurso ajudou a identificar que as sementes, portadoras de veneno, chegaram às propriedades sem empecilho governamental. A mobilização, quando ocorreu, inclusive a interdição do uso nas sementes, pelo Secretário da Agricultura do Paraná, Claus Germer, era tarde.

Em Marechal Cândido Rondon foram enormes os estragos provocados: rios e animais foram e continuam sendo contaminados, inclusive o próprio agricultor. Este é um procedimento inconseqüente, com resultados nocivos à natureza e ao ser humano, que faz com que alguns agricultores aceitem, sem hesitar, os slogans sobre o meio ambiente, mas esquecem, facilmente, das experiências vividas, conforme dito anteriormente. O agricultor está se intoxicando, mas é levado a ver a modernidade agrícola a partir de um outro “mirante”, pois os tempos são outros e o que vale é ter “facilidades” e lucros. No que se refere à utilização dos chamados “defensivos agrícolas”, pode-se observar o aumento das incidências de intoxicações aliado às condições climáticas. J. O. Ayoade (1998, p. 277) diz que “[...] a produção agrícola [que] também sofre quebras periódicas provocadas por pestes e doenças, que são dependentes do clima”. Pois, no caso de secas prolongadas, o ataque dos insetos é maior, e o mesmo pode ocorrer em períodos longos com chuva. Assim, ao comprometer a estabilidade e a produtividade natural dos ecossistemas, estas ações são mais propensas à investida de pragas e, conseqüentemente, “resultam muito mais caras pelo emprego de fertilizantes e pesticidas, vulnerabilizando a capacidade de autoconsumo de uma população cada vez mais marginalizada dos benefícios destes modelos produtivos” (LEFF, Enrique, 2000, p. 75).

O Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPSo) divulgou novas tecnologias no combate das lagartas, que destroem esta cultura.

O Centro Nacional de Pesquisa da Soja está divulgando uma nova técnica para controlar as lagartas da soja. Trata-se da utilização de um vírus inimigo natural das lagartas, para controlar sua incidência. Dentre os patógenos de insetos, o vírus, principalmente os do grupo baculovírus possuem grande potencial para controlar as pragas. Por serem eficientes e, principalmente, seguros para o homem e outros animais, estes vírus preenchem todos os requisitos básicos como alternativa de inseticidas. [...] Muitas vezes temos recebido reclamações de agricultores sobre a mortandade de peixes, com rios poluídos por agrotóxicos o que nos fez perguntar ao engenheiro Bitencourt se existem condições para atender toda a região (ENQUANTO, 1984, FAN).

Na notícia, divulgou-se uma nova técnica de combate à lagarta da soja, técnica produzida no Centro Nacional de Pesquisa da Soja com intuito de assegurar benefícios para o meio ambiente. Para combater a lagarta criou-se um inimigo natural, uma espécie de vírus, denominado baculovírus. O método foi estudado nas lavouras e apresentou bons resultados. A pretensão dos idealizadores da pesquisa era de estender o uso do vírus e encolher paulatinamente a aplicação de venenos. Na fala do engenheiro, Dinarte Bitencourt, da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), comparece um elemento novo, o fato de os próprios agricultores refutarem os métodos tradicionais. O combate às pragas por meio do baculovírus gerou expectativas junto ao público rural. A edição dessa matéria indica alternativas naturais ao combate às pragas, bem como sinaliza o interesse dos camponeses por um método mais seguro de eliminá-las. Pode-se sugerir que, na construção discursiva, visava-se despertar a atenção dos agricultores para a nova metodologia, o que não anula a existência concreta de expectativas favoráveis a um cultivo “liberto” do uso de insumos altamente poluentes. Este anseio concretizou-se com o passar dos anos, na agricultura orgânica, que aglutinou um número considerável de camponeses. A entonação foi forte, pois, com a enunciação, o conteúdo teve aceitação, o que evidencia o relacionamento estabelecido com a situação social, concretizando, assim, o alinhamento e interferência na significação, de modo que parte dos agricultores adotaram esta tecnologia em suas

propriedades.

A circulação discursiva apresentou o combate natural às pragas, mas, num curto espaço de tempo, surgiu outro discurso intitulado: *“Agora nas plantas a invasão dos percevejos e neles, mais agrotóxicos”*.

A região Oeste do Paraná está nos últimos meses sendo seriamente atacada pelas lagartas que por vezes chegam a reduzir consideravelmente os índices de produtividade nas culturas [...] desta época. [...] nos hospitais de Mal. Rondon continua sendo igualmente grande o número de pacientes que dão entrada com sintomas de intoxicação e precisam ser atendidos às pressas (AGORA, 1984, FAN).

O ataque das lagartas e percevejos foi tratado a partir do comprometimento da produção e o discurso pelo próprio título da matéria sugeria o contra-ataque aos insetos. Os venenos foram aplicados inúmeras vezes. A equipe jornalística da rádio, em contato com as empresas, constatou que os estoques de veneno esgotaram. Foram divulgadas, ainda, previsões do possível ataque dos percevejos e logo, em linha direta, o discurso orientou o controle rápido das pragas. Esse controle “eficaz” ou rápido anulou o discurso anterior, que apresentou o vírus natural no combate aos insetos. O estilo da linguagem mudou as palavras, que, acompanhadas por sinônimos, davam a entender que as atitudes deveriam ser frenéticas, para conter a destruição das plantas. Com o entrecruzamento discursivo, é possível sugerir que a preocupação era com o possível comprometimento da produtividade, inclusive, na redação, esse tema vem por primeiro e, posteriormente, os casos de intoxicação foram apresentados com redução de detalhes.

A proliferação de insetos e os danos às culturas receberam destaque jornalístico.

[...] O ataque intenso de lagartas foi o grande responsável pela eliminação das lavouras. Diante desse fato o uso de defensivos tem superado a média dos últimos 5 anos. Nesse período a média [...] era de uma ou uma e meia aplicação, no entanto, esta safra a média subiu de duas até três vezes de aplicações de venenos numa mesma lavoura. [...] o índice de pessoas intoxicadas por defensivos também aumentou e o **aluguel de equipamentos para pulverização tem sido bastante usado pelos pequenos e médios produtores, o que fez aumentar os preços desse**

tipo de negócio e também o custo da produção (OESTE DEIXARÁ, 1984, FAN, grifo da autora).

Em decorrência das estiagens, o uso e abuso de venenos ressurgiu com mais intensidade. A aplicação de veneno podia ser um trabalho solicitado ao vizinho, que possuía um trator e pulverizador. Pequenos e médios proprietários, na maioria das vezes, dispõem de trator, arado, grade, semeadeira, mas não possuem colheitadeira e pulverizador. Esses serviços eram contratados, mas, com a intensificação do uso de veneno nas lavouras, foram registradas intoxicações, o que fez com que agricultores deixassem de prestar serviços aos vizinhos. Ocorria a contratação de tratoristas para fazer aplicações de venenos, mas as possíveis complicações trabalhistas, por se tratar de uma atividade de risco, afastaram as contratações. Ataques de insetos afetaram a vitalidade do agricultor de meia idade, que se deparou com dificuldades no combate às pragas na sua propriedade e passou a não atender mais seus vizinhos. A saída adotada foi o aluguel de equipamentos.

Por conta dos secantes aplicados na cultura da soja, os operadores das colheitadeiras passaram a enfrentar problemas respiratórios, entre outros, pois o “chupa-pó” não dava conta de resolver o problema, uma vez que ele reduz a poeira, mas não afasta a presença do secante. Ampliou-se o uso de cabines, tanto em tratores como em colheitadeiras, o que aumentou as despesas. A produção ampliada somaria algum lucro para o agricultor? As articulações traduzem o esgotamento das energias física e econômica do produtor, em benefício da reprodução capitalista. Não existe, neste discurso, menção sobre o desequilíbrio que a retirada da floresta proporcionou. A existência de pragas, descrita, aponta para a diminuição de predadores naturais. As pragas poderiam ser consumidas pelos pássaros, mas estes foram afastados com a retirada da floresta ou foram vitimados com a ingestão de insetos envenenados, reduzindo a população dos predadores. A mata ciliar poderia proteger nascentes, açudes, rios, etc., mas a ausência dessas barreiras verdes facilitou a acomodação do

veneno, arrastado pelo vento para áreas com declive acentuado. Estes aspectos foram poupados nos discursos.

Com muito vigor discursivo foi apresentado o estudo que atribui ao governo do Estado e ao município a responsabilidade de controlar a comercialização e a aplicação de venenos. Fica evidente a fragilidade do projeto, já na primeira etapa de sua aplicabilidade, pois

Haveria, em consequência, as pressões naturais das multinacionais que dominam o setor e que talvez não aceitassem as leis [...] viessem a ser aprovadas [...] **a Secretaria de Agricultura de Marechal Cândido Rondon ganharia força para fiscalizar com mais rigor as aplicações de defensivos agrícolas, que hoje são feitas livremente acarretando sérios prejuízos à saúde dos agricultores.** Também vai ganhar força para fiscalizar a comercialização de todo e qualquer tipo de defensivos (SECRETARIA MUNICIPAL, 1986, FAN, grifo da autora).

As aplicações dos venenos assumem conotações diversas com falas contraditórias. O anteprojeto estabeleceu diretrizes que abrangem todos os municípios brasileiros. Os desdobramentos legais do projeto estabeleceram que pessoas físicas ou jurídicas, contaminadas por venenos presentes em alimentos, serão indenizadas em decorrência dos prejuízos. Os municípios ocupam o papel de fiscalizadores contra os abusos praticados pelos revendedores de “defensivos”. Esta afirmação confirma, em nível de discurso, os comportamentos ilegais de estabelecimentos que prescrevem a aplicação de veneno em quantidade desnecessária ou indicam produtos mais caros, justificado pela sua potência na destruição das pragas. Por outro lado, provavelmente existiram pressões externas contrárias ao estabelecimento de leis que coíbem abusos na aplicação de agrotóxicos. Para começar, as bases locais podem ser facilmente submetidas à pressão das multinacionais, ou de comerciantes locais. Em outros termos, o auxílio de ONGs poderia oferecer o suporte necessário para enfrentar esse jogo de poder. Em termos de significado, a palavra “defensivos” não se encaixa satisfatoriamente no conjunto da redação. Pois o significado que ela deixa exposto indica um fenômeno de proteção, abalando toda a estrutura química e seu

poder de destruição descontrolado, pois o veneno não faz distinção entre os seres vivos. No entanto, a fiscalização proposta restringiu-se à fiscalização das aplicações e à comercialização local. Na edificação discursiva, desconsiderou-se a proximidade geográfica entre Marechal Cândido Rondon e o Paraguai, com os constantes contrabandos de pneus, combustível e insumos.

A soma de casos registrados envolvendo a contaminação da água, bem como a contaminação de animais e seres humanos, desprendeu medidas pautadas na construção de abastecedouros comunitários, pois, até então, a água era retirada de rios, lago e poços.

O meio ambiente da microrregião de Marechal Cândido Rondon passa a contar com mais proteção a partir de hoje, quando será entregue aos produtores rurais da Linha São Cristóvão, interior do Distrito de Margarida, um abastecedouro comunitário (ABASTECEDOURO, 1997, FAN).

Como havia cuidados insuficientes com o meio ambiente por parte de alguns camponeses, o veneno era direcionado inclusive ao poço de água. Isto ocorria por descuido, porque o agricultor, ao abastecer o pulverizador, utilizava uma mangueira e esta, em muitas circunstâncias, atingia o fundo do tanque e uma complicação da bomba provocava o refluxo, com isso a água do equipamento retornava ao poço. A seqüência discursiva abriga picos na narrativa. As alternâncias podem ser observadas no documento acima citado. Com a valorização das oscilações, os abastecedouros comunitários foram indicados como solução para o meio ambiente. Com isto, não se tem pretensão de ignorar a atenuação da contaminação dos rios ou lagos. Ao explorar a emotividade discursiva, as necessidades ambientais são condicionadas a um único aspecto. O conjunto de necessidades que rege a conservação do meio ambiente não aparece.

A ausência de precipitações persiste nos discursos. Pode-se considerar que, a cada período de estiagem, ressurgem falas contundentes e os riscos, para a colheita, são

retomados.

Depois de algum tempo, uma pancada de chuva caiu sobre Marechal Rondon hoje por volta das onze e meia da manhã, abrindo esperanças para que a longa estiagem possa terminar e que as chuvas retornem para permitir um desenvolvimento normal para a agricultura (AGRICULTURA COM, 1988, FAN).

Com estiagens prolongadas, o abastecimento de água para consumo humano e de animais é comprometido, pois tanto o campo como o meio urbano enfrentam racionamento. Em algumas propriedades, pequenos agricultores sofrem com a ausência de água nos poços e, para manter os animais vivos, buscam água do rio com baldes. Com o passar dos anos, a prefeitura destinou um caminhão pipa para abastecer as propriedades com água. A operação discursiva formou expectativas em torno do comportamento climático. Diante disso, recorreu-se aos pormenores, fornecendo até o horário em que as precipitações ocorreram. No entanto, a ansiedade misturada aos detalhes estabeleceram a trama discursiva em torno do dilema da agricultura. Neste esquema, a ausência de água para consumo do agricultor e animais não recebeu atenção. Isto indica um enquadramento discursivo que acompanha a agricultura de mercado.

É importante observar que, no encontro sobre o cultivo da safrinha, realizado em Marechal Cândido Rondon, abordou-se o manejo de pragas. O engenheiro agrônomo da EMBRAPA, Paulo Vicenna, na condição de palestrante, debateu o combate às pragas, o período correto, as intoxicações e alternativas como o baculovírus.

Um dos problemas que sempre foi enfrentado pelos agricultores no manejo das pragas foi o alto custo dos agrotóxicos, bem como a intoxicação com esses produtos. Sobre a obtenção de um produto natural no combate às pragas do milho, a exemplo do que vem sendo feito com o soja, para o [...] já há o baculovírus (MANEJO, 1992, FAN).

Urge discernir o corte que separa uma reportagem da outra. Os detalhes em particular anulam o processo. Caso fosse observado somente este discurso, numa avaliação precipitada, o saldo indicaria que a temática estaria sendo debatida pela primeira vez. A

complexidade surge das contradições das falas, ao serem observadas no particular, mas alçadas na totalidade indicam o mundo jornalístico subjetivo ancorado nos discursos. A regularidade na distribuição das temáticas e o cuidado que a construção discursiva desprende ao recuperar os problemas das inúmeras intoxicações, alçou ao elevado custo dos insumos a atenção do público. Isto trouxe à tona o alto custo dos insumos. Mas a tônica assumida no discurso objetivou ressaltar esse fato ou recorreu-se a ele para chamar a atenção do ouvinte para a palestra. Isto indica que representantes da EMBRAPA e parte dos redatores da rádio possuíam consciência dos elevados custos dos insumos na produção agrícola. De outro lado, ficaram suspensas, ou no ar ou fora dele, as colocações fervorosas sobre o potencial do baculovírus, fortemente debatido em 1984. É possível investir numa suposição. O baculovírus afetaria expectativas do comércio? Sua atuação mais lenta contribui na eliminação das lagartas, mas, caso a infestação se proliferasse com agilidade, poderia diminuir o rendimento por alqueire, e supõe-se que este foi o contraponto gerador da apatia em torno do baculovírus. Fabricantes e comerciantes que comercializavam o produto provavelmente se colocaram contrários à experiência, ao verem a redução de seus lucros. A empresa de comunicação veiculou e veicula comerciais sobre os venenos, e a adoção do baculovírus poderia reduzir a solicitação de comerciais.

Na seqüência, pinçaram-se alguns discursos com falas articuladas em torno da ausência ou demasia de chuvas.

Dependendo do comportamento do clima para os próximos 50 dias, teremos uma compensação pelo esforço dos agricultores, **agora mais do que nunca necessitando de boas safras e bons preços, tendo em vista os altos preços dos insumos e logicamente os altos juros dos financiamentos** (CHUVAS, 1982, FAN, grifo da autora).

E ainda,

[...] Além das perdas já existentes, os agricultores ainda estão apreensivos com a seca e acreditam que esses números podem se elevar, [uma] vez que **a instabilidade climática tem se tornado um fato corriqueiro na região oeste**. Outro fator que

pode acentuar ainda mais as perdas, segundo os produtores, é que 60 por cento dessa cultura se encontra em fase de espigamento e granação, o que tem deixado as plantas raquíticas e sem qualquer perspectiva de recuperação, mesmo que haja nos próximos dias precipitações pluviométricas (ARROZ, 1984, FAN, grifo da autora).

Em outra época, informou-se que “Segundo o que ficou estabelecido pelo governo o prazo final para o plantio da safra de verão é o dia trinta deste mês, Sexta-feira e até lá todas as sementes já deverão estar depositadas no solo” (COM AS CHUVAS, 1988, FAN). Sob esse enfoque, também cabe lembrar que o comportamento climático possui poder para interferir e até prejudicar os financiamentos, solicitados pelos agricultores junto às Agências Bancárias. Os órgãos governamentais estabelecem um período para que o plantio seja efetuado, assim a ausência ou excesso de chuvas podem interferir na negociação.

Além disso, preliminarmente, alçaram-se expectativas sobre o comportamento do clima e a concretização da compensação dos esforços dos camponeses. Aproveitou-se o momento para criar expectativas em torno da realização de safras cheias. Antes de tudo, foi estabelecido um padrão de necessidades pautado em safras e preços adequados. A situação foi posta apenas sob esta condição, não surgindo, na esfera discursiva, a construção de repúdio aos altos preços dos insumos e taxas elevadas de juros. A problemática é posta num ambiente de causalidade.

Na segunda fonte, o fenômeno climático recebeu novamente um enfoque, dentro dos moldes de ameaça à produtividade. Os pormenores foram tecidos a partir de detalhes, como comportamento da espigada e raquitismo da planta. As oscilações climáticas foram postas na condição de fenômeno que deixa os produtores sem sossego, podendo-se arriscar a seguinte colocação: a ausência de chuvas coloca em risco a plantação e deixa vulnerável a situação de permanência do agricultor no campo. Mas, aliados à fragilidade do cultivo, diante da instabilidade climática, existem outros fatores que de concreto podem forçar a saída do agricultor da terra, como no caso de o rendimento da safra ser pequeno, bem como a comercialização do produto poderá ser insuficiente para quitar dívidas contraídas com os

insumos e empréstimos.

Como grande parte do cultivo da região é organizado nos moldes “convencionais” e não se utiliza a irrigação, as expectativas dos agricultores ficam à mercê das irregularidades pluviométricas. Para Ayoade (1998, p. 269), “[...] as condições climáticas não somente influenciam o crescimento e o desenvolvimento dos vegetais, mas também determinam amplamente a produtividade da cultura. [...] onde predominam condições climáticas ótimas e onde o solo é bom a produtividade será elevada”.

No entanto, o substrato discursivo reproduz situações materiais e imateriais em torno dos riscos e vulnerabilidades. O deslocamento dos ventos, ausência de chuvas, granizo, incêndios florestais produzem vulnerabilidades e riscos. Neste sentido, as articulações discursivas revelam:

Serviço de meteorologia está indicando a continuidade de bom tempo sem previsão de chuvas para os próximos dias. **Notícia nada alentadora veiculada hoje pela Rádio Guaíba, dizia que as chuvas poderão voltar em regularidade somente em Outubro. Queira Deus que a notícia seja falsa e que igualmente estejamos errados.** Assim sendo, o trigo, que escapou às geadas e ao granizo, poderá perecer por falta de chuvas. Outras indicações que se fazem no sentido é de que o Paraná, que está sentindo o efeito de incêndios florestais em várias frentes, agora [está] pedindo inclusive auxílio do exército, [pois] poderá virar uma fogueira. O céu continua encoberto, sendo bem pouca a visibilidade à distância. A fumaça acinzentada mistura-se ao vermelhão do pó que levanta das estradas, dando uma coloração diferente. A situação do momento é essa e tudo aquilo que se possa fazer no momento para contorná-la, será sempre válido (TRIGO, 1975, FAN, grifo da autora).

E, ainda, “A safra de trigo prevista para este ano era de 1 milhão e 800 mil sacas. As fortes geadas e a intensidade das chuvas na época da colheita reduziram ainda mais as perspectivas, em torno de 500 a 700 mil sacas” (NOSSO, 1975, FAN). Conforme discursos jornalísticos, as preocupações com o comportamento climático acompanharam o processo da modernização vigente. As esperanças de uma boa colheita são depositadas num olhar atento para o céu, no aguardo das chuvas ou em busca do cessar das mesmas e, em alguns períodos,

na “torcida” para que não ocorram geadas. A fala registrada em 1975²⁰, período que antecede o recorte deste estudo, caracterizou preocupações antigas com os fenômenos climáticos. A complexidade que envolve este fenômeno promove notória mistura entre ciência, espiritualidade e jornalismo. Os caracteres absorvem ícones específicos que convivem entre si na mesma tela. A ciência participa com as previsões meteorológicas. As previsões negativas foram entregues aos cuidados religiosos. Para a mídia reservou-se o papel da veiculação das previsões sobre o tempo.

Na fonte em questão, observou-se a conexão entre emissoras, e o propósito de mencionar a Rádio Guaíba era o de enfatizar as previsões do tempo. No entanto, apoiou-se nas previsões para detalhar possíveis riscos para as culturas, tanto de inverno como de verão, isto, devido à estiagem. Com o prolongamento da seca, as florestas tornaram-se vulneráveis aos incêndios. A mistura entre fumaça e poeira transformou a paisagem, a descrição presente na fonte oferta os detalhes e explicita uma atmosfera atípica. A forte concentração de fumaça ocorreu devido aos incêndios acidentais, mas também pode-se supor que foi acelerada por agricultores, os quais aproveitaram a ocasião para fazer queimadas.

Falas alarmantes em torno da seca destacaram ações de prefeitos junto ao Governo Federal, na tentativa de amenizar os problemas dos “bóias-frias”.

a principal reivindicação feita pelos prefeitos, no documento, é que o governo federal abra várias frentes de trabalho nos trinta municípios constantes da micro-região oeste **para aproveitamento da mão-de-obra ociosa, já que muitos dos bóias-frias estão sem trabalho volante, e em consequência, sem condições de manter suas famílias** (OESTE, 1985, FAN, grifos da autora).

Os bóias-frias, na maior parte, eram agricultores que, com a modernização, perderam suas propriedades por conta de dívidas que foram tomando vulto com as frustrações de safras. Os sucessivos problemas advindos com as oscilações climáticas tornaram-se motivo

²⁰ Esta fonte foi incorporada ao trabalho com objetivo de indicar as raízes da construção vinculadas ao clima.

de preocupação. A rádio local abre um espaço para comentar longamente as dificuldades vivenciadas pelos moradores de Marechal Cândido Rondon. Cabe enfatizar alguns pormenores da notícia, porque se percebe que as relações de proximidade entre rádio e público são estreitas, da seguinte forma: “Olhando para o céu cada vez mais limpo e olhando para a terra, cada vez mais árida, víamos as plantas morrerem, os açudes secarem, o gado definhando e até morrendo... nosso coração cada vez mais duro e a nossa frente cada vez mais preocupada” (WINTER, 1985, FAN).

Na seqüência do discurso acima mencionado encontra-se uma fala oposta, mas regada de entusiasmo, comentando o comportamento do vento no dia anterior. Os estragos proporcionados pelo vendaval foram apresentados num ritmo de alegria, pois o desastre, neste caso do imaginário local, não residia no poder do vento, mas na vulnerabilidade que a seca produzia, comprometendo as plantações e, conseqüentemente, trazendo riscos para o agricultor, que poderia perder a safra. O “vendaval” trouxe a chuva esperada com ansiedade e não fez sentir os estragos, de algumas telhas arrancadas (WINTER, 1985, FAN). Em algumas circunstâncias, “[...] Os principais fenômenos climáticos que constituem azares para a agricultura são as geadas, secas, granizo e ventos de alta velocidade” (AYOADE, 1998, p. 270). Os problemas da seca também afetam o comércio, pois, por se tratar de um município fortemente amarrado à vida do campo, como já foi exposto, os reflexos das frustrações das safras foram sentidos na cidade. Mas o íntimo da comunidade, registrado no simbólico do discurso, revela o descaso da mesma com as ações do vento, pois o mesmo “trouxe” as tão esperadas precipitações necessárias para as culturas locais.

Por outro lado, na referida fala jornalística foi remontado o contexto histórico, as dificuldades do colonizador ao chegar na região Oeste, coberta de mata, retomando também as secas dos anos de 77 e 78 (seus prejuízos) e comentando o processo cego da modernização e os novos caminhos abertos com a diversificação agrícola, que

poderão ser as aberturas para um novo método de plantio, talvez um pouco mais consciente com a conservação do solo. E, como “presente de natal” para a região, o jornalista fez um forte apelo para que as chuvas continuassem (WINTER, 1985, FAN). Neste sentido, Ayoade (1998, p. 284) destaca que: “A confiabilidade das quantidades de precipitação, críticas para o crescimento de certos cultivos numa dada área, deve ser estabelecida antes que tais cultivos sejam introduzidos. De outra maneira, constantes prejuízos advindos da irregularidade das chuvas tornarão o cultivo de tais lavouras antieconômico, podendo provocar a fome e a miséria entre os camponeses”

Com objetivo de confrontar as informações jornalísticas (em torno das precipitações) e as pesquisas acadêmicas, observa-se que significativa insuficiência de chuvas foi registrada no mês de fevereiro (1978) e o maior registro de excedente foi verificado em 1979. No período de 1980-1984, o registro de maior deficiência foi no mês de janeiro de 1982, no entanto, maio de 1983 foi identificado o mês de excedente. No “período 1985-1989, a maior deficiência foi em janeiro (1985) e o maior excedente em agosto (1989)” (SANDER, Carlos e MARIANO, Zilda de Fátima, 1999, p. 232).

Ainda, no confronto entre a análise discursiva e as pesquisas sistematizadas, observa-se que ambas entram em acordo nas informações sobre os períodos de escassez ou excesso de chuvas. Conforme estudos desenvolvidos por Ivan Rodrigues Almeida (2000), sobre a variabilidade pluviométrica interanual e o cultivo da produção de soja no Estado do Paraná, nos anos agrícolas de 1977/78 e 1985/86 ocorreu redução no rendimento médio desta cultura. Neste contexto, Almeida (2000) assinala que, mesmo em anos avaliados como normais, a região Oeste do Estado do Paraná, onde estão situados os núcleos regionais de Cascavel e Toledo, “sofre maior risco de insucesso e quedas de produtividade, devido à possibilidade da oferta de precipitação inferior à média pluviométrica daquela região” (ALMEIDA, Ivan, 2000, p. 96).

Com o processo de ocupação do município as matas foram retiradas. Por outro lado, com a modernização agrícola e a ausente conservação do solo, os problemas agravaram-se, o solo tornou-se vulnerável e, com chuvas fortes, a terra acabava sendo direcionada para os leitos dos rios. Os rios, com a ausência da mata ciliar em longos trechos, isto somado ao assoreamento, tomavam caminhos inesperados, levando animais, cercas e destruindo as estradas. A produção agrícola dependia e ainda depende das condições climáticas. Desse modo, os seres humanos, através de suas ações e descuidos, podem influenciar no clima do globo de forma inadvertida, por processos “como a urbanização e a industrialização, a agricultura, a mineração, o pastoreio, a irrigação, a drenagem de pântanos e construção de lagos artificiais, o represamento dos rios” (AYOADE, 1998, p. 313-314).

A desnudação do solo deixa-o vulnerável às ações das precipitações. “Assim originam-se as condições para a forte lavagem do perfil do solo. No nosso clima, isto conduz à lixiviação das camadas superiores da terra, relacionada com a perda das partículas nutritivas e com a condensação do solo em maior profundidade” (MAACK, Reinhardt, 2002, p. 287-288). No entanto, este mesmo homem não se dá conta de que precisa refletir seriamente sobre aquilo que ele “quer” plantar e sobre aquilo que ele “pode” plantar, considerando a precipitação em nossa região.

Enfim, ao extrair o conteúdo simbólico do discurso jornalístico, foi possível desvendar as relações íntimas da comunidade, bem como perceber as oscilações climáticas. Portanto, faz-se necessário considerar que o homem, na condição de ser vivo, biológico, ou como indivíduo executor de atividades, sobretudo expressas no trabalho e cultivo da terra, está subjugado aos ritmos e ciclos bióticos, que, por sua vez, “não podem ignorar o que as oscilações climáticas oferecem em situações extremas (excessos ou carências), acidentais e catastróficas, que, por não serem tão habituais, causam *impactos* e significam *riscos* que não podem ser ignorados” (MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo, 2001, p. 147).

Os processos erosivos, observados em áreas rurais mecanizadas, podem ser considerados um risco induzido pelo homem. É possível, também, afirmar que se está vivendo num mundo ambientalmente mais afetado do que em outros tempos, de modo que: “As ações humanas podem induzir e acelerar processos que não ocorreriam naturalmente em um local. Há muitos perigos e riscos geológicos como consequência das atividades humanas, ou seja, o homem afeta os processos e por eles é afetado” (SOBREIRA, Frederico, 2002, p. 2). E, ainda, conforme o mesmo autor, “a vulnerabilidade é o grau de perda que pode ser provocada pela ocorrência de um fenômeno de uma grande magnitude” (SOBREIRA, 2002, p. 3). A existência de áreas de risco gera um custo elevado que a sociedade paga. Logo, a desorganização e o descaso político é um anteguaia, articulado pelo descontrole que desencadeia prejuízos, “atacando” o solo, os rios, animais e seres humanos.

Na apresentação dos noticiários, a Secretaria Municipal de Agricultura figura na conservação dos solos. Portanto, “[...] é necessário para os próprios produtores rurais terem aumento de produtividade e o trabalho é praticamente custeado pela Itaipu” (SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, 1991, FAN). A conservação de solo recebeu incentivo por parte da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este incentivo está atrelado à contenção do assoreamento do lago. Não obstante, as considerações formuladas por José Roberto Mazucatto, definem o trabalho da conservação do solo e readequação das estradas como estratégia para elevação da produção.

As atividades com a conservação de solos foram planejadas para o período de entressafra e, na ocasião, foi prevista a readequação das estradas. O período estabelecido estrategicamente evita estragos nas lavouras, pois as readequações das estradas movimentam, em alguns casos, novas medições das propriedades. Com o passar dos anos, os marcos das divisas foram subtraídos ou deteriorados pelo tempo. Com isso, a estrada passou a ser um referencial para a divisa. Porém, como a estrada era patrolada, a divisa, em alguns casos,

inclinou para um único lado e, com a readequação, o agricultor prejudicado aproveitou o momento para equilibrar a estrada. Afinal, a relação estabelecida na enunciação discursiva indica claramente que a conservação do solo abrigava pretensões de concordância, exteriorizando a formação de consenso material e ideológico, evidentemente estimulados no aumento da produtividade. O “grito” em prol do aumento da produtividade não esboçou os fatos que desencadearam a redução do volume das colheitas, muito menos se colocou às claras o interesse da Itaipu em custear a conservação do solo. De um lado, estas forças motivaram a conservação do solo para conter o assoreamento do lago, de outro, a recuperação do solo poderia fazer render mais as colheitas, para atender o grupo que passou a sentir dificuldades com a redução populacional e a conseqüente redução do cultivo.

As transformações verificadas na estrutura agrária do Extremo Oeste do Estado do Paraná provocaram e vêm provocando alterações de “peso” no meio ambiente. Os reflexos deste processo podem ser observados na relação da água com o solo, bem como na própria organização do espaço, com reflexos significativos nas colheitas no período da modernização (década de 80). É plausível observar que “[...] no ato da enunciação há uma dissensão entre o corpo que fala e o lugar onde a fala é produzida” (BRITO, 1994, p. 8). Na relação discurso e memória, é conclamado o campo das significações que sustenta as conexões entre locutor e ouvintes. Nesta concepção, as “narrativas e discurso radiofônico, [...] instituem-se na função própria da Língua: a evocação. É através dela que emergem as memórias que, no ato do discurso, liga enunciado e enunciação” (BRITO, 1994, p. 58).

No processo narrativo, os significados são recuperados através da memória coletiva. O estabelecimento da conexão forma-se na base da esfera falada e escrita. Na visão de Brito (1994, p. 59), “[...] o locutor se reporta ao Outro lugar, o lugar da Linguagem, onde se articulam os significantes que, para o narrador e para os seus ouvintes, se constituem em lugar comum”. Essa associação pode sugerir o estabelecimento da concretude que “[...] se

desenvolve na rede de significantes cujo lugar está marcado na história, na vida e nos costumes de cada morador sertanejo” (BRITO, 1994, p. 70). No percurso do espelho invertido, “[...] o sujeito que fala (emissor) demarca o espaço geográfico cujo ‘eu’ se identifica com os demais ‘eus’ [...]” (BRITO, 1994, p. 70). Esta identificação, muitas vezes, é automática. Por exemplo: para os camponeses do Extremo Oeste do Paraná, que conviveram com as etapas que cercaram a construção da Hidrelétrica de Itaipu, reavivada constantemente pela movimentação jornalística, estabeleceu laços entre o emissor e o público ouvinte.

Assim, vale dizer que as redes das unidades do sistema de comunicação penetram no universo simbólico e significativo da comunidade, tornando-se um denominador comum no convívio social, ligado por regras, códigos e manifestações socioculturais, que constituem a via silenciosa do discurso. Para Lacan (apud BRITO, 1994), a realidade presente no mundo do discurso é combinatória e compõe a “abertura entre a aparência, resultante do simbólico, e a realidade tal como é suportada no concreto da vida humana” (BRITO, 1994, p. 84). Ainda, segundo Brito (1994), os discursos são habitados por duas faces. Cabe ao pesquisador olhar para os dois lados de um discurso “[...] Ou seja, o narrador [...] e o lugar onde a fala é produzida. É neste outro lugar que, [...] a Linguagem se origina [e] a história tem sentido. É lá onde se acumulam e são determinadas as redes de significantes” (BRITO, 1994, p. 87).

Enfim, o rádio pode ser observado neste trabalho como instrumento capaz de articular manobras políticas e transformar as relações cotidianas. Contudo, “[...] a facilidade de compreensão do risco que se corre, a existência de uma experiência histórica a respeito e a informação fornecida pelos meios de comunicação são outros fatores que influenciam a percepção dos riscos [...]” (LA ROVERE, Emílio Lèbre, 1996, p. 18). Em termos geográficos, enquanto fonte, o rádio é um meio influente na área de estudo, com longos tentáculos, chegando aos pontos mais remotos. Essa característica deste meio de

comunicação possibilitou o acesso aos acontecimentos culturais, sociais e econômicos, impressos na comunidade. Assim, através das ondas do rádio também se localiza o “termômetro” que regulou e ainda regula a produção agrícola, ou seja, a dinâmica climática com suas ações pode promover encontros e desencontros entre o homem, os desastres, os riscos e as vulnerabilidades.

4.4 Para além do confronto: agricultores e meio ambiente

Na perspectiva do confronto, meio ambiente e agricultura, a implantação do modelo modernizador foi agressivo no ataque aos recursos naturais, por meio de normas que legitimaram a apropriação desses recursos. Na área de estudo, a retirada da mata foi apressada. Os financiamentos, o agricultor só os recebia, com a retirada da floresta. Ao solicitar financiamento para compra de um trator, o agricultor era questionado sobre o percentual de área mecanizada, e, caso a quantidade de área desmatada não atendesse aos anseios das políticas vigentes, o agricultor era “convidado” a fazer um financiamento para desmatar a propriedade e, posteriormente, financiar o trator, juntamente com os respectivos maquinários. Desta política brotou o desmatamento. Nota-se, então, que as técnicas de comunicação exercem influência constante sobre a natureza e no comportamento cotidiano das comunidades, infiltrando modificações no conteúdo cultural. O poder de reestruturação ou interferência na cultura local é maior quando uma sociedade depende ou prefere transmitir e receber o saber por meio de palavras, gestos, comportamentos, o que repercute duramente sobre os pilares de sua memória. A construção discursiva mantém relações com a comunidade, através da palavra falada, lida e sedimentada nas relações diferenciadas com o

tempo, que interferem no conteúdo cultural (CLAVAL, Paul, 1997).

Ao formular estas políticas, a apropriação da natureza acontece de maneira brutal, confrontando homem e natureza. Nos argumentos discursivos, contraditórios e complexos, o processo formatado no campo possui a capacidade de privilegiar os anseios sociais. Em suma, “o que a imprensa tenta fazer é apagar as marcas da modalidade para fazer o discurso à neutralidade e adquirir caráter de verdade. Assim, mascara-se a adesão ou a não-adesão ao conteúdo informativo veiculado” (MARUXO JR., 2002, p. 57). Mas, num espaço de curta duração, a inserção do trabalhador foi bloqueada, e a forma de lidar com a terra foi modificada. A alternativa encaminhada aos agricultores das pequenas propriedades foi a da produção mercantil. Neste sentido, na agricultura capitalista um dos aspectos levantados diz respeito à inserção da pequena produção no modelo conduzido por transformações tecnológicas. Portanto, ao camponês “restou ou aderir ao pacote técnico, para que pudesse fazer parte do novo modelo de desenvolvimento da agricultura, ou a proletarianização” (FERREIRA, 1998, p. 242).

Diante do contexto exposto, o papel assumido pelo pequeno agricultor foi o de subordinado à indústria. Seguindo esta lógica, ocorreu o crescimento do uso de insumos e maquinários agrícolas e a consequência deste processo foi a redução da mão-de-obra ocupada no campo. De acordo com Burnier (2000), o uso de adubos e venenos cresceu vorazmente no país, pois “[...] a adubação [mostra] na primeira variável um acréscimo de 26% e a adubação alcançou 103% para o período de 1970 a 1995/6” (BURNIER, 2000, p. 124) e “[...] o uso dos defensivos [...] está presente em 66% dos estabelecimentos, mas o uso dos fertilizantes em apenas 38% do total” (BURNIER, 2000, p. 124).

Para Zielasco (1995, PS), “[...] o Paraná sempre que foi chamado ele deu respostas positivas. Quando pediram que nós desmatássemos todo Paraná nós o fizemos em questão de 5 anos, tornamos esse solo num grande produtor [...]” (ZIELASCO, 1995, PS).

Porém, a descrição feita em torno dos desmatamentos e, em especial, a influência recebida, indica os problemas que os meios de comunicação podem construir a curto prazo e a solução para estes, quando possível, ocorre a longo prazo. Nas palavras da personalidade em questão, observou-se a sedimentação verbal portadora de triunfo, ao depositar valor ao desempenho produtivo do Estado do Paraná. De acordo com as observações, realizadas de discurso em discurso, predomina, no dizer de muitas personalidades e agricultores, a representação do campo na modalidade do entroncamento de safras.

O caráter questionador do jornalista Lincoln Leduc pode ser observado no formato da questão e resposta elaborada para a personalidade entrevistada. Os temas veiculados geralmente atribuíam o desgaste da natureza, na área de estudo, ao agricultor.

Leduc: [...] O Sr. Na condição de agrônomo tem conhecimento perfeito, sobre o advento do desmatamento [...] **o responsável hoje é o homem, o nosso agricultor, os agrônomos, ou até que ponto, pode ser atribuída esta responsabilidade pelo desmatamento, ao governo federal e ao Banco do Brasil, que na década de [70] exigiam os desmatamentos para ampliar a cultura** (ANDREOLE, 2000, PS, grifo da autora).

Ao insistir e permanecer mais na observação da significação da fala de Lincoln, podem-se pontuar mais elementos que levaram os agricultores a atacar a floresta. É preciso fazer uma retrospectiva, retomando a década de 60, período em que os agricultores foram motivados a desmatar. O incentivo ao desmatamento, por parte do governo, era significativo e foi reforçado pelo Banco do Brasil.

A manifestação discursiva, efetuada por Lincoln, recuperou um microuniverso de significação, instaurada na temporalidade por uma comunicação que produziu condutas hostis ao meio ambiente. A esse respeito, Cleverson Andreole (2000, PS), formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e professor na mesma instituição, agrônomo, Mestre em solos e Doutor em meio ambiente, assim se expressa:

[...] É muito difícil dizer se a culpa do produtor rural [...] o produtor rural eu acho que é uma [...] pessoa que tem sofrido tanto aqui ultimamente, nesse país,

ultimamente não, historicamente, nesse país [...]. Basicamente a agricultura sustenta esse país.

[...] Então, eu resisto muito a chamar o produtor de culpado em qualquer situação. E na verdade existem diversas condições políticas e condições econômicas que induziram ao uso inadequado da propriedade.

[...] Muitas vezes estimuladas por políticas agrícolas irresponsáveis, você coloca muito bem, **o próprio Banco do Brasil, as próprias instituições públicas induziram, em grande parte,** que esse [...] nosso Estado fosse feito (grifo da autora).

Os novos elementos contidos no corpo discursivo deixam a personalidade entrevistada numa situação de aperto. Com o confronto discursivo instaurado, Andreole (2000, PS) desliza seus argumentos nas dificuldades vivenciadas pelos agricultores. Na sua formulação, ocupa-se dos velhos chavões, pautados na produtividade e coloca a agricultura enquanto pilar que sustenta o país. Por outro lado, inicialmente dribla a questão e não comenta o papel do governo e do Banco do Brasil no incentivo à devastação da mata. Mas, ao longo da fala, se rendeu e reconheceu o incentivo de órgãos públicos na retirada da floresta. O procedimento inquisidor de Lincoln serviu-se de sua experiência para formular seus questionamentos, e, pode-se supor que estes acontecimentos cercaram o dia-dia do jornalista. Daí resulta que, de um lado, há a distorção pedagógica da notícia, de outro, serve-se do dualismo.

Além de toda a problemática ambiental, foi considerada, também, a dimensão da mentalidade, no entendimento do confronto entre homem e natureza. Por ocasião da colonização, era comum os agricultores retirarem da caça um complemento para seu sustento. A partir da leitura de trabalhos monográficos, dissertações e teses que tratam da migração e estudaram a fundo a colonização, nas entrevistas recolhidas pelos historiadores locais encontram-se muitas falas e fatos sobre a caça. Hoje (2005) ainda é possível encontrar caçadores na região. No trabalho de campo, um agricultor mencionou um exemplo interessante. Disse que, na mata nativa que ele preservou, havia uma quantidade significativa de tatus. Porém como esta mata encosta no rio e no outro lado existe uma pastagem é comum

no final de semana pessoas da cidade alugarem o espaço para piqueniques e, com isso, lentamente os tatus desapareceram. O agricultor percebeu o sumiço dos animais, porque havia um que freqüentava sua horta à noite. Então, ele adentrou na mata e lá encontrou armadilhas junto às tocas. Quanto às agressões aos animais, nas entrevistas, pode-se observar que em cada mudança foram trazidos um ou mais cachorros, uma arma de fogo, inclusive as velhas “Espera um pouco”.

Com relação à fauna, foram abordados por Luiz Augusto Dietrich, Engenheiro Agrônomo responsável pelo Escritório do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) de Marechal Cândido Rondon os descuidos com sementes envenenadas que matariam as pombas amargosas.

[...] elementos [...] que a gente conhece, que são esclarecidos [...] que são grandes produtores da região e alegam simples desconhecimento de normas básicas que o próprio bom senso recomenda que não se faz. E o exemplo de um grande produtor da região que simplesmente [...] joga semente de trigo envenenada pra tentar acabar com as pombas amargosas.

[...] nós pretendemos a médio prazo transformar toda e qualquer margem de rio, margem de água de nascente em Marechal Cândido Rondon, com que seja reposta a mata de proteção, a mata ciliar que foi exterminada, pelos agricultores [...] (DIETRICH, Luiz Augusto 1989, PS).

Cabe mencionar uma nova arma utilizada para eliminar os animais “indesejados” na propriedade: o veneno. Este, sem barulho, e de uma só vez, acabou com a vida das pombas amargosas, e pode também matar outros pássaros que se alimentam de cereais. A função expressiva em torno do envenenamento de pombos exprime um dado novo. Os animais teriam sido atingidos por produtores com considerável área cultivada, por isso supõe-se que estes eram adeptos ao cultivo especializado, estabelecido no uso de mecânica pesada e insumos. Nesse sentido, estes agricultores simbolizam um pequeno grupo, identificado com a produção de mercado, fortemente envolvido com a produtividade. Para transformar as atitudes expostas, o empenho deveria ultrapassar o discurso e concretizar ações. Pois, para penetrar no mundo desse agricultor, não era uma tarefa simples, era preciso

mais do que insistir, seria necessário contar com a ajuda de órgãos especializados. Mas, como resolver ou amenizar os ataques ao meio ambiente? Se ora ocorreu o estímulo à produtividade sem cuidados, como recuperar ou construir estímulos mais atenciosos com a natureza? Ora, é justamente nos conteúdos dos discursos, que estão as respostas para esta questão. Em outras palavras, os discursos anteriores constituem uma cadeia de estímulos favoráveis à produtividade e os cuidados com a natureza foram poupados.

A questão envolvendo consciência e mentalidade com a causa ambiental poderia ser trabalhada com mais seriedade pelos representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A estratégia utilizada para mudar a lida cotidiana, da agricultura tradicional de mercado para especialização e ampliação da diversificação, via agentes de mudança (extensionistas) da ACARPA/EMATER, poderia ser aplicada na preservação ambiental. A carga de discursos que promoveu o contato via rádio e pessoal (agente de mudança / extensionistas) para modernizar a agricultura poderia ser aplicada para reorientar os cuidados com o meio ambiente. Mas, até o momento, são registradas falas pautadas em leis e multas. Não há uma articulação forte com a causa ambiental como a desencadeada para modernizar a agricultura. Talvez, porque é atribuído aos órgãos do governo do Estado a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Preservar é uma questão tratada entre o dualismo do bem e do mal, ou seja, viver no “inferno” e sonhar com o “paraíso”. A dimensão discursiva é alarmante, ao expor a necessidade de repovoar a mata ciliar, mas, ainda hoje (2005), o trabalho de campo revelou rios sem esta mata.

No tocante aos aspectos tecnológicos e ambientais, participou do quadro Personalidade da Semana, do jornal de domingo, o Sr. Alberto Contan, advogado ambientalista e presidente da Associação de Defesa da Educação Ambiental de Maringá. Na ocasião, Contan (1989, PS), que falou como representante dos interesses do cidadão, e na

condição de ator que defende o meio ambiente. Esteve em Marechal Cândido Rondon, realizando palestra sobre o Programa de Reflorestamento de Matas Ciliares e recuperou o conteúdo da palestra no decorrer do referido programa.

Com prazer passo a explicar de que se trata o programa de reflorestamento ciliar. É um programa que tem por objetivo levar os lavradores, conscientizar os lavradores, a plantar árvores nas margens do rio. Porque **o desmatamento nas margens do rio, provoca uma série de malefícios para propriedade rural**, e acaba com a fauna aquática, provoca desbarrancamento das margens, provoca um entulhamento ou assoreamento do curso d'água. **Enfim, uma série de desvantagens para a propriedade rural, que fica desvalorizada** e implica em último caso uma análise, um prejuízo para gerações futuras, porque nós, a nossa geração chegou aqui no Paraná há trinta, há quarenta anos atrás, encontrou florestas belíssimas, terras fertilíssimas, rios e águas límpidas, rios com peixes, havia fauna silvestre. Enfim, terras férteis, entanto nossa geração **está praticando uma agricultura meio predatória, meio ranhosa, nós destruímos as florestas, e poluímos os rios, acabamos com os peixes, com a fauna silvestre. É essa herança, digamos, maldita que nós queremos entregar para os nossos descendentes, isto está errado. Então, para evitar que isto aconteça, nós estamos conscientizando os proprietários rurais para que passem a reflorestar nas margens do rio, e cabe aqui uma explicação, meus amigos: pelo Código Florestal, uma faixa de terra, marginal ao rio, de no mínimo 30 metros de largura, não pertence ao dono da terra.** Essa faixa pertence à nação, só que a utilização dessa faixa de terra, constitui um delito de contravenção penal, é punível com a prisão de até 12 meses e multa de 1 até 6 salários mínimos regionais. De forma que eu recomendo aos senhores lavradores, que não utilizem mais esta área, deixe de ser utilizada, e passe a reflorestá-la com mudas que o ITCF [Instituto de Terras, Cartografia e Florestas] fornece de graça.

Não, pelo [...] Código Civil nosso, ninguém pode alegar ignorância da lei. Quer dizer se tu nunca leu aquele Código [...] mas não pode alegar ignorância, se não seria muito fácil a pessoa dizer: 'há eu não sabia' né. Então todo mundo foge com a responsabilidade. Então [...] ninguém se esconde de cumprir a lei, alegando ignorância. **Então fim de papo.**

[...] Existe a chamada reserva legal, que são 20% da propriedade do imóvel, que deve permanecer sempre coberta da matas, ou seja, se você tem 100 alqueires de terra, você só é dono de 80% que 20%, ou seja 20 alqueires, tem que ser reservadas com matas. E essa mata [...] não está de enfeite na propriedade, não está de bonitinha, ela tem uma função vital a exercer na propriedade rural. Sabe qual é? A função dela é forçar a infiltração das águas da chuva, que vão alimentar os lençóis subterrâneos. Desde que haja uma mata, a água que cai da chuva infiltra e não escorre, não provoca a erosão, ela infiltra vai alimentar o lençol subterrâneo e com isso todas lavouras vizinhas destas matas resistem a secas mais prolongadas (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

No contexto:

[...] Por isso, a lei determina que haja em toda propriedade rural uma reserva de matas. [...] se o indivíduo não tem esta reserva, ele vai estar cometendo um delito contra a legislação formal. **Aliás se nós quiséssemos processar todo lavrador da região, já poderia começar hoje mesmo**, ou [...] melhor Segunda-feira. Porque todos estão utilizando a faixa marginal ao rio e nenhum tem reserva de mata. Mas, claro como ninguém disse nada sobre isso aí, sobre esse assunto, eles estão, digamos assim entrando de gaiato [...] **estão infringindo a lei sem saber disso** (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

Embora o conteúdo da fala permeasse em torno do reflorestamento ciliar, em vários momentos os argumentos oscilaram, agregando valor à propriedade. Este valor foi projetado ao agricultor que incorporasse o sistema de conservação. Concomitantemente, Contan assinalou os desdobramentos da colonização e fortaleceu seus argumentos nos moldes nocivos com que foi retirada a floresta. Sendo assim, estabeleceu um viés argumentativo, pautado nos futuros desdobramentos no município, caso os agricultores não aderissem ao programa. No decorrer dos argumentos, foi conferido um componente familiar, pois ao direcionar a fala aos agricultores, os chamou de “meus amigos” para, na sequência, “aplicar” discursivamente o Código Florestal.

A estratégia empregada direcionou palavras amigas aos agricultores, objetivando ativar a receptividade ao tema. Suavemente, a personalidade passou a indicar os problemas que a ausência de mata traz para a propriedade. O valor atribuído à conservação da mata unificou argumentos simbólicos, firmados na valorização mercadológica da propriedade. A não-conservação foi posta na condição de fator que retira valor de comercialização da área. No plano simbólico, o descuido com o meio ambiente foi depositado na condição de herança indesejada. Com o retorno ao passado, o entrevistado retira da memória cenas detalhadas, informando e relembrando propositalmente aos ouvintes, de como era a mata, os rios, a fertilidade do solo e a abundância de animais. Com estes detalhes, o entrevistado recuperou memórias dos ouvintes que também conviveram com a paisagem descrita, afinando, com este recurso, a sintonia da comunicação.

O recurso discursivo buscou chamar a atenção dos camponeses, para a necessidade de reflorestar as áreas próximas aos rios. O Código Florestal foi detalhado e foi atribuída significativa ênfase à questão da propriedade da terra, pois chamou a atenção dos agricultores para a faixa de preservação dos 30 metros que margeiam o rio, informando-os sobre que esta extensão de terra não lhes pertence. Portanto, os agricultores foram colocados

na condição de ilegalidade, pois retiraram a mata de uma área imprópria. A problemática foi depositada sobre a agricultura praticada. Com isto não se quer defender o modelo modernizado, mas chamar a atenção para a construção discursiva presente nas redações jornalísticas, nas falas das personalidades, órgãos oficiais que empreenderam significativos esforços para transformar o sistema de cultivo, e que, na ocasião, não reservaram espaço para o meio-ambiente. Nas falas da época (1960-1970), o discurso “competente” ditava as regras, a retirada da floresta deveria ser rápida, o cultivo deveria alargar a produtividade e as discordâncias eram abafadas. Realmente, pode-se supor que os valores econômicos foram estimulados, a tal ponto que a personalidade se valeu do lado estético da propriedade, firmado no valor de comercialização para, na seqüência, tratar da questão ambiental. A forma empreendida denuncia um discurso que suscita homogeneidade, podendo sugerir que, diante das colocações, houve a retirada da mata ciliar em grande parte das propriedades. De outro lado, é comum camponeses sentirem a ausência de peixes nos rios, e observar o assoreamento pelo desgaste da profundidade dos rios.

Os enunciados enérgicos parecem discutíveis, uma vez que os agricultores foram motivados a retirar a mata para receber os benefícios dos financiamentos. Outro fenômeno, que evidencia o “desconhecimento” das leis pelos agricultores e foi inexplorado de imediato na fala do ambientalista, foi a ação praticada pelo Banco do Brasil, que disse: caso a área destocada fosse pequena, o agricultor deveria financiar a destoca para na seqüência financiar os equipamentos (trator e maquinário). Na lógica dos argumentos, os benefícios, divulgados aos receptores discursivamente, foram desqualificados. Num evidente jogo de contrastes, prevalece a força da lei e os benefícios que a reserva de mata pode ofertar ao meio hídrico.

O tecido argumentativo foi costurado com base no procedimento oscilante. Primeiro, falou-se da faixa marginal de mata em torno dos rios e da relevância da mesma e, no

segundo momento, o foco foi direcionado para o poder da lei, e que esta poderia ser aplicada de imediato, mas o bom senso garantiria um período para que o agricultor sistematizasse o cultivo de árvores na faixa que beira os rios. As mudas seriam ofertadas pelo ITCF. Após tratar amplamente do desmatamento, Alberto Contan reserva propositalmente poucos argumentos que aglutinam a falta de informação por parte dos agricultores em relação à conservação da faixa de mata ciliar.

A conservação foi justificada através da funcionalidade de equilíbrio exercida pela floresta, na retenção da água da chuva. Com a conservação ou replantio da mata, a água passaria a ser absorvida pelo solo e, assim, ocorreria a hidratação dos lençóis subterrâneos. Como já foi exaustivamente observado, o fenômeno da estiagem traz riscos e vulnerabilidades, tanto para a colheita, como para o equilíbrio econômico, ou melhor, para a sobrevivência do camponês. Nesse sentido, Contan (1989, PS) aproveita para dizer que o replantio da mata retém a água da chuva, e, com isso, áreas próximas cultivadas com produtos agrícolas podem resistir mais tempo à seca. Pode-se sugerir que este argumento somou-se aos outros para despertar o interesse do camponês pelo reflorestamento.

Com base nos argumentos ventilados, o entrevistado considera implícito, a partir de então, o conhecimento da lei pelos agricultores e, neste caso, afasta a possibilidade de o agricultor não ser conhecedor da lei. Assim, procedendo à análise deste documento (entrevista), observa-se o poder que foi atribuído ao meio de comunicação. Logo, toda uma série de questões surge e permanece em suspenso, pois “[...] com efeito, a maneira de integrar ‘o discurso de outrem’ no contexto narrativo reflete as tendências sociais da interação verbal numa época e num grupo social dado” (BAKHTIN, 1997, p. 18).

A enunciação de Contan (1989, PS), fundada na preservação e reposição da mata ciliar, pode também abrigar outras questões, como a réplica do diálogo social, arquivada no núcleo discursivo e preservada na documentação jornalística. A construção discursiva pode

destoar entre o discurso interior, que verte de dentro da representação da personalidade, ou pode ser exterior, provindo da representação que faz da comunidade para quem fala, ou ainda da influência de sua formação e do cargo que ocupa. Cada personalidade jornalística manifesta a enunciação de dentro da natureza social, que é ideológica. Por conseguinte, “[...] ela é de natureza social, portanto ideológica” (BAKHTIN, 12997, p. 16).

Ao observar a fala do entrevistado, podem-se depreender elementos discursivos que confirmam a adesão dos pequenos produtores ao repovoamento da vegetação ciliar. Os argumentos podem ser confrontados na íntegra:

[...] Então de agora em diante, ninguém mais poderá alegar ignorância. Nós vamos dar essas mudas, vamos dar orientação e [...] aqueles que não quiserem se enquadrar no processo nós seremos obrigados a aplicar o Código Florestal que determina um processo de contravenção penal e um proprietário que tiver um processo em andamento, ele não tem financiamento nos bancos. Então, você vê que a coisa é muito séria, por isso o nosso aviso a esse pessoal, que pare de explorar essa área, se não vem um processo nas costas aí.

[...] felizmente está vindo à receptividade boa dos proprietários rurais, não foi preciso aplicar a lei, apenas infelizmente [...] **alguns proprietários mais poderosos, ricos, que dizem ser pessoas supostamente esclarecidas, é que têm criado problema. O pequeno produtor adere prontamente ao trabalho,** [...] por exemplo: o produtor tem que [...] plantar 300 metros para frente de um rio, que passa na sua propriedade. Ele não tem que plantar tudo de uma vez, ele planta 200 metros hoje, ou 150 metros hoje e mais adiante um pouco. E permitimos que entre as fileiras das árvores, ele plante uma culturazinha, para ele não ficar assim, totalmente assim, descapitalizado nesse [...] trecho. Mas depois do segundo ano ele é obrigado a abandonar essa área para que se forme essa [...] floresta protetora, [...] não estamos processando [...] avisando, notificados assim apenas 5 ou 6 foram chamados na Justiça. De pessoas que realmente **não quiseram ouvir a voz da razão** (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

Na mesma direção, afirma:

[...] o ITCF vai fornecer pro pessoal daqui as espécies que se dão bem, que se dão naturalmente aqui. Agora fornecemos também uma grande cota de sementes de eucalipto para que ele plante num trecho da propriedade, um trecho quebrado da propriedade que haja muita pedra, que não utilize para agricultura. Ele planta um bosque de eucalipto, para que ele tenha madeira na propriedade. **O que tá acontecendo é o seguinte [...] nós estamos verificando um absurdo nas propriedades rurais não há mais lenha, não tem mais lenha, usam o fogão a gás, isso é um absurdo [...] contra-senso brutal** (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

Mas, em contrapartida, Alberto Contan menciona casos de grandes proprietários que burlam o reflorestamento da mata ciliar. Estes últimos são considerados

esclarecidos, portanto, merecedores da intervenção judicial. Lembrando que os argumentos foram direcionados, relativamente ao público-alvo dos pequenos e médios produtores, a frase “o pequeno produtor adere prontamente ao trabalho” (CONTAN, 1989, PS) esclarece a articulação discursiva. Como se tem visto, no decorrer da entrevista, alguns produtores apresentaram resistência ao projeto.

Conforme pode ser concebido na investigação discursiva e de campo na entrevista que ocorreu em 1989 e em 2005, grande parte das margens dos rios rondonenses não possui reflorestamento, o que denuncia a fragilidade dos argumentos anteriores. Os proprietários de áreas maiores, quando não possuem o percentual exigido de mato, acabam comprando-o, e, com isto, driblam o replantio. Recentemente (2005), os camponeses com as áreas pequenas passaram a organizar-se, solicitaram indenização para efetuar o repovoamento da mata ciliar, alegando que suas áreas já são pequenas, e que, com o reflorestamento, a redução da propriedade poderia comprometer sua permanência no campo.

O alvo discursivo depreende argumentos favoráveis ao reflorestamento, reconhecendo que a ele pode aderir paulatinamente o produtor. Na seqüência (Alberto Contan) introduz articulações que apóiam o cultivo entre as árvores, mas isso só seria permitido no primeiro ano. O enunciador permicioso estava realmente preocupado com a descapitalização do agricultor? Ficou implícito que esta preocupação desapareceu no ano seguinte. A preocupação com a descapitalização do produtor torna-se vazia para o segundo ano. Ao analisar a construção discursiva intersubjetiva, supõe-se que as árvores já teriam atingido uma estatura que as livraria das ervas daninhas, por isso o cultivo no primeiro ano junto com a capina contribuiriam com o reflorestamento.

Conforme informações extraídas da fala de Alberto Contan, as espécies fornecidas pelo ITCF englobam mudas nativas da região. Para as áreas de relevo ondulado e com rochas, foi fornecida uma cota de sementes de eucalipto. Um dos eixos argumentativos

atacou fortemente a ausência de lenha na maioria das propriedades. Tomando, por exemplo, a natureza da informação direcionada ao agricultor, o advogado ambientalista condenou o uso de fogão a gás nas propriedades.

O fervor discursivo de Contan (1989, PS), aos poucos, ficou mais ameno.

[...] nós não queremos consertar o Brasil de uma hora pra outra, realmente o Código Florestal manda 30 metros [...] **nós compreendemos que não devemos penalizar o lavrador se tem uma pequena propriedade então nós toleramos que ele plante 15 metros, 20, 10 metros. Nós queremos que ele plante alguma coisa, porque não é admissível que a pessoa explore a terra até a beira da água.** [...] leva o trator até a beira da água, isso é inadmissível, **isso não vou mais admitir.** Então se ele mostra que realmente a propriedade é pequena, se ele planta 30 metros vai ser um desfalque grande para ele. Nós seremos tolerantes, [...] não queremos consertar o Brasil de uma hora pra outra [...] o Brasil vem errado há muitos anos, então vamos demorar uns anos pra consertá-lo. Mas se o lavrador plantar uma faixa de 15 metros ou 10 conforme sua propriedade, **nós nos daremos por satisfeitos e daremos até o diploma de bom [...] agricultor** (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

Na sequência:

Não tenho a pretensão de consertar erros que vêm de séculos, sabe desde tempos dos portugueses, no Brasil se pratica uma agricultura predatória. Então não tenho uma pretensão de consertar isso de uma hora pra outra. Só o reflorestamento ciliar não vai resolver tudo, tem que haver também conservação do solo, para que não haja o assoreamento dos rios.

[...] Eu vou explicar rapidamente como funciona esse processo, primeiro nós chegamos a fazer uma reunião nas cidades, onde o projeto, [...] técnico nosso escolhe um rio, e vai listar todos estes proprietários, e convidar para uma reunião já positiva. Então cada proprietário vai dizer [...] qual a área de sua propriedade qual à frente para o rio, nosso técnico vai ver a necessidade se com trinta metros dá ou dez metros dá. Então ele fica intimado a plantar as árvores, você vai plantar 300 árvores ou 400 ou 500. Enfim, não se obriga o cara a plantar na hora, se ele tem uma lavoura de trigo plantada, não vamos querer que ele retire a lavoura, evidentemente, se por exemplo teve uma época de seca não vamos querer que plante também, que é perder o trabalho dele, nós queremos que ele faça alguma coisa sem se traumatizar, que dizer então se tá com uma lavoura na beira do rio, quer dizer não poderia ter, mas tem, não vamos querer que ele tire a lavoura, espera que ele colha direitinho, [...] depois então da colheita, então ele passa a plantar. Mas, se após a colheita houver uma geada, [...] não vamos querer que ele plante, perde o trabalho dele, perde as mudas (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

E, ainda, nesse sentido diz:

[...] Ele não é obrigado a plantar. **Nós aconselhamos [...] porque sempre é bom plantar porque refresca a propriedade, melhora o visual, a aparência, valoriza a propriedade realmente, né.** Quem não quer ter uma propriedade com uma floresta que possa fazer um piquenique de manhã, pescar ali e tal (CONTAN, 1989, PS, grifo da autora).

As formas do dizer articuladas sinalizam disritmia ao longo da entrevista, pois entre termos autoritários surgem falas soltas e flácidas, em torno da exigência de que se mantenha 30 metros de mata às margens dos rios. Adiante, tratou-se da hipótese de um pequeno produtor, reflorestar 10, 15 ou 20 metros, porque por possuir uma propriedade pequena, caso reflorestasse 30 metros a redução da área cultivada traria reflexos econômicos significativos. Ao mesmo tempo, a entonação expressiva e amansada avança em comum acordo sobre a modalidade enunciativa, que busca a comunicação. Nos desdobramentos da fala de Contan (1989, PS), encontram-se dois pontos divergentes; de um lado, a investida discursiva busca despertar o interesse dos camponeses pelo reflorestamento e, do lado oposto, supõe-se que anseios econômicos exercem pressão, amenizam o entusiasmo e engajamento pela recomposição da mata ciliar, admitindo-se um encolhimento na faixa de preservação.

Com os argumentos colados nos problemas ambientais, Contan retoma o processo histórico e relembra o confronto que ocorreu no transcorrer da “colonização” do país. Neste contexto, ressalta o incentivo ao reflorestamento, a preservação do solo, de modo que cada área reflorestada somaria esforços positivos na preservação do meio ambiente.

No entanto, para Alberto Contan o produtor não seria obrigado a plantar árvores, mas caberia isolar a propriedade e deixar que a própria natureza fizesse o trabalho de reconstrução da floresta. Na seqüência, Contan (1989, PS) explica que:

[...] o dono da terra deve se comportar como um inquilino que aluga uma casa, e assina um contrato tem que entregar a casa em ordem, não a casa esbagaçada [...]. então a nossa geração [...] tem a obrigação, um compromisso com gerações futuras. Nós não temos o direito [...] de entregar um mundo degradado aos nossos descendentes [...]. puxa mas que gente irresponsável foi aqueles homens de 1989 que nos entregaram um deserto arrasado. Nós temos isso sim deixar a casa arrumada. **Se nos vivemos aqui há 30, 40 anos atrás, encontramos florestas, rios com águas limpas rios [...] rios com peixes, uma fauna selvagem.** Nós temos obrigação moral [...] de devolver esse mundo como o encontramos. Então convido os lavradores a cumprir esse compromisso moral que nós temos de entrega aos nossos descendentes um mundo que seja habitável, e não um mundo cão [...]. É realmente [...] triste constatação a falta de educação política do nosso povo e principalmente de certos políticos sabe, basta um grande proprietário ser autuado [...], que ele já vai num político e o político começa infernizar a vida do funcionário ou fazer ofertas indecorosas [...] para que ele relaxe a ordem, ou ameacá-lo de pedir-lhe a cabeça. [...] **As leis de Portugal aplicadas no Brasil Colônia eram muito**

mais rigorosas que nosso Código Florestal. Nosso Código Florestal hoje parece uma água de cheiro, uma água de rosas, perante as leis da nação portuguesa para o Brasil. [...] (grifo da autora).

Neste sentido, os argumentos foram direcionados para o lado estético da propriedade. Atualmente (2005), algumas propriedades incorporam como valor a floresta, água limpa, principalmente agricultores identificados com o cultivo orgânico.

Outro aspecto diz respeito aos problemas desencadeados na esfera dos proprietários, que adquiriram propriedades vizinhas e retiraram parte da mata, porque eles acabam, por força da lei, obrigados a isolar a área novamente, além de pagar multa. A informação arquitetada em 1989 recebeu contornos concretos e tardios. Só muito mais tarde, as propriedades maiores passaram a ser medidas e os proprietários foram obrigados a deixar uma pequena parcela da área para recomposição da mata (observar registro fotográfico abaixo). Detalhes observados em campo mostraram que estes proprietários maiores retiraram as benfeitorias, as cercas das pastagens, as árvores frutíferas, e, em alguns casos, aproveitaram para dizimar pequenos bosques. A comunicação verbal é capaz de reduzir ou ampliar conflitos, como pode adequar a linguagem de acordo com interesses de grupos dominantes que buscam reforçar o seu poder. Na fala acima, o meio ambiente é representado na condição de lar, levantando significados comuns a todos os ouvintes. Os cuidados que cercam uma habitação fazem parte das representações e valores coletivos dos camponeses. Na construção discursiva, a residência foi representada como local indefinido. O camponês foi posto na condição de locatário/proprietário, e, pode-se sugerir um fundo religioso, constituído na passagem entre a vida e morte. Mas, também, sinaliza o movimento ao qual os camponeses foram submetidos, como a migração ou êxodo rural. Contudo, ao sinalizar a formação de consensos rebocados ao lado de posições diferenciadas, deve-se voltar a atenção para o confronto de idéias que objetivam aliviar as tensões dos mais fortes, mostrar aos camponeses que só a eles cabe cuidar do meio ambiente, independente se a terra é deles ou arrendada.



Fotografia 7 – Recomposição da Floresta

Este é um exemplo de aplicação tardia da legislação ambiental. Após o isolamento da área, dá para observar a recomposição espontânea da vegetação.

O agricultor foi incentivado a diversificar, sem uma investigação de caráter ecológico. Ocorreu, então, o confronto entre os agricultores e o meio ambiente. Conforme Parizotto (s.d., PS),

[...] de represa [...] atingindo a nossa região, e quando chegam na nossa região, encontram alimento abundante, porque existem [...] milhares de peixes dentro de um açude [...] alevinos recém colocados pelos produtores. E o Biguá por exemplo, e [...] uma ave [...] um pato selvagem, ele mergulha até quatro a cinco metros de fundura realmente é um grande pescador, ele chega destruir [...] nós temos contado [...] até mais de cinquenta alevinos [...] por dia, só que daí o cidadão diz, não eu vou pegar a minha espingarda e vou começar atirar, vou matar esses animais. [...] agora esse vai ser um problema nós vamos enfrentar aqui com a piscicultura na nossa região, porque essas aves têm vindo [...] cada vez em maior número [...].

Adir Parizotto (s.d., PS) tratou da questão ambiental, e, na ocasião, debateu o reflorestamento nas propriedades, em especial a reposição da mata ciliar. Na indicação de Parizotto (s.d., PS), o reflorestamento pode ser praticado pelo agricultor na área que este julgar mais adequada, por exemplo, numa parte menos nobre da propriedade. Nesse sentido, o

agricultor é livre para escolher o local do reflorestamento, com exceção das margens das sangas e cursos d'água, atendendo à manutenção de 30 metros com mata.

No contexto das questões ambientais, o entrevistado mencionou o desequilíbrio causado pelo Lago de Itaipu, e a migração de patos selvagens, próprios de ambientes lacustres e marinhos, aves até então não existentes na região (biguás, etc.). Com a diversificação, os agricultores construíram açudes e desenvolveram a criação de alevinos, com isso os biguás passaram a buscar alimento nos açudes. No discurso observado, surge um fato diferente, que interfere na piscicultura e expõe novamente a incerteza aos camponeses e técnicos. Com o surgimento do problema, recorreu-se a uma construção discursiva para conter o agricultor e evitar a morte dos patos. Portanto, a embalagem discursiva contém construções ideológicas presentes no texto escrito ou oralmente produzido, muitas vezes, construções transferidas pela mídia com as ideologias do ator, ou com a construção que a mídia arquiteta de si. Na construção discursiva, a prática social habita a produção de textos escrita ou verbal. Logo, o incentivo ao reflorestamento da propriedade e as explicações sobre a migração dos biguás refletem que a construção discursiva abriga a visão de mundo determinada/vinculada ao ator e à superfície social em que vive, ou organismo institucional que representa. O contexto emoldura a construção discursiva escrita ou verbal, bem como acolhe a realidade do jornalista/redator e do receptor. A aceitação, na interpretação da presença do ator/personalidade, traduz-se em admitir a presença de um sujeito integrado à determinada identidade social e histórica. Com esta observação, deduz-se que Adir Parizotto (s.d., PS) situa seu discurso no universo composto por uma identidade compartilhada.

Na observação de campo e nos dados retirados das falas com agricultores, um deles relatou que seu vizinho, um proprietário médio, largava os dejetos da esterqueira no riacho, matando peixes e contaminando os animais que consumiam a água. Uma vez denunciado, parou com o processo e acabou vendendo ou doando o adubo orgânico aos

pequenos produtores. Na seqüência, passou a depositar entulhos no riacho e, como possui várias propriedades que perpassam por diversas sangas, passou a afetar outro rio, desta vez, outro vizinho indignou-se e começou a reclamar. Este agricultor “sujão” possui terras e comércio, e, no final de semana, costumava trazer entulhos urbanos (restos de construção), lixo doméstico, como partes da árvore de natal, e os depositava na mata. Os vizinhos ficaram intrigados, pois na cidade existe a coleta de entulhos e outros lixos, inclusive a coleta seletiva. Alguns agricultores realizam uma coleta seletiva do “lixo bom” e trazem esse material para a cidade e o depositam nos coletores de amigos, filhos, etc.

Contudo, o conjunto dos acontecimentos desencadeados com a modernização agrícola revela que a recuperação da mata ciliar, descontaminação dos rios, redução no uso de veneno e outros, requerem a construção de uma consciência pautada em bases compromissadas com o meio ambiente e não apenas por discursos que visam à efervescência momentânea sobre o tema, amenizando o confronto entre agricultores e meio ambiente.

4.5 Os sentidos das tradições e a repercussão discursiva na agricultura orgânica x cultivo “convencional”: empoderamento do camponês

A discussão em torno do cultivo orgânico ocupará o foco da articulação discursiva, as relações cotidianas serão ressaltadas, mas não se tem a pretensão de esgotar o tema. O cultivo orgânico foi estudado por outros pesquisadores cuja metodologia lançou mão sobre a história vivida e, neste particular, as técnicas de cultivo e a comercialização dos produtos foram alvo das investigações, bem como a formação do CAPA.

O contexto histórico de apropriação e ocupação do espaço em estudo impactou o meio ambiente com diversas ações humanas, como: domesticação de animais, cultivo modernizado, construção de vias de transporte e outras mais. Mas, a atual implicação no ambiente e na sociedade, produzida pela biotecnologia, vem imbuída de um caráter de invasão do ambiente, atacando as potencialidades da estrutura original dos seus integrantes (CAMARGO, Ana Cristina, 2000).

Ana Cristina da Palma Camargo (2000) fixa argumentos sobre o caráter evasivo da biotecnologia na natureza e pede à sociedade para “informar-se e adquirir conhecimentos de uma forma integrada, quer seja sobre recursos naturais manipulados ou sócio-culturais que constituem e integram um processo de construção de uma sociedade sustentável” (CAMARGO, 2000, p. 6). Primordialmente, “[...] a possibilidade de extração da renda que impele a atividade capitalista na agricultura. [...] é uma atividade produtiva singular, pois diferentemente de todas as outras, está estritamente sujeita aos ciclos da natureza” (PAULINO, 2003, p. 21).

Com os desdobramentos da modernização tecnológica, o tempo de maturação das plantas foi encurtando, “[...] bem como redefinindo a influência de agentes perturbadores nos ciclos produtivos, [pois] a agricultura ainda depende das forças naturais e é bastante afetada por elas, constituindo-se em uma atividade de riscos” (PAULINO, 2003, p. 21). Portanto, as “[...] duas variáveis, renda e riscos, são decisivas na definição do volume de investimentos capitalistas na agricultura” (PAULINO, 2003, p. 21).

Como já foi observado, a derrubada da mata passou a ocupar significativo espaço na construção discursiva. A esse respeito Parizzotto (s.d.) diz : “[...] existe por exemplo a questão da derrubada de mata, [...] que é um dos problemas que o Instituto Ambiental se depara na região. Nós já somos uma região que tem no seu global menos de 7% de cobertura florestal”. Este fragmento, extraído da fala de Parizzotto (s.d.), indica um

contradiscurso. A temática da retirada violenta da floresta ocupava, até então, subjetivamente, as falas, ou, quando vertia com mais intensidade, a problemática era depositada sobre os agricultores. Para efeito de comparação e resgate histórico, a colonização vivenciada na área de estudo evidencia as pontes que aproximam a sociedade da natureza. O estreitamento nesta relação ocorreu no conjunto das representações locais fortemente vinculadas ao trabalho e tiveram estimulada a idéia de “progresso”, cujo valor foi diagnosticado e reforçado por grupos vinculados ao sistema econômico. Portanto, “[...] Pode-se dizer que, a partir da ciência e do progresso de suas técnicas, os instrumentos de interferência na natureza tornaram-se mais sofisticados e mais evasivos” (CAMARGO, 2000, p. 18). Manifestações ligadas à retirada da floresta mantêm-se vivas e arrancam constantemente preocupações das pessoas que realmente buscam a preservação. A modernização agrícola armazenou um conjunto de palavras próprias do modelo implantado. No cotidiano, circularam outros costumes, culturas, tradições, que foram adequadas para facilitar a acumulação de determinados grupos econômicos. Com a maximização de expectativas favoráveis ao lucro, as questões e compromissos com o meio ambiente e social foram retirados da pauta.

Cielo (1994, PS) refez o caminho discursivo e enfatizou a organização camponesa.

[...] Nós sempre orientamos os pequenos, dizendo o seguinte: ‘o mundo tá se integrando, e está acontecendo a integração no Mercosul. O pequeno produtor individual [...] dificilmente consegue sobreviver, então ele acaba sendo expulso da terra, porque ele não se organiza. [...] pedimos que os agricultores [...] façam associações de pequenos produtores [...].

Com a modernização agrícola, lentamente, um número considerável de pequenos agricultores visualizou outros encaminhamentos para produzir com qualidade e garantir a sobrevivência da família, inclusive ocupar toda a mão-de-obra e abrir frentes para contratar mais trabalhadores, o que foi possível por meio do CAPA.

Para Zielasco (1995, PS), a produção de horticultura em Marechal Cândido Rondon se desenvolve lentamente. Os desafios para romper com as resistências e ativar novamente as hortas caracterizam-se nos aspectos culturais.

[...] nós temos já [...] o hortigranjeiro ele até um problema cultural, [...] colocaram através do longo dos anos que nós temos que produzir [...] para exportação, e nós temos essa cultura implantada e nossa estrutura toda é para isso. Para mudar isso é até um problema cultural que exige uma demanda de tempo muito grande [...] (ZIELASCO, 1995, PS).

No contexto do discurso, a essência do modelo comportamental possui raízes no passado, nas enxurradas de discursos e ações *in loco* que visavam mudar o comportamento dos agricultores para o cultivo modernizado. A afirmação de Zielasco (1995, PS) repõe a exata dose discursiva recebida pelos camponeses, que os fez afastar-se de afazeres comuns, como o de preparar a horta. A construção de um cercado que abrigava as hortaliças era quase que um ritual, a horta era um acessório básico presente na formação da moradia. Na constituição da propriedade (período da colonização 1960) havia a casa, estábulo, paiol, cercado e horta. No cotidiano, “quanto à ‘imagem territorial’ dos sítios, igualmente parece prevalecer um padrão: à frente das casas é comum encontrarmos jardins repletos de espécies floríferas, com destaque para a roseira” (PAULINO, 2003, p. 381). Conforme a fotografia abaixo se pode observar a característica da propriedade.



Fotografia 8 – Imagens da Propriedade

Nesta imagem é possível observar a convivência estabelecida entre o velho e o novo. A construção foi realizada no período da colonização 1960, e com o passar dos anos foi recebendo contornos mais modernos. A área cercada por madeira foi substituída por uma estrutura de ferro, e a fibra ocupou os espaços vazios formando as aberturas. A latrina, local de banho e área de serviço toda em madeira cedeu seu espaço para uma construção de alvenaria, acoplada à casa. A tecnologia é visível no poste encostado na residência, que indica a presença de telefone Celular Rural. As flores e gramado fazem uma composição ente moderno e antigo. As rosas tradicionalmente ocupam os entornos das residenciais, mas o gramado migrou da cidade para o campo no período da modernização agrícola.

Os camponeses estão distribuídos em localidades denominadas linhas pertencentes a um distrito. A linha é cortada por uma estrada principal, de frente para a qual, ficam as entradas das moradias. Em algumas entradas, as flores contornam o caminho. A capela, o salão comunitário e a antiga escola localizam-se estrategicamente num ponto de destaque, na altitude ou no ponto central da localidade. Na maioria das comunidades, a igreja de madeira foi substituída pela de alvenaria, o mesmo ocorrendo com o salão comunitário. A escolinha de início era de madeira e servia como casa do professor e escola. Porém, mais tarde, foi substituído por uma nova construção de alvenaria (conforme imagem fotográfica). Mas, com o passar do tempo, foi desativada e os alunos deslocados para a escola distrital.



Fotografia 9 – Escola e Pavilhão

Na foto, pode-se observar, ao fundo pintada de amarelo, a escolinha, onde funcionava o primário multisseriado. A velha escola e o antigo pavilhão foram retirados. Em destaque, na foto, o novo pavilhão e a nova escola desativada. Na entrada do pavilhão, é possível visualizar o comercial da Rádio Difusora, ocupando um amplo espaço de propaganda.

As habitações são de madeira ou alvenaria. Em algumas casas os raspa-pés permanecem na sua função, em outras o cascalho depositado no pátio dispensou sua utilidade. O velho forno a lenha ainda persiste (ver foto abaixo), e é utilizado para assar pão, carne, e apurar o sabor dos alimentos.



Fotografia 10 – Forno

Os fornos mais antigos eram revestidos com barro. Neste exemplar, localizado no campo, pode-se observar uma cobertura em cimento. A calçada foi ligada ao mesmo, e o calçamento comum foi revestido por lajotas.

No pátio, localizam-se o galpão, estábulo e chiqueiro. No pomar, as frutas cultivadas são: laranja, bergamota, banana, mamão, goiaba, pêssago, ameixa, uva, etc. Na horta são cultivadas flores e verduras. Por exemplo, ao tratar da questão cultural e da necessidade de reativar as hortas, tratou-se de um reverso discursivo, que objetivava despertar a reposição cultural. A tradição de ter uma horta, cultivar verduras de acordo com as estações do ano era uma atividade implícita no cotidiano dos camponeses, que veio na bagagem cultural. As doses discursivas, provenientes do modelo modernizado, abafaram e transformaram a rotina de muitos camponeses, que desativaram total ou parcialmente as hortas.

Nas observações de campo e na própria vivência, observou-se que a tradição de cuidar da horta requisitava geralmente todos os membros da família. O pai, por meio da enxada ou enxadão cavoucava a terra, era, e ainda é, um método de afogar a terra. A mãe com

o auxílio da enxada, fazia os canteiros, as crianças faziam as covas e depositavam as mudas ou, dependendo do que era cultivado, espalhavam as sementes.

A horta era dividida em setores: o dos chás, que abrigava a pequena “farmácia medicinal”, onde havia chá para dor de cabeça, febre, vômito, resfriado, etc., e o dos temperos, que passavam o ano em seu canteiro, sendo: cebolinha, salsa, salpicão, mangerona, etc. Entre os canteiros anuais, destacava-se o da couve de folhas, que, uma vez replantadas, eram colhidas durante o ano. A horta possuía a função simbólica de aproximar os vizinhos, através da troca de mudas, que era comum. Caso uma camponesa cultivasse couve e as sementes não germinassem, tendo conhecimento de que o canteiro de mudas da vizinha estava lotado, ela própria, ou uma criança deslocava-se para solicitar as mudas.

Na tradição simbólica, a horta também desempenhava funções de troca e visita. Entre os camponeses eram comuns as visitas, que podiam ocupar parte da manhã e da tarde. Geralmente, as visitas mais longas eram feitas por parentes ou conhecidos que residiam em outras localidades. No caso dos vizinhos, a visita mais longa ocorria em dias de festividade religiosa (comunhão / crisma e confirmação), aniversário, etc. Nos passeios, predominavam os da tarde, acompanhados de uma boa conversa, chimarrão, pipoca, bolo, etc. Mas, em qualquer um dos exemplos acima citados, a concretização da visita passava pela tradicional visita à horta. Não mostrar a horta era quase que uma desfeita à visita, pois a camponesa poderia sair com a impressão de que “seu olhar” foi avaliado como prejudicial às plantas. Logo, o sentido de visitar a horta estava internalizado na cultura, bem como o era a troca de mudas de hortaliças e flores. A distribuição gratuita do excedente de frutas e verduras entre vizinhos representava e representa um agrado, uma forma de lembrar do outro, ou retribuir uma doação recebida. O significado expressa amizade e cortesia. Com estes pormenores retirados da memória, vivenciados e observados no campo, objetivou-se chamar a atenção do leitor para a dimensão da tarefa das construções discursivas, que ora construiu a

renúncia à tradição de cultivar hortas, e, posteriormente, com sentido incompleto, lamentou o afastamento do camponês do cultivo das hortas. A plenitude discursiva aceita transformações culturais e desempenha novas construções em torno da recuperação plena de antigas práticas culturais, renunciadas por uma parte dos camponeses.

A linguagem cria e recria a realidade, e o somatório dos argumentos pode desgastar valores sólidos agregados pela comunidade. Para Sinval Guazelli (1994, PS), a articulação entre os representantes políticos poderia semear a diversificação.

[...] pequeno agricultor é muito importante a participação num trabalho conjugado e uma participação muito ativa das municipalidades nas políticas de apoio ao pequeno produtor rural. Assim nos hortifrutigranjeiros, assim no feijão, assim na fruticultura, assim na floricultura, assim na piscicultura. [...] o pequeno [...] que tem que trabalhar numa pequena área, dali recolhe seu sustento e de seus familiares, ele trabalha com essa variedade de produtos, tem que fazer hortifrutigranjeiros, às vezes até uma pequena pecuária de leite [...] fruticultura [...] isso que dá sustentação à pequena propriedade rural, ao pequeno proprietário. E para este tipo de política é fundamental um entrosamento desde o Ministério da agricultura, os Secretários nos Estados, especialmente as Emateres [...] com as Secretarias Municipais da Agricultura. A política de apoio ao pequeno produtor rural, estou convencido, não poderá ter êxito se não for associada com as iniciativas de cada prefeitura [...] O que cabe ao Governo Federal é definir **taxas de juros diferenciados para o pequeno produtor rural** [...] (GUAZELLI, 1994, PS, grifo da autora).

Na concretude dos argumentos, atribui-se papel significativo às iniciativas das prefeituras municipais na concretização da diversificação nas propriedades, como também competências necessárias por parte do Governo Federal, para fomentar empréstimos ao pequeno produtor, com juros diferenciados.

A cada construção discursiva ressurgem vastas composições de idéias, indicadoras de condutas em torno do cultivo ou criação de animais. A suposta orientação para um conjunto de atividades no campo sutilmente subjuga o camponês a desenvolver as atividades, atendendo ao quadro estabelecido por lideranças municipais, estaduais e federais. A produção diversificada entre os camponeses pode produzir importantes repercussões econômicas, contribuindo na permanência do agricultor no campo.

A repercussão discursiva de Guazelli (1994, PS), dentro de um alinhamento perfeito, reproduz uma atmosfera ideal, com agricultores ideais, políticas de crédito ideais e um governo ideal. Ao lado desta construção co-habitam agricultores diversificados, adeptos das orientações, mas que, mesmo assim, foram sufocados pelo elevado custo dos insumos e preços baixos. O vigor dos incentivos verbais depositados sobre o trabalho conjugado provavelmente expõe as primeiras articulações inclinadas para a diversificação e o cultivo orgânico, viabilizado no núcleo das organizações como o CAPA.

Cielo (1994, PS) complementa e reforça a fala desenvolvida por Guazelli (1994, PS) em torno da municipalização e, com o propósito de incentivar a diversificação nas propriedades, reserva espaço para ressaltar a necessidade de privilegiar o contexto histórico do agricultor, em especial os saberes cotidianos. Estes aspectos podem ser observados no fragmento jornalístico:

[...] nós entendemos que a municipalização vai viabilizar o pequeno produtor e sim acima de tudo viabiliza [...] alguns pontos que devem ser ampliados, discutidos e [...] aprofundados. Primeiro tem que se aproveitar tudo que o produtor sabe, do que ele tem de história, do que ele tem de bagagem, do seu costume de trabalhar. Depois, partir para discussão de como municipalizar. Pra municipalizar a agricultura não é simplesmente municipalizar os produtos agrícolas ou os produtos, nós temos que discutir a assistência técnica que é o ponto fundamental dentro desse processo. Que o técnico, que tenha técnicas à disposição dos produtores [vá] a casa, planejar a propriedade do produtor e discutir qual o investimento que ele deve fazer, se é comprar vacas leiteiras, se é criação de suínos, se é de aves, se é fazer micro-bacias, se é mudar a pocilga de lugar, se é mudar a casa [...] discutir a propriedade analisar e apresentar um projeto ao produtor. **A campanha disso tem que ter o sistema de educação voltado ao pequeno produtor ou voltado para a agricultora. Nos currículos escolares hoje ou a educação hoje formada no país ou forma o aluno pro segundo grau pra cursar o vestibular, ou forma uma educação especificamente urbana e não voltada a realidade no meio que ele vive** (CIELO, 1994, PS, grifo da autora).

A decomposição dos segmentos discursivos conduz a argumentos que focam a municipalização, mas o condicionamento da fala parte do cotidiano do agricultor, e torna-se íntimo, pois alastra argumentos no campo da identificação. Entre os camponeses, muitos valores são cultivados e reforçados, como o apego ao trabalho e à honestidade. Paulino (2003, p. 313) mostrou “[...] o quanto é valorizado na ética camponesa o nome limpo, o não

dever nada para ninguém, que aliás é uma das fontes de reafirmação de sua autonomia”. Desta maneira, Cielo (1994, PS) introduz a aproximação entre técnicos e agricultores, atuando no nível do significado, indicando a necessidade de projetos mais concretos junto às propriedades. Com o projeto modernizador, saberes cotidianos foram abafados, como foi dito anteriormente. A cultura sofreu transformações, e as relações sociais receberam doses significativas de idéias e interesse de determinados grupos. Aspira-se, de antemão, que a municipalização seria capaz de regular os desajustes vivenciados pelos camponeses. De fato, os saberes dos camponeses são importantes, mas por que foram sufocados? Ora, ao mencionar os saberes cotidianos, religou-se o fluxo da comunicação, para, na seqüência, introduzir a necessidade da técnica e do planejamento. Em sua análise, a personalidade aponta outras necessidades para o agricultor, como uma educação mais rural.

Houve a intervenção da AMOP e outros órgãos na concretização do cultivo orgânico. Estes organizaram, em Cascavel, o seminário sobre “Mercado Mundial de Produtos Orgânicos”.

A preocupação com a saúde familiar e o meio ambiente faz crescer cada vez mais a procura de produtos que tenham sido produzidos sem o uso de agrotóxicos.
[...]

De acordo com o presidente da AMOP, prefeito de Céu Azul, Rogério Pasquetti, o seminário sobre produtos orgânicos, na primeira fase, e cursos de agricultura orgânica, numa segunda fase, está inserida na proposta que a entidade vem [desenvolvendo] sobre a necessidade de **dotar o oeste** de um plano de desenvolvimento regional integrado e, dentro dele, buscar novas vocações para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida na região (AMOP, 1997, FAN, grifo da autora).

O contradiscurso foi firmado na necessidade de os agricultores adotarem o cultivo orgânico. As formas diferenciadas de cultivar são relevantes para atender aos interesses dos pequenos agricultores, como também são significativas para a saúde ambiental. Com isto, não se podem ignorar as expectativas do comércio em torno do cultivo orgânico. Ao cultivar, por exemplo hortaliças, o agricultor comercializa o produto semanalmente. Esta possibilidade de renda aquece com a mesma freqüência o comércio.

O cultivo “convencional”²¹, pautado no uso abusivo de venenos, passou a ser questionado. Na programação jornalística, lentamente foram inseridas matérias sobre a produção orgânica. No período delimitado para o estudo, a produção orgânica surge como contradiscurso, desenvolvendo técnicas de manejo de cultivo e preservando os recursos naturais. Segundo Pedro Leonir Zorzanello (2004, p. 68), “[...] Isso não significa voltar ao passado, mas sim, desenvolver um trabalho que possa manter a família, em especial a da pequena propriedade, produzindo com rentabilidade, atendendo seus anseios e dos consumidores”. Preocupações com a saúde e meio ambiente foram articuladas. O CAPA surge em Marechal Cândido Rondon no ano de 1997, trata-se de uma organização não governamental vinculada ao Sínodo Rio Paraná da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O CAPA é uma entidade que atua no desenvolvimento do cultivo agroecológico. Esta organização recebe influências de outras instituições, através de parcerias como: Associação Central de Mini Produtores Rurais Evangélicos (ACEMPRE), UNIOESTE, Itaipu Binacional, EMATER, Prefeitura Municipal, COPAGRIL, e outras entidades.

No discurso construído em torno da agricultura orgânica, figura a homogeneidade. É possível supor que idéias contrárias são abafadas pelos representantes que falam em nome do grupo. Para Zorzanello (2004), o CAPA efetuou estudos com o objetivo de identificar as possibilidades concretas de se realizar o cultivo orgânico. As preocupações abrangeram as “[...] alternativas econômicas, preenchendo, ao menos parcialmente, o espaço vazio criado pelo Estado, com a modernização agrícola, nas pequenas propriedades, em especial de Marechal Cândido Rondon” (ZORZANELLO, 2004, p. 16).

²¹ Entende-se por cultivo “convencional” a prática agrícola onde predomina a mecanização e o cultivo especializado de milho e soja. Neste formato, a produtividade é estimulada, o uso de pesticidas, bem como a constante reconfiguração tecnológica.

De acordo com Tarcísio Vanderlinde (2002), com a modernização agrícola, os agricultores identificados com o CAPA atuam na construção de uma nova paisagem. A organização do espaço estabelece novas relações, contrárias ao processo modernizador. Isto “[...] não quer dizer que este agricultor não utilize máquinas e alguns insumos industrializados permitidos na agroecologia” (VANDERLINDE, 2002, p. 117). Foram divulgados os primeiros passos para a produção orgânica na localidade de Céu Azul. A segunda etapa objetivou capacitar agricultores do Oeste do Paraná a desenvolver projetos voltados para melhorar a qualidade dos alimentos produzidos. Com o desenvolvimento integrado, a idéia central objetivou motivar novas vocações entre os pequenos agricultores. A abrangência a nível de Brasil da produção orgânica foi destacada, e, em números, foram identificados 500 produtores certificados e a nível de mundo foram computados 10 mil produtores orgânicos. Neste particular, a produção orgânica foi apresentada enquanto mercado em expansão, que “não se pode [ignorar] quer sob o aspecto dos benefícios saudáveis ao consumidor. Quer como expressiva fonte de renda ao produtor” (AMOP, 1997, FAN).

O investimento na qualidade dos alimentos e os cuidados com a questão ambiental nascem num conturbado universo de interesses. De um lado, exerce pressão a construção da conscientização ambiental e leis ambientais. De outro, advogam os critérios estabelecidos pelo mercado nacional e internacional que exige a certificação dos produtos. Com estes embates orquestrados, a forma de produzir passa a assumir contornos ainda pouco expressivos no Brasil. As novas exigências solicitam alimentos saudáveis, com gestação em ambiente desprovido dos tradicionais riscos de contaminação ambiental. Portanto, a certificação ambiental nasce para atender os critérios estabelecidos pelo mercado consumidor. Na mesma via, produz novos efeitos tecnológicos e novos padrões ambientais.

Na equalização que combate a concorrência e os entraves estruturais presentes na comercialização, surgem os “[...] selos, que não são obtidos através da

certificação e mesmo da própria certificação, seja ela orgânica ou ambiental” (OLIVEIRA, 2004, p. 89). A razão principal da certificação orgânica ou ambiental firma-se no pilar da sustentabilidade. A viga de suporte deste encaminhamento da produção é “[...] ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável” (OLIVEIRA, 2004, p. 89). A maximização geral deste sistema, em sua concretude, compõe o objetivo que visa alargar o mercado para os produtos, e, por sua vez, acaba atraindo os interesses das empresas, que estabelecem novos métodos, atendendo os requisitos determinados pela certificação, “com relação aos aspectos sociais e ambientais. Ou seja, no ‘frigor dos ovos’ o aspecto mercadológico acaba sendo o fator condicionador dos demais” (OLIVEIRA, 2004, p. 90).

Desprende-se, a partir da certificação agrária, o afastamento de produtos químicos, cuidados com o solo, alargamento da consciência ambiental, aspectos sociais e o repúdio ao trabalho infértil. O resultado deste encaminhamento afeta a forma de produzir, desperta transformação nos hábitos alimentares e cuidados com o meio ambiente.

Nas unidades produtivas familiares encontram-se características próprias, pautadas na divisão do trabalho “[...] em geral pautadas em gênero e faixa etária, embora não prevaleça uma rigidez intransponível” (PAULINO, 2003, p. 114). Em outras palavras, numa propriedade diversificada “[...] é pouco comum a dedicação exclusiva a uma atividade, de modo que os trabalhadores dividem o seu tempo, que é regido por um calendário sazonal” (PAULINO, 2003, p. 114).

A organização do trabalho, nas propriedades, ocupa uma característica especial. A jornada de trabalho acontece num tempo mais lento e flexível, ao contrário da rigidez imposta na produção industrial. A lógica da “[...] jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados” (OLIVEIRA, 1997, p. 64). A produção leiteira requer um horário destinado à ordenha, mas não se trata de bater o cartão-ponto para iniciar o trabalho, existe flexibilidade. Dessa maneira, nas safras, ou em período de

cultivo, os agricultores trabalham 12 horas ou mais e estão sujeitos ao descompasso da influência dos fatores climáticos, pois um dia de chuva pode alterar a rotina. Em dias chuvosos, nas pausas, se estiver no período de plantar verduras ou legumes, geralmente as mulheres e crianças cultivam as hortaliças. E num trecho perto da casa, cultivam, entre a plantação consorciada de milho e mandioca, melancia, melão, pepino, abóbora, abobrinha e outros. O cultivo desses últimos pode ser feito no espaço destinado para o cultivo de arroz, isso em solo mais úmido. Mas, o dia de chuva, em período de pouco trabalho, pode ser destinado para as compras de mantimentos e outros itens na cidade, como também para colocar em dia a conversa com os vizinhos, com chimarrão, pipoca, calça-virada, jogo de baralho, ou, dependendo da quantidade de chuva e estação do ano, caso a água do rio esteja suja, o dia pode ser destinado a uma pescaria. No período de pouco trabalho, alguns agricultores buscam trabalho assalariado em propriedades vizinhas. Ao visitar uma propriedade, foi possível observar que, se a família for composta na maioria por filhos homens e possuidora de maquinários, estes buscam arrendar toda ou parte de uma propriedade vizinha, e, com a renda, remodelam a moradia, compram maquinários, etc. A recriação do campesinato vinga na habilidade e dedicação com as plantas e animais, cuja característica afasta os riscos e abre caminhos para a produção bruta. Portanto, “[...] é o diferencial em relação às explorações capitalistas, que não têm como se adequar a um modelo de eficiência produtiva nesses termos” (PAULINO, 2003, p. 117).

O cultivo orgânico em adaptação numa propriedade abranda a produtividade e requer mais cuidados no controle biológico das pragas. Isto exige mais investimento em pesquisa. A soma destes fatores, no entender de Oliveira (2004), interfere no preço diferenciado dos produtos orgânicos.

A sobreposição de interesses é forte na produção orgânica, porque o empresário, ao visualizar na produção orgânica maior lucro sobre o preço em detrimento do

produto “convencional”, “[...] fica mais fácil a aceitação das condições impostas pelo órgão certificador. O empresário não adota esse projeto especificamente porque quer proteger o meio ambiente, mas por uma questão mercadológica” (OLIVEIRA, 2004, p. 94). Portanto, o desmonte discursivo efetuado por Oliveira (2004) traz à tona os reais objetivos dos usineiros, que não são a causa social ou ambiental, mas a causa mercadológica. A nível de empresa, “os referenciais que apresentamos como ‘novos’ não passam de maquiagem nos velhos paradigmas que dão sustentação ao processo de acumulação do capital” (OLIVEIRA, 2004, p. 98). Contudo, figuram no novo os alinhamentos ao precário e desgastado mundo do trabalho. Nas palavras de Oliveira (2004), esta questão fica evidente, pois “[...] os discursos e os processos de produção adquirem conotação ecológica, pautada nos princípios do desenvolvimento sustentável, tornando-se mais um elemento para a sustentação do sistema metabólico e de controle societal do capital” (OLIVEIRA, 2004, p. 98-99).

Para Camargo (2000), a intervenção humana no meio ambiente deve ser compreendida dentro do quadro de ação complexa e não como um desdobramento natural. A problemática não se caracteriza pela pura intervenção, mas pelo formato que esta assume e pelas seqüelas que produz tanto para o homem como para o conjunto natural.

O desempenho do CAPA/PR é estendido por meio de ações grupais, pois o assessoramento contempla a horticultura, fruticultura, sementes orgânicas, produção leiteira e plantas medicinais. Em Marechal Cândido Rondon, o CAPA executa um contradiscurso ao modelo modernizado, estampando as conseqüências deste para o meio ambiente. Mas esta instituição, com toda a sua filosofia, não está isenta de dissensos. Entre os camponeses há um tato especial com os recursos naturais, a própria constituição da propriedade expressa harmonia, o que é visível no entorno das benfeitorias (observar a foto). A entrada, ou melhor, a passagem que leva à propriedade, geralmente exhibe flores que margeiam os lados do caminho. De outro lado, entre os camponeses adeptos do cultivo orgânico surgem

reivindicações por mais assessoramento técnico e menos marketing técnico (STOEF apud ZORZANELLO, 2004, p. 24).



Fotografia 11 – Produção de Mudas: agricultores do CAPA

Por meio da imagem captada no campo é possível observar a composição da propriedade, em especial o entorno que cerca a estufa onde são produzidas as mudas de hortaliças.

Contudo, a criação verbal eleva as atividades do CAPA à máxima potência. Mas, em seu núcleo, convivem camponeses que aguardam por um atendimento mais personalizado e uniforme. Ao pontuar estas questões, objetiva-se indicar a construção discursiva composta por dissensos. Isto, de modo algum, invalida ou desprestigia as ações do CAPA em prol do meio ambiente, mas expõe os bastidores do contradiscurso que surge com o cultivo orgânico. A título de exemplo, a comunicação apresenta o tema na linha dos consensos, e omite alguns ruídos entre apoio técnico e camponês. Neste caso, a carência de apoio técnico cria situações atípicas; um engenheiro agrônomo desempenha funções “camaleônicas”, atende os camponeses identificados com o cultivo orgânico e

“convencional”. A característica do camponês envolvido com a produção orgânica é composta de empoderamento. Isso indica poder e autonomia na hora de definir os preços para comercialização dos produtos.

O cenário discursivo produzido pelo então Secretário da Agricultura, Moacir Froehlich, manifesta a adesão à agricultura natural.

Esteve em audiência ontem ao final da tarde com o Secretário da Agricultura e Meio Ambiente do município de Marechal Cândido Rondon Moacir Froehlich, empresário diretor-presidente do Instituto Verde Vida, Rogério Vanderley Konzen.

Há cerca de 8 anos, Rogério Konzen iniciou um trabalho de plantio de verduras sem adubo químico sintético e sem defensivos também químicos, pensando em levar, para a mesa dos concidadãos, produtos verdadeiramente naturais, puros.

Após esse tempo, seu empreendimento já se transformou em algo que utiliza recursos estaduais e internacionais na concretização de projetos em várias micro-regiões do Paraná, a ponto de agora já obter resultados com verduras, leguminosas, cereais e até pecuária.

Rogério Konzen, diretor-presidente do Instituto Verde Vida, após audiência também como o prefeito Ademir Bier, explicou em entrevista, sobre a origem da agricultura orgânica, ou natural [gravação].

Rogério Konzen, em companhia do engenheiro agrônomo da Emater, Urbano Mertz, esclareceu que a agropecuária orgânica é compatível a pequenos, médios e grandes produtores rurais [gravação].

Natural de Marechal Cândido Rondon e hoje empresário bem sucedido na capital do estado, Rogério Konzen disse que não é só a agricultura que pode ser orgânica, mas também a pecuária, a ponto de tratar seus animais com medicamentos homeopáticos [gravação].

Sobre como transformar a propriedade em uma empresa de produção de alimentos orgânicos o rondonense Rogério Konzen esclareceu [gravação] (AGRICULTURA NATURAL, 1995, FAN).

Nesse contexto, impera um discurso “solidário” com o meio ambiente e com o futuro do agricultor. Para qualificar a produção de verduras sem agrotóxicos, foi incorporada, como exemplo, a atuação do empresário diretor-presidente do Instituto Verde Vida, Rogério Vanderley Konzen. O trabalho de Konzen, no cultivo de hortaliças, foi apresentado aos ouvintes, e a não-atualização de adubo químico e veneno ocuparam a fala.

A história da agricultura orgânica foi anunciada via rádio. Nos desdobramentos das articulações discursivas, Rogério Konzen indicou-a a agricultores de pequeno, médio e grande porte. Na seqüência, mais detalhes surgem sobre Konzen, sua naturalidade rondonense e a sua atual ocupação, enquanto empresário de destaque na capital

do Estado. Essa construção de detalhes objetivou dar credibilidade à fala do empresário. O entrevistado afirmou que a produção orgânica pode ser estendida também à pecuária, com o uso de medicamentos homeopáticos. Na representação construída, deduz-se que a produção orgânica é importante para uma área onde predominam as pequenas propriedades. A inquietação que cerca a análise discursiva engloba o formato estratégico com que uma conduta é substituída por outra. A corrente de idéias que circula o subjetivo das afirmações objetiva contribuir com o meio ambiente? Na medida do possível, a resposta é afirmativa. E a condição de tornar a propriedade uma empresa é do interesse dos produtores? Em parte, sim, mas quem seriam os beneficiados com este cultivo? A maioria da população tem acesso a esses produtos? Não, pois são produzidos para a clientela de renda média e alta. O desenvolvimento da produção orgânica, na área de estudo, foi difícil, pois as áreas vizinhas abrigam a agricultura “comercial” e os venenos não respeitam divisas. Por outro lado, o cultivo orgânico lança mão de tecnologias diferenciadas, abrigando considerável mão-de-obra. Com a adoção deste cultivo, ocorreu a diversificação da propriedade, e este procedimento gerou renda adicional aos agricultores, indústria e comércio local, e, além disso, a soma de benefícios ao meio ambiente é visível neste sistema de cultivo.

Na agricultura praticada em Marechal Cândido Rondon ainda são utilizados, em grande quantidade, venenos e fertilizantes químicos. Portanto, estudos desenvolvidos para diagnosticar a presença de venenos ocorreram tardiamente. “Dois estudos desenvolvidos pela SUREMA que hoje é o IAP na década de 80 que pesquisou mais 970 amostras de água dos rios paranaenses e concluiu que [...] 91,4% das águas do Paraná apresentavam resíduos de agrotóxicos,[...]” (ANDREOLE, 2000, PS).

No município, ainda que tardiamente, surgem propostas e práticas concretas de diversificação do cultivo. Uma diversificação mais sólida ocorre por meio da produção orgânica. Os benefícios da diversificação podem ser observados em Andreole (2000, PS):

[...] métodos ambientais, simplesmente você diversifica o uso da propriedade vai aumentar o ameostasio do meio ambiente, ameostasio é a resistência ao desequilíbrio. Se eu tive uma fazenda toda plantada só com uma variedade de soja, o risco desta fazenda ter um surto de praga ou doença é muito maior, do que se eu tiver uma fazenda diversificada.

O cultivo orgânico é consideravelmente atacado pelo uso de agrotóxicos nas propriedades vizinhas, mas, para a maioria dos integrantes do jornalismo, em seu discurso habitual, impera a agricultura “convencional”. Andreole (2000, PS), ao ser indagado sobre o tema agricultura e agrotóxico, valeu-se da habilidade dos filósofos e respondeu com outra pergunta, da seguinte forma: “[...] muitas pessoas me perguntam se é possível fazer agricultura sem agrotóxicos, a resposta que eu tenho dado é uma outra pergunta, será possível fazer agricultura com agrotóxicos [...]” (ANDREOLE, 2000, PS).

No entender de Tuan (1983), os seres humanos são equipados com órgãos sensoriais, motivadores importantes na criação de símbolos. Evidentemente, a universalidade e a objetividade são elementos que cercam o mundo dos homens, e é nesta perspectiva que Tuan lança sua intelectualidade. Ao pensar o papel da mídia, junto aos “leigos” (aos agricultores), caracteriza a edificação imensa que este meio alcança junto aos indivíduos, a partir de apelos carismáticos, colocando em descaso o foco da experiência humana. Portanto, “[...] o leigo aceita sem muita hesitação, dos planejadores carismáticos e dos propagandistas, *slogans* sobre o meio ambiente que tenha recebido através da mídia” (TUAN, 1983, p. 7). As transformações sociais são guiadas por projetos de publicidade. “[...] Isso se verifica inclusive na comercialização dos insumos agrícolas, em que há uma poderosa máquina de propaganda, sempre investindo em fórmulas que prometem novas soluções para os problemas da lavoura” (PAULINO, 2003, p. 267). É fundamental também lembrar que os agricultores são vulneráveis às tramas publicitárias, e, uma vez diante do ataque de pragas, eles buscarem assistência técnica nos estabelecimentos que comercializam os agrotóxicos. Dentro desse processo de sujeição às novas técnicas, a presença camponesa é forte e espelha “[...] seu

envolvimento com as culturas mecanizadas, o que evidencia o equívoco de ignorar, do ponto de vista analítico, a sua participação nos sistemas agrários pautados em inovações técnicas” (PAULINO, 2003, p. 217). Mas, ao caminhar por dentro das articulações analíticas, faz-se necessário destacar, também, as “[...] diferenças sociais e condições materiais de reprodução, mesmo em se tratando do mesmo ramo de atividade” (PAULINO, 2003, p. 267).

Porém, as falas jornalísticas analisadas no período de 1966-1980, na dissertação de mestrado (na época estudaram-se os discursos produzidos no programa Frente Ampla de Notícias - FAN), revelaram um número expressivo de reportagens apontando vários acidentes com agrotóxicos, envolvendo os rios. Caso fosse feito a localização num Mapa Temático dos acontecimentos desastrosos ocorridos, envolvendo agricultores e rios, provavelmente em todos os rios seriam registrados casos de envenenamento de peixes e outros animais. Interessa, particularmente neste momento, recolher alguns exemplos do trabalho anterior. Cabe lembrar que a discórdia operava entre agricultores, pois estes lavavam os pulverizadores nos riachos e contaminavam os rios, matando peixes, gado e suínos dos vizinhos. O vento levava o veneno em pó e o depositava sobre os açudes, dos quais o proprietário freqüentemente retirava os peixes para repovoar os rios. Na época (década de 70 e 80), os poucos representantes das causas ambientais, desprovidos de recursos pouco contribuía. Os discursos eram caminhos de duas vias. Em algumas circunstâncias alarmavam e detalhavam sobre o fato ocorrido. Em outros momentos, divulgavam as “vantagens” que o agricultor poderia obter adquirindo um pulverizador.

Mazucatto (1989, PS) estende argumentos para a significativa poluição por meio de agrotóxicos, utilizados em escalas consideráveis no município.

[...] então continuam bastante poluídos. Por vários [...] poluentes, na área urbana principalmente pela grande quantidade de agrotóxicos. Já que a nossa agricultura é totalmente mecanizada. E se faz necessário o uso de agrotóxicos. Tem diminuído bastante, principalmente a [...] tecnidez dos produtos [...].

Sendo assim, pode-se entender a incidência de agrotóxicos na área urbana, pois a cidade é cercada quase que de todos os lados por plantações. Os venenos, quando aplicados, não respeitam fontes de captação de água, podem alcançar invisivelmente longas distâncias, levados pelo vento. Como a área é mecanizada, o uso de venenos é grande e preocupa os agricultores que cultivam verduras orgânicas. A representação produzida discursivamente por Mazucatto (1989, PS) cristaliza a agricultura mecanizada. Sendo assim, a articulação das palavras ativou mecanismos próprios do acompanhamento e planejamento técnicos do cultivo “convencional/inconvinente”.

Assinala-se, ainda, que, na década de 80, os insumos químicos eram aplicados sem maiores cuidados com o meio ambiente. “[...] o uso de produtos tóxicos, sobretudo no interior da pequena produção, vem-se dando de forma indiscriminada, sem orientação técnica adequada” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 118).

O título da reportagem é sugestivo: *“Lixo Tóxico, problema de Mal. Rondon: Poderá ser solucionado”*.

Quem traz esta certeza é o titular da pasta municipal de agricultura, engenheiro agrônomo José Roberto Mazucatto, que participou em Curitiba de importante reunião que discutiu o assunto.

A reunião contou com as presenças das entidades e forças vivas que sentem e vivem este problema causado pelo lixo tóxico, por falta de local apropriado para a colocação de embalagens de venenos, em especial os das lavouras agrícolas.

Sobre o encontro, que debateu este assunto na capital do Estado, José Roberto Mazucatto, destacou [gravação].

Um dos problemas que o município vive é a falta de um local apropriado para a eliminação das embalagens ou mesmo fórmulas de recolhimento dos recipientes de venenos.

Inquirimos Mazucatto, sobre este problema a sua solução [gravação].

Especialmente no caso de Marechal Rondon, o engenheiro aponta como solução a construção de um depósito e depois as empresas revendedoras devem recolher as embalagens (LIXO, 1991, FAN).

Nos desdobramentos discursivos, os ouvintes deveriam entrar em contato com o titular da pasta municipal de agricultura, engenheiro agrônomo José Roberto Mazucatto, que participara de uma reunião na capital (Curitiba), onde foi debatido o problema. Ao expor detalhes sobre a participação do engenheiro agrônomo, este fato que

deveria ser regra para um representante da pasta da agricultura, em termos discursivos foi posto como: “quem traz esta cortesia” (LIXO, 1991, FAN). A recuperação discursiva permite observar que o lixo tóxico ocupou espaço nos debates, sendo que, entre os diversos assuntos, o da ausência de um local específico para depositar as embalagens. Cabe a ressalva de que a sugestão, visualizada no período, para os frascos de veneno, foi a construção de um depósito. Uma vez depositadas as embalagens, ficaria a cargo das empresas revendedoras recolherem o material. Mas, a concretização desta idéia ocorreu muitos anos depois (os frascos antigos permanecem na mata, observar a foto abaixo).



Fotografia 12 – Frascos Antigos

Entre a mata ciliar que beira a área cultivada com milho e soja, ainda foi possível localizar frascos de veneno, utilizados no auge da modernização (década de 1970). Ao atravessar o riacho para fotografar, os pés afundaram entre os frascos. Com o passar dos anos, a mistura de erosão e folhas que caíram das árvores, recobriu grande parte dos frascos (aproximadamente 500 litros).

Em relação ao serviço de coleta, Andreole (2000, PS) assim se expressa:

[...] procura tomar um cuidado muito grande com relação às embalagens desses agrotóxicos, embalagens elas não podem ser reutilizadas, elas não podem ser jogadas no rio, elas tem que ser armazenadas em lugar próprio, onde não tenha

criança perto, de preferência devolver essas [...] embalagens através do serviço [...] de coleta de embalagens que estão sendo implantadas hoje no Estado do Paraná [...].

Para resolver o problema com os agrotóxicos, a título de exemplo, foi observado em campo que foram adotadas medidas, como a construção de poços comunitários, específicos para o abastecimento de pulverizadores, poupando, assim, os rios e seus habitantes. Mas as embalagens dos venenos eram depositadas próximas à mata ciliar ou nos rios. Ainda, era comum depositar garrafas de veneno nas garagens e pátios, sem muito cuidado. Ocorreu, em casos isolados, a reutilização das embalagens para alimentar animais, guardar cereais, etc. Outros acidentes envolveram crianças, que tomaram as embalagens para brincar. Ao visitar uma propriedade, observou-se que, atualmente, a partir de um sistema de nota, é registrada a quantidade de litros de veneno consumidos e, num dia específico, os agricultores são convocados, via rádio, a devolver os frascos. Mais uma vez é possível diagnosticar o poder de alcance deste meio de comunicação, bem como a credibilidade que recebe dos órgãos municipais e dos próprios agricultores. A coleta ocorre aproximadamente de dois em dois meses. O material é levado de carro ou carretão. De início, os agricultores reclamaram da coleta, mas lentamente foram aceitando a idéia. O caminhão para coleta se desloca até o distrito, facilitando o deslocamento dos agricultores das linhas. Certo questionamento feito diz respeito ao enxágüe dos recipientes, que devem ser entregues limpos, pois alguns agricultores manifestam a preocupação de que seus colegas possam enxaguar os frascos em lugares impróprios. A maioria, no ato de despejar o produto no pulverizador, adota o procedimento de enxágüe. É preciso ressaltar que, recentemente, os agricultores foram convocados a fazerem uma contagem dos recipientes antigos (das décadas anteriores), espalhados pela propriedade. Na ocasião, um dos agricultores manifestou descontentamento em ter que contar todos os frascos, pois, segundo ele, ficaria mais fácil se fosse possível recolher todo material para coleta, sem a necessidade de um documento,

registrando com antecedência a quantidade de frascos. Mais adiante, frisou que havia feito uma contagem aproximada, e caso a quantidade fosse maior ou menor justificaria que houve erro na contagem. Com relação ao recolhimento de embalagens de agrotóxicos, além de tardia, jogou-se a responsabilidade sobre os ombros do agricultor, agentes governamentais e empresas fabricantes de insumos. Portanto, o procedimento da coleta tem seu valor, mas quem produz lixo tóxico, mais uma vez, “sai de fininho” (em parte), e a sociedade arca com as conseqüências. De outro lado, há um empenho em multar, orientar os agricultores na coleta e enxágüe dos frascos, mas, os milhares de litros de veneno que foram e são despejados sobre as plantas acabam, com o auxílio do vento e erosão, tomando o rumo dos rios, fato que não foi e não é frisado pela imprensa. Caso a tarefa de recolhimento fosse delegada ao fabricante, teríamos mais pessoas empregadas, e o dinheiro público poderia ser aplicado em saúde, educação e outros. Contudo, os velhos consensos ainda habitam a construção discursiva, tais como produzir mais, atingir a categoria de primeiro (país) produtor a nível mundial, e valorização dos produtos (insumos) produzidos fora do país, etc.

No eixo da circulação discursiva, inicialmente foram fomentadas parcerias entre município, governo do Estado e agricultor para compra de máquinas agrícolas.

Foi entregue, no decorrer desta semana, ao grupo de produtores do distrito de Novo Horizonte, o espalhador de esterco que, a partir de agora, será utilizado na reposição de material orgânico em lavouras naquela região.

A Secretaria Municipal da Agricultura interferiu para viabilizar o benefício aos agricultores, considerando a importância do equipamento em benefício também da preservação do meio ambiente, evitando desta forma danos ambientais que poderiam ter reflexos importantes para a população.

Em nome do grupo dos 14 produtores de Novo Horizonte beneficiados com o equipamento adquirido junto a empresa Equagril, em Marechal Rondon, falou o agricultor Claudio Krug [gravação].

Para administrar o equipamento adquirido via Secretaria Municipal da Agricultura, destaca o jovem agricultor que reuniões serão realizadas entre os que constituem o grupo beneficiado [gravação].

No tocante à preservação do meio ambiente, a partir da utilização do distribuidor, Claudio Krug destaca [gravação].

Finaliza o agricultor de Novo Horizonte destacando que todos os que constituem o grupo terão suas lavouras atingidas com a distribuição de material orgânico (EM NOVO, 1996, FAN).

Esta prática passou a vingar entre os agricultores de tal modo que outro grupo de agricultores do distrito de Novo Horizonte adquiriu um espalhador de esterco. O maquinário foi adquirido para a reposição de adubo orgânico daquela localidade. A intensificação discursiva da compra expressou a participação da Secretaria Municipal da Agricultura, em benefício do agricultor. A segmentação política mostrou, neste particular, os reais interesses, pois, na interlocução, o quadro ambiental e o agricultor receberam toda iluminação da fala.

As entrelinhas abrigam interesses de empresas interessadas em comercializar equipamentos, as quais, constantemente, solicitam os serviços da rádio. Esta questão é visível na nomeação feita em relação à empresa na qual o maquinário foi adquirido. Os cuidados com o solo, na prática, são cuidados com a produtividade. A aplicação de adubo orgânico “reduz”, em parte, o problema das esterqueiras lotadas e transfere o material para lavoura.

A participação da prefeitura na distribuição de tratores e máquinas agrícolas, no início da década de 90, continuou em 1998. De acordo com a fonte,

Foram repassados ontem aos agricultores de Novo Três Passos e Porto Mendes dois tratores equipados com distribuidores de matéria orgânica que servirão para uso comum das comunidades no trabalho de fertilização da terra.

O repasse foi feito em solenidade que contou com a presença do prefeito Ariston Limberger e demais autoridades municipais, contemplando produtores rurais que, até então, se ressentiam de melhores condições de trabalho, principalmente na época de preparação do solo para o plantio das lavouras, cuja atividade requer adubação visando melhor produtividade.

De acordo com o vereador Darci Valiatti, representante do distrito de Porto Mendes, a partir de agora haverá maior facilidade para o desenvolvimento da atividade agrícola no distrito (MUNICÍPIO, 1998, FAN).

Na ocasião, os agricultores “beneficiados” foram os de Novo Três Passos e Porto Mendes. Nesta prática discursiva, a questão ambiental não aparece. Por outro lado, os pormenores desse discurso, associados ao anterior, evidenciam o interesse municipal em recuperar a fertilidade do solo.

É preciso atentar para o momento simbólico, criado junto à comunidade, na entrega das máquinas. Os repasses abrigavam especificidades intrínsecas, com a presença da “comitiva municipal”. A tendência subjetiva sinalizou discursivamente para ato “solene” caracterizado em “benefícios” para as condições de trabalho, mas a real intenção pode ser observada na íntegra: cuja atividade requer adubação, visando melhor produtividade. A nomeação e o registro da presença de representantes políticos ou empresários podem conter a duplicidade da notícia quando concede estrategicamente um aval a mais ao evento.

A engrenagem discursiva, mais uma vez, produz o avanço do discurso da modernização, depositado no polêmico cultivo dos transgênicos. Ao debater sobre os direitos do consumidor, Andreole (2000, PS) assim se expressa:

[...] Porque na hora [...] cada cidadão pode escolher, bom eu vou comer um [...] óleo de soja transgênico ou não transgênico, eu estou certo que as pessoas, isso a grande maioria vão escolher pelos não transgênicos. O que vai fazer com aqueles que produzem produtos [...] transgênicos não tenham mercado.
[...] você pode ter informação se o produto é transgênico ou não, porque você tem a decisão, na hora de consumir, é uma exigência que a sociedade precisa fazer, e talvez não tenha **nada melhor que um programa de rádio para que a gente possa colocar isso [...] nas discussões nas rodas de chimarrão [...]** (grifo da autora).

Com esta construção, os modos de avaliar a cultura transgênica mudam ao sabor dos interesses dos atores que representam empresas, e organismos que assumem um discurso-padrão, sufocando, em muitos casos, as vozes da maioria.

A comunicação de massa é dirigida por grupos representativos na sociedade, dotados de poder para manipular ou desarticular manifestações contrárias ou que questionem determinado produto, como, no caso, os transgênicos. No entender de Andreole (2000, PS), a população deveria ter o direito de escolha, a consumir produtos transgênicos ou não²². Caso constasse visivelmente uma indicação na embalagem que determinado produto é transgênico,

²² Transgênicos: “[...] são todos organismos que sofreram alguma alteração genética, [...] no seu DNA sofreram a inserção de algum outro pedacinho de outro organismo” (SILVA, Letícia, 2000, PS).

possivelmente ajudaria os consumidores na escolha e o mercado de produtos transgênicos poderia diminuir. Andreole (2000, PS) aproveita o espaço jornalístico para incentivar o consumidor, e a sociedade em geral, a exigir, que conste no rótulo da embalagem, se o produto é transgênico. O entrevistado se vale do poder que o rádio possui como veículo que chega facilmente às residências e invade o cotidiano, as rodas de chimarrão e talvez dita o assunto da semana.

No entanto, o cultivo é uma atividade composta por um mecanismo de produção de alimentos, em sua essência, mas pode receber contornos específicos e representar outra característica, proveniente da esfera religiosa ou científica. Como diz Bakhtin (1997), pode haver o convertimento de uma atividade ou objeto em signo ideológico. No caso, a modernização agrícola e o cultivo de produtos transgênicos, no ato de cultivar, receberam funções representadas no poder de estagnar a penúria de alimentos, com cunho de significado ideológico, foi revestido de sentido ideológico, extraído de representações simbólicas vivenciadas pela humanidade em torno da ausência de alimentos. O atributo tecnológico foi dotado de sentido que ultrapassou as particularidades do cultivo. A personalidade em questão, por meio da criação verbal, inverte argumentos com o objetivo de talhar as definições postas de modo geral, e indicar os fenômenos ideológicos que ocupam o avanço do discurso da modernização, estendido ao cultivo de transgênicos.

O debate em torno da produção transgênica ocupa certo espaço na mídia. Mas, assim como foi exposto anteriormente, a mídia apresenta o rural com muita truculência. Cabe aqui mencionar o XV Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), que ocorreu em Goiânia (2000), ocasião em que os debates foram incendiados. Após a fala do palestrista da EMBRAPA sobre modificações genéticas de sementes, a polêmica tomou conta da plenária. Nas questões direcionadas ao palestrista, que defendeu a produção transgênica, permeou a seguinte frase: “a Monsanto fabrica a dor de cabeça e também produz o ‘remédio’

para curá-la”. Nesses termos, as manifestações apontaram para o possível domínio sobre sementes por parte das multinacionais. O consumo de produtos transgênicos sem a devida comunicação na embalagem também ocupou a plenária. A polêmica maior gerou em torno das conseqüências que os alimentos podem trazer aos indivíduos a longo prazo, o que exigiria amadurecimento das pesquisas.

Neste contexto, cabe recuperar a fala inicial de Andreole (2000, PS), ao enfatizar a necessidade de clareza nos rótulos, clareza que dará direito ao consumidor de escolher se quer ou não consumir transgênicos. Contrapondo as falas, pode ser observado que Carlos Roberto Praisler (1999, PS) ressalta a preocupação dos ambientalistas com respeito aos transgênicos.

A primeira técnica foi trabalhada pela Monsanto [...] foi a questão de criar resistência ao herbicida [...] Randap na questão do soja [...] A grande preocupação em cima do [...] transgênicos vem dos ambientalistas [...] um é o avanço da tecnologia que eu acho que é irreversível pela busca de [...] alternativas de nós dobrar essa produção [...] de modo que hoje um terço da população passa fome hoje no mundo, e acredita-se [...] por isso foi buscada essas alternativas. [...] os ambientalistas tão [...] criticando [...] eles querem saber quais as conseqüências futuras [...] (PRAISLER, Carlos Roberto, 1999, PS).

Mas Praisler, discursivamente, é taxativo ao colocar a tecnologia num plano irreversível, e a sustentação para tal afirmação foi concretizada na necessidade de se produzirem alimentos para saciar a fome. Se observados os sentidos da história da agricultura, sob a ótica de um exame acurado, podem-se recuperar falas antigas que advogaram a favor da tecnologia e mecanização no campo para resolver o problema da fome. Mas, apesar dos celeiros lotados, engordam as estatísticas mundiais que registram óbitos decorrentes da fome. Portanto, há uma discrepância entre os dois discursos.

Praisler (1999, PS) apresenta um discurso convertido por meio das mesmas doutrinas aplicadas no período (meados da década de 60) que antecedeu a instauração da modernização agrícola: a tecnologia. O detalhamento da técnica empregada pela Monsanto

tornou-se um instrumento verbal, utilizado com precisão, para desempenhar supostamente o furto de energia e desmonte dos argumentos dos ambientalistas, contrários aos transgênicos. O sentido da fala leva à dedução de que estrategicamente apresentou-se, aos ouvintes, a Monsanto e a aplicabilidade de sua tecnologia na resistência das plantas e, pode-se supor, ainda, que tinha sido um recurso para tornar a empresa conhecida por sua capacidade técnica. Em seguida, tratou dos transgênicos no palco da tecnologia e derrubaram-se os argumentos contrários, com a já desgastada frase-chavão: a fome. As possíveis conseqüências com o consumo de alimentos transgênicos foram desconsideradas, sufocando falas contrárias ao consumo desses alimentos.

O entrevistado Valdemar Kaiser (2000, PS), Presidente do Sindicato Rural, que, na ocasião, presidia também a Associação dos Sindicatos do Oeste do Paraná, dirigia a Comissão Estadual da Pequena Propriedade Rural, e representou o governo de Estado do Paraná na Comissão Nacional de Pequenas Propriedades e, ainda, integrou o Conselho Internacional de Sanidade Agropecuária. Este ator discursa na condição de quem fala em nome dos agricultores. Na ocasião, ao reportar-se ao cultivo e comercialização de transgênicos, o entrevistado foi cauteloso e manifestou certo desconforto com este cultivo.

[...] eu não sou muito a favor [...] eu vejo [...] a soja ‘convencional’ ela poder ser o filão para exportação [...] que amanhã depois mais plantando ‘convencional’ nós podemos ganhar um preço bem melhor na exportação do que o transgênico. Quando eu estive no ano passado nos EUA, o pessoal lá na universidade [...] onde a gente foi discutir os transgênicos eles foram claros, venda primeiro e plante depois (KAISER, 2000, PS).

Para Kaiser (2000, PS), deve-se manter a agricultura “convencional” e refutar o cultivo de transgênicos, pois o mercado para este pode ser incerto. O primeiro passo, segundo cogitações americanas (EUA), é garantir mercado para os transgênicos e, só assim, pensar em cultivá-los.

Em linhas gerais, a fala consiste em contestar modismos, ou projetos implantados sem reflexões consistentes. O ingrediente de seus argumentos deposita novos fatos na construção discursiva referente aos transgênicos, completamente diferentes, e não entra no mérito da questão ambiental como foi observado em Andreole (2000, PS), bem como não eleva essa tecnologia ao pódio de destaque, que viria a ser implementada na propriedade, sem maiores reflexões, como pode ser observado em Praisler (1999, PS). O discurso de Kaiser (2000, PS) ocupa o meio do caminho e estabeleceu a necessidade de se avaliarem os desfechos futuros com a adesão ao cultivo de transgênicos, como a comercialização. A personalidade visualiza na manutenção do cultivo “convencional” expectativas de alargamento da comercialização da produção brasileira, chama a atenção para a possível rejeição do mercado externo aos produtos transgênicos. Kaiser (2000, PS) acrescenta que a dissipação das expectativas mercadológicas firmadas em torno do cultivo de transgênicos sinaliza a possibilidade de ocorrer a refutação. É, portanto, uma outra versão sobre a transgenia, expressa por uma personalidade que representa os camponeses, mas defende o cultivo “convencional” e estabelece uma conduta imbuída de parcialidade.

As alterações, no modo de cultivar, são visíveis, a partir da década de 70. Verificou-se, na fala de Praisler (1999, PS), a indicação calorosa em relação ao plantio direto: “hoje realmente é incabível o produtor não fazer mais plantio direto” (PRAISLER, 1999, PS). Na sequência, afirma que 90% da área cultivada adota o sistema e, mais adiante, admite que a adoção oscila de um ano para outro. Com o incentivo à diversificação, automaticamente motivou-se o plantio direto. Os aparatos para preparar o solo diferem do formato tradicional, pois são reduzidos, em parte, a alguns equipamentos como grade e arado, mas aparecem outros como a capinadeira de murundus. Com relação à diversificação, Praisler (1999, PS) afirma: “[...] porque do milho, a nossa é uma região bastante tradicional de suínos, agora o leite realmente estourou como alternativa que viabilizou a fixação do agricultor nessa região”.

Com relação ao plantio direto e safrinha, foi dito que, com a sua adoção, o camponês poderia agilizar o plantio.

[...] com plantio direto nós ganhamos tempo, pra safrinha, porque o produtor vai com colheitadeira colhendo o [...] soja, já entra plantando já milho o tempo ganho hoje já significa muito dinheiro [...].

[...] a principal vantagem [...] do plantio direto é a proteção do solo [...] evita [...], o impacto [...] das chuvas que provocava muita erosão. A segunda vantagem [...] é a proteção da [...] temperatura no solo. [...] A terceira vantagem [...] é a questão do ganho do tempo, porque os produtos antes tinha que colher aí espera [...] prepara o solo, espera chover pra poder plantar. [...] A quarta [...] hoje os implementos agrícolas [...] existe um custo de um capital investido, maioria das nossas propriedades são pequenas [...] embora no começo o pessoal achava caro uma plantadeira de plantio direto (PRAISLER, 1999, grifo da autora).

O plantio direto é incentivado como “[...] um manejo mais sustentável, do ponto de vista ambiental, pressupõe a combinação da aveia com o plantio direto, que consiste na eliminação do revolvimento mecânico do solo” (PAULINO, 2003, p. 259). Na adoção do plantio direto, o solo não é mais arado ou gradeado. No sistema tradicional, caso se acumulassem torrões sobre a área lavrada ou gradeada, a alternativa adotada era “pranchar”, sistema que envolvia uma estrutura montada com madeiras pesadas, atreladas ao trator por espias e arrastadas pela lavoura gradeada para destruir os torrões deixados pela grade. Com o plantio direto, esse processo é subtraído, pela aveia ou nabo que permanece aproximadamente três meses na lavoura, cuja função é amaciar e segurar o solo com suas raízes. Essa técnica é facilmente adotada por produtores maiores, pois com ela não se faz necessário revolver o solo, porém, envolve custo com a aquisição de semeadeira especial e tratores maiores para acoplá-las. Aos pequenos agricultores resta a possibilidade de desempenhar o plantio direto mediante a contratação desse serviço.

Os aparelhos discursivos combinaram argumentos favoráveis ao plantio direto, sob a justificativa de recuperar o solo, conter o assoreamento dos rios. A conservação do solo, ainda que tardia, foi retendo o fluxo do solo que era depositado nos leitos dos rios. Mas, na contramão ou no avesso dos interesses, o plantio direto foi instaurado porque

combina conservação atrelada a mais produtividade, subtraindo espaços ociosos entre as safras. Entre as vantagens apresentadas, a maior delas, que figura no subjetivo, é o lucro. Mas as vantagens mencionadas realmente “contornaram” os problemas ambientais? Manteve-se, com o plantio direto, a aplicação de venenos e alargou-se o uso de herbicidas. Em observação empírica detectou-se elevado uso de defensivos, aplicados, em geral, no fim da tarde quando diminui o vento, mas, assim mesmo, neste horário das 17:00 horas às 19:00 horas é quase impossível respirar nas estradas que cortam as lavouras. O agricultor, para realizar o plantio direto, precisou adquirir outros maquinários, como a plantadeira (plantio direto). Na construção discursiva, a composição combinação-oposição fertiliza a significação, que converte tempo em dinheiro. A orientação emotiva foi firmada em aspectos materiais e, matematicamente, contabiliza um conjunto de vantagens, que poderiam surgir com o plantio direto. Da via oposta, extrai-se o estímulo, a produtividade, o uso de herbicidas, a redução da mão-de-obra e a comercialização de novos maquinários, etc.

Com relação à readequação de estradas e a conservação do solo, José Roberto Mazucatto (1989, PS) enfatiza que,

[...] Em termos de conservação de estradas e readequação, esse ano nós abrimos vinte e três fontes de trabalho. Nessas vinte e três fontes de trabalho foram realizadas as seguintes obras: construção de murunduns; [...] murundum para fazer o fechamento com a estrada; fechamento de valetas ou voçorocas; construção de passadores ou caixas de retenção; desbarrancamento, realocação do leito da estrada [...]; o revestimento primário ou empedramento e a descompactação da área de captação da estrada. [...] Nessas vinte e três frentes de trabalho nós já temos pronto cinquenta quilômetros de estrada, ou seja, totalmente conservada [...].

As constantes mensagens direcionadas à conservação do solo, fechamento de valetas, voçorocas, compreendem mensagens preocupadas com a qualidade do solo, visualizando o crescimento da produção. A brutal retirada da mata compactou o solo e a ausência da conservação expandiu estrias, profundas voçorocas, que, em épocas de chuva, tornavam visíveis as cicatrizes. A construção discursiva de Mazucatto (1989, PS) assume uma

dinâmica de conjunto, composta pela junção de diferentes tipos de discursos, tingindo a fala com a tonalidade social de uma temporalidade de núcleo comum, que expõe, por meio dos discursos produzidos, a circulação de ações para conservar o solo, e esta, por sua vez, envolve instituições e comunidades. Na produção discursiva da personalidade, vertem, com vigor, outras ordens discursivas entrelaçadas em redes sociais. Isto indica a permeabilidade discursiva, sujeita à infiltração e interferências no discurso do emissor, com intensidade suficiente para modificar seu próprio discurso. A pretensa contrapartida da enunciação defendeu a conservação do solo, que contribui com o meio ambiente, mas não é conveniente rejeitar o fundo mercadológico, o qual forneceu energia ao discurso e às práticas empíricas, que revestiram de cuidados tardios, o solo e as estradas.

Contudo, as transformações técnicas e metodológicas na área de estudo acirraram, em alguns momentos, a convivência entre alguns agricultores diversificados/especializados e agricultores identificados com a filosofia da produção orgânica. Depositou-se sobre a tecnologia a possibilidade de amenizar os problemas de intoxicação, na reformulação da composição dos venenos. O caminho indicado direcionou os agricultores à concorrência intercapitalista. A velha noção de rural ocupou o espaço discursivo. Teoricamente, a construção discursiva abrigou uma interação inculcada na concorrência estabelecida entre os diferentes emissores, os quais dirigem a fala ao mesmo público receptor. Por isso, as condutas assumem oscilações. De um lado, o cultivo “convencional” foi indicado, de outro, foi atacado. Os discursos envolvem a produção dos orgânicos e transgênicos, a concorrência estabelecida objetivou despertar o receptor para os novos cultivos. Com as questões postas, observou-se um suposto jogo de forças e ataques, supostamente empreendidos contra, ou a favor da agricultura “convencional”. No entanto, o quadro de forças não pode ser explicado só em termos econômicos, mas, também, no conjunto dos aspectos culturais, entre outros.

Ao apontar neste sentido, pode-se referenciar, ainda, que vieram tardiamente as práticas incentivadoras da sustentabilidade introduzidas e engendradas através do CAPA – Núcleo Oeste, bem como os planos de desenvolvimento canalizados a driblar ou até reverter a perversidade da agricultura mecanizada. Pode-se indicar que a leitura feita pelos produtores orgânicos detectou que “[...] o complexo agroindustrial, a organização da produção é tida como indicadora do atrelamento ou subordinação do pequeno produtor, que não dirige mais a propriedade, mas cumpre as determinações exteriores a ela” (FERREIRA, 1998, p. 274).

Neste contexto, marca presença um debate comunitário vinculado às visões conjuntas, na expectativa de apontar uma saída para o pequeno e médio produtor. As dimensões da diversidade assumem um aspecto técnico-metodológico que propõe condutas, que admitem um conjunto de referências com desdobramentos que podem deter o processo gerador das exclusões. De modo que cabe a “[...] a organização [CAPA] principalmente promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias viáveis, preservando o meio ambiente” (VANDERLINDE, Tarcísio, 2002, p. 76). A associação busca elementos articuladores na interlocução junto ao agricultor, objetivando acionar caminhos alternativos. Por outro lado, os cuidados com o solo no cultivo orgânico vão muito além da conservação com a construção de curvas de níveis, adubação e elevação das estradas, pois o entendimento da conservação passa pela desintoxicação do solo, adubação natural e outros.

Estas formulações levam à afirmação da necessidade de promoção do desenvolvimento local integrado, como estratégia pautada na descentralização da política pública, no estímulo à exploração dos recursos naturais, culturais e locais, visando à fixação do trabalhador e à constituição de redes de parcerias entre instituições públicas, ONGs e associações de produtores (ALENTEJANO, 2000).

O CAPA promove “uma batalha” contra políticas que promoveram a descapitalização do agricultor, e o ataque ao meio ambiente. Portanto, o CAPA soma forças com cooperativas, extensão oficial, ONGs, pastorais e prefeituras. Nesta perspectiva, conforme Vanderlinde (2002), a proposta do CAPA se estrutura na disseminação de condutas e práticas alternativas, embutidas nos aspectos econômicos e ecologicamente sustentáveis, refutando o modelo sedimentado no desenvolvimento, questionando “o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos ‘pacotes’ da modernização e aos vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos” (VANDERLINDE, 2002, p. 79).

Ao expor argumentos sobre a agroecologia, Costa (2004) retoma a sustentação ideológica que permeou a introdução da agricultura “convencional” e ressalta os discursos que depositavam no uso de agroquímicos a única via possível de sanar o problema da fome. A esse respeito, conclui que “[...] Se isto fosse verdade, hoje não haveria fome no mundo” (COSTA, 2004, p. 13). A agricultura dita modernizada produziu, de fato, muitos alimentos, com qualidade até duvidosa, isto devido ao uso descontrolado dos pesticidas. Mas, a pobreza cresceu na mesma proporção que aumentou a quantidade de alimentos e a comida mantém-se distante dos pratos dos que têm fome. “[...] A pobreza não está na produção, mas sim na distribuição dos alimentos e na distribuição da riqueza no mundo” (COSTA, 2004, p. 13). Diva Maria de Faria Burnier (2000) desenvolveu sua tese, perseguindo os desdobramentos históricos da agricultura, com atenção especial para a produção de alimentos no Brasil. Ao traçar uma retrospectiva, englobando a produção de alimentos, identifica a persistente penúria de alimentos que assola grande parcela da população. Assim, para “[...] dispensar o caráter emergencial da distribuição de cestas de alimentos, faz-se necessário um programa de distribuição de terras com concessão de crédito e uma busca incessante de geração de emprego e renda” (BURNIER, 2000, p. 20).

As personalidades entrevistadas, como foi visto anteriormente, proferiram entendimentos divergentes em relação aos transgênicos. Para Costa (2004), o encaminhamento para a adoção de transgênicos na alimentação navega em águas passadas, baixando a âncora num velho discurso, utilizado para justificar a “Revolução Verde”: a fome. Nesse sentido,

hoje a gente vê novamente este discurso, com a questão dos alimentos transgênicos. [...] os governos admitindo, que só com os alimentos transgênicos é que a produtividade vai aumentar e vai levar a uma superação da fome e da miséria no mundo (COSTA, 2004, p. 13).

Segundo Costa (2004), as empresas manipulam as sementes, e os agricultores desprovidos das sementes se tornam dependentes. A autora remete argumentos em benefício da produção orgânica (agroecológica), afirmando que esta última desenvolve os mesmos índices de produtividade que a agricultura “convencional”. Ao defender a agricultura agroecológica, considera que ela não se fixa somente na produção, pois constrói vínculos familiares, entre pais e filhos. A qualidade do alimento é diferenciada, porque, neste cultivo, os venenos não têm vez. Portanto, visa “[...] não somente a questão da produção, do cuidado da terra, do cuidado da água, de não contaminar o meio ambiente, o ecossistema, mas as relações sociais e culturais que se desenvolvem” (COSTA, 2004, p. 13).

Por ora, a relação alimentos orgânicos X alimentos transgênicos foi abordada por Francisco Milanez (2004), professor de educação ambiental, biólogo e arquiteto. Em relação aos transgênicos, é categórico ao dizer que eles “[...] põem em risco nossa saúde alimentar como nunca ocorreu antes” (MILANEZ, 2004, p. 14). Na mesma velocidade em que são construídos argumentos favoráveis à produção de transgênicos, na contracorrente cresce a quantidade de produtos orgânicos nas prateleiras. No entendimento do professor, os orgânicos ofertam autonomia na alimentação e os transgênicos tolhem esse direito. Em relação aos alimentos orgânicos, “[...] são cultivados dentro da mais pura concepção de saúde.

Saúde do solo que, por sua condição natural, nutre a planta com sua composição equilibrada” (MILANEZ, 2004, p. 14). Milanez (2004) avalia os alimentos orgânicos no patamar de saudáveis, livres de insumos, equilibrados com o meio ambiente.

Contudo, da construção discursiva desprenderam investidas sobre a consciência (agroecológica), mas os resultados surgiram com mais vigor na base social, representada por um grupo: CAPA. A palavra é o mecanismo mais apropriado e sensível de comunicação social, pois arquiteta e influencia a vida cotidiana do camponês. A coerência verbalmente construída abriga uma aparelhagem com poder de aceitar ou refrutar o que lhe é apresentado, mas ondas crescentes e repetitivas podem esculpir ecos e, por meio das ressonâncias verbais, produzir ondulações com propriedades e sutilezas investidas de ideologia para atenuar a compreensão do ato, ou reescrever a sua interpretação. Eis porque a espinha dorsal discursiva foi preservada, e a forma do dizer foi recebendo restaurações traçadas de acordo com os objetivos dos grupos detentores de poder. A constituição do CAPA, acompanhou a construção de um contradiscurso, que refuta o simplismo “imposto” verbalmente pelos defensores do cultivo “convencional”.

PALAVRAS FINAIS

“Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes está em má situação. Mas, pior ainda estão os ouvintes que não encontram quem tenha algo a dizer-lhes”.

(BRECHT apud BARBEIRO e LIMA, 2001, p. 7)

As palavras finais indicam a sistematização das idéias, considerando o recorte temático (1980-2000). Mas, também, querem indicar reflexões, pois a Rádio Difusora permanece com o quadro Personalidade da Semana, como também mantém no ar o programa Frente Ampla de Notícias e as fontes continuam sendo arquivadas, talvez à espera de um pesquisador que as traga para fora dos arquivos²³. As mensagens discursivas presentes neste trabalho foram observadas a partir de duas faces: a face da fonte e a face do discurso. As diferentes faces refletem mensagens, tanto homogêneas como heterogêneas, no espaço de construção de consensos e dissensos, produzidos pelos emissores: o jornalista e a personalidade entrevistada; o receptor (público rural e urbano), estreita a distância nas interdependências fixadas no raio de alcance dos significados. As fontes jornalísticas acumulam registros, pautados nos arquivos da memória dos sujeitos sociais, e o público estabelece diálogo com os programas/discursos, bem como estrutura com estes a sua memória. As leituras, pesquisas e debates realizados até o momento auxiliaram a vislumbrar os aspectos teórico-metodológicos que contribuíram na decomposição da construção discursiva, aglomerada nos programas da rádio.

²³ As palavras finais neste trabalho se distanciam um pouco da concepção tradicional de conclusão. Na prática, a sistematização de idéias foi depositada num espaço mais largo. Assim, refez-se com brevidade uma recostura com autores, direcionada ao corpo temático. E, por isto, a convocação de alguns atores que figuraram no palco da Rádio Difusora.

A outra faceta, a da atividade discursiva, exerceu função mental posta sutilmente por meio de idéias abstratas, sem pretensões nítidas, compostas por aspectos “inocentes”. As ondas sonoras da rádio, ainda hoje (2005), chegam, de modo tradicional, ao campo (via rádio e não através da internet), com toda atmosfera de subjetividade. Esta desperta a imaginação dos ouvintes, ao sabor das cores da criatividade humana. No meio urbano, em algumas residências, as ondas chegam acompanhadas das imagens, que ocupam o monitor do computador.

Um único discurso pode abrigar a síntese, ou não. Quando as falas são produzidas numa perspectiva, ou, melhor dizendo, retrospectiva, várias questões são convocadas, compondo a articulação discursiva. No entanto, uma manchete pode indicar, dentro de um discurso, caminhos cruzados. Ao percorrer estes caminhos, encontrou-se um labirinto de temas que são transversais neste estudo, ou, ainda, foram direcionados por meio de recortes para um espaço específico, na perspectiva de aglutinar falas sobre determinado tema, veiculadas ao longo dos anos para identificar a construção das faces discursivas no contexto.

Na constatação de Brito (1994, p. 95), “[...] para que as mensagens dos meios sejam entendidas, é preciso que um **eu** (emissor) e um **tu** (receptor) se aproximem pelos significados”, verificou-se, como um todo, que a maneira como a comunidade local estabeleceu conexões com a diversificação agrícola indica, em muitos momentos, o universo subterrâneo das representações e relações de poder, motivadas por mecanismos discursivos, mesclados de visão curta, que exercem forte influência nas concepções culturais, ambientais, econômicas e políticas. A construção de uma consciência mais generosa com o meio ambiente e com o próprio agricultor, desinteressada pelo lucro imediato e a qualquer preço, poderia aproximar agricultura e natureza. Até então, os ouvintes receberam falas cumulativas alicerçadas em “verdades” absolutas, mas de vida curta e fragmentada. A todo instante as

“receitas” compareciam em ritmo frenético e supunha-se que, em caso de adoção, resultariam em bem-estar e segurança para o agricultor. Em decorrência dos discursos, nasceu uma estreita relação entre agricultores e a influente política de vários governos, que os orientou ou desorientou em benefício de uma economia guiada por fator ideológico e mercadológico. Portanto, é possível identificar que o cinema, a televisão e o rádio apresentam como é descomplicado fazer uso de grande parte dos artigos de consumo durável disponibilizados pela indústria moderna. “Na medida em que a cultura resulta de um jogo de mecanismos de comunicação, ela deveria se uniformizar rapidamente” (CLAVALL, 1997, p. 113).

Em termos de alcance geográfico, o rádio possui uma elasticidade que facilita uma abertura com penetração elevada junto ao público rural. Esse fator denotou capacidade desse veículo “[...] como um instrumento capaz de modificar o comportamento dos camponeses, tornando-os mais receptivos às inovações tecnológicas” (ARAÚJO, 1991, p. 25). A vida ativa do meio de comunicação extrai o sustento também da via propagandista. Assim, “[...] a preocupação comercial manifestada pelos donos das emissoras de rádio é uma preocupação com a própria sobrevivência de suas emissoras” (ARAÚJO, 1991, p. 28).

A direção da empresa (Rádio Difusora) também direciona a programação para o público urbano. Com os efeitos da modernização agrícola, aumentou a população rondonense que passou a habitar os mutirões, conjuntos habitacionais. As ondas da rádio visam despertar também estes ouvintes, pois é uma camada da população que gera benefícios lucrativos para a empresa. Partindo deste ponto de vista, os “[...] meios modelam suas mensagens e ideologias de acordo com a massa consumidora” (BRITO, 1994, p. 33).

Cabe evidenciar que a fabricação do transistor veio formatar o alcance da mídia junto à população. A penetração do rádio, enquanto veículo de comunicação, difundiu-se, transpondo a barreira do analfabetismo, da ausência de energia elétrica, do minguado poder aquisitivo. O rádio é um veículo encurtador de distâncias e, sobre ele, foram

depositadas expectativas idealizadas, dotando-o como meio capaz de aproximar o público da educação, lazer e cultura. Com isto, não se quer negar sua contribuição, mas não se pode negar seu poder de repercussão de idéias e interesses em benefício de alguns grupos influentes. O rádio estrategicamente ocupou e ocupa a função de elo de ligação entre campo e cidade, como instrumento do poder de interesses dos profissionais liberais, comércio e indústria, bem como poder de atender os objetivos da empresa de comunicação, a nível comercial, político e de prestígio. Uma das questões observadas é de que há proximidade entre o rural e o urbano, e de que ambos se entrecruzam, se aproximam e em alguns aspectos se assemelham.

Em suma, o conteúdo da programação da Rádio Difusora do Paraná envolveu o público ouvinte por meio da música, cartas, telefonemas e e-mails. Além das questões postas, faz-se necessário registrar a personificação que os ouvintes constroem junto à rádio, pois interagem cantando, dançando, rindo, chorando, torcendo, lamentando, questionando.

O resultado do ato de falar estimula atividades mentais subjetivas, que passam pelo processo de decodificação e podem tornar-se objetivos. É na superfície das palavras que se entrecruzam os valores sociais. A título de exemplo, sobre o rádio é possível visualizar: guardanapo, bibelô, vaso, mas também sobre o aparelho pode ser encontrada a bíblia, um copo de água, que simbolizam a religiosidade. A bíblia e a água representam a comunicação com Deus, e o rádio é o canal de comunicação com as esferas escalares local, regional, nacional e mundial. A palavra revela-se forte, pois os ouvintes se comovem pela voz, e, em algumas circunstâncias, se apaixonam por ídolos (apresentadoras/apresentadores), sem face. A relação de poder é administrada também pelo imaginário do ouvinte. Assim como, “[...] é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada” (BAKHTIN, 1997, p. 70).

Contudo, os poros discursivos pouco absorveram em suas falas das consequências que o modelo agroindustrial provocou para grande parte dos agricultores. No eixo discursivo, “[...] pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo” (SILVA, 1995, p. 127). Enfim, o rádio é utilizado enquanto canal que remete discursos que tocam na problemática do desenvolvimento, depois alarma sobre os problemas advindos da especialização, advoga sobre os problemas causados pela estiagem e lamentam a situação dos bóias-frias, mas não perde a oportunidade de proclamar a especialização e a diversificação. Cabe registrar que, na construção discursiva, tratou-se repetitivamente da diversificação agrícola. Por sua vez, esta acolhe os anseios do pequeno e médio agricultor, comércio e indústria. Assim, o que é bom para o comércio e indústria, pode, também, beneficiar o camponês. Com a frustração seqüencial de safras agrícolas, surgem expectativas proviêntes do comércio e indústria na esperança de que o produtor diversifique e venda produtos mensalmente, ativando os lucros. No entanto, o sentido da ampliação da produção, da inovação tecnológica e da valorização dos produtos, sinaliza interesses convergentes e divergentes. Estes aspectos podem ser identificados nas fontes estudadas.

Aliado ao posicionamento participante, diante da pesquisa e coleta das fontes, houve, em vários momentos, a necessidade de reavaliar a configuração subjetiva que habita, de várias maneiras, no mundo discursivo e, assim, localizar e depurar as ações que denunciam os determinantes ideológicos, bem como permite diagnosticar formas diferentes de olhar dos sujeitos. Em vários discursos, as concepções em torno da problemática agrícola comparecem como situações absolutas, incontestáveis ou enquanto receitas insistentemente postas pela fala. Portanto, a fonte jornalística deve ser pensada no contexto e não como algo definitivo, independente de um conjunto de influências sociais em construção.

No estudo, fez-se a inserção dos diversos componentes e atributos polêmicos, repassados pelos meios de comunicação, bombardeando partículas discursivas junto ao público rural. Esta investigação permitiu o alargamento do campo visual, ressaltando a influência exercida sobre a “informação” na formação de concepções. Camargo (2000, p. 10) “[...] evidenciou que a informação veiculada pelos meios de comunicação em massa provavelmente não está sendo revertida em conhecimento na sociedade”. Aliado às colocações anteriores, pode-se afirmar que o rádio é um caminho subterrâneo, utilizado pelos grupos sociais que dominam as esferas do poder para reproduzir o que é considerado ou prestigiado pela “indústria cultural”.

Considerando o dinamismo imposto pelo linguajar da mídia, na maioria das vezes descontextualizado, desconjunturado, o consumismo desenfreado mantém em sintonia os dogmáticos ditames do capital. No outro extremo, a passividade, guiada pela ausência de comunicação real, subtrai a análise crítica dos fatos noticiados, a reflexão é encharcada pelo excesso de notícias instantâneas, ofertadas pela rádio que acarretam atitudes passivas no público ouvinte. A reflexão crítica sobre os meios de comunicação é crucial para mostrar que estes meios veiculam “informações” descontextualizadas e fragmentadas.

Verificam-se, no processo da adoção do novo, elementos intrínsecos, considerados na ação discursiva influentes, capazes de motivar alterações de conduta nos agricultores. Para que haja uma nova reorientação no cultivo com inovações tecnológicas, ocorre na área de investigação um processo paulatino que considera aspectos sociais, econômicos, religiosos e culturais do grupo. Na visão de Camargo (2000), a mídia produz necessidades artificiais e desejos constantes que nunca são satisfeitos plenamente, e o processador que move o consumismo continuado formata desejos, evolidos pela novidade. A atenção continuada do público é mantida por informações como: descoberta de novos medicamentos, alimentos nutritivos, computadores de última geração, etc. Portanto,

[...] informações sobre avanços científicos e tecnológicos que afetam diretamente a vida de determinadas parcelas da sociedade de acordo com seu poder aquisitivo, e que parecem suprir momentaneamente as necessidades criadas por esta mídia, quando na verdade criam continuamente novas necessidades (CAMARGO, 2000, p. 20).

O rádio é um meio de comunicação que possui longo alcance, “[...] por ser mais barato e o mais fácil de ser transportado, ele está presente, potencialmente, em todos os lugares” (LEITÃO, 1991, p. 97). O receptor, na maioria das vezes, é um ouvinte em movimento, característica esta que expõe o público ouvinte a uma carga de influência que pode, lentamente, interferir no seu comportamento por meio da falsa informação que atua no campo da formação de conceitos e preconceitos. Assim, “[...] muitas informações são passadas ao ouvinte sem, no entanto, alertá-lo para a importância do conteúdo ideológico inserido no próprio texto informativo” (LEITÃO, 1991, p. 97). Portanto, na leitura analítica da fonte jornalística, não se ignorou o papel ideológico do rádio enquanto agente, dotado de poder articulador da opinião pública, “[...] no sentido de conduzir a sociedade, ou uma grande parcela dela, a pensar como as classes dominantes detentoras ou expressão dominante dos meios de comunicação, os verdadeiros ‘donos das vozes’”. (LEITÃO, 1991, p. 97). Do outro lado, a mídia manifesta a função de descrever o mundo, constitui permanência aparente, mas, de fato, ela poderia fazer mais, e investir em profundidade ao tratar do caráter político dos fenômenos desenhados no espaço, iluminar o papel dos alicerces socioeconômicos na constituição de um espaço desigual, auxiliar na elaboração de propostas consistentes para modificar o “destino dos seres humanos dos espaços subdesenvolvidos e refletir sobre a prática daqueles que possuem o poder sobre o espaço, para que este poder seja da maioria” (CAMPOS, Rui Ribeiro de, 2001, p. 32).

Os pequenos estabelecimentos rurais historicamente foram discriminados, ficando carentes de incentivos, desassistidos de recursos financeiros, mas participativos e expressivos na produção agropecuária, “[...] embora tendo concentrado, em 1980, somente

25,0% dos recursos creditícios colocados à disposição dos produtores rurais” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 120). Por outro lado, os grandes estabelecimentos, assistidos e privilegiados, apostam na contribuição simbólica. Ressalta-se a necessidade de “[...] repensar a política de drenagem de recursos para a agricultura que, além de socialmente injusta [...], revela ser economicamente ineficiente” (MESQUITA e SILVA, 1988, p. 120).

Enfim, as práticas conservadoras exerceram forte pressão sobre os camponeses, mas não o suficiente para extingui-los. Contudo, essas práticas conservadoras não têm sido capaz de travar o processo de territorialização camponesa, fato confirmado na prevalência das pequenas propriedades. O processo de desenvolvimento capitalista na agricultura gerou mudanças no padrão produtivo. Os “frutos” (poupadores de mão-de-obra) deste processo crescem na mesma proporção da incorporação das técnicas. Concretamente, a tecnificação, no campo, assume impactos heterogêneos, mas fica claro que o impacto do processo foi de tal dimensão que provocou o afastamento da grande parte daqueles que tinham acesso precário à terra, bem como daqueles que não conseguiram se estabelecer internamente, de modo a se adequar às transformações. Um olhar sobre o contexto fomenta diretrizes historicamente ocultadas que subtraem a importância das pequenas propriedades, inclusive em áreas mecanizadas. Essa compreensão coloca em questão a tese simplista de que a solução para os problemas brasileiros reside na produção agrícola firmada no capitalismo e na modernização. Desse modo, a pequena propriedade é referência na inclusão social, com a geração de empregos ela é ao mesmo tempo aquela que dá exemplo de produtividade, da qual não se aproximam os médios e sequer arranham os grandes proprietários.

As “profecias” homogenizadoras, adotadas e difundidas, ignoram o baixo potencial de produção das áreas tipicamente capitalistas, cunhando a ilusão de que, no Brasil, o agronegócio é hegemônico em todos os aspectos. Fato problemático é o vocabulário que lhe é atribuído, o qual pode ser diluído em um termo vastamente difundido: *agribusiness*. Dito de

outro modo, as generalizações sufocam a heterogeneidade cultural, social e econômica presentes no desenvolvimento agrícola.

O modo de vida camponês possui aspectos destoantes que o diferencia da exploração capitalista. Os arranjos que figuram na propriedade camponesa, feitos na diversidade, refazem um caminho, que se inscreveu na diferenciação de lidar com as partes do território sob seus domínios, o que é claramente visível na comparação ou confronto com as explorações essencialmente capitalistas. A própria configuração geográfica das propriedades é um indicador da organização compatibilizada com as duas dimensões aí concretizadas: a produção econômica e a reprodução social.

Com relação às personalidades que percorreram o palco da rádio, constatou-se, na interlocução com a fonte jornalística, que, nos anos de consolidação da modernização agrícola, este processo foi conduzido pela representação masculina. Por outro lado, a presença feminina, as poucas vezes que foi mencionada, ocorreu na voz do locutor, assim, o papel da mulher foi fixado ao contexto familiar.

A convivência das personalidades no palco denominado Rádio Difusora transcorreu num ambiente de construção discursiva em parte divergente. A enunciação discursiva constitui uma fração discursiva, aglomerada por personalidades que manifestam a sobreposição discursiva. Enfim, pretende-se nomear brevemente algumas personalidades para compor o quadro discursivo, composto pela tonalidade, entonação, humor, ironia, ódio, encantamento, desprezo, pintado no contexto da composição discursiva. Por assim dizer, os contornos do programa Frente Ampla de Notícias evidenciaram outra técnica de construção discursiva, realizada por jornalistas e captura de palavras, de onde brota, em forma de redação, a composição das palavras. Por se diferenciarem as programações, neste momento de palavras finais, serão reconvocadas as personalidades (do programa Personalidade da Semana), mais identificadas com a diversificação, profissionalização e administração das

propriedades.

Nome/ano	Função	Resumo da Fala
Alison Paulinelli 1994	Ex-ministro da Agricultura no Governo Ernesto Geisel.	Mobilizou argumentos de esforço à diversificação do cultivo.
Antonio L. Poloni 1999	Secretário de Estado da Agricultura do Paraná.	Mobilizou os agricultores para a administração da propriedade, profissionalização e competitividade.
Carlos Roberto Praisler 1999	Engenheiro Agrônomo (gerente do Departamento de Agronomia da COPAGRIL).	Motivou os agricultores na adoção do plantio direto. Consolidou esforços verbais sobre a necessidade de maiores reflexões na adoção do cultivo de transgênicos, mas rapidamente transferiu argumentos em direção à tecnologia e desviou a atenção do público para a necessidade de se produzirem alimentos.
Eduardo F. Sciara 1999	Secretário de Estado da Indústria e Comércio.	Enfatizou o processamento da mandioca, conferindo significativa ênfase na tecnologia, competitividade e industrialização.
Elio E. Winter 1985, 2000	Personalidade que já foi um dos proprietários da Rádio Difusora.	Atuou no ramo imobiliário com significativa ramificação política, defendeu a mobilização dos agricultores na busca de reajuste aos preços pagos pelos produtos agrícolas. Mas, de outro lado, supõe-se que a personalidade tomou partido dos interesses comerciais e industriais.
Gedi Kerber 1979	Engenheiro Agrônomo.	Defendeu a profissão de engenheiro e a colocou na condição de ferramenta capaz de frear o problema da fome.
Hermes Brandão 1995	Secretário de Estado da Agricultura.	Debateu sobre a crise vivenciada no campo e motivou a diversificação da propriedade.
José Carlos Tiburcio 1994	Secretário de Estado da Agricultura.	Reproduziu um discurso já bastante desgastado, enraizado no progresso e produtividade.
José Roberto Mazzucatto 1989	Engenheiro agrônomo e Secretário Municipal de Agricultura.	Tratou da conservação do solo e readequação de estradas no contexto da elevação da produtividade.
Lincoln Leduc	Jornalista que, por longa data, esteve à frente do programa Personalidade da Semana.	Com toda a atmosfera interativa e inquisitória, configurou argumentos solidários com a diversificação do cultivo, e atribuiu a crise vivenciada no setor à incipiente diversificação.
Luiz Ernandes da Graça 1979	Responsável pelo Escritório da ACARPA/EMATER de Marechal Cândido Rondon.	Defendeu o Pacote Agrícola e a diversificação do cultivo.
Mário Pereira 1994	Governador do Estado do Paraná.	Enfatizou a conservação do solo, distribuição de calcário, readequação das estradas, supostamente configurada no alargamento da produtividade.

Osmar Dias 1995	Senador.	Discursou sobre a crise enfrentada pelo setor agrícola. A agricultura apresentou-se no entroncamento de safras, custos e outros.
Paulo Limberger 1994	Secretário Municipal das Finanças.	Produziu argumentos favoráveis à expansão da agroindústria, como fonte geradora de empregos.
Rainer Zielasko 1995	Engenheiro agrônomo e chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Toledo.	Apresentou discursivamente a expansão das Vilas Rurais, entre outros programas, desconsiderando as possíveis limitações, bem como, incentivos à diversificação.
Sebastião Rodrigues 1988	Ex-deputado federal e Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.	Produziu um discurso fortemente identificado com a agricultura mercadológica.
Sinval Guazelli 1994	Ministro da Agricultura.	Defendeu a iniciativa das prefeituras na concretização da diversificação.

Os atores que integram o quadro abaixo produziram discursos, considerando questões como meio ambiente, trabalho, agricultura orgânica, mas isto não os libera do plano da homogeneização.

Nome/ano	Função	Resumo da Fala
Adir Parizotto 1995	Engenheiro agrícola e economista, diretor do escritório regional do Paraná IAP de Toledo.	Debateu o reflorestamento da mata ciliar.
Alberto Contan 1989	Advogado ambientalista e presidente da Associação de Defesa da Educação Ambiental de Maringá.	Manifestou-se na condição de debatedor das causas ambientais. Em sua fala, aflorou o jogo de forças que interferem na concretização efetiva de medidas a favor do meio ambiente.
Cleverson Andreole 2000	Formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor na mesma instituição, agrônomo, Mestre em Solos e Doutor em Meio Ambiente.	Profissional que tratou do meio ambiente (transgênicos), e da conscientização do consumidor, em optar por consumir ou refutar tais produtos.
Eliezer Bublitz 1994	Pastor e personalidade que diverge dos demais.	Produziu argumentos na condição de religioso, militante de esquerda, comprometido com os trabalhadores.
Itálico Cielo 1994	Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Contextualizou em detalhes os problemas enfrentados pelos camponeses (no meio urbano), que perderam as propriedades.

Moacir Froehlich 1995	Secretário Municipal da Agricultura de Marechal Cândido Rondon, engenheiro agrônomo, vereador e agricultor.	Defendeu linha de crédito para pequenos agricultores e o cultivo diversificado.
Paulo Dresch (agricultor) 1993	Foi mencionado no programa Frente Ampla de Notícias.	Na composição discursiva do referido programa estabeleceu uma espécie de atrativo estendido aos demais camponeses, para a programação da Personalidade da Semana. O empenho jornalístico visou mobilizar os camponeses para a vacinação de suínos e bovinos.
Rogério Vanderley Konzen 1995	Empresário diretor presidente do Instituto Verde Vida.	Foi nominado na redação do Frente Ampla de Notícias. Na ocasião ressurgiu um contradiscurso, identificado com o cultivo orgânico conduzido na via da diversificação.
Valdemar Kaiser 1999, 2000	Presidente do Sindicato Rural Patronal.	Estendeu argumentos sobre as dificuldades vivenciadas pelos camponeses, mas, em seu discurso, figuraram as oscilações dos preços, e o custo para produzir não foi mencionado. Por outro lado, coloca-se contrário ao cultivo de transgênicos.
Valter Vanzella 1989, 1997, 1999	Personalidade que representa os camponeses, mas também convive estreitamente com cargos como o de presidente da cooperativa.	É possível supor que seu discurso produz homogeneização em benefício de uma categoria seleta de agricultores, indústria e comércio.

Por fim, o afastamento da nebulosidade ideológica presente na construção discursiva, permite sugerir que a fragilidade da política oficial destinada a pequenos agricultores, no final da década de 80 e 90, motivou atores sociais, integrantes da indústria e comércio, a espalhar consensos técnicos e políticos, por meio de parte das personalidades incentivadoras da diversificação do cultivo, capacitação e profissionalização dos camponeses. A estratégia em questão fez parte de uma ação apressada para restaurar a economia dos agricultores. Assim, aderiu-se a “[...] um discurso conciliatório baseado nas alternativas técnicas, de capacitação e de diversificação de atividades produtivas, como solução dos problemas de diferenciação social” (MERTZ, 200, p. 186).

Em certas circunstâncias, a exaltação da novidade, quantidade incessante de notícias, fabricou ouvintes afoitos e afastados da reflexão crítica sobre os eventos agrícolas, aceitando com facilidade concepções prontas. Assim, é pelas ondas da rádio que se puxam os

fios da construção discursiva, tecendo e abrindo os compartimentos da memória individual e coletiva. A costura e construção discursiva, presentes nas falas dos atores que atuaram no palco da Rádio Difusora, evidenciam um descortinar de posicionamentos heterogêneos. Portanto, um olhar demorado ao longo do caminho que sediou a modernização, especialização, diversificação, cultivo orgânico e transgênico, indica a transversalidade da tecnologia. Esta última ocupou os bastidores dos discursos. As falas abrigaram relações conflitivas, vozes homogêneas discursam e representam em nome de atores ausentes (agricultores “convencionais” e orgânicos). Em alguns momentos, falou-se contra as políticas governamentais, e pode-se supor que o suporte desta construção objetivou tomar para si o papel de quem considera as angústias dos agricultores. Com este ato, ocupou-se o espaço que poderia ser aberto aos afetados: a platéia. Assim, estrategicamente, se fez o discurso conforme os interesses do comércio, indústria e agricultores. Em tese, todo esse material jornalístico permitiu trabalhar a temática que compõe este estudo, não na condição de como isso aconteceu, e acontece em Marechal Cândido Rondon, e sim como uma instituição que se chama Rádio Difusora do Paraná, através dos programas – Frente Ampla de Notícias (FAN) e Personalidade da Semana (PS), que contribuíram na construção de discursos e representações referentes à agricultura. Para essa construção, participaram atores, e através deles surgiram conceitos, temas em torno do trabalho, agricultura, maquinário, clima, meio ambiente, cooperativismo e outros. Portanto, trata-se de uma construção simbólica do agrário moderno. A empreitada que envolve o estudo da construção discursiva requer ler e reler, ouvir e re-ouvir, pensar e repensar. Este é o tripé que sustenta a análise da construção discursiva. Conforme Andrade (1997, p. 87), “pelas notícias de ontem, publicadas hoje, devemos temer o jornal de amanhã”. Muito mais do que esgotar a temática, objetivou-se debater a diversidade agrícola por meio de fontes jornalísticas ainda pouco exploradas, que oferecem um vasto campo, que aguarda os pesquisadores. A abrangência dos arquivos da rádio em questão é um

“baú” de fontes que atende à demanda das mais variadas temáticas. Por meio dos contornos que acolhem a redação das palavras finais desta tese, objetivou-se sinalizar que a autora em questão debateu a temática proposta no projeto de pesquisa, mas a complexidade das fontes permite uma infinidade de recortes, reflexões e leituras. O adensamento da produção discursiva realizada diariamente nos diferentes programas da rádio representa o sinal verde para a continuidade das pesquisas, envolvendo a construção discursiva.

REFERÊNCIAS

Fontes

ABASTECEDOURO comunitário é inaugurado hoje na Linha São Cristóvão. *Frente Ampla de Notícias*, v. 272. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 10 dez. 1997. Programa de rádio.

ABASTECIMENTO para Itaipu. *Frente Amplas de Notícias*, v. 23. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 31 jul. 1975 a 14 nov. 1975. Programa de Rádio.

ACIMACAR apóia integralmente protesto de agricultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 145. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 10 fev. 1987. Programa de rádio.

AGÊNCIAS do Banco do Brasil poderão ser bloqueadas no dia 12. *Frente Ampla de Notícias*, v. 143. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 05 fev. 1987. Programa de rádio.

AGORA nas plantações a invasão dos percevejos e neles, mais agrotóxicos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 16 jan. 1984. Programa de rádio.

AGRICULTOR fecha portões da cooperativa e exige recebimento de produto. *Frente Ampla de Notícias*, v. 141. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 29 dez. 1986. Programa de rádio.

AGRICULTOR para ser atendido terá que ter poupança ouro no Banco do Brasil. *Frente Ampla de Notícias*, v. 143. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 24 fev. 1987. Programa de rádio.

AGRICULTURA com desenvolvimento normal no Mato Grosso Do Sul. *Frente Ampla de Notícias*, v. 165. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 13 dez. 1988. Programa de rádio.

AGRICULTURA está falida segundo o diretor da COPAGRIL. *Frente Ampla de Notícias*, v. 238. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 18 jan. 1995. Programa de rádio.

AGRICULTURA natural: o futuro do homem do campo. *Frente Ampla de Notícias*, v. 238. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 28 jan. 1995. Programa de rádio.

AGRICULTURA: sobrevivência depende de um planejamento, afirma prefeito. *Frente Ampla de Notícias*, v. 141. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 31 dez. 1986. Programa de rádio.

ALFREDO Kunkel diz que diversificação trouxe riqueza para Marechal Rondon. *Frente Ampla de Notícias*, v. 296. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 28 dez. 1999. Programa de rádio.

ALTOS juros e falta de preços poderá quebrar agricultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 178. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 25 jan. 1990. Programa de rádio.

AMOP organiza seminário sobre o mercado mundial de produtos orgânicos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 284. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 06 dez. 1997. Programa de rádio.

AMOP pede ao governo federal soluções para a agricultura. *Frente Ampla de Notícias*, v. 142. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 22 jan. 1987. Programa de rádio.

ANDREOLE, Cleverson. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 14 maio 2000. Fita cassete nº 139. Programa de rádio.

ANUNCIO do Banco do Brasil pode esvaziar manifestações de trabalhadores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 237. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 02 dez. 1994. Programa de rádio.

APESAR de tarde, chuva veio em tempo de salvar colheita. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 30 jan. 1984. Programa de rádio.

ÁREA técnica discute produtividade do milho safrinha. *Frente Ampla de Notícias*, v. 284. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 02 dez. 1998. Programa de rádio.

ARROZ e milho do oeste com prejuízos que passam dos 10 bilhões. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 25 jan. 1984. Programa de rádio.

AUMENTO de produção avícola depende de novos investimentos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 284. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 14 dez. 1998. Programa de rádio.

AUTORIDADES preocupadas com abusos de agricultores em rios locais. *Frente Ampla de Notícias*, v. 117. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 01 dez. 1984. Programa de rádio.

BAIXA área plantada com mandioca preocupa lideranças agrícolas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 250. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 24 jan. 1996. Programa de rádio.

BANCO do Brasil toma medidas para ajudar agricultores prejudicados pela seca. *Frente Ampla de Notícias*, v. 130. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 04 jan. 1986. Programa de rádio.

BRANDÃO, Hermas. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 20 ago. 1995. Fita cassete nº 87. Programa de rádio.

BUBLITZ, Eliezer. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 09 out. 1994. Fita cassete nº 84. Programa de rádio.

CANHÃO para a agricultura. *Frente Ampla de Notícias*, v. 23. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 03 nov. 1975. Programa de rádio.

CHUVAS benéficas na região do oeste. *Frente Ampla de Notícias*, v. 82. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 19 jan. 1982. Programa de rádio.

CHUVAS esparsas não resolvem problema e provocam sérios prejuízos a agricultura do oeste do Paraná. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 10 jan. 1984. Programa de rádio.

CHUVAS irregulares colocam lavouras em risco na região. *Frente Ampla de Notícias*, v. 250. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 03 jan. 1996. Programa de rádio.

CHUVAS já começaram a ser demasiadas para milho e soja. *Frente Ampla de Notícias*, v. 143. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 09 fev. 1987. Programa de rádio.

CHUVAS são benéficas para a agricultura. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 03 dez. 1992. Programa de rádio.

CIELO, Itálico. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 jun. 1994. Fita cassete nº 83. Programa de rádio.

CLAUS Germer acha inoportuna previsão de supersafra. *Frente Ampla de Notícias*, v. 105. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 08 dez. 1983. Programa de rádio.

COM a estiagem, as pragas na lavoura, as intoxicações e a poluição de rios. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, jan. 1984. Programa de rádio.

COM as chuvas virá a esperança da salvação para a soja. *Frente Ampla de Notícias*, v. 165. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 27 dez. 1988. Programa de rádio.

CONSELHO de Desenvolvimento Agro-pecuário vai desenvolver trabalhos em 92. *Frente Ampla de Notícias*, v. 201. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 28 dez. 1991. Programa de rádio.

CONSELHO têm projeto para transformar a agropecuária local. *Frente Ampla de Notícias*, v. 261. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 05 dez. 1996. Programa de rádio.

CONTAN, Alberto. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 1989. Fita Cassete nº 57. Programa de rádio

COPAGRIL aconselha agricultores a não vender milho abaixo do mínimo. *Frente Ampla de Notícias*, v. 284. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 14 jan. 1997. Programa de rádio.

COPAGRIL apresenta novas técnicas de produção. *Frente Ampla de Notícias*, v. 250. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 27 jan. 1996. Programa de rádio.

COPAGRIL organiza para amanhã dia de campo sobre a cultura do milho. *Frente Ampla de Notícias*, v. 226. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 20 jan. 1994. Programa de rádio.

COPAGRIL vai aguardar definição do governo sobre abatedouro de aves. *Frente Ampla de Notícias*, v. 141. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 22 dez. 1986. Programa de rádio.

DEPUTADO pede reajuste para preços dos produtos agrícolas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 141. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 27 dez. 1986. Programa de rádio.

DIAS, Osmar. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 jul. 1995. Fita cassete nº 94. Programa de rádio.

DIETRICH, Luiz Augusto. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 26 fev. 1989. Fita cassete nº 50. Programa de rádio.

DINHEIRO para sorgo a disposição dos colonos rondonenses. *Frente Ampla de Notícias*, v. 118. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 31 jan. 1985. Programa de rádio.

DIVERSIFICAÇÃO agrícola, uma meta a ser alcançada este ano. *Frente Ampla de Notícias*, v. 82. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 16 jan. 1982. Programa de rádio.

ELEITOS os destaques do ano em conservação de solos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 153. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 22 dez. 1987. Programa de rádio.

EM DEZEMBRO já choveu 1/3 do que choveu entre janeiro e novembro. *Frente Ampla de Notícias*, v. 81. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 19 dez. 1981. Programa de rádio.

EM FEVEREIRO serão anunciadas regras para safra de inverno. *Frente Ampla de Notícias*, v. 250. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 05 jan. 1996. Programa de rádio.

EM NOVO Horizonte produtores se unem para adquirir espalhador de esterco. *Frente Ampla de Notícias*, v. 250. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 27 jan. 1996. Programa de rádio.

ENQUANTO controle biológico não vem, agricultores continuam usando agrotóxicos no combate as pragas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 13 jan. 1984. Programa de rádio.

ENVENENAMENTO de sanga está matando milhares de peixes em Iguaporã. *Frente Ampla de Notícias*, v. 105. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, dez. 1983. Programa de rádio.

FAO discute problemas da agricultura em Marechal Cândido Rondon. *Frente Ampla de Notícias*, v. 226. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 17 jan. 1994. Programa de rádio.

FEIRA do produtor é ampliada e recebe novas instalações em Rondon. *Frente Ampla de Notícias*, v. 225. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 09 dez. 1993. Programa de rádio.

FISCALIZAÇÃO não vai dar trégua aos camelôs. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 03 dez. 1992. Programa de rádio.

FRENTE Ampla de Notícias, v. 129. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, dez. 1985. Programa de Rádio.

FRENTE Ampla de Notícias, v. 308. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 27 dez. 2000. Programa de rádio.

FROELICH, Moacir. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 22 jan. 1995. Fita cassete nº 76. Programa de rádio.

FUENTES, Messias Gomes. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 05 jul. 1980. Fita cassete nº 11. Programa de rádio.

FUNDEMARCO se propõe a organizar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar no oeste paranaense. *Frente Ampla de Notícias*, v. 296. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 15 dez. 1999. Programa de rádio.

FUTURO incerto da revenda de máquinas agrícolas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 82. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 02 jan. 1982. Programa de rádio.

GOVERNO federal dá calote nos agricultores e não para o trigo. *Frente Ampla de Notícias*, v. 178. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 31 jan. 1990. Programa de rádio.

GRAÇA, Luiz Hernandez. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 24 ago. 1979. Fita cassete nº 11. Programa de rádio.

GUAZELLI, Sinval. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 jun. 1994. Fita cassete nº 83. Programa de rádio.

INDUSTRIALIZAÇÃO do milho em debate hoje à tarde. *Frente Ampla de Notícias*, v. 117. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 11 dez. 1984. Programa de rádio.

INFLAÇÃO venceu em 87. *Frente Ampla de Notícias*, v. 154. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 06 jan. 1988. Programa de rádio.

INSCRIÇÕES para o primeiro encontro do plantio da safrinha, encerram hoje. *Frente Ampla de Notícias*, v. 202. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 13 jan. 1992. Programa de rádio.

JOVENS agricultores buscam tecnologias que permitam redução de custos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 262. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 11 jan. 1997. Programa de rádio.

KAISER, Valdemar. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 20 jun. 1999. Programa de rádio.

KAISER, Valdemar. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 13 ago. 2000. Fita cassete nº 140. Programa de rádio.

KAMBY mais uma vez acusada de cometer graves irregularidades. *Frente Ampla de Notícias*, v. 82. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 06 jan. 1982. Programa de rádio.

KERBER, Gedi. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 12 out. 1979. Fita cassete nº 11. Programa de rádio.

LANÇADO ontem o projeto do palmito pupunha em Marechal Rondon. *Frente Ampla de Notícias*, v. 296. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 22 dez. 1999. Programa de rádio.

LANGE, Nilton; DONHA, Mauro; LIMBERGER, Paulo; BIER, Ademir. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 27 mar. 1994. Programa de rádio.

LEITE um bom negócio para o produtor rural. *Frente Ampla de Notícias*, v. 202. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 14 jan. 1992. Programa de rádio.

LIXO tóxico, problema de Mal. Rondon: poderá ser solucionado. *Frente Ampla de Notícias*, v. 201. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 06 dez. 1991. Programa de rádio.

MAIS um encontro vai tratar sobre questão do PRONAGRI. *Frente Ampla de Notícias*, v. 154. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 27 jan. 1988. Programa de rádio.

MAL. RONDON terá em 93 uma das maiores produções de peixes. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 24 dez. 1992. Programa de rádio.

MANEJO de pragas foi o tema do encontro sobre plantio da safrinha na manhã de hoje. *Frente Ampla de Notícias*, v. 202. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 16 jan. 1992. Programa de rádio.

MARECHAL Rondon incentiva a produção de mandioca para gerar empregos e renda. *Frente Ampla de Notícias*, v. 297. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 17 jan. 2000. Programa de rádio.

MAZUCATTO, Jose Roberto. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 03 dez. 1989. Fita cassete nº 57. Programa de rádio.

MILHO safrinha não será assegurado no ano que vem. *Frente Ampla de Notícias*, v. 308. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 28 dez. 2000. Programa de rádio.

MINISTRO da Agricultura reúne-se com prefeitos e lideranças agrícolas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 249. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 15 dez. 1995. Programa de rádio.

MUNICÍPIO entrega distribuidores de adubo orgânico a agricultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 284. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 16 dez. 1998. Programa de rádio.

NEGATIVA de Sarney põe em risco a produção agropecuária nacional. *Frente Ampla de Notícias*, v. 143. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 14 fev. 1987. Programa de rádio.

NOSSO trigo. *Frente Ampla de Notícias*, v. 23. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 31 jul. 1975 a 14 nov. 1975. Programa de rádio.

OCHOA, José da Luz. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 13 maio 1990. Fita cassete nº 4. Programa de rádio.

OESTE apela para recursos federais para combater a seca. *Frente Ampla de Notícias*, v. 129. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 31 dez. 1985. Programa de rádio.

OESTE deixará de colher 56 mil toneladas de soja. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 26 jan. 1984. Programa de rádio.

PALESTRA do SINE vai discutir agroindustrialização. *Frente Ampla de Notícias*, v. 250. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 26 jan. 1996. Programa de rádio.

PÂNICO toma conta de produtores: febre aftosa se alastra na região oeste. *Frente Ampla de Notícias*, v. 225. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 18 dez. 1993. Programa de rádio.

PARCERIA entre prefeitura e agricultores compra um trator esteira. *Frente Ampla de Notícias*, v. 225. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 02 dez. 1993. Programa de rádio.

PARIZOTTO, Adir. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, s.d. Fita cassete nº 83. Programa de rádio.

PAULINELLI, Alison. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 jun. 1994. Fita cassete nº 83. Programa de rádio.

PAWELKE, Jochan. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 04 jan. 1981. Fita cassete nº 08. Programa de rádio.

PEREIRA, Mário. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 jun. 1994. Fita cassete nº 83. Programa de rádio.

PLANTADORES de sorgo enfrentam um novo problema. *Frente Ampla de Notícias*, v. 142. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 08 jan. 1987. Programa de rádio.

PLANTIO direto é solução para produtividade e evitar erosão. *Frente Ampla de Notícias*, v. 261. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 24 dez. 1996. Programa de rádio.

POLITICA nacional do trigo: só protestos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 261. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 05 dez. 1996. Programa de rádio.

POLÍTICOS serão chamados para participarem da mancha à Brasília. *Frente Ampla de Notícias*, v. 143. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 09 fev. 1987. Programa de rádio.

POLONI, Antônio. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 21 mar. 1999. Fita cassete nº 132. Programa de rádio.

PRAISLER, Carlos Roberto. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 14 dez. 1999. Programa de rádio.

PREFEITURA premia melhores hortas caseiras de 96. *Frente Ampla de Notícias*, v. 261. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 16 dez. 1996. Programa de rádio.

PRESIDENTE da COPAGRIL afirma: soja perdeu área para milho e algodão. *Frente Ampla de Notícias*, v. 201. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 20 dez. 1991. Programa de rádio.

PRESIDENTE da COPAGRIL diz que 93 foi um ano difícil para a agricultura. *Frente Ampla de Notícias*, v. 225. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 31 dez. 1993. Programa de rádio.

PRESIDENTE da Federação da Agricultura critica eliminação dos subsídios. *Frente Ampla de Notícias*, v. 105. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 26 dez. 1983. Programa de rádio.

PRODUTORES de novo três passos adquirem trator para incrementar produção. *Frente Ampla de Notícias*, v. 225. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 03 dez. 1993. Programa de rádio.

PROGRAMA de fruticultura vai distribuir 10 mil mudas em 96. *Frente Ampla de Notícias*, v. 249. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 26 dez. 1995. Programa de rádio.

PROJETO ambicioso da COPAGRIL para sua industrialização. *Frente Ampla de Notícias*, v. 141. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 22 dez. 1986. Programa de rádio.

PRORROGADO prazo de vencimentos de financiamentos para agricultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 129. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 23 dez. 1985. Programa de rádio.

PROTESTO dos agricultores já começa a dar resultado. *Frente Ampla de Notícias*, v. 143. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 11 fev. 1987. Programa de rádio.

QUÊ os pioneiros enfrentam na colonização da Amazônia. *Frente Ampla de Notícias*, v. 141. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 19 dez. 1986. Programa de rádio.

REFLEXOS da estiagem serão sentidos no segundo semestre, previne presidente da COPAGRIL. *Frente Ampla de Notícias*, v. 129. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 11 dez. 1985. Programa de rádio.

RODRIGUES, Sebastião. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 08 maio 1988. Fita cassete nº 47-1. Programa de rádio.

RONDONENSES buscam tecnologia chilena em piscicultura e fruticultura. *Frente Ampla de Notícias*, v. 261. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 05 dez. 1996. Programa de rádio.

SAFRA de soja e milho deve iniciar ainda este mês. começa a recuperação das estradas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 118. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 04 jan, 1985. Programa de rádio.

SCIARA, Eduardo F. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 abr. 1999. Fita cassete nº 133. Programa de rádio.

SEAB vai investir na profissionalização do homem do campo. *Frente Ampla de Notícias*, v. 249. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 26 dez. 1995. Programa de rádio.

SECRETARIA da Agricultura apreende 5 mil toneladas de milho. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 03 jan. 1984. Programa de rádio.

SECRETARIA da Agricultura do município, registra prioridade do setor. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 26 dez. 1992. Programa de rádio.

SECRETARIA deixou para janeiro levantamentos dos prejuízos com a seca. *Frente Ampla de Notícias*, v. 165. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 29 dez. 1988. Programa de rádio.

SECRETARIA Municipal da Agricultura poderá fiscalizar comércio de agrotóxicos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 130. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 07 jan. 1986. Programa de rádio.

SECRETARIA Municipal da Agricultura vai agilizar conservação de solos na entre-safra. *Frente Ampla de Notícias*, v. 201. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 28 dez. 1991. Programa de rádio.

SECRETARIA Municipal da Agricultura, espera uma boa produção de culturas de verão. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 12 dez. 1992. Programa de rádio.

SECRETÁRIO de Estado da agricultura fala dos problemas do setor. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 01 dez. 1992. Programa de rádio.

SECURITIZAÇÃO deverá ser a salvação da lavoura. *Frente Ampla de Notícias*, v. 249. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 23 dez. 1995. Programa de rádio.

SILVA, Leticia da. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 nov. 2000. Fita cassete nº 140. Programa de rádio.

SINDICATO divulga resultado do concurso de pratos a base de mandioca. *Frente Ampla de Notícias*, v. 213. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 11 dez. 1992. Programa de rádio.

SISTEMA agrícola dificulta crédito, assegura Nelton. *Frente Ampla de Notícias*, v. 142. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 07 jan. 1987. Programa de rádio.

SITUAÇÃO dos bóias-frias é desesperadora em Marechal Cândido Rondon. *Frente Ampla de Notícias*, v. 130. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 17 jan. 1986. Programa de rádio.

SITUAÇÃO pode ficar mais clara para micro empresários e pequenos agricultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 165. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 08 dez. 1988. Programa de rádio.

SOLIS, Gabriel. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 set. 1991. Fita cassete nº 3. Programa de rádio.

SORGO poderá ter uma boa safra em nosso município. *Frente Ampla de Notícias*, v. 190. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 22 jan. 1991. Programa de rádio.

SPERAFICO avalia o lançamento do programa Brasil empreendedor rural. *Frente Ampla de Notícias*, v. 297. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 21 jan. 2000. Programa de rádio.

SUPERSAFRA de soja não é confirmada no oeste do Estado. *Frente Ampla de Notícias*, v. 105. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 31 dez. 1983. Programa de rádio.

TIBÚRCIO, José Carlos. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 jun. 1994. Fita cassete nº 83. Programa de rádio.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 19 set. 1999. Fita cassete nº 135-A. Programa de rádio.

TRIGO que escapou às geadas sentirá a seca. *Frente Ampla de Notícias*, v. 23. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 31 jul. 1975 a 14 nov. 1975. Programa de rádio.

USO indiscriminado de agrotóxicos preocupa autoridades. *Frente Ampla de Notícias*, v. 106. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 02 jan. 1984. Programa de rádio.

VANZELLA, Valter. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 01 mar. 1992. Fita cassete nº 05. Programa de rádio.

VANZELLA, Valter. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 18 jun. 1989. Programa de rádio.

VANZELLA, Valter. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 02 fev. 1997. Fita cassete nº 13. Programa de rádio.

VANZELLA, Valter. *Entrevista concedida a Gladiston Luiz no programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 14 nov. 1999. Programa de rádio.

VERNO Scherer, valoriza a diversificação de culturas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 202. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, 25 jan. 1992. Programa de rádio.

WINTER, Elio E. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 13 ago. 2000. Fita cassete nº 63. Programa de rádio.

WINTER, Elio E. Mensagem. *Frente Ampla de Notícias*, v. 129. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora, dez. 1985. Programa de Rádio.

ZIELASCO, Rainer. *Entrevista concedida ao programa Personalidade da Semana*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 14 maio 1995. Fita cassete nº 81. Programa de rádio.

Obras citadas

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

ALMEIDA, Ivan Rodrigues. *Variabilidade pluviométrica interanual e produção de soja no Estado do Paraná*. Presidente Prudente, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

AMARO, Regina Keiko Obata Ferreira. *Contribuição da análise do discurso para a análise documentária: o caso da documentação jornalística*. São Paulo, 1991. 87 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

ANÁLISE do discurso. Disponível na internet: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_do_Discurso>. Acesso em 18 maio 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O avesso das coisas: aforismos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. *Comunicação rural: o rádio na opinião dos seus programadores e receptores*. 1991. 240f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1991.

ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de radiojornalismo: produção, ética e Internet*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BEDIN, Dilmo Antônio. **A política pública das Vilas Rurais**: um estudo de caso na Vila Rural Santa Clara, em Marechal Cândido Rondon – PR. 2004. 73f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

BORIN, Jair. Repensar o papel da mídia na cobertura do mundo rural. In: BORIN, Jair; VEIGA, José Eli da (coord.) *Brasil Rural na virada do milênio*: a visão de pesquisadores e jornalistas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p. 51-61.

BORIN, Jair; VEIGA, José Eli da (coord.) *Brasil Rural na virada do milênio*: a visão de pesquisadores e jornalistas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BORSATO, Victor da Assunção; SANT'ANNA NETO, João Lima. Caracterização e análise da produtividade do trigo relacionada a pluviosidade na Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 20, n. 1, p. 33-57, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Lições da aula*: aula inaugural proferida no College de France em 23 de abril de 1982. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Organizador Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

BRITO, Francilene Alves. *Comunicação de massa e memória rural*: o caso da Rádio Vale do Quincoê. São Paulo, 1994. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo – escola de Comunicações e Artes.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996

BURNIER, Diva Maria de Faria. *Agricultura brasileira*: a produção de alimentos. 2000. 387f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

CAMPOS, Alessandro Torres; MATSUO, Melissa; DAGA, Jacir. A produção de dejetos suínos e a importância do tratamento. *Jornal Nossa Terra*, Marechal Cândido Rondon, p. 13, out., 2004.

CAMARGO, Ana Cristina da Palma. *A biotecnologia e os transgênicos*: concepções sociais sobre ciência e avanços científicos visando uma reflexão sobre a relação homem-natureza. São Paulo, 2000. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A geografia crítica brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais. *Geografia*, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 5-36, dez. 2001

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Políticas agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: POLÍTICAS públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2001

CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 23-24.

CAZENEUVE, Jean. *Sociologia de la radio-television*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1967.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. v.1

CERRI, Cláudio Emílio. Encruzilhada rural. In: BORIN, Jair; VEIGA, José Eli da (coord.) *Brasil Rural na virada do milênio: a visão de pesquisadores e jornalistas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p. 62-66.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

CONTI, José Bueno. As relações sociedade / natureza e os impactos da desertificação nos trópicos. *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, n. 4, p. 1-42, maio 2002.

COSTA, Janete Basso. Agricultura familiar, é possível ser feliz no campo. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, v. 62, n. 348, p. 12-13, jul. 2004.

DADOS históricos da COPAGRIL. Marechal Cândido Rondon, s.d. (cópia xerox)

DEGASPARI, Silvia Dias; VANALLI, Teresa Raquel; MOREIRA, Márcia Regina G. (orgs.). *Apostila de normalização documentária: com base nas normas da ABNT*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” : Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação, 2004.

ENDLICH, Ângela Maria. As várias possibilidades de uso da televisão e do vídeo no ensino de geografia. In: SEMANA DE GEOGRAFIA (2.: 2000: Jandaia do Sul). *Anais...* Jandaia do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2000. p. 70-72

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *O mudo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90*. Rio Claro, 1998. 275 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Comunicação e resistência na imprensa proletária*. São Paulo, 1990. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes.

FIGARO, Roseli A. *O discurso da imprensa sindical: formas e usos*. São Paulo, 1993. 236f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba : Livraria Chain, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GEHLEN Ivaldo. O Brasil rural não superou as desigualdades sociais. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, v. 62, n. 348, p. 11, jul. 2004.

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. 2.ed. Salvador: EDUFBA : ULBRA, 2003

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do estado e do controle social do capital*. Maringá, 2002, 234f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. Questão agrária e desenvolvimento rural: o controle social do Estado no meio rural brasileiro. THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.) *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Editorial Centelha : CEGeT, 2004. p. 41-69.

GORGULHO, Silvestre. *A fonte jornalística*. Disponível na Internet: <<http://www.gorgulho.com/palestras&discursos/fonte.htm>>. Acesso em 25 jan. 2005.

GREGORY, Valdir. *Desenvolvimento e modernização agrícola*. Rio de Janeiro, 1995. (apostila)

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GREGORY, Valdir. *Formação sócio-econômica do Oeste do Paraná : caso de Marechal Cândido Rondon*. Conferência apresentada no Seminário Rondon 2000. Marechal Cândido Rondon, 1994

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. *Faz Ciência*, Francisco Beltrão, v.1, n., p. 38-49, 1997.

HORKHEIMER, Max. Teoría tradicional y teoría crítica. In: _____. *Teoría crítica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

JOHNSTON, R. J. A geografia comportamental e as alternativas em relação ao positivismo. In: _____. *Geografia e geógrafos*. São Paulo: Difel, 1986. p. 175-222

JUNGSMANN, Raul. Brasil Rural – na virada do milênio: encontro de pesquisadores e jornalistas. In: BORIN, Jair; VEIGA, José Eli da (coord.) *Brasil Rural na virada do milênio: a visão de pesquisadores e jornalistas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p. 5-8.

KIEFER, Charles. *O pêndulo do relógio*. 6.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1966.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2001.

LA ROVERE, Emílio Lèbre. Energia e meio ambiente. In: MATGULIS, Sergio (ed.). *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996. p. 11-34.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba : SECE/BPP, 1986.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. FURB, 2000.

LEITÃO, Domingos. *O texto radiofônico como fonte histórica: um estudo de caso*. São Paulo, 1991. 104f Dissertação (Mestrado em Comunicações) – Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MAACK, Reinhardt. *Geografia física do Estado do Paraná*. 3.ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MAGALHÃES, Manoel Vilela de. *Produção e difusão da notícia*. São Paulo: Atlas, 1979.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Secretaria Municipal de Educação. *Produção e organização do espaço geográfico municipal e estadual*. Marechal Cândido Rondon, 1989-1992.

MARTINE, George. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília : IPEA, 1989. (Textos para Discussão, n. 15)

MARUXO JR., José Hamilton. *A imprensa irônica*. São Paulo, 2002. 136 p. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo.

MERTZ, Urbano Theobaldo. *Um estudo das transformações sociais e econômicas de uma sociedade de colonos da região oeste do estado do Paraná*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. A agricultura brasileira: questões e tendências. In: BRASIL: uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista. *Crítica Marxista*, Campinas, p. 129-137, 1995.

MILANEZ, Francisco. Alimentos orgânicos. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, v. 62, n. 348, p. 14, jul. 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Clima e excepcionalismo: conjuncturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. De tempos e ritmos: entre o cronológico e o meteorológico para a compreensão geográfica dos climas. *Geografia*, Rio Claro, v. 26, n. 3, 131-154, dez. 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O estudo geográfico do clima. *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, ano 1, n. 1, 1-73, maio 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia : pequena história crítica*. 16.ed. São Paulo : HUCITEC, 1998.

NERY, Jonas; SANT'ANNA NETO, João Lima. *Processos climáticos*. 2002. Apostila.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. A reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira paulista e os desdobramentos para o trabalho. THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.) *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Editorial Centelha : CEGeT, 2004. p. 70-104.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Presidente Prudente, 2003. 417f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia.

PFLUCK, Lia Dorotéia. *Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

POPULAÇÃO. Disponível a Internet: <<http://www.mcr.pr.gov.br/localizacao.php>>. Acesso em 27 jun. 2005.

RÁDIO DIFUSORA. *Abrangência Rádio Difusora: cidades principais*. Marechal Cândido Rondon, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, Alexandre Domingues. MST, cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.) *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Editorial Centelha : CEGeT, 2004. p. 8-40.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002

RONDON vai sediar reunião da Câmara Setorial da Mandioca em dezembro. *Jornal Nossa Terra*, Marechal Cândido Rondon, p. 14, out., 2004.

SANDER, Carlos; MARIANO, Zilda de Fátima. Variação temporal dos excedentes hídricos e deficiências hídricas em Marechal Cândido Rondon – Paraná. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (8.: 1999 : Cascavel). *Anais...* Cascavel: EDUNIOESTE, 1999. p. 232-233.

SANFELICE, José Luís. Pesquisas e ciências humanas no Brasil: soluções e/ou impotências? *Quaestio: Revista de Estudos da Educação*, Sorocaba, ano 3, n. 1, p. 11-15, maio 2001.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Clima e organização do espaço. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 119-131, 1998.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Erosividade das chuvas no Estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 9, p. 35-49, 1995.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço : técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado : fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4. ed. São Paulo : Hucitec, 1996b.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Roseli Alves dos. *Vilas rurais no Paraná: a intervenção estatal na tentativa de atenuar as desigualdades socioespaciais*. Presidente Prudente, 2001. 110 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

SÃO PAULO. Centro Cultural São Paulo. Divisão de Pesquisas. *Cronologia das artes em São Paulo 1975-1995: comunicação de massa – rádio e televisão*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996.

SCHEIMBERG, Martha. Educação e comunicações: o rádio e a rádio educativa. In: LITWIN, Edith (org.). *Tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 39-57.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. *Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980)*. Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, v. 7, n. 3, p. 2-10, jul./set. 1993.

SILVA, José Graziano da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P., REYDON, B. P. *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: ABRA, 1995. p. 127-149.

SILVA, José Graziano da. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. *Agroanalysis*, v. 16, n. 3, p. 8-13, 15 mar. 1996.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

SILVA, José Graziano da et al. O rural paulista muito além do agrícola e do agrário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, p. 60-72, 1996.

SILVA, Joseli Maria. *A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais*. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOBREIRA, Frederico. Custo social em área de risco. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RISCOS AMBIENTAIS. Disponível a Internet: <<http://www.crea-mg.br/aec/crea-mg/especial/riscos-indescosp>>. Acesso em 24 jul. 2002.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumo. *Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. *Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura*. Piracicaba, 2001. 93 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico*. Presidente Prudente, 2000. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia.

STAUDT, Jair Fridolino Lunkes. *A modernização na agricultura : um estudo de caso, Marechal Cândido Rondon na década de 1970*. Marechal Cândido Rondon, 2000. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – UNIOESTE.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Desenho societal dos sem terra no Brasil*. (apostila).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VANDRLINDE, Tarcísio. Companheiro solidário. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, ano 13, n. 1546, p. 2, 21 abr. 2005.

VANDERLINDE, Tarcísio. *Estratégias de vida: agricultura familiar e formas associativas: um estudo de caso – CAPA – núcleo oeste*. Niterói, 2002. 148f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense – Centro de Estudos Gerais, 2002.

VEIGA, José Eli da . A urgência de uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil. In: BORIN, Jair; VEIGA, José Eli da (coord.) *Brasil Rural na virada do milênio: a visão de pesquisadores e jornalistas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p. 42-50.

VERNIER, Jacques. *O meio ambiente*. Campinas, Papirus, 2000.

VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A Pesquisa em História*. 2.ed. São Paulo : Ática, 1991.

WEIRICH, Udilma Lins. *História e atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

WINTER, Elio E. E-mail. jun. 2005.

ZORZANELLO, Pedro Leonir.. *Horticultura orgânica em Marechal Cândido Rondon: estudo de caso, produção e comercialização*. Curitiba, 2004. 75f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Agrárias, 2004.

ANEXOS

Anexo 1 – Abrangência da Rádio Difusora do Paraná – abril de 2005



Fotografia 13 – Abrangência da Rádio Difusora do Paraná - Principais Cidades

PARANÁ

Alto Piquiri
Altônia
Assis Chateaubriand
Cafelândia
Cascavel
Céu Azul
Corbélia
Diamante do Oeste
Entre Rios do Oeste
Formosa do Oeste
Foz do Iguaçu
Francisco Alves
Guaíra
Iporã
Itaipulândia
Jesuítas

**Marechal
Rondon***

Maripá
Matelândia
Medianeira
Mercedes
Missal
Nova Aurora
Nova Santa Rosa
Ouro Verde do Oeste
Palotina
Pato Bragado
Quatro Pontes
Ramilândia
Santa Helena
Santa Terezinha de Itaipu
São José das Palmeiras
São Miguel do Oeste

Cândido

São Pedro do Iguaçu
Terra Roxa
Toledo
Tupãssi

**MATO GROSSO DO
SUL**

Amambai
Eldorado
Iguatemi
Mundo Novo Sete Quedas
Tacuru

PARAGUAY

Anexo 2 – Programação da Rádio Difusora do Paraná – abril 2005

PROGRAMAÇÃO DIFUSORA AM

Segunda a Sexta:

05h00 ➤ 07h00 - Bom Dia Minha Terra - Musical Sertanejo / Informações
07h00 ➤ 07h40 - Jornal Panorama - As Primeiras Informações do Dia
07h40 ➤ 08h00 - Panorama Esportivo - Matérias sobre Esportes (Regional, Nacional, Internacional)
08h00 ➤ 11h55 - Show da Manhã - Musical Variado, Horóscopo, Informação, Utilidade Pública, Receitas, etc.
11h55 - Manchetes do Jornal Frente Ampla de Notícias
12h00 ➤ 12h10 - Informativo Copagril - Informações aos clientes Copagril, mercado agropecuário, etc.
12h10 ➤ 13h00 - Jornal Frente Ampla de Notícias - As principais informações. (Regional, nacional e Internacional)
13h00 ➤ 13h15 - Alô Alô Paraná - Avisos, Agenda, Classificados, Utilidade Pública.
13h15 ➤ 15h30 - Programa Pé de Valsa - Programa Humorístico, Típico. Musical direcionado (Sertanejo, Bandinha, Gauchesco)
15h30 ➤ 17h00 - Programa da Tarde - Musical Variado, Informação, Utilidade Pública, Receitas, etc.
17h00 ➤ 18h00 - Chapéu de palha
18h10 ➤ 18h50 - Panorama Esportivo (2ª Edição) - Matérias sobre Esportes (Regional, Nacional, Internacional), Entrevistas.
20h00 ➤ 22h00 - Difusora a Noite e a Música - Musical Romântico
22h00 ➤ 22h30 - Programação Religiosa
22h30 ➤ 23h45 - Musical Variado
23h45 ➤ 24h00 - Programa Igreja de Deus

Sábado:

05h00 ➤ 06h20 - Bom Dia Minha Terra - Musical Sertanejo / Informações
06h20 ➤ 06h55 - Programa Sindicato Rural - Reservado ao Sindicato Rural / Informações, Cotações e Entrevistas.
07h00 ➤ 08h40 - Jornal Panorama - As Primeiras Informações do Dia
08h00 ➤ 09h00 - Panorama Esportivo - Matérias sobre Esportes (Regional, Nacional, Internacional)
09h00 ➤ 12h00 - Campeãs da Semana - Musical Variado (As melhores da Programação).
12h00 ➤ 12h10 - Informativo Copagril - Informações aos clientes Copagril, mercado agropecuário, etc.
12h10 ➤ 13h00 - Jornal Frente Ampla de Notícias - As principais informações. (Regional, nacional e Internacional)
13h00 ➤ 13h15 - Alô Alô Paraná - Avisos, Agenda, Classificados, Utilidade Pública.
13h15 ➤ 15h00 - Programa Pé de Valsa - Programa Humorístico, Típico. Musical direcionado (Sertanejo, Bandinha, Gauchesco)
15h30 ➤ 16h30 - Musical Variado
16h30 ➤ 17h30 - Programa Campo e Lavoura - Programa direcionado ao agricultor.
17h30 ➤ 19h00 - Terra Tombada - Musical Sertanejo
19h00 ➤ 24h00 - Difusora, a Noite e a Música - Musical Variado

Domingo

06h00 ➤ 06h30 - Domingo Sertanejo - Musical Sertanejo
 06h30 ➤ 11h00 - Programas Religiosos
 11h00 ➤ 12h00 - Personalidade da Semana - Entrevistas com Personalidades da Região
 12h00 ➤ 13h30 - Jornal de Domingo - Notícias Regionais, Nacionais e Internacionais
 13h30 ➤ 16h00 - Programa Vozes da Alemanha - Programa Típico. Música Popular Alemã
 16h00 ➤ 18h30 - Programas Religiosos
 18h30 ➤ 20h00 - Bandinhas em Desfile
 20h00 ➤ 24h00 - Difusora, a Noite e a Música

PROGRAMAÇÃO RÁDIO DIFUSORA FM

Segunda a Quinta-feira:

Horário: 6:00 - 08:00

Programa: Show Brasil

Locutor: Jéferson Luiz

Show Brasil: Músicas, Notícias, Meteorologia.

Musical: Somente músicas nacionais, com destaque para a música sertaneja, neste horário a maioria das canções, são sucessos sertanejos, o restante; mpb, pagode, sucessos nacionais.

Break: 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Horário: 08:00 - 10:00

Programa: Bom dia Difusora

Locutor: Bonfim jr.

Programetes: Dica Astral, Dicas de Novela, Disk Music, Seqüência do Ouvinte, 95 Graus, Notícias.

Musical: Somente sucessos, músicas variadas com destaque para as músicas nacionais. O bloco musical é formado com seqüência de quatro músicas.

Dica Astral: Horóscopo

Dicas de Novela: O resumo de tudo que irá acontecer nas novelas mais famosas da televisão brasileira.

Disk Music: O ouvinte liga e pede a sua música ao vivo e oferece pra quem quiser.

Seqüência do Ouvinte: O ouvinte faz a programação através de carta, telefone, e-mail ou mesmo pessoalmente, sempre uma seqüência de três músicas (sertaneja, nacional e internacional).

95 Graus: Uma música agitada na programação.

Notícias: Boletins de hora em hora.

Break: de 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Horário: 10:00 - 11:00

Programa: Voz do Brasil

Locutor: Bonfim Jr.

Musical: O melhor da música brasileira, destaque para a mpb.

Notícias: Boletim às 10:00.

Break: 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Horário: 11:00 - 12:00

Programa: Tele-Toca

Locutor: Bonfim Jr.

Toque Esportivo: Programete com boletim esportivo, apresentado as 11:30.

Tele-Toca: O ouvinte faz a programação ao vivo, liga e pede a sua e manda pra quem quiser.
Programa com uma hora de participação ao vivo.

Musical: Sequência de meia hora de músicas sem intervalo.

Break: Um intervalo

Público: Todas as classes

Horário: 12:00 - 13:00

Programa: Mistura Difusora

Locutor: Macarrão

Musical: Uma verdadeira mistura de músicas, com sucessos nacionais, internacionais e com muito flash-back. Duas seqüências de meia hora de músicas.

Break: Um intervalo

Público: Todas as classes

Horário: 13:00 - 17:00

Programa: Macarrão

Locutor: Macarrão

Programetes: 95 Graus, Disc Music, 5 imbatíveis, Sequência do ouvinte, Controle Remoto, Toque Esportivo.

Musical: Músicas variadas, nacional, internacional, sertaneja, samba, pagode, flash-back.

95 Graus: Uma música agitada na programação.

Disc Music: Uma participação ao vivo do ouvinte, pedindo o seu sucesso e mandando pra quem quiser.

5 Imbatíveis: As cinco melhores da programação Difusora.

Sequência do Ouvinte: O ouvinte faz a programação, por carta, e-mail, fone ou pessoalmente. São 3 músicas (sertaneja, nacional e internacional).

Controle Remoto: O locutor toca 3 músicas, o ouvinte liga e vota na sua preferida, a mais pedida toca novamente.

Notícias: Boletim as 13:00, 14:00 e 15:00 horas.

Toque Esportivo: Boletim esportivo, apresentado as 14:30 e 16:30.

Break: Variando de 4 a 6 minutos.

Público: Todas as classes

Horário: 17:00 - 18:00

Programa: Tele Toca (segunda edição)

Locutor: Bonfim jr.

Notícias: Não tem

Toque Esportivo: Boletim esportivo, apresentado as 16:30 horas.

Tele-Toca: O ouvinte faz a programação ao vivo, liga e pede a sua e manda pra quem quiser.
Programa com uma hora de participação ao vivo.

Musical: Sequência de meia hora de músicas sem intervalo.

Break: Um intervalo

Público: Todas as classes

Horário: 18:00 - 19:00

Programa: Show Brasil (segunda edição)

Locutora: Sabrina Viviane

Musical: Somente músicas nacionais, com destaque para a música sertaneja.

Break: de 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Horário: 19:00 - 20:00

A Voz do Brasil: Direto de Brasília, noticiário com informações do congresso nacional, câmara dos deputados, senado.

Horário: 20:00 - 20:40

Programa: Quarentena Difusora, quarenta minutos só de músicas, sem intervalo comercial.

Locutora: Sabrina Viviane

Musical: Musicas variadas, sucessos nacionais e internacionais.

Break: Nenhum

Público: Todas as classes

Horário: 20:40 - 00:00

Programa: Sabrina Viviane

Locutora: Sabrina Viviane

Programetes: Controle Remoto, 5 Imbatíveis, 95 Graus, Sequência do Ouvinte.

Controle Remoto: O locutor toca 3 músicas, o ouvinte liga e vota na sua preferida, a mais pedida toca novamente.

As 5 Imbatíveis: As cinco melhores da programação difusora.

95 Graus: Uma música agitada na programação.

Sequência do Ouvinte: O ouvinte faz a programação, por carta, e-mail, fone ou pessoalmente. São 3 músicas (sertaneja, nacional e internacional).

Musical: Variado

Break: De 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Horário: 00:00 - 06:00

Programa: Madrugada Difusora (são seis horas só de músicas na madrugada)

Locutor: Não tem

Musical: Músicas românticas, nacionais, internacionais e flash-back.

Break: Nenhum

Público: Todas as classes

FIM DE SEMANA

Sexta-Feira

Horário: 6:00 - 08:00

Programa: Show Brasil

Locutor: Jéferson Luiz

Show Brasil: Músicas, Notícias, Meteorologia.

Musical: Somente músicas nacionais, com destaque para a música sertaneja.

Break: de 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Horário: 08:00 - 10:00

Programa: Bom dia Difusora

Locutor: Bonfim jr.

Programetes: Dica Astral, Dicas de Novela, Disk Music, Seqüência do Ouvinte, 95 Graus, Notícias.

Musical: Somente sucessos, músicas variadas com destaque para as músicas nacionais. O Bloco Musical é formado com seqüência de quatro músicas.

Dica Astral: Horóscopo

Dicas de Novela: O resumo de tudo que irá acontecer nas novelas mais famosas da televisão brasileira.

Disk Music: O ouvinte liga e pede a sua música ao vivo e ainda pode oferecer pra quem quiser.

Seqüência do Ouvinte: O ouvinte faz a programação através de carta, telefone, e-mail ou pessoalmente, sempre uma seqüência de três músicas (sertaneja, nacional e internacional).

95 Graus: Uma música agitada na programação.

Notícias: Boletins de hora em hora

Break: de 20 em 20 minutos

Público: Todas as classes

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Presidente Prudente, 2005

MARLI TEREZINHA SZUMILO SCHLOSSER